



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE LETRAS - FALE
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA - PPGLL**

JOSEFA MARIA DOS SANTOS

**NORDESTINO É... ANÁLISES DAS DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE OS
NORDESTINOS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

**Maceió-AL
2020**

JOSEFA MARIA DOS SANTOS

NORDESTINO É... ANÁLISES DAS DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE OS
NORDESTINOS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística e Literatura da Universidade Federal de
Alagoas (PPGLL/UFAL), como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Linha de Pesquisa: Discurso: sujeito, história e
ideologia

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

Maceió – AL
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237n Santos, Josefa Maria dos.

Nordestino é... Análises das discursivizações sobre os nordestinos nas redes sociais digitais / Josefa Maria dos Santos. – 2020.

209 f. : il., figs. e grafs. color.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.

Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 201-209.

1. Análise do discurso. 2. Nordestinos. 3. Discurso de ódio. 4. Redes sociais digitais. 5. Eleições presidenciais. I. Título.

CDU: 81'322.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

JOSEFA MARIA DOS SANTOS

Título do trabalho: “NORDESTINO É... ANÁLISES DAS DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE OS NORDESTINOS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS”

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGL/Ufal)

Examinadores:

Profa. Dra. Silmara Cristina Dela Silva (UFF)

Profa. Dra. Evandra Grigoletto (UFPE)

Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGL/Ufal)

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGL/Ufal)

Às nordestinas e nordestinos que, na luta pela existência,
encontraram na educação uma forma de resistência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua presença na minha vida, por sua mão sempre erguida pra me levantar, por seus braços fortes pra me segurar quando a queda parecia certa. A Ele toda honra!

À UFAL pelo acolhimento e por ser um lugar de resistência, luta e transformação social.

A Helson, meu orientador, que tão afetuosamente me recebeu no PPGLL da UFAL, orientando-me com segurança e leveza, mostrando-me que existem os furos e as falhas no ritual e que, por isso, a revolução é possível.

Aos professores Socorro Cavalcante e Sóstenes, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação da tese, pelas discussões travadas durante as aulas e pelos ouvidos atentos às minhas inquietações.

À professora Belmira Magalhães, pela serenidade teórica.

A todos os funcionários do PPGLL, especialmente a Wesllen, pela organização e pelo atendimento sempre rápido e afetuosos.

A meu orientador do mestrado, professor Benedito Bezerra, ser humano que dispensa adjetivos, orientador que não consigo pontuar as qualidades. Fez mais que um trabalho de orientação, deu-me as ferramentas necessárias para que eu pudesse caminhar sozinha. Essa conquista também é sua!

A minha mãe, nordestina-retirante-empregada doméstica (sobre)vivendo em São Paulo, pelas orações, pela fortaleza que me fez ser, pela resistência que me ajudou a compreender e pela mulher forte que é. Obrigada, meu porto seguro!

A Matheus, meu filho, que em seus 9 anos de existência acompanhou-me em um mestrado e um doutorado e que, mesmo sofrendo com meus stress, angústias e ausências, não me permitiu desistir.

A George, meu esposo, que sempre me incentivou a desafiar meus limites, acompanhou-me nas travessias e consolou-me nos tropeços.

A minha amiga-irmã, com quem tenho compartilhado minhas angústias acadêmicas, questões pessoais e dilemas humanos desde a época do mestrado, pessoa que tenho uma imensa admiração e um grande orgulho de fazer parte de seu círculo de amizades.

A minha família, pai, tias, irmão e primas, por serem também base para o meu alicerce físico e emocional!

À amiga Kelly Sales, pela companhia, amizade, carinho e cuidado durante tantas caminhadas que fizemos juntas.

Às colegas, Edilaine, Daniela e Sílvia, pelo companheirismo e por saber que posso contar com vocês.

Aos amigos da Análise do Discurso, em especial, Samuel, Dhiego, Rachel, Alexandre e Lavouiser, pela companhia e discursões oportunas.

Aos amigos Carlos Eduardo, Eduardo Luna, Cleibson, Neide, Karla, Rejane e Maviael Lucas. Vocês de alguma forma me incentivaram a desafiar os meus limites.

Aos colegas e amigos de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Cupira, vocês são parte dessa construção.

Aos meus alunos e ex-alunos por me ensinarem cada dia mais a ensinar.

A todos os pesquisadores que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa.

Aprendi com ele [Pêcheux] um modo de pensar a linguagem que me permitiu compreender que a reflexão nunca é fria: lugar de emoção, de debate, de opressão, mas também de resistência.

Eni Orlandi

RESUMO

Esta tese investiga os discursos sobre os nordestinos na rede social *Twitter*, considerando, como recorte histórico, as eleições presidenciais de 2010, 2014 e 2018 no Brasil. Filiada à teoria da Análise do Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux, esta pesquisa buscou analisar os efeitos de sentido nos discursos que (re)produzem evidências sobre o Nordeste e os nordestinos. O *corpus* constituiu-se de postagens publicadas no *Twitter* durante o mês de outubro dos anos em tela. Para alcançar nosso objetivo, mobilizamos categorias da AD como condições de produção, formações imaginárias, formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso, bem como dispositivos teóricos e analíticos advindos da História, Sociologia, Filosofia e Linguística. De acordo com as análises realizadas, a pesquisa revelou que os discursos de ódio, preconceito, xenofobia contra o nordestino são estruturais no Brasil e operam de forma a desumanizar aqueles que, no interior da luta de classes, apresentam resistência. Tais discursos perpassam os mais diversos espaços institucionais, jornalísticos, midiáticos e familiares, multiplicam-se de forma viral na rede social digital engendrando, ideologicamente, “justificativas” à violação de direitos dos nordestinos, o que impacta diretamente nos sentidos e práticas de democracia e cidadania na sociedade brasileira. Foi possível compreender também que a negação/exclusão do nordestino não decorre de aspectos geográficos, tampouco o ódio expressado contra esse grupo é decorrência de um resultado eleitoral, mas fruto do antagonismo de classes, cuja luta é, em última instância, uma luta política e econômica. Concluímos, dessa maneira, que o discurso de ódio aos nordestinos, manifestado no *Twitter*, não se reduz a determinadas palavras ou imagens utilizadas em períodos eleitorais, pois seu funcionamento ideológico opressor visa à intimidação dos nordestinos, tenta impedir sua participação política, desvalorizar sua existência e neutralizar sua resistência.

Palavras-chave: Discurso. *Twitter*. Eleição. Nordeste. Ódio. Resistência

ABSTRACT

This thesis studies some discourses on Brazilian northeasterners posted on social network Twitter. The historical section is the 2010, 2014 and 2018 presidential elections in Brazil. Based on Discourse Analysis (DA) developed by Michel Pêcheux this study aimed to analyze the sense effects in the discourses that (re)produce evidences about Brazilian Northeast and northeasterners. The *corpus* is formed by posts published on Twitter in October of the aforementioned years. In order to achieve this purpose, some categories of DA were approached such as conditions of production, imaginary formations, discursive formation, ideological formation and interdiscourse, as well as theories and analysis from History, Sociology, Philosophy and Linguistics. The results showed that the hate speech, prejudice and xenophobia against northeasterners have been structural in Brazil, and they work to dehumanize those who show resistance in the class struggle. Such discourses run through several institutional, journalistic, media and familiar spaces. They multiply in a viral way on digital social network, and create ideological “justifications” to violate the northeasterners’ rights. It impacts on the senses and practices of democracy and citizenship in Brazilian society. Moreover, the denial/exclusion of the northeasterners does not come from geographic aspects, neither the hate expressed against this group comes from election results, but it comes from class antagonism, whose struggle is a political and economic struggle as a last resort. Hence it concludes that the hate speech against northeasterners expressed on Twitter is not limited to some words or images used in elections periods, because its oppressive-ideological functioning aims to intimidate northeasterners, prevent their political participation, devalue their existence and neutralize their resistance.

Keywords: Discourse. Twitter. Election. Northeast. Hate. Resistance.

RESUMEN

Esta tesis investiga los discursos acerca de los nordestinos en la red social Twitter, considerando como marco histórico las elecciones presidenciales de 2010, 2014, y 2018. Vinculada a la teoría del Análisis del Discurso (AD) fundada por Michel Pecheux. En esta indagación se analizan los efectos sentidos en los discursos que producen y reproducen evidencias sobre el Nordeste y los nordestinos. El corpus se integra de las publicaciones emitidas en Twitter durante el mes de octubre en los años ya mencionados. Utilizamos las categorías de la AD para alcanzar nuestro objetivo; condiciones de producción, formaciones imaginarias, formación discursiva, formación ideológica y el inter-discurso, así como dispositivos teóricos y analíticos, provenientes de la Historia, Sociología, Filosofía y la Lingüística. De acuerdo con los análisis realizados la pesquisa reveló que los discursos de odio, prejuicios y xenofobia manifestados contra el nordestino, son culturales en Brasil, de tal manera que deshumaniza a aquellos que dentro de la lucha de clases manifiestan resistencia. Tales expresiones van acompañadas de los más diversos espacios; institucionales, mediáticos de la prensa, inclusive familiares, se multiplican de forma viral en la red social digital inculcando ideológicamente “justificativas” para violentar los derechos del nordestino, esto impacta directamente en el sentido y las prácticas democráticas, en la ciudadanía y en la sociedad brasileña. Así, fue posible comprender que la negación/exclusión del nordestino no deriva de aspectos geográficos, tampoco el odio expresado contra este grupo se origina de un resultado electoral, más bien es producto del antagonismo de clases, cuya lucha en última instancia es política y económica. Concluimos de la siguiente manera; que el discurso de odio hacia los nordestinos manifestado en Twitter, no se reduce a palabras o imágenes usadas en los periodos electorales, pues su finalidad ideológica opresora se centra en intimidar a los nordestinos, intentando impedirles participar en política, devaluando su existencia y neutralizar su resistencia.

Palabras clave: Discurso. Twitter. Elección. Nordeste. Odio. Resistencia.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Divisão geográfica do Brasil de 1913 a 1970.....	59
Quadro 2 – Características do espaço virtual como um espaço intervalar	98
Figura 1 – Layout da página inicial do Twitter em 2007	114
Figura 2 – Layout da página inicial do Twitter em 2008	116
Figura 3 – Layout da página inicial do Twitter em 2007	117
Figura 4 – Layout da página inicial do Twitter em que informa sua missão	121
Figura 5 – página sobre segurança no Twitter.....	122
Figura 6 – Mapa de votação para presidente por estado no 2º turno.....	138
Figura 7 – Perfil da página @culpadordeste.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Usuários de Internet em países desenvolvidos e em desenvolvimento (2008 - 2018).....	94
Gráfico 2 – Usuários de Internet por Grau de Instrução, Faixa Etária e Classe Social (2008 - 2018).....	94
Gráfico 3 – Renda familiar de usuários do <i>Twitter</i>	124
Gráfico 4 - Renda familiar de usuários do <i>Twitter</i>	126
Gráfico 5 – Profissões desempenhadas por usuários do <i>Twitter</i>	124
Gráfico 6 – Localização geográfica dos usuários do <i>Twitter</i>	125

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ANÁLISE DO DISCURSO: UM PERCURSO TEÓRICO E POLÍTICO	22
2.1 Campo teórico da Análise do Discurso	23
2.2 Da França para o Brasil: o florescer de uma teoria	29
2.3 Língua e discurso em uma aventura teórica e política.....	33
2.4. Sujeito e ideologia: “uma relação de nunca acabar”	41
3. O NORDESTE PELAS LENTES DA ANÁLISE DO DISCURSO	50
3.1 Condições de produção e discursos sobre os nordestinos: a construção de um percurso de análise	51
3.2 O Nordeste e as formações imaginárias sobre o nordestino	57
3.3. O nordestino retirante/migrante e os sentidos discursivizados no dicionário	68
3.4 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: O NORDESTE NO FERVILHAR DA HISTÓRIA	80
4. INTERNET: HISTÓRIA, SOCIEDADE E SENTIDOS EM MOVIMENTO	85
4.1 Internet: a história de uma “aventura” humana	86
4.2 Internet: um meio de comunicação de muitos com muitos, mas não de todos com todos .	90
4.3 Navegam livre(mente), sujeitos e discursos, no espaço virtual	97
4.4 E por falar em liberdade(?) na rede... ..	103
4.5 O Twitter e o que está acontecendo no mundo.....	112
5. O NORDESTE NA REDE: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM COMENTÁRIOS NO TWITTER	128
5.1 As eleições presidenciais de 2010 no Brasil e os discursos das “Mayaras” no <i>Twitter</i> ...	128
5.2 Eleições presidenciais de 2014 e os discursos no perfil @culpadordeste	145
5.3 Eleições presidenciais de 2018: os dizeres continuam a produzir sentidos.....	162
5.4 Do ódio à resistência: a possibilidade de outros dizeres sobre o Nordeste e o nordestino	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	201

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as redes sociais digitais propiciaram novos contextos para os processos de circulação dos discursos. Esses novos contextos permitiram, também, que novas e antigas práticas sociais/discursivas (re)aparecessem e se difundissem ainda mais. Nesse sentido, esta pesquisa nasce de inquietações sobre os discursos, aparentemente cristalizados, que designam os nordestinos¹ e desencadeiam processos discursivos resultantes de deslocamentos e significações na articulação com outras denominações.

Entendemos que o gesto de nomear, como nos explica Orlandi (2001), situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível, assim, a relação dos nomes com as definições atribuídas a eles em seus efeitos metafóricos não são gestos aleatórios, mas fruto das lutas de classes. Dessa forma, nascer no Nordeste pode ser diferente de ser nordestino: “*Sou do Nordeste mais não sou burru como os nordestinos*”², diz um dos comentários no *Twitter* a respeito do resultado das eleições presidenciais de 2014 no Brasil, e tal materialidade nos faz pensar em como um gesto de nomear, enunciando um ou outro nome, implica um processo de significação que coloca em cena a não-transparência da linguagem, seus equívocos e contradições.

Neste percurso, tomamos como objeto de investigação os discursos sobre os nordestinos no *Twitter* considerando as eleições presidenciais de 2010, 2014 e 2018 no Brasil. Interessa-nos, enquanto questões de pesquisa, entender como funcionam os discursos que designam os nordestinos, que imaginário os nordestinos têm de si mesmos e quais imaginários são construídos sobre o Nordeste e os nordestinos pelo outro. Questionamo-nos ainda sobre como funcionam os discursos de resistência, entendendo este espaço do *Twitter* como *locus* de propagação, mas também de denúncia e repúdio a discursos discriminatórios.

Refletir sobre tais funcionamentos discursivos nos impele a assumir uma posição, ou como nos diz Pêcheux (2009), tomar partido pelo fogo de um trabalho crítico. Tomamos partido, assim, por uma perspectiva teórica de base pecheuxtiana, tendo em

¹ Optamos por usar inicialmente o termo nordestinos tal qual aparece nos comentários no *Twitter*, “aparentemente” sem gênero ou classe social, e sempre no plural. No percurso do trabalho, refletiremos sobre os efeitos de sentido que essa homogeneidade produz.

² Entendemos ser necessário transcrever os comentários com as mesmas inadequações gramaticais em que aparecem no *site*, retificá-los seria interferir na forma como o discurso é materializado.

vista sua articulação entre Linguística e materialismo histórico e dialético, visto que a produção e interpretação de sentidos dá-se numa relação complexa que envolve linguagem, sujeito e relações sociais. Assim, esse horizonte teórico nos leva a considerar os aspectos sociohistóricos que se manifestam na materialidade da língua.

É desse lugar teórico que nos propomos a analisar os efeitos de sentido nos discursos sobre os nordestinos no *Twitter*, e cientes de que nenhum discurso é neutro, uma vez que, ao produzir o dizer, o sujeito é movido por ideologias que tendem a colocar em movimento sentidos vários a partir de uma posição sujeito e de um lugar de produção desse discurso, consideramos importante explicitar o lugar do qual se fala nesta pesquisa e, assim, a (im)possibilidade de uma produção discursiva neutra, uma vez que nos colocamos na condição de nordestinos como algo que nos qualifica como diferente, um constructo sociocultural que excede a delimitação geográfica do país. Falar desse lugar significa olhar para a história e percorrer, através da memória, um caminho que nos leva para as condições de produção de discursos que buscam definir o Nordeste e o nordestino, colocando-os na condição de subalternos, inferiores e de segunda categoria.

Quando criança, descobri que eu, minha mãe e meu pai éramos “paraíbas”³ e que, assim como nós, existiam muitos outros morando na cidade de São Paulo. Ser “paraíba”, a princípio, não me inquietava, só depois comecei a reparar nos risos e olhares das patroas da minha mãe explicando aos filhos delas que eu precisava ajudar nas tarefas da casa, por isso (e não só por isso), eles não podiam brincar comigo. Descobri também que existiam outras formas de falar a língua brasileira⁴, e que a forma de expressão, os modos de dizer dos “paraíbas”, era tida como engraçada (errada?) e por isso precisava ser apagada em nome de uma homogeneidade linguística, uma língua única (dominante?) que precisava ser preservada.

Era início da década de 1980, a falta de trabalho e de perspectiva de sobrevivência no sítio onde morávamos, interior de Pernambuco, fez com que meu pai, na condição de retirante⁵, inicialmente, fosse trabalhar em São Paulo no corte de cana. Dois anos depois,

³ A expressão paraíbas era/é muito usada para designar retirantes nordestinos vivendo em outras regiões do Brasil, sobretudo no Sul e no Sudeste.

⁴ Orlandi (2009) destaca que existe uma tensão entre o português-português e o português-brasileiro que continua a produzir seus efeitos, sendo, portanto, um equívoco tomá-los como se fossem a mesma língua. Para a autora, há o funcionamento de uma ideologia de língua pura, ideal, intocável que é responsável por manter o imaginário da língua portuguesa, tal ideologia silencia que a língua que se fala no dia a dia (português brasileiro) toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação.

⁵ Pretendemos, no decorrer da pesquisa, refletir sobre a designação “retirante nordestino” em contraponto a “migrante nordestino”, a opção pela primeira em detrimento da segunda não é um gesto aleatório e, portanto, carece de algumas leituras possíveis.

e já trabalhando na construção civil como servente de pedreiro, conseguiu alugar uma casa de apenas um ambiente para que nós fôssemos morar com ele. À primeira vista, recebi a notícia com entusiasmo, afinal de contas, como toda criança, minha imaginação fértil começou a vislumbrar um lugar de grandes prédios, lindas casas, bonitas roupas, e muitas praças para brincar. Não imaginava como seriam as escolas, aos seis anos ainda não havia sido apresentada a elas, tampouco em São Paulo, onde vivi por dois anos, pude conhecer esses espaços. Entrei na escola tardiamente.

Visitar minhas memórias de nordestina, filha de uma empregada doméstica e de um servente de pedreiro (sobre)vivendo na cidade de São Paulo aos 6 anos de idade é também trazer à cena outras tantas memórias de nordestinas e nordestinos que, assim como eu, experimentaram a indescritível (in)visibilidade de ser retirante nordestino/nordestina no Sul e Sudeste do país. Éramos muitos “paraíbas” vivendo nas mesmas condições de exploração e violência.

Na época, eu não entendia que um gesto de nomear, enunciando um ou outro nome, implicava um processo de significação que coloca em cena a não-transparência da linguagem, seus equívocos e contradições, como nos diz Orlandi (2001). Não entendia também que o ato de nomear pode significar diferentemente, a depender das distintas posições de classe de quem nomeia e de quem é nomeado. As lutas de classes não estavam postas para minha compreensão, embora entendesse que havia ricos e pobres, e que, certamente, eu fazia parte do segundo grupo.

Ser da classe trabalhadora significava ficar muito tempo sozinha (meus pais saíam muito cedo para trabalhar e voltavam tarde da noite). Significava também absorver responsabilidades do mundo adulto e pular etapas da infância. Interessante que, ao rememorar a fase das brincadeiras de criança, só me recordo daquelas vividas no sítio (até os 6 anos) e depois quando eu já havia voltado de São Paulo (aos 8 anos). Há um espaço lacunar em minhas memórias preenchido apenas pelas tarefas domésticas: lavar, cozinhar, limpar, etc., de alguma forma, devido às “circunstâncias”, fui apresentada ao trabalho muito cedo.

Assim, é do lugar dos/as nordestinos/as que falamos, são sobre suas (minhas?) histórias de vida que refletimos e é com interlocutores, nordestinos/as ou não, que buscamos dialogar. Estabelecer o ponto de partida, aquilo que se constitui como inquietação para a construção desta pesquisa é, para nós, essencial, uma vez que nunca partimos do nada, toda procura é procura por algo, toda pesquisa é pesquisa de algo que nos toca, nos incomoda, nos inquieta e nos impele a buscar respostas. Estamos

convencidos de que nosso envolvimento com o objeto de pesquisa constitui-se como um complicador e pode nos impedir de olhar para outros lados, e encontrar respostas outras, no entanto, é justamente por entendermos os riscos que corremos que forçaremos um afastamento entre a autora que escreve e reflete neste trabalho e o sujeito que, por ser nordestino, é afetado pelos discursos de discriminação no ciberespaço e também fora dele.

Filiamo-nos, dessa maneira, à Análise de Discurso (AD) na perspectiva de Michel Pêcheux por entendermos que, por meio do discurso, se torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2015). Nesse viés, analisar os discursos que designam os nordestinos passa pelo entendimento das condições de produção em que os ditos se constituem, produzem efeitos de sentido e são apreendidos. Assim, reiteramos que tomamos como momento histórico para a formulação do *corpus* comentários postados no *Twitter* durante o mês de outubro dos anos 2010, 2014 e 2018. Esse recorte histórico é justificado por ser esse o mês em que ocorrem as eleições presidenciais no Brasil (1º e 2º turnos), momento no qual, de acordo com Marx, as lutas de classes atingem o ápice do confronto ideológico.

Se a escolha das palavras não é um gesto aleatório, como afirma Pêcheux (2009), a escolha do *locus* no qual procedemos a coleta do *corpus* também não se deu de forma arbitrária. Nesse sentido, sobre a eleição presidencial de 2010, selecionamos os comentários de internautas no *Twitter* após a postagem de Mayara Petruso: *Nordestino não é gente, faça um favor a Sp, mate um nordestino afogado*. Nossa hipótese é que, embora o *site Twitter* estivesse se popularizando no Brasil, esse comentário encorajou uma série de outros ataques a nordestinos no ciberespaço, principalmente em períodos eleitorais.

Em relação à eleição de 2014, selecionamos o perfil @culpadonordeste⁶, tendo em vista que, após a divulgação do resultado das eleições presidenciais de 2014, chegou ao topo da lista dos assuntos mais discutidos no *Twitter* em todo o mundo, atingiu mais de cem mil compartilhamentos, e foi amplamente divulgado por jornais e revistas. Justificamos, dessa forma, nossa opção por esse perfil que nos serviu de *locus* de coleta de parte das materialidades que constituíram nosso *corpus* de análise.

Sobre as eleições de 2018, seguimos um caminho diferente: utilizamos a ferramenta de busca do *Twitter* digitando a palavra “nordestino”. Essa ferramenta nos levou para inúmeros

⁶ <https://twitter.com/culpadonordeste?lang=pt-br>

perfis que atacavam ou defendiam a participação dos nordestinos nas eleições. Ao todo, observamos os comentários em cinquenta perfis e selecionamos os discursos mais recorrentes em cada postagem.

Quanto ao objetivo de pesquisa, interessa-nos analisar os efeitos de sentido nos discursos que (re)produzem evidências sobre o Nordeste e os nordestinos. Para tal propósito, buscamos:

- Explicar os processos de designação, uma vez que estes não se relacionam apenas ao referente, mas, atravessados pelo simbólico e afetados pela ideologia, produzem novos e outros sentidos sobre os já existentes atribuindo um lugar social e uma posição sujeito aos que nascem no Nordeste;
- Descrever os imaginários sociais construídos sobre o nordestino em períodos eleitorais na plataforma *Twitter*;
- Analisar o funcionamento do discurso de resistência na rede social *Twitter*, entendendo esse espaço como lugar de propagação de discurso de ódio, mas também, de denúncia e repúdio a discursos discriminatórios contra nordestinos;
- Contribuir para o aprofundamento das discussões em Análise de Discurso, considerando as articulações entre o discurso, a história e a memória na produção de identidades no ciberespaço.

Ponderamos, aqui, que não é nosso interesse culpabilizar as regiões Sul e Sudeste pelas práticas discursivas que reproduzem um dispositivo de poder colocando o Nordeste na condição de derrotado e improdutivo, muito menos vitimizar o Nordeste, corroborando os discursos de estereotipação tão “bem” (re)produzidos pela mídia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011), mas produzir questionamentos sobre o caráter de representações grosseiras que (re)surgem fortemente em períodos eleitorais, apagando-se as multiplicidades em nome de semelhanças superficiais e discriminatórias de grupos ou regiões do país.

Entendemos, dessa maneira, as identidades como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2003). Sendo as identidades produzidas em locais históricos, não podemos tomá-las como algo homogêneo, transparente e imutável, mas como algo em permanente estado de movimento, uma vez que são afetadas

pela dimensão histórica e ideológica do dizer, pois, como afirma Orlandi (2001, p. 205), “identidade é um movimento na história”.

Nesse sentido, todo discurso, como nos diz Silva Sobrinho (2014), constitui-se a partir de uma memória que, em condições outras, retoma ditos anteriores que são trazidos à atualidade enquanto “repetição” e ao mesmo tempo – com diferenças significativas, expondo pontos de deriva, uma vez que as condições de produção não são mais as mesmas. Como há sempre pontos de deriva nos sentidos, a estrutura e o acontecimento se entrecruzam, articulando repetição e descontinuidade. Assim sendo, todo processo de produção de sentido representa uma agitação nas redes de filiação de tal modo que o sujeito se produz, ao mesmo tempo, como repetição e deslocamento (ORLANDI, 2001).

Um conceito essencial para as reflexões desse trabalho é o conceito de Formação Discursiva (FD) que, segundo Pêcheux (2009, p.147), se constitui como “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Esse conceito nos permite entender, como explica Orlandi (2015), o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e a possibilidade, para o analista, de encontrar regularidades no funcionamento do discurso. Nesse viés, pensar as FDs em que se inscrevem os dizeres sobre os nordestinos nas redes sociais nos permite entender que os sentidos são determinados ideologicamente, uma vez que é a ideologia que fornece as evidências dos sentidos, que nos dá a ilusão de transparência da linguagem (PÊCHEUX, 2009).

A partir do exposto, o trabalho está estruturado em cinco seções, contando com esta introdução. Na segunda seção, intitulada Análise do Discurso: um percurso teórico, refletimos sobre o campo conceitual da AD; seu nascimento na França e sua abordagem no Brasil; a compreensão de língua e discurso na análise de discurso pecheuxtiana e concluímos a seção discutindo o conceito de sujeito e ideologia em Pêcheux.

Na 3ª seção, intitulada O Nordeste: um olhar pelas lentes da Análise do discurso, tratamos das condições de produção amplas; apresentamos considerações sobre o Nordeste e sua inserção na história do Brasil a partir dos estudos de Albuquerque Júnior (2011, 2012); refletimos sobre os processos de divisão geográfica/territorial do país, a partir dos estudos desenvolvidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); questionamos os sentidos de retirante, migrante, imigrante discursivizados nos dicionários; concluímos a seção propondo um pensar o Nordeste a partir das mudanças ocorridas na região.

A 4ª seção: Internet: História, sociedade e sentidos em movimento faz um percurso pela história da Internet; discute os sentidos de universal e global em uma sociedade desigual, dividida em classes; questiona o conceito de liberdade na “rede” e propõe reflexões sobre os sentidos naturalizados de redes sociais digitais e de *Twitter* como um espaço de “liberdade plena”.

Por fim, realizamos nossos gestos analítico-interpretativos em torno das práticas discursivas sobre o nordestino que circularam no *Twitter* em 2010, 2014 e 2018. Inicialmente, tomamos as eleições presidenciais de 2010 e os discursos das “Mayaras” no *Twitter*; na sequência, analisamos os discursos no perfil @culpadordeste e o evento eleição 2014; finalmente, discutimos as eleições de 2018, os efeitos de sentidos nos discursos que designam os nordestinos e concluímos a seção com os discursos de resistência produzidos por sujeitos nordestinos e não-nordestinos.

SEÇÃO 2

2. ANÁLISE DO DISCURSO: UM PERCURSO TEÓRICO E POLÍTICO

“Não há dominação sem resistência”, formulou Pêcheux. Tal citação assume, para mim, no processo de escrita desta tese, mais um sentido, o da minha própria resistência à identificação com a teoria pecheuxtiana. Resgato, através da memória, o difícil processo de leitura de textos complexos e de ideias tão singulares. Percorrer os caminhos da Análise de Discurso não é um processo fácil, no meu caso parece ter sido ainda mais desafiador, isso porque foi preciso assumir uma outra posição-sujeito no discurso: contra-identificar e desidentificar⁷ com a Formação Discursiva (FD) na qual eu estava inserida teoricamente, para me identificar com uma outra FD. O processo foi lento e inquietante, contudo, alguns acontecimentos políticos ocorridos no Brasil entre os anos de 2015 e 2018 me ajudaram a pensar a teoria com um olhar para a história ou pensar a história a partir de reflexões sobre a teoria.

A AD ensina que o sentido é movente e instável e que o sujeito é constituído pela linguagem, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Assim, foi preciso criticar o que até o momento parecia óbvio⁸, ou seja, o estabilizado, para negá-lo. Desconstruir o óbvio talvez seja uma das mais complexas tarefas do analista, pois há sentidos que parecem estar cristalizados de tal forma que escapam à crítica. Nesse viés, analisar os discursos no *Twitter* sobre o Nordeste e os nordestinos, em períodos eleitorais, nos desafia a estranhar o já naturalizado para ressignificar os sentidos, buscar respostas possíveis que deem conta não apenas de explicar o porquê desses discursos, mas o seu funcionamento na sociedade, tendo o meio digital como *locus* de propagação e, também, de resistência.

Dada a complexidade dessas questões, abordamos, nesta seção, alguns conceitos basilares para a AD que nos servem de fundamentos para empreendermos uma análise do *corpus* com vistas a atender nosso objetivo de pesquisa. Assim, propomos uma reflexão sobre o surgimento da AD na França e sobre como essa teoria tem se constituído no Brasil.

⁷ De acordo com Pêcheux, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e nela se relaciona com os dizeres que lhe pertencem por meio da forma-sujeito. Essa forma de inscrição obedece, *a priori*, a duas modalidades de tomada de posição do sujeito: a identificação e a contraidentificação. Na tensão entre essas duas modalidades, Pêcheux sugere uma terceira modalidade, a desidentificação, isto é, um rompimento com a FD na qual o sujeito estava inserido.

⁸ Alusão ao livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* de Michel Pêcheux

Na sequência, refletimos sobre a noção de língua e discurso para a Análise do Discurso de vertente peuchextiana, bem como sobre o conceito de ideologia, sujeito e memória.

2.1 Campo teórico da Análise do Discurso

Dizer que este trabalho está orientado a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa parece não dizer o suficiente, principalmente quando se fala de uma teoria que passou e passa por diversas reconfigurações. Nesse sentido, entendemos como necessário retomar alguns elementos na história da AD para melhor demarcar a posição teórico-metodológica que assumimos neste estudo. Não tencionamos, com isso, abarcar a totalidade de sua história, como se esta fosse uma teoria isenta de contradições, ou ainda, como se todos os seus expoentes caminhassem em uma mesma direção.

Courtine (2006) reflete que não existe uma história da Análise do Discurso, o que existe são memórias que são organizadas de modo a construir uma linearidade, e é justamente nesse trabalho de reconfiguração que confrontos podem ser apagados e a heterogeneidade inerente à própria história de uma teoria pode ser silenciada. Com efeito, a questão merece ser colocada, pois, não é incomum encontrarmos trabalhos no Brasil com vistas a discutir a história da AD sob um enfoque linear. Nesse percurso, e sabendo da impossibilidade de descrever a historicidade da AD em sua linearidade, propomos, nessas palavras iniciais, apresentar algumas questões sobre o surgimento e a constituição dessa disciplina a partir de seu projeto inicial que, segundo Courtine (2006, p.42), consistia em “[...] realizar uma dupla articulação: por um lado, combinar uma dimensão histórica e crítica e uma dimensão instrumental e positiva; por outro, articular os aspectos históricos e linguísticos no tratamento do discurso”.

Para isso, utilizamos como embasamento teórico os trabalhos desenvolvidos por Courtine (2006) e Malidier (2014) na intenção de atenuarmos a amplitude que a designação Análise do Discurso francesa produz. Assim sendo, situamos este trabalho no escopo teórico-metodológico a partir do projeto desenvolvido por Michel Pêcheux, inscrito na tradição do pensamento crítico, caracteristicamente marcado por seu senso de urgência, sua perspectiva globalizante e seu rompimento com as fronteiras disciplinares.

Inicialmente e retomando Marx (1983, p. 24), lembramos que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”, o que significa dizer que toda produção intelectual é resultado das

contradições sociais determinadas pela conjuntura política e econômica de uma dada sociedade. Assim, ao voltarmos o olhar para a França de 1960, observamos que esta não estava alheia aos acontecimentos da época, cuja ordem mundial, pós-Segunda Guerra, estabeleceu-se a partir de dois modelos econômicos antagônicos: Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (socialismo?). Sobre isso, Carneiro (2007, p. 2) afirma:

Os anos 60 também ficaram conhecidos para uns como a década da contestação e para outros como os anos rebeldes. As contradições daqueles anos foram sentidas por todos, desde os jovens. Os livros de Karl Marx foram popularizados. As mazelas do capitalismo eram denunciadas. Os valores foram questionados e os tabus quebrados. [...] No dia 22 de maio de 1968, 10 milhões de trabalhadores entram em greve. Foi a maior greve já realizada na França, até então e a maior de toda a Europa.

Levando em consideração essa onda de contestação, situamos o nascimento da AD, uma contestação não apenas de ordem política ou econômica, mas também cultural e intelectual. Courtine (2006) destaca que até a década de 1960 o discurso flutuava perdido no espaço e o processo de leitura, quase sempre de textos políticos ou religiosos, voltava-se para aspectos estruturais do texto, deixando as questões dos sentidos à margem da interpretação.

Buscando romper com o estruturalismo na leitura até então vigente, os percussores da AD, em especial Michel Pêcheux e Jean Dubois, questionaram o mito da transparência da língua. Para eles, o texto não podia ser lido como algo transparente, mas deveria ser alcançado por meio da análise de sua opacidade. Era preciso, então, ensinar a (re)ler o texto, ou seja, penetrar em suas camadas superficiais com vistas a atingir o funcionamento do discurso.

Assim, a Análise de Discurso constituiu-se, inicialmente, como um modo de intervenção política, nos termos de Courtine (2006, p. 9), “[...] uma prática da leitura dos textos políticos, e até mesmo um pouco mais: uma política da leitura”. Para isso, era necessário buscar uma reflexão sobre a ciência, a língua, a política, o Estado, a ideologia, o movimento operário e os efeitos das lutas de classe sobre os sentidos. Conforme Silva Sobrinho (2017, p. 14), “[...] a semântica, afetada pela lógica e pela filosofia da linguagem, era incapaz, aos olhos de Pêcheux, de compreender os processos discursivos, especificamente, o discurso político”.

Toda essa problemática produziu, no pensamento de Courtine (2006), uma exasperação da circulação dos discursos, nas ruas, sobre os muros, nas universidades, e no silêncio das escrivatinhas.

Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrechocavam: a luta de classe reinava na teoria. E questões surgiam: O que é um discurso teórico? E, sobretudo, o que é ler? Como reconhecer, em sua leitura, um discurso científico? A leitura dos textos aparecia, no interior do debate marxista, como um jogo teórico e político decisivo. (COURTINE, 2006, p. 10)

Vemos, dessa forma, que não eram apenas questões econômicas e políticas que estavam sendo discutidas, no campo intelectual e cultural, havia uma efervescência de ideias que estavam sendo questionadas e que reclamavam mudanças. Segundo Florêncio et al. (2009), toda convulsão na conjuntura francesa, no final dos anos 1960, incidiu no campo epistemológico, e saberes estabelecidos, a exemplo do estruturalismo, passaram a ser questionados.

Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem, não mais centrado apenas na língua, como dizia Saussure, considerada como um sistema de signos ideologicamente neutro e como uma estrutura estabilizada, pouco sujeita a mudanças. A fala, o sujeito, as relações sociais – exclusões operadas por Saussure – são trazidas para as discussões linguísticas. Os estudos, até então limitados a uma “linguística da língua”, passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia. (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 23)

Nesse sentido, e diante dos acontecimentos sociopolíticos, buscava-se muito mais que apenas analisar os discursos que circulavam na França, a questão não residia em apenas fazer um trabalho voltado para a Linguística, de certa maneira, era necessário ocupar uma dada posição numa luta teórico-política, segundo Courtine (2006, p. 39), “[...] reintegrar, num gesto fundador, o que uma decisão arbitrária [o corte saussuriano] havia excluído”.

É nessa conjuntura que surge a AD, inaugurando uma região teórica própria tanto em relação à Linguística quanto às ciências sociais. Segundo Maldidier (2014), a AD surge de uma dupla filiação: Jean Dubois (linguista) e Michel Pêcheux (filósofo), ambos marxistas na contramão das ideias dominantes na França, “[...] partilham das mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (MALDIDIÉ, 2014, p. 19).

Conforme Florêncio et. al. (2009, p. 23), Dubois e Pêcheux possuíam um projeto político em comum “[...] usar a arma da Linguística como um novo meio de abordar a política”, contudo, os caminhos trilhados em busca desse projeto seguiram passos distintos e independentes. De acordo com Malidier (2014, p. 21), na perspectiva de Dubois, “[...] a instituição da AD é pensada dentro de um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela Linguística”. Já para Pêcheux, a Análise do Discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que dominava nas ciências humanas e com o estruturalismo saussuriano e o gerativismo chomskiano no campo da Linguística.

Assim, é na maneira de teorizar a relação da Linguística com o exterior que os dois teóricos parecem divergir: para Dubois isso significava relacionar dois modelos: o modelo linguístico e um modelo outro, sociológico (ou histórico), psicológico (ou psicanalítico). Para Pêcheux, de acordo com Malidier (2014, p. 22), “[...] a análise (do discurso) só poderia ser pensada em relação a uma teoria do (discurso)”. Dessa forma, Pêcheux apresenta como objetivo teórico articular a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia.

Nesse viés, Pêcheux propõe uma problematização da maneira de ler, a partir de uma articulação da Linguística com o materialismo histórico e a psicanálise, rompendo, dessa forma, com as teorias dominantes do século XIX. Sobre isso, Florêncio et al. (2009, p. 24) afirma:

Pêcheux elege o discurso e não a língua como objeto de estudo; teoriza a relação da linguística com a história e a ideologia; concebe o discurso como sempre determinado, apreendido dentro de relações que o sujeito estabelece no seu mover-se no mundo; pensa a enunciação no quadro de uma teoria não subjetiva do sujeito. Ou seja, toda e qualquer enunciação é resultado das relações sociais que o sujeito estabelece. O sentido de uma palavra, de uma frase não é assegurado pelo arranjo sintático de seus elementos.

Para entendermos a afirmação do filósofo de que o sentido de uma palavra ou frase “não é assegurado pelo arranjo sintático de seus elementos”, tomemos o enunciado já citado na introdução: “*Sou do Nordeste mais não sou burro como os nordestinos*”. Na perspectiva da análise da estrutura, temos um período composto por coordenação e subordinação, constituído por uma oração coordenada assindética - *Sou do Nordeste* –

uma oração coordenada sindética adversativa – *mas não sou burro* – e uma oração subordinada adverbial comparativa – *como os nordestinos*. Se analisarmos apenas do ponto de vista sintático, diremos que não há problema com a estrutura de tal enunciado, porém, sob um ponto de vista discursivo, é possível perceber que a segunda oração, a partir da adversativa “mas”, cuja função é estabelecer uma relação de oposição com o que foi dito antes, seguido do advérbio de negação “não”, não está apenas transmitindo uma informação sobre o sujeito/enunciador – que ele não é burro, mas o eximindo de uma “qualidade” que socialmente é atribuída ao nordestino (burro, ignorante, sem educação).

Toma-se, dessa maneira, a partir de um lugar social, o sujeito não-nordestino como referência de inteligência. Em um processo parafrástico é possível formular: “*Sou do Nordeste, mas sou inteligente*. Embora afirme sua condição de ser do Nordeste, contra-argumenta com aquilo que supostamente o diferencia: a inteligência. Vemos, assim, que a escolha do modalizador “mas” não é uma escolha inocente, ou aleatória, pois denuncia o lugar a partir do qual se enuncia e, a partir desse lugar, nordestino e inteligente têm sentidos antagônicos. Dessa forma, o sujeito que enuncia é uma exceção, e mesmo tendo nascido no Nordeste é diferente de outros desse lugar.

A partir do exposto, observa-se que explicar os sentidos contidos no texto é diferente de explicar como e por que o texto produz sentido. Para produzir tal explicação, torna-se imperativo, para o analista, não se esquecer dos efeitos nos discursos produzidos pelas contradições sociais e as lutas de classes. Para Pêcheux, a função da AD seria então explicar os caminhos do sentido e os mecanismos de estruturação do texto, ou, como afirma Olandi (1996, p. 60), “[...] a proposta da AD consistia em remeter o texto ao discurso, esclarecendo as relações deste com as Formações Discursivas e as relações das Formações Discursivas com a ideologia”.

Contudo, é importante pontuar que a AD, como já dissemos antes, passou por diversas reconfigurações. Para Leandro Ferreira (2008, p. 138), quando se fala em Análise do Discurso na França, “[...] é preciso separá-la em dois segmentos: a AD de 60 a 80 e a outra AD”. A partir dos anos 1980, com o desaparecimento dos nomes fundadores e de suas motivações, a teoria foi se reconfigurando ao ponto de, como diz a analista, não se vê mais na França, hoje, a AD como concebida em sua fundação: revolucionária, politicamente engajada e formada por militantes marxistas.

Courtine (1999) reflete que a década de 1980 é o momento de desmarxização da teoria Linguística e, em geral, das Ciências Humanas. Houve um desvencilhamento do projeto althusseriano numa tentativa de dar conta das transformações pelas quais passava

a França naquele momento. Vemos, dessa maneira, que a década de 1980 representou, para a AD, um período de profundas transformações políticas e teóricas. Com o Marxismo e o estruturalismo em crise, além do esfacelamento da esquerda e da crise política instaurada, a base epistemológica que vinha sendo construída desde 1969 começou a passar por mutações.

Assim, a partir dos anos de 1980, a AD se viu despojada de seu objeto, a França passou a produzir análises de discursos identificadas com a Linguística, mas pouco vinculadas à história e à psicanálise como se deu originalmente. O fato é que, com a morte do principal pensador da base epistemológica, em 1983, houve uma espécie de esvaziamento do grupo de pesquisa, por ele liderado. Diz Courtine (2006, p. 30):

Rupturas políticas, primeiramente: aquela da União de Esquerda. Da mesma maneira, o fim da união como linha política no interior da esquerda francesa; toda política de esquerda será de agora em diante afetada por um vazio, surgido de um engano. Da mesma maneira, o laço que unia universitários e intelectuais a uma forma de organização da vida política se desfazia brutalmente. Eles não deixavam a política: era mais a política que se distanciava deles, Alguns sentindo um estranho alívio, envolto de amargura, outros uma profunda turbulência diante de uma liberdade insuportável por não ter sido desejada. 'Os laços tinham se desfeito, fazendo com que se tomassem estranhos uns aos outros'. Mas outras dissociações redobravam a dispersão daqueles que o trabalho, o pensamento ou a amizade tinham unido: a prática política, indissociável do trabalho teórico para quem celebrava "a fusão histórica da teoria marxista e do movimento operário", dele se separava repentinamente; esse pensamento se dedicava de agora em diante a ele próprio. Alguns se calaram, então, e se afastaram sem barulho; outros foram discutir em outro lugar; outros, ainda, decidiram descobrir o que eles nunca tinham deixado de saber na medida em que se obstinavam a querer ignorá-lo.

Sobre esse período de turbulências e rupturas, uma nova configuração à mensagem política passa a ser desenhada, a AD se viu, como lembra Courtine (2006), praticamente despojada de seu objeto pela adoção, bastante comum na Linguística desse período, do termo "discurso" e pela multiplicação das problemáticas que tomavam o discurso como objeto empírico. Começou-se a perder de vista as relações sociohistóricas produzidas/reproduzidas/transformadas pela atividade humana. A AD começa, assim, a tomar outras direções e um possível esgotamento, uma vez que há, na própria conjuntura política, um recuo da esquerda francesa. Sobre isso, Courtine (2006, p. 38) afirma:

Constatamos o esgotamento dessa problemática que tinha como tarefa, a partir dos anos de 1968-1970, elaborar uma concepção do discurso

que fizesse dele um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem desejava, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e operar sua transformação. A tal ponto que podemos, de maneira absolutamente legítima, nos inquietar sobre sua própria existência e nos colocar a questão de seu futuro: na definição relativamente precisa que era a sua, naquele período, existe, de fato, análise do discurso fora das nostalgias daqueles que a praticam, fora das montagens institucionais que ainda a convocam, ou fora de uma presença difusa no disparatado leque das descrições linguísticas do discurso?

É importante frisar que, ao afirmar que hoje existem “análises de discursos” na França, Courtine não o faz a partir de um certo ressentimento contra aqueles que “abandonaram” o projeto inicial da AD, sua intenção, nos parece, é mostrar a própria evolução(?) da teoria no processo sociohistórico e seus efeitos em relação às práticas discursivas. Assim, Courtine entende que é necessário colocar, no centro das discussões, o trabalho de descrição sobre o "fio do discurso" analisando seu funcionamento, questionando outros enunciados além dos enunciados políticos, a fim de que os dispositivos de análise não sejam um puro reflexo das especificidades dos objetos empíricos analisados. Como nos diz Courtine (2006, p. 27), “[...] é preciso encontrar textos que incomodem”. Mas, para isso, é necessário questionar as formas de ler, tratando o lugar do sujeito-leitor como problema.

2.2 Da França para o Brasil: o florescer de uma teoria

Saindo da França e nos reportando à inserção da AD no Brasil, consideramos que na história recente dos estudos linguísticos brasileiros, a Análise do Discurso tem se tornado uma das vertentes mais ativas, reconhecidas e produtivas da Linguística contemporânea. Embora isso não tenha se dado sem resistências ou antagonismos, a AD configura-se, hoje, no Brasil, de acordo com Orlandi (2005), como uma disciplina de solo fértil, com muitas consequências tanto para a teoria como para a prática do saber linguístico.

No que diz respeito ao processo de institucionalização da teoria nos estudos brasileiros, Orlandi (2005) acrescenta que isso não se deu sem que houvesse em torno dela incompreensões e mal-entendidos, pois, se por um lado houve aqueles que, partindo da Linguística, procuraram entender a relação entre a língua (objeto da Linguística) e o discurso (objeto da AD) no quadro das relações de entremeio observando suas

contradições, por outro, houve e ainda existem aqueles que, desconhecendo a relação da AD com a Linguística, preservam o formalismo dominante.

Importante destacar que a AD, praticada no Brasil, tem como referência os trabalhos de Eni Orlandi, responsável por sua consolidação na década de 1970, e, apesar do pouco tempo de institucionalização da disciplina nos estudos brasileiros, os trabalhos aqui desenvolvidos têm demonstrado fôlego não só no âmbito nacional, mas também no exterior, a exemplo da própria França. São trabalhos diversificados e heterogêneos que, sem se afastarem do político, incorporaram uma diversidade de temas e constituíram diálogos profícuos com outras tendências.

A partir do exposto, Silva Sobrinho (2017, p.17) afirma:

O fôlego de pesquisa em AD parece não mais partir da França, mas sim do Brasil. Os trabalhos são ricos, intensos, heterogêneos e ganham especificidade em cada instituição à qual o pesquisador é filiado. Os trabalhos possuem várias tendências que procuram enriquecer a teoria, aprofundando a AD através de leituras, como, por exemplo, leituras das obras de Foucault para tratar do discurso; outros trazem cada vez mais Lacan e Milner para abordar a língua e o inconsciente; muitos outros dialogam com teóricos da Linguística, da Enunciação, da Análise crítica do discurso, ou mesmo da pragmática, à procura de novas questões.

Contudo, se na França a teoria passou por derivas e recuos após a morte de Pêcheux, como nos informa Courtine (2006), no Brasil, o “abandono ou esquecimento” se deu justamente naquilo que seria fundamental: a relação da teoria marxista com a Análise do Discurso, isto significa dizer que os trabalhos de análises que vêm sendo desenvolvidos têm, em parte, deixado as lutas de classe e os efeitos dessas lutas nas práticas linguísticas à margem das discussões.

Conforme tal discussão, Silva Sobrinho (2017, p. 21) reflete:

Falam de discurso, esquecendo as lutas de classes; refletem sobre o sujeito, perdendo seu caráter histórico; ressignificam o conceito de ideologia, desprezando o conceito de formação social sem observar que em Marx a ideologia é algo bem mais complexo, pensam o movimento dos sentidos, mas negligenciam o movimento dialético do real.

A crítica do pesquisador deve-se, em parte, ao reconhecimento de “possíveis derivas” (embora isso não seja afirmado de modo categórico por analistas do discurso, mas observáveis na maioria dos trabalhos produzidos) da teoria nos trabalhos brasileiros, aqui, como na França, muitos trabalhos têm apresentado certos distanciamentos com aquilo de que tratava Pêcheux: articulação da teoria marxista com a Análise do Discurso.

São poucos os pesquisadores que ainda buscam, em Marx, fôlego para empreender um trabalho de análise com vistas à compreensão da discursividade como parte da prática ideológica dos sujeitos históricos. A articulação das três regiões do conhecimento defendida por Pêcheux e Fuchs (1997): a) Materialismo histórico; b) Linguística; c) Teoria do discurso, as quais formariam um tripé que, articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, dariam sustentação ao projeto de análise, parecer para um lado a depender da identificação do pesquisador com uma determinada disciplina (SILVA SOBRINHO, 2017).

Assim, é comum encontrarmos “trabalhos em AD” descolados da Linguística, com enfoque apenas nas ciências humanas como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise, ou ainda trabalhos com forte diálogo com teóricos da Linguística sem relação com os efeitos de sentido a partir das noções de sujeito e ideologia, esquecendo que, como afirmava Pêcheux (2009), o funcionamento lógico-linguístico não é indiferente à ideologia.

Um questionamento que ora fazemos neste trabalho seria o porquê de uma teoria que nasce de concepções marxistas ter encontrado eco em outros lugares fora de Marx e da luta de classes? Ou ainda, analistas do discurso que não tomam partido por Marx e pela luta de classes são pecheuxtianos? Se, por um lado, a pergunta parece incômoda, por outro, aponta para questões que precisam estar postas pelos analistas brasileiros. O fato é que hoje, semelhante ao que ocorre na França, são poucos os grupos de pesquisa em Análise do Discurso, no Brasil, que buscam respaldo em Marx. Assim, não é incomum encontrarmos pesquisas sobre discursos de ódio contra nordestinos ou negros que tomam tais práticas discursivas como um fim em si mesmas.

Em outras palavras, o discurso xenofóbico ou racista estaria posto apenas como uma questão de geografia ou raça, sem, contudo, observar que as questões de espaço geográfico e raça relacionam-se intimamente com os efeitos da luta de classe, dentro de uma lógica de dominação da ideologia burguesa em uma sociedade capitalista. Dessa forma, ignorar, em um trabalho de Análise de Discurso de vertente pecheuxtiana, que os nordestinos, assim como os negros, sofrem os efeitos da exploração da lógica do capital: concentração de riquezas em poucas mãos e muita miséria para a grande parte da população, é algo, no mínimo, contraditório, isso porque, para Maldider (1997), os conceitos fundamentais do marxismo constituem ponto de partida indispensável para toda atividade de Análise do Discurso.

Courtine (2006) analisa que na França, atualmente, há um abandono da perspectiva histórica em trabalhos recentes, as descrições do fio do discurso são efetuadas de um ponto de vista “[...] formal, interativo e conversacional, ou mesmo gramatical” (COURTINE, 2006, p. 45). O autor afirma ainda haver um abandono da articulação do texto ou da sequência oral com as condições históricas e até mesmo, “[...] com os contextos situacionais de sua produção” (COURTINE, 2006, p. 45).

É possível identificar que, tanto na França quanto no Brasil, a AD tem apresentado tensões entre sua proposta inicial e seu percurso atual. Em parte, isso se deve à consolidação da “sociedade do espetáculo”, pois, como lembra Gregolin (2006), a expansão dos meios de comunicação de massa, as tecnologias da informação que transformaram o mundo em uma aldeia global, e as novas configurações do cenário político contribuíram sobremaneira para uma mudança na base conceitual do edifício teórico da AD.

Na esteira desses acontecimentos, Leandro Ferreira (2008) discute com muita pertinência que novos objetos discursivos exigiram novas formas de análise e abriram espaço para trabalhar com as questões provenientes da relação entre discurso e imagem. Nesse sentido, “[...] o dispositivo teórico e analítico precisou ser revisto, abarcando novas categorias e procedimentos” (LEANDRO FERREIRA, 2008, p. 142). Nessa ótica, quando pensamos em novas formas de análise e espaços discursivos, na atualidade, nos reportamos à internet e a sua ressonância no campo do discurso, dada a sua instantaneidade e mundialização. Basta tomar como referência o papel das redes sociais digitais nas últimas eleições presidenciais ocorridas no Brasil para observarmos que em tais materialidades, como nos adverte Leandro Ferreira (2008, p. 43), “[...] o acesso se faz pelo fragmento, pelo resíduo, pelo que sobra e pelo que falta, pelo que escapa ao simbólico, pelo que toca o real da língua, o real da história e o real do sujeito”.

Embora concorde com a autora de que a tecnologia exigiu do analista outros olhares para a materialidade e que a ampliação das materialidades discursivas para além do discurso político é positiva, não nos impede de refletir com Silva Sobrinho (2017) que as raízes da sociedade capitalista continuam as mesmas. Portanto, faz-se necessário, nos dias atuais, empreender análises que não volatilizem as lutas de classes, explicar os conflitos como resultado de falha da língua ou ato falho não parece ser um caminho mais acertado a ser percorrido. Se, como diz Leandro Ferreira (2008), “não podemos seguir repetindo os velhos chavões do materialismo dialético e histórico nem falar da ideologia usando apenas a relação com a luta de classes”, tampouco podemos entender o discurso

como uma construção que independe das contradições sociais. Entendemos, assim, com Magalhães (2003, p. 75) que o “[...] discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação”.

2.3 Língua e discurso em uma aventura teórica e política

Tomamos a discussão sobre a noção de língua como ponto importante nesta seção, isso porque, como dizia Lênin, “a língua vai onde o dente dói”⁹, o que nos leva a pensar com Pêcheux (2009, p. 77) que “há alguma coisa por trás” que precisa ser questionada, uma vez que, para o filósofo, toda materialidade linguística é produzida em um lugar histórico e social, utilizada por um sujeito ideológico.

Nesse percurso teórico, é importante notar que a AD não trabalha com a concepção de língua da Linguística, a língua da transparência e da autonomia. Pêcheux critica concepções que veem a língua enquanto forma ou estrutura (concepção formalista); como instrumento (teoria da comunicação); atividade cognitiva (cognitivismo); atividade sociohistórica cognitiva e interativa (sociointeracionismo). Na perspectiva pecheuxtiana, como assevera Leandro Ferreira (2005), a língua do analista é outra. “É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da definição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (FERREIRA, 2005, p. 17).

Nessa perspectiva, a língua deixa de ser concebida como apenas um sistema de regras formais e passa a ser pensada em sua prática. O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a palavra ou a frase isoladamente, e passa a ser o discurso. Tal entendimento de língua e principalmente de funcionamento linguístico se afasta de teorias que defendem a “língua como meio de comunicação entre os homens” e desconsideram que essa língua também pode produzir a não comunicação. É importante frisar que, no campo dos estudos pecheuxtianos, a língua assume, de acordo com Leandro Ferreira (2003, p. 196), uma forma material enquanto “[...] sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos”.

⁹ Citação retirada do livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

Sobre o conceito de língua no campo teórico da AD, Leandro Ferreira (2003, p. 197), explica:

1. a língua deixa de ser considerada um sistema integralmente autônomo para ser compreendida como relativamente autônoma;
2. o sistema linguístico não é algo abstrato e fechado, mas sim um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos;
3. os fatos linguísticos considerados como problemas não ficam de fora do sistema, à margem da língua, e passam a ser considerados como nucleares, em vez de periféricos;
4. abandonam-se as concepções muito difundidas de língua enquanto código, ou então, instrumento de comunicação ideologicamente neutro;
5. a língua é lugar material de realização dos processos discursivos, onde se manifestam os sentidos.

É importante pontuar que a língua na Análise do Discurso de base pecheuxiana tem um funcionamento ideológico e suas formas materiais estão investidas desse funcionamento. Isso porque, como afirma Pêcheux (2009, p. 84), “[...] as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes”.

Em seu texto “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, Pêcheux (2015, p. 53) assevera:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série léxico sintaticamente determinada de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Pensar que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro não impede o analista de considerar, tal como afirmou Pêcheux (2009), que a língua é condição básica do discurso, contudo, não é a mesma concepção de língua presente nos estudos estruturalistas de Saussure. Ao afirmar que o filósofo francês segue um caminho distinto daquele

proposto pelo linguista, não podemos deixar de reconhecer que as contribuições de Saussure foram fundamentais para a Linguística Moderna como também para a base epistemológica da AD. O próprio Pêcheux em “Análise Automática do Discurso” (1969) reconhece que, anteriormente ao curso de Linguística Geral de Saussure, o estudo da língua se limitava a questões do texto no tocante às ideias e às normas da língua. Assim, a partir da fundação da Linguística Científica proposta por Saussure, a língua passou a ser vista como um sistema e tornou-se o objeto da Linguística. Tal corte conceitual produziu um deslocamento da compreensão de língua enquanto função e o texto deixou de ser objeto de estudo da Linguística.

Se, por um lado, parece ser possível pontos de encontro entre a teoria de Saussure e os pressupostos teóricos contidos na AD a partir de Pêcheux, por outro, há pontos que contrastam e que por isso merecem atenção por parte do analista. Referimo-nos, entre outros pontos, ao conceito de fala proposto por Saussure, o que Pêcheux chama em “Semântica e Discurso” de “ponto de fragilidade do edifício Saussuriano”. Sobre língua e fala, Saussure (1995, p. 22) afirma:

Como separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental. A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação [...] A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.

Para o filósofo francês, o conceito de fala proposto por Saussure se constituiria como um “anticonceito” ideológico que oculta em seu próprio cerne as contradições sociais, as lutas de classes e o funcionamento da ideologia. Assim, o sistema da língua é o mesmo para o trabalhador e para o burguês, para o sujeito do Sudeste e para o do Nordeste, contudo, não se pode concluir que esses sujeitos tenham o mesmo discurso.

Isso porque, como reflete Pêcheux, a língua é a base comum de processos discursivos diferenciados em que os processos ideológicos simulam os processos científicos. Dessa forma, “[...] todo discurso se inscreve numa relação ideológica de classe” (PÊCHEUX, 2009, p. 82), o que nos leva a supor que a língua pode ser “indiferente” à divisão de classes e a sua luta, porém, é um equívoco afirmar que as classes

sejam indiferentes à língua. Isso porque, no campo das lutas políticas e dos antagonismos de classe, a língua é utilizada de modo determinado.

Dessa forma, a AD pensa com Saussure que a língua é fato social, mas, diferente do linguista, Pêcheux propõe refletir sobre a definição de fato e significar o que é social, o que, para Orlandi (2002), consistiria em conectar língua e exterioridade, língua e ideologia, ideologia e inconsciente. Tal concepção produz um deslocamento em relação à dicotomia saussureana de língua (social, geral, sistêmica) e fala (individual, singular, assistemática, ocasional), deslizando para a relação não dicotômica língua e discurso. Assim explica Orlandi (2002, p. 22):

A não-dicotomização da relação língua e discurso abre o conhecimento linguístico para um novo marco em seu desenvolvimento. A teoria do discurso trabalhando os entremeios, vai além das relações representadas como dicotomias. Ao produzir este deslizamento, ao desmanchar teoricamente essa dicotomia, a teoria do discurso re-define (re-significa enquanto instrumento de reflexão) o que é língua para a linguística. Também para o analista de discurso, a língua é estrutura, mas uma estrutura sujeita a falhas.

Esse entendimento de língua é bastante caro aos estudos da linguagem, isso porque impõe ao analista uma forma de conceber o texto em seu funcionamento e interrogá-lo, o que só é possível de acontecer se pensarmos a relação entre língua e discurso, pois, como afirma Orlandi (2002, p. 23), “[...] é enquanto discurso que se pode pensar a noção de funcionamento para o texto”.

Sobre a noção de discurso, essa parece cada vez mais movente. A própria Orlandi (2005, p. 87) afirma que sabe hoje mais sobre a língua do que sabia quando trabalhava na Linguística *stricto sensu*, mas quanto ao discurso falta muito para chegar a uma definição. A afirmação da pesquisadora se deve ao fato de que o discurso, como reflete Silva Sobrinho (2017, p. 23), “[...] não é algo abstrato que pode ser explicado por si mesmo, ele é processo dinâmico e contraditório engendrado na processualidade histórica”, por isso, não se pode colocar de um lado a língua e do outro a situação, a exterioridade.

Orlandi (2002, p. 23) entende, nesse sentido, que “[...] pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo a materialidade discursiva, linguístico-histórica”. Assim, de acordo com Orlandi (2002, p. 31), o discurso pode ser apreendido em sua relação com a língua: “[...] língua é a materialidade específica do discurso (base dos processos discursivos) e o discurso é a materialidade específica da ideologia”.

A respeito do conceito de discurso, Leandro Ferreira (2005, p. 13) esclarece que o discurso sempre foi pra Michel Pêcheux o objeto de uma busca infinita. É no discurso que as questões relativas à língua, à história e ao sujeito se concentram, se intrincam e se confundem como um verdadeiro nó. Isso porque, ao se conceber o discurso como práxis social, em que o político, o cultural, o econômico, o social e o ideológico se significam na e pela linguagem, concebe-se também a incompletude do dizer, as posições ideológicas dos sujeitos que enunciam e os conflitos e interesses de classes em cada momento histórico.

Ao colocarmos a questão da língua e do discurso como ponto nodal neste trabalho, entendemos que o funcionamento discursivo de configuração e sustentação dos sentidos sobre o Nordeste e os nordestinos exige desvendar o modo como se dá a relação da língua com a história em seus movimentos de repetição e deslocamento, transparência e opacidade. O entendimento dessa relação nos impele a reconhecer que não há discurso neutro ou inocente, pois quando os nordestinos são discursivizados como um povo que *“tem uma grande dificuldade para se modernizar..., e se modernizar na linguagem”*¹⁰, ataca-se aquilo que lhe constitui subjetivamente: a linguagem. Nesse viés, o sujeito enunciador desqualifica e deslegitima não só a linguagem nordestina, mas, e principalmente, as ações desses sujeitos, buscando produzir, além de uma interdição do seu dizer, uma interdição do seu fazer enquanto ser político.

Quando o jornalista afirma que o nordestino *“tem uma grande dificuldade para se modernizar..., e se modernizar na linguagem”*, ele o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa, autorizando modos de falar e interditando ou censurando outros. Tal enunciado materializa a ideologia do sujeito enunciador, a qual se mostra sob a forma de evidências cruelmente absurdas para quem não se inscreve nessa mesma regionalização de sentidos.

Pêcheux (2009) explica que os sentidos podem ser lidos ainda que não estejam visivelmente no texto, ou seja, é necessário considerar tanto o que o texto diz quanto o que ele não diz, ou mesmo, o que é dito em outro lugar. Assim, há em “[...] todo dizer,

¹⁰ “Essa eleição é a prova de que o Brasil ficou no passado, não é nem bolsa família, não é marquetagem. O Nordeste sempre foi retrógrado, sempre foi governista, sempre foi bovino, sempre foi subalterno em relação ao poder, durante a ditadura militar, depois com o reinado do PFL e agora com o PT. É uma região atrasada, pouco educada, pouco instruída que **tem uma grande dificuldade para se modernizar..., e se modernizar na linguagem**”. Fala do jornalista Diogo Mainard em Entrevista ao programa “Manhattan Connection” exibido em 27.10.2014, dia seguinte a vitória de Dilma Rousseff para presidenta do Brasil.

uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1992, p. 12). O não-dito também faz parte do discurso, uma vez que é impossível ao discurso abranger uma enunciação completa. Dessa forma, é possível interpretar que o não-dito é constituinte, atua como fundante do discurso. “O não-dito diz respeito às diversas facetas da linguagem; perpassa e ultrapassa todo o dito; [...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se” (ORLANDI, 2005, p. 82). Assim, é possível inferir, a partir do que nos fala a pesquisadora, que aquilo que não está colocado materialmente, o não-dito, constitui o espaço do múltiplo, a condição do “vir-a-ser” do discurso.

É possível depreender, então, que a incompletude do discurso conduz o sujeito a mergulhar na história para inscrevê-la na continuidade interna do discurso; ao fazê-lo, traz para seu discurso o falado antes (já-dito), em outro espaço/tempo. Assim, o discurso do jornalista atualiza outros discursos sobre a linguagem dos nordestinos, que em um processo parafrástico poderíamos colocar: o nordestino não sabe falar, a fala do nordestino é feia, o nordestino usa formas arcaicas de comunicação e assim como não sabe falar, não sabe pensar, e, por fim, não sabe escolher seus representantes políticos.

Entendemos por processos parafrásticos a repetição de discursos já estabilizados, que, por meio de diferentes formulações, retorna aos mesmos espaços do dizer, isso porque, para Orlandi (2015), todo discurso se faz numa tensão entre o mesmo e o diferente. Assim, “[...] toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos, no entanto falamos com palavras já ditas” (ORLANDI, 2015, p. 34).

Para entendermos os discursos sobre os nordestinos no *Twitter*, todavia, não basta apenas entender que esses discursos se repetem entre os sujeitos enunciadore, mas se repetem principalmente ao longo da história da constituição dessa região do Brasil. Portanto, é preciso discutir os efeitos dessas práticas discursivas em uma sociedade capitalista como a brasileira, em que o acesso a diversos bens é desigual; uma sociedade totalmente hierarquizada, que verticaliza suas relações sociais entre os que possuem mais ou menos bens, ou não possuem nada.

Sobre as práticas discursivas, Zoppi-Fontana (2003, p. 275) diz que

[...] o estudo de práticas discursivas definidas por processos de identificação a partir dos quais o sujeito do discurso se constitui na sua concreta função de enunciador afetado por uma desqualificação, uma deslegitimação e, inclusive, uma interdição desse seu dizer. Posições de sujeito que se caracterizam por um esvaziamento/silenciamento da função enunciativa que afeta tanto os processos de constituição do

sujeito quanto os efeitos dos enunciados aí produzidos, cujas formulações sofrem restrições de circulação.

A partir do que teoriza a pesquisadora, é possível inferirmos que não há, no Brasil, igual direito ao uso da língua/linguagem. O direito à palavra é distribuído de acordo com a classe social do falante, o que nos leva a concordar com Orlandi (2009, p. 223) ao entender que o preconceito “[...] se realiza individualmente ou por pequenos grupos, ou raças, mas é de natureza sociohistórica, sendo regido pelo econômico [...]”.

Nesse viés, faz-se necessário entender que o discurso é lugar de conflitos, disputas de interpretações em que se manifestam as lutas ideológicas em jogo, mas também prática reprodutora/transformadora dos sujeitos que significam o mundo e a si mesmos, interferindo na processualidade histórica (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2009). Por isso, como bem lembra Pêcheux (2009), não podemos ficar cegos à história, nem surdos à língua, pois é pela intervenção da história que a língua produz sentidos, tendo em vista que nenhum discurso nasce do nada. Todo acontecimento, como diz Pêcheux (2009), articula uma atualidade a uma rede de memória.

Ao deslegitimar a voz do nordestino pela linguagem “que não se modernizou”, o sujeito evidencia as construções sociais que (re)produzem a(s) imagem(s) do nordestino historicamente construídas no imaginário de parte dos brasileiros, cuja origem reside no preconceito de classe. Entendemos que a divisão da sociedade brasileira em classes sociais serve de base para os diversos tipos de preconceito, sejam eles preconceito de cor, de gênero, de uso da língua (preconceito linguístico) e de lugar.

Não afirmamos, com isso, que os diversos tipos de preconceitos são explicáveis a partir, apenas, das divisões da sociedade em classes, muito menos que tudo pode ser explicado com base nessas divisões, contudo, não podemos deixar de refletir que na sociedade brasileira as relações que os sujeitos mantêm, estando posicionados em determinada classe, produzem impacto em suas práticas discursivas, uma vez que, como afirma Pêcheux (2009, p. 82), “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Se todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes, como afirma o filósofo, é possível entender que as palavras não têm sentido em si mesmas, ou ainda, que o significado das palavras não se reduz ao que consta nos dicionários como se acredita, isso porque não há uma relação transparente entre os significados da palavra e a literalidade do significante. Assim, o sentido ou efeito de sentido diz respeito à variedade

de significados que um termo ou vários termos podem assumir, dependendo de quem, como, onde e quando o(s) profere.

Em vista disso, Pêcheux (2009, p. 146) afirma que os sentidos “[...] são determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sociohistórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, e resume dizendo: “[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Para compreender melhor como os sentidos das palavras estão articulados à posição social e à formação ideológica do sujeito do discurso, tomamos, como exemplo, a designação “Nordeste”, e nos questionamos sobre os efeitos de sentidos dessa denominação nos comentários do *Twitter*, após as eleições presidenciais de 2018. Seguem, abaixo, duas materialidades discursivas: a primeira, de um sujeito contrário ao partido dos trabalhadores (PT), e a segunda, favorável ao candidato Fernando Haddad (PT).

Materialidade 1. *Nordeste burro!*

(comentarista criticando a vitória de Fernando Haddad no Nordeste).

Materialidade 2. *Nordeste vence olimpíada de história*

(comentarista explicando a vitória de Fernando Haddad no Nordeste).

É possível observar que em ambas as materialidades há uma tentativa de explicar a vitória do candidato da esquerda no Nordeste, contudo, tal justificativa se dá por um viés inverso. Na primeira, dada a formação social e ideológica do sujeito enunciador, a vitória justifica-se pelo viés da falta de conhecimento e da ignorância do nordestino, que, desprovido de qualquer racionalidade, elege, como presidente, alguém tido como incapacitado para o cargo.

Já na segunda, o sujeito comentarista, filiado à outra formação discursiva e ideológica, contrapõe o discurso da falta de inteligência à vitória dos nordestinos na olimpíada de história, destacando que é justamente por ter conhecimento histórico e social que o Nordeste elegeu o candidato da esquerda e não o de direita. Dessa forma, o sintagma Nordeste é o mesmo para ambos enunciadores, mas os sentidos são diferentes, uma vez que são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sociohistórico e discursivo.

Corroborar-se a afirmação de Orlandi (2015) segundo a qual, ao tomarmos a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, é entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se)

significam. Considerando essa relação entre sujeito e sentido, entre língua e discurso, Fernandes (2008, p. 14-15) afirma que

[...] o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. [...] o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real. O estudo do discurso toma a língua materializada em forma de texto, forma linguístico-histórica, tendo o discurso como objeto. A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção.

Em linha gerais, na perspectiva pecheuxtiana, o discurso não é o texto enquanto materialidade, não é a fala, nem tampouco a língua. É, como diz Pêcheux (2009), índice de agitação nas filiações sociohistóricas, é prática política, lugar de debate, conflito e confronto de sentido; surge de outros discursos, ao mesmo tempo em que aponta para outros. Não provém de uma fonte única, mas de várias, tem uma memória, pois “[...] nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica” (MITTMANN, 1999, p. 272), tal repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata, e muitas vezes se dá de forma oculta ao sujeito enunciador.

2.4. Sujeito e ideologia: “uma relação de nunca acabar¹¹”

Iniciamos nossa reflexão dizendo que o conceito de sujeito difere radicalmente a depender do lugar de onde se enuncia. Assim, dentre as várias categorias de sujeito encontradas, é possível acentuar a diferença entre sujeito do discurso, o sujeito de direito, os sujeitos gramaticais, os sujeitos das teorias da comunicação e da psicologia. Apesar de sabermos que há um emaranhado de sentidos e controvérsias a respeito do tema, trataremos, aqui, apenas da perspectiva de sujeito à qual nos filiamos, o que por si só já é uma tarefa bastante complexa.

Seguramente, um dos maiores pontos de discordância entre a Análise de Discurso orientada em pressupostos pecheuxtianos e outras teorias do discurso é o conceito de sujeito e de ideologia. Tais divergências teóricas têm produzido inúmeros trabalhos que

¹¹ Em referência ao livro “Michel Pêcheux e Análise do Discurso - Uma Relação de Nunca Acabar”, organizado por Freda Indursky e Leandro Ferreira.

questionam a teoria althusseriana de assujeitamento e a teoria lacaniana de sujeito do inconsciente, teorias que serviram de base para a constituição da AD enquanto disciplina.

Algumas discussões, nesse sentido, têm se constituído de forma produtiva entre os analistas de base pecheuxtiana, e hoje, considerando os últimos acontecimentos políticos no Brasil e no mundo, refletir sobre essa temática torna-se imprescindível para o avanço da AD enquanto disciplina de entremeio. É certo que a teoria desenvolvida pelo filósofo francês sofreu avanços, se compararmos sua primeira obra, “Análise Automática do Discurso”, à última, “O discurso: estrutura ou acontecimento”. Contudo, os conceitos de sujeito e ideologia continuam a reclamar, a cada acontecimento discursivo/histórico, novos olhares e questionamentos outros.

Nesse lugar de entremeio, é possível a construção de um olhar sobre um sujeito que, constituído pela ideologia e afetado pelo inconsciente, trabalha via linguagem. O que significa dizer que, dentro dos pressupostos pecheuxtianos, o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, não se constitui enquanto fonte do seu dizer nem mesmo é origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que esses processos são determinados pela relação com os já-ditos da Formação Discursiva na qual o sujeito está inscrito. Formação Discursiva define-se a partir de Pêcheux (2009, p. 147) “como aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”. Entende-se, com isso, que sob a ótica da AD, embora o sujeito se pense individual, livre e consciente do seu dizer; ele é social, interpelado pela ideologia e dotado de inconsciente.

Importante pontuar que, para Pêcheux (2009), a Formação Discursiva é vista como uma unidade dividida, que mesmo sendo possível descrevê-la a partir de suas regras de formação e de suas regularidades, ela é heterogênea, sendo que tal heterogeneidade não se dá de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma Formação Discursiva pode haver vozes outras que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, diferenças e contradições.

Nesse viés, Pêcheux e Fuchs (1975) contrapõem-se de forma contundente à filosofia idealista da linguagem, a qual concebe o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como algo já existente. Segundo Pêcheux e Fuchs (1975), o indivíduo é interpelado em sujeito do discurso, sendo que, nesse processo de interpelação, ele é afetado por dois tipos de esquecimento: esquecimento nº 1, de natureza inconsciente e

ideológica, coloca o sujeito como origem de tudo o que diz, fornecendo-lhe a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso. De acordo com Orlandi (2015), esse esquecimento reflete o sonho adâmico de ser o primeiro a dizer, ou, nas palavras da escritora, “[...] o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significaria apenas e exatamente o que queremos” (ORLANDI, 2015, p. 33). A autora pondera, ainda, que embora os sentidos se realizem no sujeito, “[...] eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2015, p. 33).

Já no esquecimento de nº 2, segundo Orlandi (2015), o sujeito privilegia algumas formas e “apaga” outras. Ao selecionar determinados dizeres em detrimento de outros, Pêcheux (2009) afirma haver um caráter de pré-consciência ou semiconsciência do sujeito. Nesse estágio, o sujeito tem a ilusão de que o que é dito possui apenas um sentido, e que seu discurso produzirá o mesmo efeito em todos os interlocutores, como se as mensagens e intenções do sujeito enunciator pudessem ser captadas da mesma forma por todos.

Sobre isso, Orlandi (2015, p. 33) explica:

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim.

No que diz respeito às noções de esquecimento, Pêcheux (2009) acrescenta que em nenhum dos casos o sujeito tem controle sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, ou é capaz de perceber que há outros discursos que determinam seu dizer. Segundo Orlandi (2015), isso acontece porque, quando nascemos, os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo, contudo, isso não significa que somos afetados da mesma forma. A autora adverte que há singularidade na maneira como somos afetados pela língua, pela história e pela ideologia.

Um ponto que merece ser destacado diz respeito à posição sujeito no discurso, o que para Orlandi (2015) é diferente de lugar do sujeito. Para a pesquisadora, o fato de sermos uma sociedade de relações hierarquizadas (dividida em classes), há relações de

forças sustentadas no poder desses diferentes lugares, o que constitui as formações imaginárias.

Resta acrescentar que todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim, não são os sujeitos físicos, nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos, para as posições sujeitos no discurso. (ORLANDI, 2015, p. 38)

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições, assim, o que funciona no discurso sobre o nordestino não é o sujeito empírico, mas o nordestino enquanto produção discursiva produzida pelas formações imaginárias. Em outras palavras, como explica Orlandi (2015, p. 46), “[...] são as imagens que permitem que as palavras colem com as coisas”.

De acordo com Pêcheux (1997, p. 82), os sujeitos que interagem no processo discursivo não são, apenas, pessoas físicas, empíricas, são sujeitos marcados social, histórica e ideologicamente. Assim, podemos compreender em nossa pesquisa que nordestinos e não nordestinos designam lugares determinados na estrutura de uma organização social, logo, cada sujeito enuncia a partir dos lugares sociais que ocupa.

Contudo, é possível encontrarmos comentários de nordestinos, por exemplo, falando do lugar do sulista ou sudestino, e, para entendermos tal contradição, se faz necessário considerar, a partir das condições de produção, a imagem que se construiu sobre o eleitor nordestino de esquerda em contraponto ao eleitor de direita do Sudeste. Tal imagem cria a ilusão de que no Nordeste todos os eleitores são de esquerda, em oposição ao Sul e Sudeste, onde, supostamente, todos seriam de direita, e apaga a heterogeneidade constitutiva de cada grupo populacional.

Considerar a força que as relações imaginárias têm na constituição do dizer é de fundamental importância, pois, como diz Orlandi (2015, p. 40), “[...] o imaginário não brota do nada, assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. Nesse sentido, é importante analisar o atravessamento da imagem no confronto do simbólico com o político, uma vez que não é no dizer em si que o sentido se constitui como sendo de “direita ou de esquerda”, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sociohistórico em que as palavras são produzidas.

Nesse percurso teórico, não existe sujeito sem ideologia. A ideologia é, assim, colocada na constituição da disciplina como ponto crucial para análise dos efeitos de sentidos nos discursos, isso porque, na AD, a ideologia opera produzindo efeitos de evidência, mas também fornece as bases materiais para a interpretação da realidade, materializando-se na relação constitutiva entre língua, sujeito e história. Nesse sentido, é a ideologia que produz o efeito de naturalização dos sentidos e da transparência da linguagem e esse funcionamento não pode ser confundido com falsa consciência ou inversão da realidade. Para Orlandi (2015, p. 44), o trabalho da ideologia “[...] é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”.

Discorrer sobre a ideologia em Pêcheux significa trazer à cena da discussão as contribuições de Althusser nos estudos discursivos, a exemplo da obra “Semântica e Discurso”, na qual Pêcheux retoma a teoria althusseriana de interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia. Sobre o estudo da ideologia, Althusser (1987, p. 85) formulou três teses:

1. Ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência;
2. A ideologia tem uma existência material;
3. A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos.

Explicando as duas primeiras teses, poderíamos pensar no que propõe Pêcheux (2009) quando afirma que as ideologias existem materialmente entre os sujeitos, por isso, não são feitas de “ideias”, mas de práticas humanas. Quanto à terceira tese (interpelação ideológica), esta pode ser considerada a principal das teses desenvolvidas por Althusser e também a mais polêmica, isso porque, segundo Florêncio et al. (2009), na perspectiva de Althusser, “ser sujeito é um efeito de sujeição à ideologia”. É, pois, sob a forma de interpelação do indivíduo, como sujeito ideológico, que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais. A noção de assujeitamento ideológico proposta por Althusser constitui-se, hodiernamente, entre analistas de discurso, uma questão importante a ser colocada, pois, se de um lado é consensual entre os pesquisadores da AD que o sujeito sofre determinações históricas e é constantemente interpelado pela ideologia, por outro, há que se ressaltar que há tensões, falhas, deslizos e deslocamentos de sentidos.

Dessa forma, muitos analistas em AD questionam a tese althusseriana de assujeitamento ideológico por considerarem que ela engessa o sujeito impossibilitando-o de fazer a revolução no interior da luta de classes. Para Magalhães (2003), a crítica à teoria de sujeito e ideologia postulada por Althusser deve-se ao fato de que, nesta concepção, “[...] a luta de classes se transforma apenas em resistência, que tem a ver com a impossibilidade de rompimento geral das relações sociais de classe para uma nova sociabilidade” (MAGALHÃES, 2003, p. 25). O sujeito althusseriano, continua a pesquisadora, “[...] apenas resiste, e, mesmo assim, com muita dificuldade, pois, durante o seu texto aprendemos como é grande a força da interpelação ideológica realizada pelos aparelhos de Estado” (MAGALHÃES, 2003, p. 25).

A pesquisadora citada, em conjunto com outros pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas, discute o fenômeno da ideologia a partir de um viés ontológico. Tal concepção apresenta a noção de homem como um ser prático que reage às demandas postas e responde a necessidades determinadas. Quanto a isso, Lukács (1978, p. 5) afirma que “[...] o homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los”.

Ao estabelecer o homem como um ser que dá respostas, é preciso entender que, para o autor, tais respostas buscam atender às necessidades humanas e, nesse sentido, as respostas são produzidas através do trabalho que é a base ontológica fundante do ser social. Nesse contexto, falar em ideologia em termos ontológicos significa analisar o funcionamento ideológico essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, “enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (VAISMAN, 1989, p. 18). Nessa perspectiva, a concepção de ideologia assenta-se no entendimento de homem enquanto ser que reage e responde às demandas (im)postas pela realidade objetiva e faz escolhas entre as alternativas objetivamente postas.

Lukács (2013, p. 465) afirma:

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade.

A partir do que expõe o filósofo, entende-se que a ideologia, sob o ponto de vista ontológico, remete à existência de estruturas sociais divididas em classes, castas ou grupos, cujos interesses individuais e antagônicos, na luta de classes, produzem conflitos que se desenvolvem no campo socioeconômico. Sendo assim, Lukács (2013, p. 465) define a ideologia como o “[...] complexo da vida social, fundado no trabalho; veículo de conscientização e prévia ideação da prática social dos homens.”

Nesse sentido, a explicação do discurso só é possível se considerada a abordagem marxiana de análise das contradições nas relações sociais de produção. Quanto a isso, Pêcheux escreve, em “Discurso: estrutura ou acontecimento”, que não há identificação plena que não seja afetada, uma vez que toda identificação carrega a possibilidade de crítica e de possibilidade de negação do estabilizado.

Magalhães (2003) adverte que pela via do materialismo histórico-dialético é possível pensar em um sujeito que, a partir do que a realidade social oferece, e do que a objetividade permite, toma posição, escolhe, assume ou nega identificações. É o que se observa na formulação de Pêcheux (2015, p. 56) quando afirma: “Não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sociohistórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo, isto é, no caso, por um erro de pessoa, isto é, sobre o outro, objeto da identificação”.

É necessário considerar, a partir do que defende Pêcheux (2009; 2015), que é pela ilusão do ritual sem falhas, que pensamos haver interpelação ideológica plenamente bem sucedida. Neste sentido, é imperativo pensarmos o sujeito do discurso diante da possibilidade de transformação e de resistência ao estabilizado, uma vez que o sujeito do discurso não pode ser entendido como apenas assujeitado a reproduzir as relações de produção dominante na luta de classes, é preciso dizer que esse sujeito pode, também, resistir ao discurso dominante e, até mesmo, transformar as relações de produção.

Cumpre, aqui, melhor tratar sobre o lugar da resistência na teoria do discurso, para não incorrerem no equívoco de pensarmos na possibilidade de um sujeito livre e senhor de sua vontade, dono absoluto de seu dizer, ou então, no seu inverso: sujeito robotizado, como se os homens não fossem mais que “suportes” (PÊCHEUX, 2009, p. 274). No artigo: *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: Início de uma retificação*,¹² o filósofo busca entender o lugar da resistência na teoria do discurso, sem,

¹² Retificação feita por Pêcheux em 1978 e acrescentada ao livro *Semântica e Discurso*

com isso, negar a interpelação ideológica. Para o teórico, é preciso pensar a interpelação ideológica como um ritual com falhas, brechas ou rachaduras.

Assim explica Pêcheux (2009, p. 277):

Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político.

Há que se entender que “reprodução” não significa necessariamente “repetição do mesmo”, uma vez que cada ritual ideológico pode se deparar com o imprevisível, como rejeições e atos falhos, o que de alguma forma pode interromper a perpetuação das reproduções e possibilitar transformações, ou seja, o surgimento do novo. Ademais, é importante pontuar que, no campo discursivo, a própria repetição pode produzir deslocamentos. Afinal, conforme afirma Indusky (2011, p. 71),

Repetir, para a AD, não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora frequentemente este tipo de repetição também ocorra. Mas a repetição também pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra do regime de regularização de sentidos.

Ao reconhecer a possibilidade do novo, Magalhães (2003) rejeita a ideia de um sujeito interpelado incondicionalmente pela ideologia e subsumido ao inconsciente como alguns analistas têm feito parecer em seus trabalhos. Para a autora,

[...] em épocas em que se acentua o individualismo levando o indivíduo ao isolamento completo, à competição desenfreada ou à inércia, a vinculação da AD ao estruturalismo pode significar uma aceitação do mundo como ele está (MAGALHÃES, 2003, p. 86).

Por isso, de acordo com a autora, as concepções de Althusser e Lacan não podem ser vistas sob um olhar estruturalista, uma vez que isso significa substituir “[...] os grilhões que a lógica da natureza mantém sob seus seres por grilhões ideológicos e inconscientes que não permitem ao homem/mulher fazer história, mas apenas ser conduzida por ela” (MAGALHÃES, 2003, p. 86).

Por mais incômoda que a afirmação de Magalhães possa parecer, há que se considerar que ela encontra fôlego no próprio Pêcheux, se considerarmos a discussão proposta em “Discurso: estrutura ou acontecimento”, ou ainda, no anexo III de

“Semântica e Discurso” em que Pêcheux (2009, p. 281) conclui o texto apresentando pontos incontornáveis na teoria. O primeiro ponto consiste em afirmar que “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes”, que significa que é preciso “ousar se revoltar”; e no segundo, “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente”, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”.

Esses dois pontos parecem sugerir uma retomada do quadro epistemológico, colocando, de um lado, a atuação de elementos do materialismo histórico e, de outro, questões da psicanálise, apontando para uma falha no processo de interpelação ideológica, a ligação entre as duas regiões estaria na ousadia, constituinte dos processos de resistência, “*ousar se revoltar*” (primado prático da luta de classes) e “*ousar pensar por si mesmo*” (primado prático do inconsciente).

Mesmo havendo muitos trabalhos acerca do tema, a questão da (im)possível passagem entre ideologia e inconsciente é ainda um tema não suficientemente enfrentado e investigado pelos pesquisadores em Análise do Discurso de base pecheuxtiana, dadas as peculiaridades e complexidades que cada noção apresenta. O fato é que a discussão precisa estar colocada, pois como adverte Silva Sobrinho (2017, p. 24), a ideologia “cumprir uma função nas relações de classes”, pois orienta ações, estas, “[...] impulsionadas pelas práticas sócio-históricas de sujeitos teimosos, ensimesmados e ardentes”.

Dessa forma, há que se assumir que para a produção de qualquer trabalho crítico, necessário se faz entender que o discurso é posto pelos sujeitos que, divididos em classes, constituem o fazer histórico a partir de suas lutas. Quando falamos em história, não estamos, como já explicado, fazendo referência a fatos ou acontecimentos históricos tratados cronologicamente, mas a práticas sociais e relações de poder que se inscrevem no discurso através da historicidade. Nesse sentido, como afirmou Pêcheux, o discurso é instrumento de prática política, a qual se manifesta pela ideologia.

SEÇÃO 3

3. O NORDESTE PELAS LENTES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Albuquerque Júnior (2011), o Nordeste como recorte regional, ou mesmo como uma identidade regional à parte, nem sempre existiu, como faz crer quase toda a produção artística, literária e acadêmica que normalmente se refere a essa região como se já existisse desde o período colonial, o que não é verdade. O Nordeste, como afirma Albuquerque Júnior (2012), é filho da ruína da antiga geografia do país segmentada entre “Norte” e “Sul”, isso porque, até os anos de 1900, a divisão do Brasil se fazia apenas entre o Norte, que abrangia toda a área atual do Nordeste e da Amazônia, e o Sul, que abarcava toda a parte do Brasil que ficava abaixo do estado da Bahia.

Nesse sentido, iniciamos essa seção refletindo sobre o processo de constituição do Nordeste enquanto região. Para entender os discursos propagados no *Twitter*, faz-se necessário compreender a historicidade desses discursos, suas condições amplas de produção, uma vez que os estereótipos que emergem no *Twitter* contra os Nordestinos há muito já circulam em nossa sociedade, por isso, propomos um olhar para o processo de construção/invenção dessa região a partir da designação “Nordeste”.

Não faremos uma incursão pela história do Nordeste, interessa-nos problematizar a sua “invenção”, desnaturalizando-a, descortinar sua historicidade no campo das práticas e discursos, estremecer espaço e discursos cristalizados, pois como diz Albuquerque Júnior (2011, p.37), “longe de ver a região como um terreno firme, em que se pode apoiar o ferver, o movimento da história, mostrá-la também como solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragado pela historicidade”.

Para tanto, tomamos a categoria condições de produção, no seu sentido amplo, como ponto de partida para o estudo das discursivizações sobre o Nordeste e os nordestinos. Entendemos que tais discursivizações estão ancoradas em um contexto sociohistórico e ideológico e são produzidas, reproduzidas e transformadas pela própria atividade humana (SILVA SOBRINHO, 2017), sendo necessário, portanto, analisar o funcionamento de discursos produzidos sobre o Nordeste no *site Twitter* a partir de um ponto de encontro entre memória e atualidade (PÊCHEUX, 2009).

Esse ponto de encontro nos impele a observar a sociedade capitalista brasileira e os conflitos antagônicos entre capital e trabalho. Com efeito, os discursos que situam os

nordestinos em um grupo diferente dos que “*trabalham, produzem e pensam*” não podem ser explicados apenas pelo próprio discurso como um equívoco ou falha da língua, é preciso considerar a questão dos conflitos de classe. Nesse sentido, discursos sobre identidade, raça, grupos regionais não podem ser compreendidos sem uma análise mais aprofundada dos efeitos das lutas de classes sobre as práticas linguísticas, pois, como afirma Silva Sobrinho (2017), as lutas de classes são raízes da própria constituição dos discursos.

Diante do exposto, e para uma melhor delimitação sociohistórica deste trabalho, remeter-nos-emos, inicialmente, a história nacional a partir dos anos 1877, período no qual se dá o declínio da produção agrícola do Norte e também acontece uma das grandes secas da história dessa região. Segundo Albuquerque Júnior (2011), esses dois acontecimentos marcam mais fortemente a construção de estereótipos sobre os habitantes da região Norte e, conseqüentemente, da região Nordeste, já que, como diz o historiador, o “Nordeste é filho das antigas ruínas do Norte”. A partir desses dois acontecimentos, há um processo migratório mais intenso para o Sul, possibilitando o encontro entre brasileiros de diversos espaços, principalmente os que hoje foram condicionados a chamar Norte e Nordeste.

Na sequência de nossa análise, discutiremos os sentidos de retirantes e migrantes tomados como sinônimos nos discursos sobre os nordestinos na imprensa, na literatura, no discurso político e também no acadêmico. Por fim, refletiremos sobre o Nordeste tomando como recorte histórico os anos de 2002 a 2014, período que julgamos importante no tocante ao desenvolvimento dessa região.

3.1 Condições de produção e discursos sobre os nordestinos: a construção de um percurso de análise

Segundo Pêcheux (1997), todo discurso é sempre produzido a partir de condições de produção dadas, o que inclui o contexto sociohistórico e o aspecto ideológico dos diversos discursos que circulam na sociedade. Nesse sentido, iniciar a discussão proposta nesta seção pelo estudo das condições de produção (CP) nos dá a possibilidade de interrogar os vestígios históricos e ideológicos de produção e reprodução de discursos de estereotípias sobre os nordestinos que se repetem historicamente. Assim, pensar nos discursos que circulam no ciberespaço, em especial no *Twitter*, *locus* deste trabalho,

significa, para nós, compor um estudo que prioriza a linguagem em funcionamento em um percurso histórico que se discursiviza todo o tempo, mas não em todas as direções.

Para Orlandi (2015), as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação e que estas podem ser consideradas, em seu sentido estrito, as circunstâncias da enunciação (contexto imediato) e, em sentido mais amplo, o contexto sociohistórico-ideológico (contexto mediato). A noção de condições de produção (CP) no quadro da Análise do Discurso, trabalhada por Pêcheux, articula-se às condições ideológicas de produção/reprodução/transformação dos discursos numa perspectiva materialista, histórica e dialética, o que implica dizer que, a partir da análise das condições de produção, o analista observa a relação da linguagem e do político com o social, sem perder de vista as formações ideológicas que determinam o campo das práticas. Dessa forma, como explica Orlandi (1988, p. 18), é preciso entender que o “processo de significação é histórico”, o que é diferente de se “acrescentar dados históricos para melhor delimitar a significação”.

Em Análise Automática do Discurso, Pêcheux (1997, p. 75) formula a seguinte explicação:

O estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos.

Entender as “circunstâncias” de um discurso, de acordo com o que Pêcheux explica, passa por questionar os lugares sociais ocupados, as relações de força, as tensões entre os “já-ditos” e os “a-dizer” e tomadas de posição do sujeito discursivo. Isto supõe que analisar um discurso é distinto de analisar um texto, se tomado como uma sequência linguística fechada sobre si mesma. Por isso, Pêcheux afirma que é “[...] necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Considerando os avanços pelos quais passou a teoria pecheuxtiana, há de se observar que entre a primeira obra “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” e as que seguem, o autor promove avanços no entendimento das condições de produção. Em “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 171) incorporam um ponto de vista dialético à teoria das CP, uma vez

que muitos críticos viam na formulação de 1969 (AAD -69) um caráter mais funcionalista que dialético. Sobre isso, os autores explicam:

Se impõem certos esclarecimentos em relação às formulações ambíguas que o texto de 1969 fornecia, principalmente referente às ‘condições de produção’: esta ambiguidade residia no fato de que o termo ‘condições de produção’ designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo. No limite, as condições de produção neste último sentido determinam ‘a situação vivida pelo sujeito’ no sentido de variável subjetiva (atitudes, representações etc) inerentes a uma situação experimental. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 171)

Embora seja possível identificar que Pêcheux e Fuchs (1975) aprofundam a reflexão sobre as Condições de Produção, estas continuam a demandar reflexões, isso porque a constituição de sentidos no processo discursivo parece apresentar-se, de alguma forma, muito próxima a um tipo de domínio social, histórico, ideológico, mas não constitutivo e atravessado por todos eles.

Desse modo, o conceito de condições de produção, forjado por Pêcheux e Fuchs, ainda se mantém no limite da objetividade e homogeneidade, o que, para Courtine (2009), é um problema, uma vez que é preciso pensar que é no movimento dialético das contradições de classe que os modos de constituição simbólica se definem, isto é, a exterioridade, em sua condição dialética da contradição que permeia as práticas sociais, se reproduz e produz, no processo discursivo, sentidos imprevistos que se instauram nos enunciados das posições-sujeito (COURTINE, 2009).

Nessa direção, Magalhães (2003) aponta que, do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, as condições de produção “devem ser tomadas como fundantes de toda práxis humana” e ressalta que em uma sociabilidade capitalista, todas as práxis sociais, inclusive as discursivas, são afetadas pelas relações de classes geradas pela lógica capitalista. Assim, conforme Magalhães, os sentidos dos discursos devem ser entendidos para além do momento de sua produção e que as condições de produção não podem ser vistas de forma dissociada de sua condição constitutiva que articula materialidade linguística, realidade histórica, sujeito e contradições ideológicas.

Sobre os sentidos, Orlandi (2008, p. 164) acrescenta que estes

[...] se determinam pelas condições em que são produzidos, em formações imagináveis: imagem de quem fala, de quem ouve, do próprio objeto de que se fala, das circunstâncias em que irrompem. Mais

do que isso, os sentidos não dependem de nossas intenções mas de possibilidades e necessidade reais concretas com seus efeitos simbólicos. E funcionam ideologicamente.

Corroborando Orlandi (2008), Cavalcante (2007) considera que as CP devem estar sempre alinhadas às contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articuladas teoricamente com o conceito de formação discursiva, levando sempre em consideração, no trabalho de análise, o modo como os acontecimentos significam e afetam os sujeitos em suas diferentes posições políticas na sociedade, como o poder se organiza e distribui posições de mando ou subordinação.

Nestas considerações sobre as condições de produção, não podemos deixar de pensar como o interdiscurso, nas palavras de Orlandi (2015, p. 29), “[...] disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. No nosso caso, importa pensar sobre o que já se disse sobre o Nordeste e nordestinos, sobre eleição, sobre voto e também sobre dizeres que significaram, em diferentes regiões deste país, o papel político do eleitor do Nordeste. Todos esses sentidos já ditos por alguém em algum lugar em outros momentos e em outras eleições têm um efeito sobre o modo como o Nordeste e seus habitantes vêm sendo discursivizados no *Twitter*. Em 2014, por exemplo, foram vários os comentários que questionavam o direito ao voto do Nordeste, como é possível observar na materialidade abaixo:



São sentidos convocados pela formulação: “eleição devia ser feita só no sul e sudeste” que pressupõem, entre outras coisas, na experiência política/histórica que temos, que o nordestino não deveria ter o direito ao voto, que o voto não deve ser para todos, mas para um grupo (branco, elitista e pertencente a apenas duas regiões do Brasil), ou seja, o direito ao voto deveria ser restrito aos “homens de bem” (termo bastante utilizado durante as eleições presidenciais de 2014 e 2018) ou “homens bons”¹³ (condição

¹³ De acordo com Comissolle (2006), durante o período colonial, as eleições no Brasil possuíam caráter local. Eram votantes os chamados "homens bons", expressão usada com referência à gente qualificada pela

necessária para poder votar durante o período colonial). Nesse sentido, tal formulação atualiza uma memória pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando em diferentes épocas e lugares, mas sempre marcados pela ideologia e pelas posições de poder.

Ao analisar essa formulação, podemos afirmar, junto com Orlandi (2015), que o dizer não é propriedade particular e as palavras não são só nossas, uma vez que são significadas pela história e pela língua, pois o sujeito que enuncia pensa que sabe o que diz, mas não tem controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem. Salientamos que nos estudos das condições de produção, o interdiscurso tem papel relevante na discussão, como descreve o próprio Pêcheux (1995), não se pode deixar de lado o funcionamento do interdiscurso, pois isso seria aceitar a ilusão do sujeito sobre a origem do seu próprio dizer (esquecimento nº 1), apagando toda a historicidade constitutiva do discurso.

Para sustentar essa afirmação, Orlandi (2015) considera que o interdiscurso é responsável por mobilizar relações de sentidos, memória afetada pelo esquecimento.

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em minhas palavras. (ORLANDI, 2015, p. 31)

A partir da discussão proposta por Orlandi (2015), retomamos a formulação: *eleição devia ser feita só no sul e sudeste* e vemos que, sob o ponto de vista das condições estritas de produção (contexto imediato), ela se inscreve no período das eleições presidenciais de 2014, a qual foi uma das eleições mais acirradas da história do Brasil, saindo vitoriosa a candidata da esquerda, Dilma Rousseff, com uma votação bastante expressiva nas regiões Norte e Nordeste e que esse enunciado circulou em redes sociais digitais como *Twitter* e *Facebook*. Seria possível dizer também que esse foi um período de crescimento do consumo de celulares com acesso à internet no Brasil, o que, de algum modo, favoreceu o uso das redes sociais digitais e, conseqüentemente, a circulação dos discursos e “democratização” dos debates no ciberespaço.

linhagem familiar, pela renda e propriedade. Posteriormente, a expressão “homens bons” passou a designar os vereadores eleitos das Casas de Câmara dos municípios, até o termo, na língua, cair em “desuso”.

Entender esses discursos passa, principalmente, por considerar as condições amplas de produção. Nesse caso, volver um olhar para a construção da cena política brasileira a partir do período colonial, quando, segundo Comissoli (2006), apenas os “homens bons” tinham direito ao voto, depois pelo período do voto obrigatório censitário em 1824, quando só os homens com mais de 25 anos de idade e uma renda anual determinada (cem mil réis que atualizados correspondem a 1 milhão de reais) podiam votar.

Mesmo após a proclamação da república, o direito ao voto não foi uma questão plenamente resolvida. A primeira eleição direta para presidente da república, ocorrida em 1824 e que elegeu Prudente de Moraes, contou com a participação de apenas 2% da população brasileira da época. Assim, a ampliação do voto a outros grupos sociais brasileiros só ocorreu, de fato, a partir do século XX. O voto feminino, por exemplo, é uma conquista recente (década de 1930), já o voto de pessoas sem escolarização foi um direito garantido, apenas, na Constituição de 1988.

A partir do exposto, é possível dizer que os discursos no ciberespaço não apenas reproduzem, mas atualizam os discursos já presentes na sociedade. Os efeitos desses discursos não estão dados, daí é preciso interrogar o contexto sociohistórico-ideológico, questionar a raiz da formação social capitalista brasileira e, por conseguinte, a raiz da construção de discursos sobre o sujeito nordestino brasileiro. Sujeito esse significado, tanto no ciberespaço quanto fora dele, como um estranho, um outro, um sujeito indesejado do ponto de vista do homem urbano contemporâneo, um fora do lugar que não cabe na cena política do Brasil.

É com base nessas considerações que propomos, nesta seção, um estudo dos discursos que designam os nordestinos a partir das condições amplas de produção, entendendo que esses discursos são produzidos em condições determinadas e produzem sentidos para além do campo das evidências. Dessa forma, estudaremos, na sequência, a constituição do Nordeste enquanto região, ou, como prefere chamar Durval Muniz (2011), o processo de Invenção do Nordeste.

3.2 O Nordeste e as formações imaginárias sobre o nordestino

Na mídia, especialmente nas grandes emissoras de televisão, o Nordeste é apresentado como uma região que conheceu um outro ritmo histórico e, portanto, conservou formas e estruturas das relações econômicas/sociais e da dominação política que, em outras regiões, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam existido (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). O exemplo desse complexo jogo de identidades intensificado pela mídia sobre o que é, e o que não é o Nordeste, pode ser sintetizado na fala do jornalista Diogo Mainard¹⁴ em entrevista a Globo News no programa “Manhattan Connection”, em 27 de outubro de 2014, um dia após o resultado das eleições presidenciais:

O Nordeste sempre foi retrógrado, sempre foi governista, sempre foi bovino, sempre foi subalterno em relação ao poder, durante a ditadura militar, depois com o reinado do PFL e agora com o PT. É uma região atrasada, pouco educada, pouco instruída que tem uma grande dificuldade para se modernizar..., e se modernizar na linguagem.

As imagens de um Nordeste imutável discursivizadas pelo jornalista para explicar a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), nessa região, aparecem de forma cristalizada na maioria dos discursos midiáticos e, hoje, com o crescimento das redes sociais digitais, esses discursos se repetem e tomam proporções bem maiores do que em outros espaços. Nesse sentido, concordamos com Mittmann (2013) quando afirma que

O que pareceria um paradoxo – o desejo de democratização saciado pela tecnologia *versus* a ocupação desse espaço por discursos que parecem saídos da casa grande -, se visto sob a perspectiva materialista, apenas reforça a tese de que a contradição é o real da história. (MITTMANN, 2013, p. 235)

Assim, ao lançarmos um olhar para os discursos que circulam no ciberespaço, principalmente no *Twitter*, sobre o que é o Nordeste e quem são os nordestinos, entendemos melhor a afirmação de Pêcheux (1990, p. 29): “Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. O encontra porque há um sempre já dito, que se reproduz em diferentes espaços e em determinados momentos sociohistóricos. Nesse sentido, enunciados como “*o Nordeste sempre foi bovino*”, ou, “*é uma região pouco educada*” se repetem ao longo da história do Brasil e

¹⁴ Estamos retomando o recorte já citado na 1ª seção desta pesquisa.

reclamam outras leituras. Como exemplificação dessa repetição, reproduzimos, na sequência, um trecho de uma matéria publicada em 1920 no jornal O Estado de São Paulo¹⁵:

[...] Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é, a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, **sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo** (*destaque nosso*)

Vemos, dessa forma, que os discursos, como afirmou Pêcheux (2009), pré-existem ao discurso do sujeito, assim, o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime de repetibilidade, e se há repetição, é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. “São discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sociohistórico que são retomados, repetidos, regularizados” (INDURSKY, 2011, p. 70).

Tomando os dois discursos: jornal O Estado de São Paulo, 1920, e o do comentarista da Globo, 2014, podemos dizer, a partir do que postula Pêcheux (2009), que é na repetição, formação de um efeito de série pelo qual se inicia a regularização que residem os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase, o que pode conduzir a questão da construção dos estereótipos. Albuquerque Júnior (2011) define o discurso de estereotipia como sendo:

Um discurso assertivo, repetitivo, uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nomes de semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 30)

Sabemos que os discursos que conduzem a estereótipos sobre os habitantes da região Nordeste surgiram muito antes dessa região ser nomeada, isso porque, segundo Albuquerque Júnior (2011), o Nordeste como recorte regional, como uma identidade regional à parte, nem sempre existiu, como faz crer quase toda a produção artística, literária e acadêmica que normalmente se refere ao Nordeste como esse tendo existido desde o período colonial. A primeira proposta de divisão regional do Brasil, de acordo

¹⁵ Ver Albuquerque (2011).

com Affonso da Silva (2009), surgiu em 1913 com objetivo “pedagógico” e baseada “apenas” em aspectos físicos – clima, vegetação e relevo. Essa proposta dividiu o Brasil em cinco regiões: Setentrional, Norte oriental, Oriental, Central e Meridional. Na região Setentrional, ficavam os estados do Pará, Amazônia e Acre; no Norte oriental, ficavam Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; já Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro pertenciam à região Oriental; Mato Grosso e Goiás, à Central e, por sua vez, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ficavam na região Meridional.

Contudo, como diz Albuquerque Júnior (2011), uma região não é apenas uma delimitação natural fornecida pela geografia física, nem uma essência cultural definida pela geografia humana, mas uma construção, resultado de interesses diversos que disputam e tecem alianças entre si para conquistar o poder de divisão de um espaço atribuindo-lhe identidades. Nessa disputa de interesses, outras tantas divisões e organizações regionais ocorreram no Brasil até chegarmos ao modelo atual. Em 1940, o recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma nova proposta de divisão para o país que, além dos aspectos físicos, levou em consideração os aspectos sociais, econômicos e políticos.

Nessa nova proposta, a região Norte reuniu os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e o território do Acre. Goiás e Mato Grosso, ainda não divididos, formaram com Minas Gerais a Região Centro. Bahia, Sergipe e Espírito Santo formavam a Região Este. O Nordeste, enquanto nome oficial de região, passou a existir e abrigou Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ficaram pertencendo à região Sul. Em 1950, outra mudança agrupou definitivamente os estados do Maranhão e Piauí ao Nordeste, já os estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo passaram a compor a região Leste. Só em 1970 o Brasil ganhou o desenho regional atual. “Nasceu”, finalmente, o Sudeste, como designação de região, com São Paulo e Rio de Janeiro sendo agrupados a Minas Gerais e Espírito Santo e o Nordeste recebendo Bahia e Sergipe¹⁶, como nos mostram os mapas abaixo:

Quadro 1 - divisão geográfica do Brasil de 1913 a 1970

¹⁶ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1

Divisão regional do Brasil – 1913	Divisão regional do Brasil – 1940
 <p>Imagem: SEE-PE</p>	 <p>Fonte: IBGE</p>
Divisão regional do Brasil – 1950	Divisão regional do Brasil – 1970
 <p>Fonte: IBGE</p>	 <p>Fonte: IBGE</p>

Fonte: IBGE

Vemos, a partir dos dados citados, que o estado da Bahia só passou a ser agrupado oficialmente ao Nordeste a partir de 1970, e que mesmo em outras divisões ele nunca fez parte da região Norte. Contudo, são vastos os discursos que homogenizam o Nordeste a partir de categorizações como “baianos”, “baianada” ou “paraíba”. Assim, não é raro encontrarmos comentários no *Twitter* com os dizeres: *agora sim, os baianos vão começar a trabalhar*, ou, *a baianada morre de medo de perder o bolsa família*.

Tais comentários nos levam a concordar com Albuquerque Júnior (2011) quando reflete que uma região não é apenas um recorte espacial, mas produto de ações humanas e resultado de um conjunto de eventos históricos, que surgem a partir de questões sociais, políticas, culturais, e principalmente econômicas. A Bahia, provavelmente, não teria sido incorporada à região Nordeste se parte considerável de sua população não fosse negra,

pobre, dedicada às atividades mais desvalorizadas do mercado de trabalho como aquelas ligadas à construção civil, ao comércio informal e aos empregos domésticos. Nesse sentido, se o nome que designa Nordeste não é natural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011), também não pode ser natural a “seleção” de seus respectivos habitantes.

Ao estabelecer critérios econômicos, políticos, sociais e naturais para a divisão do país em regiões, o discurso oficial do IBGE tenta silenciar determinadas relações de poder e procedimentos de controle que operam a seleção e organização do que se pode agrupar/desagrupar no processo de divisão política do país, bem como o que se pode silenciar/apagar sobre cada região em determinado contexto.

Nesses termos, Albuquerque Júnior (2011, p. 36) afirma que

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu enquadrinhamento, ao recorte e à sua análise que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio comandado. Ela remete em última instância, a *regio* (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder.

É a partir dessas relações de poder, citadas pelo historiador, que a ideia de Nordeste e do que é ser nordestino ganha corpo e abrangência. Tal noção não partiu de fora, como comumente somos levados a pensar, mas de dentro, da própria elite local. Para o historiador, as construções sociais que reverberam hoje sobre o Nordeste têm causa nos discursos das elites políticas ligadas às atividades agrícolas e agrárias tradicionais da própria região.

Dessa forma, pode-se citar a seca de 1877-1879, tida por essa elite como a “grande seca”, como um dos primeiros episódios a marcar a construção da identidade do que hoje chamamos de identidade nordestina. Para Albuquerque Júnior (2012), essa seca, do ponto de vista climático ou natural, em nada divergiu de episódios anteriores, porém, se visto sob a ótica política, funcionou como plano de fundo para que políticos locais, descontentes com o tratamento recebido pela corte e diante do declínio dos seus principais produtos, açúcar e algodão, no mercado internacional, reivindicassem para a região um tratamento diferenciado.

Com base no exposto, Albuquerque Júnior (2012, p. 92) explica:

Enquanto a seca matava apenas animais, escravos e homens pobres, ela nunca havia sido considerada um grande problema, nunca havia despertado tanta atenção, seja nos discursos parlamentares, seja nos discursos oficiais, seja na imprensa, mas esta seca ocorre num momento de crise econômica e de declínio político dos grupos dominantes desta área do país. Ela, pela primeira vez, atinge com intensidade setores médios dos proprietários de terras com falência de alguns, a morte ou a necessidade de migração para outros.

É possível depreendermos, a partir da exposição do historiador, que a seca funcionou como uma estratégia política, favorecendo em alguma medida à elite política local, que encontrou na seca, e nas consequências produzida por ela (fome, doenças e mortes), forte argumento para pedir recursos para socorrer as vítimas do flagelo, recursos esses que não chegavam aos que deles necessitavam.

Ao discurso político da seca somou-se também o discurso de escritores influenciados pelas teorias darwinistas, que tomavam a natureza ou o meio e a raça como conceitos fundamentais para pensar o comportamento humano. Por essa época, o país já dispunha de uma imprensa mais organizada, com capacidade e interesse para repercutir, não só o fenômeno da seca, mas, principalmente, a corrupção que se organizava em torno dela. A força de tais construções discursivas pode ser observada no discurso proferido pelo jornal *Gazeta do Natal*:

A imoralidade tem chegado ao seu auge no que diz respeito aos socorros públicos. [...]. O dinheiro público não serve para matar a fome dos **infelizes indigentes**, mas sim para encher as algibeiras de meia dúzia de felizardos e especuladores políticos. [...] Ao invés disto, porém, a polícia espanca os **indigentes**, as pobres e infelizes mulheres e inocentes crianças; fere-os, levando-os a rifle e espada, como sucedeu, no bairro da Ribeira, na noite de 22 do corrente! Nem ao menos pagam o salário dos **infelizes**, que reclamam o que é seu. [...] Com o dinheiro público estão se fazendo serviços particulares [...] (Scenas e factos. *Gazeta do Natal*, Natal, nº 128, p. 4, 27 jul. 1889 (destaque nosso)).

Embora a reportagem, pretensamente, tenha o objetivo de chamar a atenção para a corrupção dos recursos destinados às pessoas mais necessitadas, nota-se que os sujeitos trabalhadores nordestinos não são entendidos como seres humanos, pessoas, cidadãos brasileiros. A designação “infelizes indigentes” funciona não como referente, mas como nome, não precisa especificar quem são os sujeitos, os termos que se alternam ao longo da matéria fazem com que, pelo efeito de evidência, tais relações sejam estabelecidas. Nesse processo, é pertinente lembrar que aquele que dá nome se posiciona discursivamente na produção de significação, inscreve-se em uma ou outra formação

discursiva, apaga um ou outro sentido (ORLANDI, 2001). Assim, o jornal Gazeta apresenta-se não como um defensor dos direitos desses cidadãos brasileiros, mas seu objetivo é destacar o destino dos recursos que estavam sendo enviados pelo Império para esse outro lado do país, fato que em muito desagradava a elite do Sul.

Nesse sentido, o discurso da seca já nasce associado à prática da corrupção pelos representantes políticos dessa região. Criam-se, a partir dessa associação, duas marcas discursivas que acompanharão os nordestinos até os dias atuais: a) a de viverem à custa dos recursos vindos dos cofres públicos; b) a de serem sujeitos corruptos. Tais marcas passam a ser, desde 1877, exploradas amplamente pela elite paulista, que vai usar fortemente este argumento para se opor ao envio de recursos e à realização de obras nessa parte do país. Como se a corrupção fosse monopólio apenas dos políticos da região Norte, os políticos do Sul apresentam o espaço sulino como o espaço de virtudes morais, e por isso se transforma em um centro do desenvolvimento do capitalismo, ao contrário da região Norte que era dicursivizada como o lugar do atraso.

O atraso da região Norte não era visto apenas do ponto de vista da seca ou da corrupção, pois o discurso da elite intelectual, influenciada pelo pensamento naturalista, em muito influenciou a construção de imagens e dizeres que tomavam a constituição racial como conceito fundamental para pensar o humano e as relações sociais. Obras como “O sertanejo” de Alencar e o “Cabeleira” de Távora influenciaram sobremaneira as imagens produzidas acerca da região Norte e de seus habitantes, os quais são descritos como tipos humanos degradados fisicamente, sem valores morais, doentes e servis. No dizer de Albuquerque Júnior (2012), esses habitantes são descritos como feras:

Feras, que abandonam todos os valores e costumes trazidos pelo processo de civilização, e que caracterizam a condição humana, pessoas que são capazes, inclusive, de devorarem seus próprios filhos em dolorosas cenas de antropofagia. Sertanejo que perde toda a noção de honra e todo o orgulho e dignidade que o caracterizavam, para se curvar a exercer qualquer atividade ou se submeter a qualquer situação em nome da sobrevivência: prostituir-se, entregar-se ao crime, se submeter a esmolar pelas ruas da cidade, lutar com outras pessoas por um simples pedaço de pão. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 94)

Tais discursividades corroboraram ainda mais para gestar o discurso de separatismo entre Norte e Sul, o qual ganha fôlego, principalmente, após o Império organizar o 1º congresso agrícola que se realizou no Rio de Janeiro em 1876 e deixar de fora das discussões as atividades agrícolas do Norte. No referido congresso, foi enfatizada

a necessidade de força de trabalho para as lavouras de café do Sul, uma vez que o fim da escravidão era premente.

Esse fato irritou os produtores de açúcar e algodão do Norte, os quais já reclamavam da pouca assistência recebida e da grande influência política que a elite cafeeira gozava junto à Corte do país. Assim, em 1878, em resposta ao congresso ocorrido no Rio de Janeiro, foi realizado, na cidade do Recife, outro congresso agrícola de cunho estritamente regionalista, o qual, segundo Albuquerque Júnior (2012), tratou de temas como: a crise da lavoura, a falta de braços, a discriminação do Estado Imperial no tocante à sua política de investimentos que privilegiava o café em detrimento de atividades agrícolas nos espaços de seca.

No Congresso Agrícola do Recife, várias foram as teses apresentadas que defendiam a subvenção, por parte do Império, da vinda de imigrantes estrangeiros para esta área, o que já começava a acontecer no Sul do país, através de iniciativas particulares. Muito se reclamou, também, a adoção de medidas visando a obrigar os homens pobres livres, vistos por estas elites como **vagabundos e preguiçosos**, ao trabalho regular e na grande lavoura, solicitando, para isto, a criação de colônias agrícolas, medida adotada emergencialmente durante a seca de 1877-79, mas que se mostrara ineficiente e uma fonte privilegiada de corrupção. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 96)

Importante observar, a partir do que expõe Albuquerque Júnior, que havia, por parte da elite local, uma desqualificação dos próprios habitantes da região, ora vistos como vagabundos e preguiçosos, ora como pobres coitados que precisavam ser assistidos pelo Império. Assim, os pleitos desse grupo, que perdia hegemonia em relação ao poder central, contribuía para produzir uma imagem pejorativa dos sujeitos do Norte, cristalizada até os dias atuais, principalmente nos discursos que circulam nas redes sociais digitais.

Quanto às colônias agrícolas, faz-se necessário destacar que estas também se transformaram numa fonte privilegiada de corrupção, de forma que deram origem a uma das primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito. Ao verificar a aplicação dos recursos federais, foi constatado que grande parte havia sido desviada, servindo para enriquecer alguns em detrimento da desgraça da maioria.

Era com tamanha crueldade que se tratava os desgraçados que tiveram a desventura de ser arrastados pelo flagelo da seca à decantada *Colônia Sinimbu*, [...]./ Na verdade não se lhes dava sempre o alimento indispensável, nem se os socorriam nas doenças com a medicação conveniente, definhando por tanto e falecendo à míngua, ora de

alimentação ora de remédios. [...]. Durante a estação invernososa nos meses de Junho a Agosto, desenvolveram-se entre os habitantes da Colônia diversas moléstias originadas sem dúvida, já pelas intempéries que se achavam expostos em suas míseras choupanas, já pelo miasma que exalava do alagadiço vizinho e já pela contaminação da comida de charque ou de bacalhau que constituíam a base da alimentação cotidiana. (Mensagem do Presidente da Província do RN – Lobato Marconde, 1878, p. 10).

A colônia Sinimbu, criada em 1877, em vilas da província do Rio Grande do Norte, é um dos exemplos de como essas colônias resultaram em uma vergonhosa tragédia. Desvios de verbas, castigos físicos, falta de condições higiênicas, de assistência médico-hospitalar e de trabalho para os trabalhadores retirantes criaram uma situação de calamidade que sintetizaria o abandono a que esses brasileiros do Nordeste estavam submetidos.

O desinteresse pelo trabalhador pobre da região Norte, por parte do poder público nacional, era gigantesco, embora as migrações internas atendessem a necessidades econômicas e produtivas dos processos de desenvolvimento e integração dos mercados brasileiros, “migrantes” e “imigrantes” eram tratados de forma bastante distinta pelo governo. Comparando a situação do imigrante destinado às fazendas de café e o trabalhador “retirante” nordestino na Amazônia, Celso Furtado (2007, p. 196) destacou que

O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. Ao final do ano estava buscando outra fazenda em que lhe oferecessem qualquer vantagem. Disponha sempre de terra para plantar o essencial ao alimento de sua família, o que o defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos. A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziram-no a um regime de servidão.

Sobre o que afirma Furtado, é importante ressaltar que coube aos trabalhadores recém-saídos do contexto de escravidão as tarefas mais duras e desprestigiadas, que não interessavam aos imigrantes estrangeiros, o que reflete uma desigual distribuição de oportunidades e condições de trabalho entre migrantes e imigrantes. Isso porque havia, pela elite política do Sul e pela própria imprensa nacional, uma espécie de encantamento

pelos imigrantes, os quais eram vistos com superioridade em relação aos trabalhadores brasileiros. Intelectuais como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira viam o nordestino como o próprio exemplo de degeneração racial. Na concepção desses autores, a miséria era resultado do encontro entre um meio desfavorável e uma sub-raça. Assim, a boa situação econômica do Sul devia-se ao eugenismo de sua raça e a superioridade de seu meio.

É importante pontuar que a teoria do eugenismo, de acordo com Castañeda (2003), foi desenvolvida por Francis Galton, em 1883, e consiste em uma ciência do melhoramento biológico do tipo humano. Tal teoria apoiava-se em estudos estatísticos dos fenômenos hereditários e sustentava que o tamanho do corpo, cor dos olhos, força dos músculos, inteligência e até moralidade eram herdados. Acreditando ser possível encontrar relações mensuráveis entre características físicas e o caráter a partir do agrupamento das pessoas segundo características gerais, o que permitiria a intervenção na hora do controle da reprodução ao suprimir os considerados tipos “ruins” e aumentar a natalidade daqueles “bem-dotados”.

Assim, a imprensa do Sul, segundo Albuquerque Júnior (2011), forjava uma imagem para a cidade de São Paulo, como se esta tivesse se constituído a partir de um espaço vazio a ser preenchido pelas populações europeias. Nesse sentido, a escravidão e os negros nunca teriam aí existido; os índios e os mestiços menos ainda. Nessa construção identitária, São Paulo e todos os paulistas seriam europeus, o que fica explícito no seguinte recorte¹⁷: “Eles chegaram do Atlântico, radicaram-se na terra fértil, fizeram o seu engrandecimento e muitos, a própria abastança. Foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos”.

Observa-se, nas imagens construídas para a região Sul, uma tentativa de branqueamento da população paulista, já que o negro, tido como preguiçoso e indolente, era “incapaz” de levar à frente qualquer projeto de desenvolvimento do país. Portanto, era imprescindível que o Estado investisse em políticas de imigração. Nesse contexto, é possível ressaltar que, como afirmam Marx e Engels (2007, p. 47), “[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Logo, como era a elite paulista que mantinha a máquina política e mantinha-se no topo da economia e das relações sociais

¹⁷ Ver João Lima Verde, “impressões de São Paulo”, OESP, 14/1/1925, p. 3, c.4; Oliveira Vianna, “Impressões de São Paulo”, OESP, 17/2/1924, p. 6, c.6; Dionísio Cerqueira, “Impressões de São Paulo”, OESP, 28/10/1923, p. 4, c.3;

com o Império, suas ideologias, sempre favoráveis à manutenção desse *status quo*, eram as que dominavam (CARVALHO, 1998).

A miscigenação se transformou, desse modo, em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população.

A teoria brasileira do “branqueamento” (...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e “menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (SEYFERTH, 1996, p. 43)

A partir das teorias vigentes, vê-se que, seja no discurso da imprensa nacional, seja nos trabalhos de intelectuais de cunho naturalistas, seja no discurso da seca, o Norte continuaria na condição de inferior, dado o seu ambiente e sua constituição racial, tal “deficiência” só poderia ser atenuada com a intervenção do Estado: a) investimento na modernização da área; b) investimentos numa política de imigração (com uma população negra, a região não se desenvolveria dada a “incapacidade da raça”); c) investimentos em medidas para minimizar os problemas gerados pelas secas.

A partir das reflexões suscitadas, é possível inferir que o processo que determina uma região em seu conjunto de habitantes não é natural, mas um processo sociohistórico, por meio do qual se produzem e se cristalizam as disparidades geográficas, no processo de desenvolvimento capitalista. Isso significa dizer que a divisão regional do Brasil e sua estereotípia resultam de um conjunto de eventos históricos que surgem a partir de “questão social”, políticas, econômicas e ideológicas. Muito antes da Região Nordeste existir, já existia o preconceito contra seu povo. Nesse sentido, a questão não é o nome do espaço geográfico, mas o poder econômico desse espaço em disputa.

Portanto, para que essas disputas dessem origem a uma divisão regional, foi fundamental, como diz Albuquerque Júnior (2011), toda uma produção discursiva, a criação de um imaginário, a elaboração de uma dada memória e a escritura de uma história capaz de criar cada região visível e crível. Nesse sentido, é possível afirmar que não existe

região sem que se elabore em torno dela e de seus moradores uma série de conceitos, que podem vir a se tornar, com o passar do tempo, preconceitos, dada a mudança de sentido que estes possam sofrer ou dependendo do uso que outros discursos regionais façam destes conceitos.

O Nordeste é, assim, uma produção imagético-discursiva, gestada historicamente em oposição à outra região do país, o Sudeste, e, devido à força dessas imagens e à consistência dessas formulações, até hoje, a construção de outras “verdades”, de novas configurações para o Nordeste, mostram-se embrionárias, precisando ser gestadas de outros modos, outras formas de dizer, pois “o Nordeste o que tem feito até hoje é se coser com suas próprias linhas¹⁸”.

Dito isso, passamos a refletir sobre os sentidos de retirante e migrante instituídos pelos dicionários. Como vimos através do percurso teórico empreendido neste trabalho, ora os nordestinos são designados como retirantes, ora como migrantes. Vale antecipar que, a partir do lugar teórico em que nos situamos, entendemos que essas palavras não são sinônimas, e seus sentidos não podem ser estudados de forma dissociada da história, uma vez que é através do entrelaçamento do fio da história com o fio da língua que o tecido do discurso se estabelece e produz sentidos.

3.3. O nordestino retirante/migrante e os sentidos discursivizados no dicionário

Iniciamos essa discussão refletindo sobre os termos “retirante” e “migrante” comumente utilizados para designar nordestinos, seja na literatura, arte, imprensa e nos próprios comentários em redes sociais e em *sites* como o *Twitter*. Diversos dicionários da língua portuguesa¹⁹ apresentam os termos retirante/migrante como sinônimos, como se os sentidos das palavras fossem indiferentes à posição daqueles que as empregam. Ao pretender tornar esse par de palavras como sinônimas, mascara-se sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido das palavras, produzindo ruídos e falhas. Assim, é sobre os efeitos de sentido desses termos “nada iguais” que propomos uma discussão aqui.

¹⁸ Frase atribuída a Agamenon Magalhães, citada por Albuquerque Júnior na obra *a Invenção do Nordeste e outras artes*.

¹⁹ <https://dicionariodoaurelio.com>
<https://www.dicio.com.br>
<https://dicionario.priberam.org>
<http://michaelis.uol.com.br>

Conforme Silva Sobrinho (2012), a memória discursiva que circula sobre o migrante nordestino remete-o à imagem do “retirante” em busca de terra/trabalho para sobreviver. Ao refletirmos sobre a afirmação do pesquisador, somos levados a questionar sobre as mudanças de sentido que ocorrem entre o par de palavras retirante/migrante. Com efeito, como já nos ensinou Orlandi (2011), aquele que dá nome se posiciona discursivamente na produção de significação, assim, ao se denominar “nordestino retirante” ou “nordestino migrante”, há uma inscrição em uma ou outra formação discursiva, apagando um ou outro sentido, mas também produzindo falhas e deslizos.

A partir desse entendimento, e lembrando o que reflete Nunes (2006, p. 11), “o dicionário é um dos lugares que sustenta as evidências de sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos”, apresentamos a definição de retirante e migrante oferecida pelo dicionário online de língua portuguesa. Nele, retirante é definido da seguinte forma:



The image shows a screenshot of the Dicio online dictionary page for the word "retirante". The page has a dark blue header with the Dicio logo and a search bar. Below the header, the word "retirante" is displayed in a large, bold font. To the right of the word are social media sharing icons for Facebook and Twitter. The main content area is divided into sections: "Significado de Retirante", which lists two meanings: "substantivo masculino e feminino [Brasil] Aquele que se retira." and "Sertanejo nordestino que, isolado ou mais comumente em grupo, emigra fugindo das secas."; "substantivo feminino [Brasil] Planta da família das leguminosas."; and "Sinônimos de Retirante", which states "Retirante é sinônimo de: [emigrante](#)".

Fonte: <https://www.dicio.com.br>

A partir do que nos apresenta o dicionário online, é possível analisar que os sentidos de retirante enquanto sinonímia para sertanejo nordestino são tomados como “evidências” (naturais?). Retirante não é um termo para aquele que migra da região Sul para o Sudeste, Centro-oeste, Norte ou Nordeste. Retirante é aquele que “foge das secas”, isoladamente ou coletivamente, ou seja, os termos retirante e nordestino funcionam discursivamente como sinônimos, de forma que, para que se entenda um, não se faz necessário dizer o outro, tamanha a imbricação de sentidos produzida na materialidade do dicionário. Assim, o termo retirante parece ter sido criado unicamente para definir os moradores dessa região em seu processo de “retirar-se”. Desse modo, ao observarmos o

comentário: *Não é possível que mais da metade da população de São Paulo seja de retirante pqp*²⁰, lembramos do que nos diz Courtine (2009) sobre a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas:

Os objetos que chamamos de ‘enunciados’, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem no tempo longo de uma memória, ao passo que as formulações são tomadas no tempo curto da atualidade de uma enunciação. É então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se apresenta neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma conjuntura discursiva e que designamos como efeito de memória. (COURTINE, 2009, p. 26)

É preciso ressaltar que não tomamos o discurso do dicionário como fundador dos sentidos, mas entendemos com Orlandi (2000, p. 97) que é preciso ler os dicionários como “[...] textos produzidos em certas condições, tendo o seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória ante a língua”. Isso significa dizer que sendo a memória social inscrita no seio das práticas discursivas, é preciso considerar que os efeitos de sentidos se estabelecem pela repetição e regularização numa relação dialética entre língua e historicidade.

Ainda sobre o verbete apresentado anteriormente, é possível observar que o tratamento do termo retirante aparece como sinônimo de emigrante. Contudo, ao buscarmos a definição para emigrante, o dicionário nos apresenta:



The image shows a screenshot of the Dicio online dictionary website. The header includes the logo "[] Dicio" and the text "Dicionário Online de Português". A search bar on the right contains the text "Buscar no Dicio:". Below the header, the word "emigrante" is displayed in a large, bold font. To the right of the word are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. The main content area is titled "Significado de Emigrante" and lists the following information:

- adjetivo**: Que emigra; que se muda de maneira voluntária para residir num outro local.
- substantivo masculino e feminino**: A pessoa que emigra; indivíduo que se muda para outro local, região ou país.
- Etimologia** (origem da palavra *emigrante*): Do latim *emigrans*.antis.
- Sinônimos de Emigrante**: Emigrante é sinônimo de: [emigrador](#)

Fonte: <https://www.dicio.com.br>

²⁰ Comentarista inconformado com a vitória de Dilma Rousseff (eleição de 2014) em São Paulo culpa os nordestinos retirantes que lá vivem.

Contrapondo as duas definições retirante/emigrante colocadas pelo dicionário como um processo de sinonímia, vemos que em uma o sujeito retira-se da seca, já na segunda a mudança se dá de forma voluntária. Como há liberdade para escolher, o sujeito [não] foge, ele voluntariamente(?), independente de condição social e histórica, busca outro lugar, região ou país para residir. Importante observar a presença do verbo residir no verbete sobre emigrante, neste, o sujeito sai de um lugar e passa a fazer parte de outro, torna-se residente, torna-se parte do novo lugar, o mesmo não acontece com o sentido de retirante, que, na condição de “fugitivo”, não reside. É como se o processo de deslocamento de um lugar para outro se desse de forma contínua, ele não pertencerá a outro lugar, exceto àquele de onde fugiu inicialmente.

Um fato que nos chama atenção é que retirante aparece como sinônimo de emigrante, já emigrante, de acordo com o verbete, não é sinônimo para retirante. Tal fato nos faz lembrar Orlandi (1999, p. 12) quando afirma que “[...] o efeito que se produz nesses verbetes é o de estabilização de um discurso”. Assim, ao denominar, recobre-se um sentido por outro, recorta-se, silencia-se, ao definir se sobrepõe (o nordestino pode, em alguma medida, ser entendido como emigrante, mas aquele que emigra de outra região ou até de outro país, não pode ser entendido como retirante).

Pêcheux (2014, p. 151) discute a possibilidade de substituição, o que, para ele, pode tomar duas formas fundamentais: a da equivalência – ou possibilidade de substituição simétrica –, tal que dois elementos substituíveis A e B “possuam o mesmo sentido” na formação discursiva considerada, e a da implicação – ou substituição orientada –, tal que a relação de substituição $A \leftrightarrow B$ não seja a mesma que a relação de substituição $B \leftrightarrow A$.

Ainda, nesse tocante, observamos o sentido dado ao termo migrante pelo Dicionário:

The screenshot shows the Dicio website interface. At the top left is the logo 'Dicio' with the tagline 'Dicionário Online de Português'. To the right is a search bar with the text 'Buscar no Dicionário'. Below the header, the word 'migrante' is displayed in a large font. To the right of the word are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. Underneath, there are two sections: 'Significado de Migrante' and 'Definição de Migrante'. The 'Significado' section lists the word as an adjective and a noun, with definitions for both. The 'Definição' section provides grammatical information, including the class (adjective and noun), syllabic separation, and plural form.

Significado de Migrante

adjetivo
Que muda periodicamente de um local para outro: pássaro migrante.

substantivo masculino e feminino
O que migra; o que muda de lugar, de região ou de país, de maneira periódica.

Etimologia (origem da palavra *migrante*). Do latim *migrans*.antis.

Definição de Migrante

Classe gramatical: **adjetivo de dois gêneros** e **substantivo de dois gêneros**
Separação silábica: **mi-gran-te**
Plural: **migrantes**

Fonte: <https://www.dicio.com.br>

Se observarmos os sentidos atribuídos a retirante e migrante pelo dicionário, comumente utilizados em trabalhos como sinonímia, vemos que eles não caminham na mesma direção: enquanto o sujeito retirante foge de uma realidade adversa (a seca); o sujeito migrante, no seu processo de migrar (que não deixa de ser, também, uma fuga), tem sua realidade adversa silenciada ou apagada. Neste caso, o processo de mudança é periódico e o sujeito não se fixa em lugar determinado, é como se, ao sujeito migrante, lhe restassem muitas outras possibilidades, e ao sujeito retirante, uma única: fugir.

Assim, é possível inferir que há, na interpretação institucionalizada pelo dicionário, um apagamento de outros sentidos possíveis, como, por exemplo, a crise do sistema capitalista com o desemprego estrutural, a exploração do trabalho, a propriedade privada e o cerceamento de terras, fatores estes que, também, impulsionam o deslocamento dos sujeitos.

Tal fato nos leva a refletir que não se podem pensar os sentidos das palavras na constituição do sujeito dissociado da questão social. É preciso questionar o caráter material do sentido e sua força material nas práticas históricas, pois toda formação social, como nos lembra Orlandi (2004, p. 25), “[...] tem formas de controle da interpretação mais ou menos desenvolvidas institucionalmente, que são historicamente determinadas”.

Desse modo, para entender a força dos sentidos de “retirante” e “migrante” na constituição do sujeito nordestino, é necessário olhar para os efeitos das lutas de classes, observando que há, nas interpretações institucionalizadas, uma posição sujeito-autor de

dicionário filiado a uma dada formação discursiva, o que significa pensar com Pêcheux (2009) que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Diante disso, identificamos que o termo “migrante”, muito comum para se referir aos nordestinos, é incomum para se referir aos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Quando estes se estabelecem na região Nordeste, as formações imaginárias criam o efeito de evidência de que, dadas as condições sociais historicamente forjadas dessa região, não pode haver pessoas de regiões economicamente mais desenvolvidas residindo nesse lugar de “seca, miséria e fome”, é como se a região Nordeste nada tivesse a oferecer aos que vêm do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os efeitos de sentido e as formações imaginárias sobre esse lugar impedem que se construam possibilidades discursivas de um processo inverso: o Nordeste não apenas “expulsa”, mas também recebe o outro.

Corroboramos Orlandi (2007), quando afirma que são as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas, isso porque a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade histórica. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação. Nesse viés, é possível observar que uma forma linguística pode ser a mesma, mas produzir efeitos de sentidos diferentes, ou mesmo completamente antagônicos a depender das condições sócio-históricas-ideológicas de produção desses dizeres.

Desse modo, as palavras “retirante e migrante”, embora sejam tratadas como sinônimas, produzem sentidos distintos. Isso porque são as práticas sociais e históricas que permitem a produção de sentidos sobre os termos retirante e migrante, sem elas o sentido seria estável e fechado, tal qual faz parecer o dicionário. Assim, é medida que se impõe ao analista, demonstrar que o sentido em seus efeitos tem caráter processual, implica movimentos, desdobramentos e transformações dos gestos de interpretação que ideologicamente são produzidos sobre a condição nordestino/retirante, nordestino/migrante.

Ao definir, o dicionário cria um efeito de completude da língua, naturalizando, no imaginário social, a possibilidade de unidade da língua e representabilidade dos sentidos. A representação da completude dos sentidos se dá pela remissão de um verbete a outros verbetes em um circuito fechado, pela menção de autores da língua, sob o modo de exemplos e pela maneira como faz intervir a memória discursiva (ORLANDI, 2000).

Também nos chamam atenção os efeitos de sentidos das palavras migrante/retirante quando utilizadas para nordestinos que se fixaram em São Paulo há décadas. Nesse caso, a imprensa nacional continua a nomeá-los como migrantes. Contudo, isso não ocorre com todos os sujeitos saídos do Nordeste, há casos em que se silencia a origem geográfica, como exemplo, podemos citar a forma como foi noticiado pela imprensa brasileira²¹ o falecimento do pernambucano José Ermírio de Moraes, fundador e ex-presidente do grupo Votorantim:

São Paulo, quarta-feira, 12 de setembro de 2001 FOLHA DE S.PAULO **mercado**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

MEMÓRIA

Empresário e industrial, que era presidente do conselho de administração do grupo Votorantim, sofria de câncer

Morre José Ermírio de Moraes Filho aos 74

ADRIANA MATTOS
DA REPORTAGEM LOCAL

Morreu no início da tarde de ontem o empresário José Ermírio de Moraes Filho, 74 anos, irmão de Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim. Presidente do conselho de administração da empresa, José Ermírio sofria de câncer nas regiões do pescoço e cabeça e sua saúde estava muito debilitada nas últimas semanas.

O empresário, que estava internado no Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, morreu por volta das 13h30, dois meses antes de completar 75 anos -o industrial nasceu no dia 26 de novembro de 1926.

Ele terá seu corpo cremado hoje, no final da tarde, no cemitério de Vila Alpina, zona leste da capital paulista.

Fonte: Folha de São Paulo

Ao observarmos a matéria, vemos que constam na materialidade informações próprias do gênero “notícia de falecimento” como: causa da morte (sofria de câncer); local do falecimento (Hospital de Beneficência Portuguesa - SP); horário do falecimento (13h30); profissão (empresário e industrial, presidente do conselho de administração do grupo Votorantim); idade (74 anos); data de nascimento (26 de novembro de 1926); local de nascimento (?); data do velório/cremação (hoje); horário (fim da tarde); local (cemitério de Vila Alpina). Contudo, há, na materialidade, um “espaço lacunar” deixado pelo silenciamento da origem do empresário que nos inquieta, nos interroga a interpretar seu sentido, pois, como nos ensina Orlandi (2007), o silêncio é um modo de fazer sentido,

²¹ <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1209200102.htm>

isto é, há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito, ligando o não-dizer à história e à ideologia.

Importante frisar que Orlandi (2007) toma o silêncio como objeto de reflexão. Para a autora, o silêncio não significa a falta de palavras, mas uma forma diferente de significar.

Por isso distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras palavras) e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. (ORLANDI, 2007, p. 24)

A respeito do que explica Orlandi (2007), observamos que há um silêncio local sobre a origem do empresário. Há algo censurado pela jornalista que não pode e não deve ser dito em determinada conjuntura social e que nos provoca questionamentos: por que é importante silenciar que há migrantes nordestinos milionários/bilionários vivendo em todas as regiões do país? O que essa informação poderia suscitar em termos de discussão sobre a migração nordestina? Por que é preciso interditar essa informação na matéria?

Entendemos que ao passo que é interditada a origem do empresário, evidencia-se o lugar ocupado socialmente por ele, muito antes de enunciar o nome, embora esse apareça em destaque, informa-se em primeira mão o lugar social dele: “Empresário e industrial, que era presidente do grupo Votorantim, sofria de câncer”. Essa parece ser a informação síntese de toda a matéria. Na sequência, após anunciar o nome do empresário, há uma ratificação ampliada do que já havia sido dito no *lide*, enfatizando a posição social ocupada por Ermírio de Moraes. Vemos, dessa forma, que o discurso, como nos diz Silva Sobrinho (2012), aparece sempre imbricado com os interesses e posições de classes, em que os interesses em jogo atravessam e regem os ditos e os silenciamentos.

No que diz respeito às posições de classes, é sempre bom lembrar que as relações de poder em uma sociedade como essa produzem sempre a censura. No caso em questão, é importante não dizer A para dizer B, isto é, assumir que um dos grandes bilionários do país é de origem nordestina poderia produzir sentidos em outra direção, questionar outras discursividades que colocam os nordestinos na condição de miserável, lamuriendo, pedinte, ignorante, preguiçoso, vagabundo, o que, de algum modo, provocaria uma

mexida na rede de sentidos estabilizados. A observação no arquivo sobre a morte de Ermírio de Moraes nos leva a pensar a importância de sempre considerar o caráter histórico, cultural, político e ideológico, uma vez que não podemos ignorar que todo arquivo, como reflete Magalhães e Silva Sobrinho, (2014), é o resultado de práticas sociohistóricas, portanto, possível de silenciamentos “conscientes” e de equívocos inconscientes por parte dos sujeitos que o elaboram e o organizam.

No que diz respeito aos sentidos, quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites entre o mesmo e o diferente, por isso, é preciso sempre considerar, como diz Orlandi (2015 p. 34), que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Processos parafrásticos, de acordo com a pesquisadora, são dizeres que se mantêm em outros discursos, já a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado, desse modo, a paráfrase está do lado da estabilização, enquanto na polissemia temos o deslocamento, ruptura de processos de significação.

O funcionamento dos processos parafrásticos pode ser observado nos seguintes recortes de materialidades retirados de manchetes de jornais:

1º - “Lula: de migrante à presidência da república”²²

2º - Do pau-de-arara à Presidência: a trajetória de Lula²³

3º - De Lula a Luiz Inácio da Silva²⁴

As manchetes que tratam da ascensão de Lula à presidência da República em 2002 nos fazem lembrar Henry (2010, p. 47), quando afirma que “[...] não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. Nesse sentido, ao observarmos a formulação acima, identificamos que as designações “migrante/presidente”; pau-de-arara/presidência; “Lula/Luiz Inácio da Silva” mobilizam recortes de memória de dizeres, de forma que para ser um, é preciso não ser outro. O que nos leva a concluir que migrante/pau-de-arara/Lula são paráfrases para os sentidos “*Nordestino pobre, ignorante, faminto*”, já os termos

²² <http://nominuto.com/noticias/brasil/lula-de-migrante-nordestino-a-presidencia-da-republica/78449/>

²³ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021027_lula2ebc.shtml

²⁴ Ver em INDURSKY, Freda. Lula Lá: Estrutura e acontecimento. Organon 35, vol. 17, 2003

presidente/presidência/Luiz Inácio da Silva sofrem também um processo parafrástico para os sentidos de poder e prestígio social, dominação, burguesia. Isso nos leva a pensar como o texto traz em sua historicidade as posições sujeito em que as formações imaginárias se assentam.

Lembramos, desse modo, as palavras de Pêcheux (1997, p. 82) quando menciona

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (obviamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Ao pensarmos nos lugares sociais atribuídos a A e B, a partir das formações imaginárias, cumpre-nos questionar qual é o lugar ocupado pelos migrantes/pau-de-arara/Lulas²⁵ (nordestinos) na cena política e econômica do país? Ou ainda, estes sujeitos devem ocupar algum lugar de prestígio social? Ao assumir a presidência, percebe-se, pela discursividade da matéria, um deslocamento do lugar social de Lula: “antes, nordestino pobre; hoje, presidente”. Tal formulação coloca o acontecimento da vitória de Lula no campo das contradições sociais.

Sobre as contradições, Magalhães (2000, p. 5) explica que

Nas sociedades de classes, nascidas com a modernidade, o discurso dominante (liberal) não pode explicitar o cerne das contradições sociais, embora tenha que procurar dizer a realidade. Esse duplo aspecto faz o discurso dominante se constituir primeiro para silenciar e só secundariamente para dizer. A partir de mecanismos lingüísticos que produzem efeitos de silenciamento é realizado o jogo de produzir o dito, deixando implícito o não dito e silenciando o impossível de ser explicitado, fazendo com que o leitor/ouvinte tenha que, necessariamente, sair do discurso para compreender a dinâmica do próprio discurso, desvendando sua opacidade.

A reflexão, proposta por Magalhães (2000), sintetiza a noção de que todo discurso, produzido numa sociedade capitalista, ocupará um dos lados do conflito de classes: “[...] ou terá que continuar silenciando a real estrutura da sociedade, ou explicitará esse silenciamento estrutural” (MAGALHÃES, 2000, p. 5). Na verdade, o jogo das ideologias (dominante e dominada) se faz a partir da lógica dialética, que tem como premissa o

²⁵ Estamos pensando, nessa materialidade, que Lula serve para designar todo um grupo de sujeitos marginalizados, “os ninguéns” da sociedade. Nesse caso, Lula deixa de ser um nome próprio e passa a designar uma coletividade.

apagamento ou o desvelamento das diferenças de classe. Dessa forma, para entender a materialidade acima, faz-se necessário retomar as discursividades sobre o retirante nordestino sem perder de vista as contradições da sociedade capitalista na determinação dos sentidos, o que, em alguma medida, nos possibilitará vislumbrar os conflitos sociais e embates históricos na atualidade em seu processo dinâmico.

Nesse processo dinâmico entre história e atualidade, é preciso identificar que há, em todo discurso, um processo de repetibilidade, um ponto de encontro de uma memória com a atualidade (PÊCHEUX, 2015), o que significa dizer que o discurso se produz no ponto de encontro entre o interdiscurso e o intradiscurso. A memória, a que Pêcheux se refere, não corresponde a uma memória individual, empírica, mas a um tecido social, constituído de “[...] sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas” (PÊCHEUX, 2015, p.44). Desse entrecruzamento resulta o efeito de memória, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se ressignifiquem.

Levando em conta a historicidade dos sentidos que, ao se repetirem, se ressignificam, retornamos aos enunciados: “*Lula: de migrante à presidência da república*”; “*Do pau-de-arara à Presidência: a trajetória de Lula*”; “*De Lula a Luiz Inácio da Silva*” para pontuar que o estudo da língua, se observado apenas por seu aspecto linguístico, nos levaria a entender que as preposições “de... para...” significam, nos enunciados, origem e direção, respectivamente. Contudo, dizer que o ex-presidente Lula é de origem “migrante/pau-de-arara/Lula” parece mexer com o sentido de origem (lugar), para colocá-lo em um outro sentido, o de condição (estado). Nessa perspectiva, origem e condição se imbricam de tal maneira que os sentidos de “migrante, pau-de-arara, Lula” funcionam como o lugar social do sujeito Lula, ou seja, sua posição na luta de classes, a qual, não fosse pelas contradições dessas lutas, permaneceria na mesma condição.

O enunciado “de Lula a Luiz Inácio da Silva” nos parece bastante emblemático, pois, nele, o nome próprio Lula assume, em seu estado de genericidade, o sentido de todos os nordestinos pobres, retirantes e estigmatizados. Tal dizer em seus efeitos de paráfrases discursivas revela o imaginário social sobre os nordestinos, mas não só isso, produz, também, identificações com um sujeito militante, grevista, sindicalista que precisa ser apagado. Dessa forma, o sujeito “Luís Inácio da Silva” (transmutação do Lula) não é entendido apenas como mais um presidente do Brasil, mas como aquele que rompe com a lógica do poder constituído no país.

Pontuamos sobre o rompimento dessa lógica, que Lula se torna presidente mesmo não possuindo instrução formal, diploma universitário e domínio de língua estrangeira. Enfim, um operário, torneiro mecânico, nordestino que, longe de ser rico, é um retirante que, devido à fome, migrou em um pau-de-arara para São Paulo. Em São Paulo tornou-se líder sindical, organizador de greves memoráveis que afrontaram a ditadura militar e por isso foi preso.

Sobre isso, Indursky (2003, p. 110) faz uma interessante explanação:

E este novo, este inusitado construí a ruptura com o mesmo, com a discursividade inscrita no repetível: um país que tinha sido sempre governado por bacharéis, por doutores ou militares, presidentes que representavam as oligarquias deste país, que representavam uma minoria dominante. E esta ruptura colocava, pela primeira vez, nesses 500 anos de história, na Presidência da República Federativa do Brasil, um filho do povo.

Ainda, pensando no que Indursky diz sobre Lula ser “filho do povo”, poderíamos pensar que ser filho do povo e ser o próprio povo concorre para as mesmas filiações de sentidos. Assim, em um processo de paráfrase, poderíamos dizer: “De povo a Luís Inácio da Silva” ou “De nordestino a Luís Inácio da Silva”. Dadas essas reflexões, observamos que nesse jogo de paráfrases discursivas o sentido pode deslizar, sem desvincular-se de sua Formação Discursiva, o que significa dizer que, ao assumir a presidência, Luís Inácio da Silva deixa de ser povo, migrante nordestino, pau-de-arara, “deixa de ser Lula” e na presidência será Estado, poder político propriamente dito, poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Para não esquecer as palavras de Marx e Engels no Manifesto Comunista (2014, p. 86), o Estado, nessa luta de classes, é um comitê para gerir os negócios comuns de toda burguesia, de toda uma elite, nesse caso, caberia a Luís Inácio da Silva, o presidente, cuidar dos interesses dessa elite, e, para isso, é preciso sair de uma posição sujeito (Lula retirante nordestino e sindicalista) para a outra (presidente da república).

Posto isso, entendemos que, apesar de velhas imagens sobre o Nordeste ainda se fazerem fortemente presentes nos discursos políticos, midiáticos, e conseqüentemente nas redes sociais digitais e no *site Twitter*, é preciso pensar na possibilidade de novas representações para o Nordeste, trazer dizeres que mostram uma região que produz riquezas, que se desenvolve e que se supera. Dessa forma, trataremos dessa região a partir de um outro recorte histórico, cujas mudanças estruturais como instalação de fábricas, geração de empregos e investimentos federais, impulsionaram a expansão da economia

nordestina. Não se trata de negar que as regiões Sul e Sudeste continuam a ser as regiões mais ricas e desenvolvidas economicamente do Brasil, mas de mostrar que, mesmo considerando tais diferenças, a região Nordeste, segundo o IBGE (2010), foi a que teve um maior crescimento do PIB, chegando a alcançar índices duas vezes maiores que a região Sudeste.

3.4 Mudanças e permanências: o nordeste no fervilhar da história

Consideramos ser impossível falar de “um Nordeste” como se esta região pudesse ser vista em sua totalidade de forma homogênea, sem contradições e sem movências na história. Por isso, nossa proposta, nesse momento da pesquisa, consiste em retomar a história do Nordeste a partir de um outro recorte histórico, o período de 2000 a 2014²⁶, para pensarmos em outros Nordestes possíveis. Entendemos que a “identidade” do Nordeste, forjada principalmente em meio à seca de 1877 e à perda de capital político e econômico de grupos oligárquicos, produziu, como reflete Albuquerque Júnior (2011), discursividades sobre a região e seus habitantes que caminharam em uma só direção com vistas a fazer com que seus sentidos se naturalizassem na sociedade tornando seus efeitos de verdade politicamente eficientes.

Contudo, outras verdades que apontam para outras direções são possíveis de serem ditas na atualidade. Amaral Filho (2009), em seu artigo “O Nordeste que dá certo”, faz uma reflexão sobre a possibilidade dessa região ser discursivizada numa outra perspectiva.

Em anos recentes, o Nordeste brasileiro vem ocupando espaço na mídia nacional em razão do desempenho do seu crescimento econômico no lugar de notícias associadas aos efeitos devastadores das secas que, historicamente, acompanharam a região. Entre 2003 e 2006 seu crescimento foi, em média, 3,4% ao ano, enquanto o Brasil registrou taxa de 2,7%, segundo o IBGE. Nesse mesmo período, a região apresentou taxa acumulada de crescimento de 18,25% ante 14,1% em nível nacional. Como se vê, o crescimento do Nordeste, no período considerado, foi superior ao do País. O desempenho vigoroso se repetiu nos anos posteriores. No entanto, mais importante que isso é saber que, pela primeira vez, esse crescimento tem acontecido de maneira favorável às famílias de baixa renda e permitido o surgimento da

²⁶ Justificamos o recorte histórico (2002 a 2014) por ser esse um período, segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - e Pela Fundação Getúlio Vargas, de transformações significativas na região Nordeste, transformações essas que necessitam ser compreendidas em suas várias dimensões, notadamente no que se refere às relações de trabalho; processo de inserção de parcela significativa da população no mercado de bens e serviços e redução dos níveis de pobreza no país e na região.

chamada “nova classe média”. Esta é a grande novidade, que tem, aliás, levado muitos a se perguntarem o que está dando certo no Nordeste. (AMARAL FILHO, 2009, p. 55)

A interrogação (surpresa?) sobre o que estaria dando certo no Nordeste aponta para um dizer e um saber historicamente construídos sobre essa região que parecem impedir a construção de outras falas e imagens possíveis. As teorias naturalistas, de alguma forma, se mantêm firmes no imaginário social buscando explicar a questão econômica do Nordeste pelo viés do meio, da raça e do ambiente. Nesse sentido, pensar que esta região possa vir a verdadeiramente se desenvolver economicamente parece ser, aos olhos de parte dos brasileiros e da mídia nacional, um contrassenso na/da história. Assim, é de se questionar como sujeitos submetidos a condições históricas dadas, ocupando lugares específicos nas relações de poder possam vir a mover essa estrutura e ocupar uma outra posição. Para ilustrar o quão estranha parece essa possibilidade, apresentamos uma materialidade trazida pela revista Veja, na qual é demonstrada preocupação com a possibilidade desse “outro Nordeste”.



The image shows a screenshot of a news article from the website 'veja'. The header is dark blue with the 'veja' logo on the left and navigation links for 'Greve', 'Reforma da Previdência', 'Copa Feminina', 'Copa América', and 'Revista' on the right. Below the header, the word 'Economia' is written in small blue text. The main title of the article is 'Crescimento no Nordeste faz faltar mão de obra em São Paulo' in large, bold black font. Below the title, a short summary reads: 'Parte do fenômeno é creditada à redução do fluxo migratório. Programas de distribuição de renda também contribuem para que os nordestinos não deixem a região'. At the bottom of the article snippet, it says 'Por Da Redação' and '© 15 set 2010, 09h02'.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/crescimento-no-nordeste-faz-faltar-mao-de-obra-em-sao-paulo/>

Como bem lembra Pêcheux (1997, p. 92), “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Nessa perspectiva, vemos na materialidade acima, o funcionamento da ideologia capitalista e os interesses das classes dominantes em manter a ordem do capital através da exploração do trabalhador nordestino. Existe, dessa maneira, um processo de coisificação do sujeito em que tudo se transforma em mercadoria, principalmente a força de trabalho. Tal constatação nos leva a concordar com Coutinho (1972, p. 24), quando afirma que “[...] todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades ‘naturais’ estranhas e independentes da sua ação”.

Para pensar nas relações sociais entre os homens, como nos convida Coutinho (1972), faz-se necessário entender que, no capitalismo, os sujeitos ocupam determinadas posições de classes, as quais podem ser divididas entre proprietários e trabalhadores (MARX, 2004). Os nordestinos, de acordo com a materialidade, estariam no grupo dos trabalhadores que, sem propriedades ou meios de produção, precisam manter a lógica capitalista e, para isso, devem continuar na mesma posição social e, por isso, qualquer ação que venha a balançar essa estrutura precisa ser corrigida.

Vemos, dessa forma, que o intuito da Veja não é divulgar o crescimento dessa região, muito menos mostrar os indicadores do mercado de trabalho no Nordeste (diminuição da precarização do trabalho e aumento no processo de formalização do emprego), mas, chamar a atenção para o fato de que os investimentos por parte do governo federal, através de programas de distribuição de renda, como mostra o *lide* da matéria, podem causar transtornos aos grandes proprietários no tocante à falta de mão de obra barata.

Na esteira do que diz a revista Veja, o jornal Estadão, de São Paulo, também publicou a seguinte matéria:

ESTADÃO Economia & Negócios

Com o crescimento econômico, cai a migração do Nordeste para o Sudeste

A parcela de nordestinos que migra caiu pela metade em relação ao pico da década de 90, alterando o perfil econômico das regiões

Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo
10 de outubro de 2010 | 00h00

Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nordeste-crece-acima-da-media-do-pais,165312e>

Como dizia Rachel de Queiroz, “a mídia tem olho torto quando se trata de mostrar o Nordeste, pois eles só querem miséria”. Nesse contexto, ao que parece, embora a miséria não tenha desaparecido do Nordeste e de nenhuma outra região do Brasil, há de se considerar que, no período analisado, houve um significativo crescimento nos aspectos econômicos, sociais e educacionais do Nordeste. Conforme dados do IBGE, o número de nordestinos que vivia em situação de pobreza em 2002 era de 21,4 milhões. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões.

Um outro dado relevante apresentado pelo IBGE diz respeito às taxas de mortalidade infantil que caíram 58,6%, segundo o censo de 2010. Há que se considerar,

ainda, que, de acordo com dados do INEP, havia no Nordeste, no ano de 2002, apenas 413.709 universitários. Em 2012, esse número saltou para 1.434.825. Tal crescimento no ensino superior foi acompanhado também pelos cursos de doutorado e mestrado que cresceram em média 33% entre 2010 e 2012, além da criação de Universidades Federais (das 18 universidades Federais criadas nesse período, 7 foram no Nordeste).

É possível observar que as inflexões adotadas pelos governos durante os anos de 2002 a 2014 resultaram em fortes estímulos ao crescimento e à desconcentração produtiva no território brasileiro, contudo, os discursos midiáticos, a partir das materialidades em análise, operam na construção de representações do trabalhador nordestino de modo a reforçar, (re)criar e/ou (re)produzir as mesmas formações imaginárias construídas durante os anos de 1877, pois, se, grosso modo, a diminuição do fluxo migratório nordestino para a região Sudeste parece ser uma preocupação da elite, principalmente a paulista, é preciso considerar que durante esse período houve, diferentemente de épocas anteriores, um maior fluxo de investimentos da esfera federal para a região Nordeste, o que, explicitamente, não agradou as elites de regiões que historicamente foram e continuam sendo beneficiadas com recursos da União.

Entre os programas de transferência de renda citados por Veja, o Programa Bolsa Família²⁷ (PBF) é extremamente criticado porque, no dizer dos contrários a essa política pública, com o benefício em mãos, os beneficiários deixam de trabalhar. Esse tipo de crítica não é feita apenas por parte dos patrões, mas também pela mídia burguesa, representante da elite, que, na maioria das vezes, cria narrativas colocando a preguiça, comumente associada a negros e nordestinos, como efeito de tal programa, ou ainda, acusa o PBF de ser responsável por, supostamente, estimular as famílias beneficiárias a ter mais filhos, principalmente as famílias do Nordeste.

Tais narrativas repercutem para outros lugares, produzindo e reproduzindo sentidos de naturalização da condição do sujeito nordestino que deliberadamente escolhe viver à custa do Estado. No entanto, há discursos silenciados quando se diz respeito ao crescimento da região Nordeste que não repercute apenas do ponto de vista econômico,

²⁷ O Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência direta de renda do Brasil e contempla mais de 12 milhões de famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza no Brasil. Foi criado pelo Governo Federal do Brasil em 2004 e integra o Fome Zero que é uma política pública que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada. O PBF liga-se diretamente à educação e à saúde, assim, a participação das famílias está condicionada à frequência escolar, atualização de vacinas e à manutenção de consultas médicas. Programas de transferência de rendas com vistas ao combate à pobreza ocorrem não só no Brasil, mas em diversos países, incluindo América do Norte e América Latina, com destaque para os programas existentes no México (Oportunidades) e no Chile (Chile Solidário), respectivamente.

mas, e principalmente, do ponto de vista do índice de desenvolvimento humano (IDH). Sobre isso, Carvalho (2018, p. 3) afirma:

Os indicadores sociais nordestinos também mostraram resultados positivos, principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O relatório “O IDHM Brasileiro”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), analisou as variações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das regiões brasileiras entre os anos 1991, 2000 e 2010. De 1991 a 2000, o crescimento do IDH municipal foi mais elevado no Centro-Sul do Brasil. No entanto, de 2000 a 2010, as duas regiões mais pobres do País – Norte e Nordeste – apresentaram um crescimento maior de seu IDHM do que o aumento verificado no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Os dados, acima apresentados, mostram que é possível discursivizar novos sentidos para o Nordeste, pois, diferentemente daquilo que a mídia continua a propagar, estudos de diversos institutos de pesquisas do país têm apresentado consenso quanto aos avanços sociais e econômicos dessa região. Nesse sentido, é possível dizer que o Nordeste se encontra em um processo de travessia para uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social, pois, diferentemente de outros momentos históricos, o crescimento econômico surge de forma simultânea às melhorias de indicadores sociais, elevando os índices de qualidade de vida.

É preciso notar que mesmo em meio a possibilidades reais de outras imagens para o Nordeste, consideramos importante refletir que o Nordeste está tentando “coser a si mesmo”, (re)inventando-se e recriando, mas não podemos cair no simplismo de achar que problemas seculares foram resolvidos. Concordando com Albuquerque Júnior (2012), pensamos o Nordeste como um espaço diversificado do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Uma região extensa e de uma realidade complexa que não pode ser explicada a partir de estereótipos. O Nordeste não possui o monopólio da miséria e da exclusão social, esta é uma marca de toda a sociedade brasileira, e possível de ser vista em todas as regiões. O Nordeste não é o único espaço no Brasil onde há violência, analfabetismo, indigência, fome e falta de acesso a bens primários ou aqueles trazidos pela sociedade de consumo. Os problemas pelos quais passa o Nordeste são problemas vivenciados em todas as regiões do país, portanto, entendemos ser possível discursivizar esse espaço a partir de diversos olhares e outros dizeres.

SEÇÃO 4

4. INTERNET: HISTÓRIA, SOCIEDADE E SENTIDOS EM MOVIMENTO

As mídias sociais digitais têm, na atualidade, importante papel na ampliação dos espaços de debate no espaço virtual. Isso porque o ambiente digital constitui-se como lugar discursivo em que os sujeitos e sentidos entram em disputa; e toda disputa, como lembra Pêcheux (2011), é ideológica. Dessa forma, um símbolo, uma palavra, um enunciado, uma *hashtag*, uma curtida, um ato de *retuitar* ou compartilhar é regulado pelas relações de poder presentes na sociedade, as quais se relacionam diretamente com as disputas no espaço *off-line*.

Desse modo, para entendermos o funcionamento do discurso na mídia digital *Twitter*, faz-se necessário refletir sobre esse lugar discursivo, uma vez que os sentidos não são indiferentes ao *locus* de (re)formulação e circulação dos discursos. Nesse sentido, defendemos que o ambiente virtual é um espaço fortemente regulado, cujas contradições estão fundamentadas nas práticas sociais dos sujeitos em uma conjuntura historicamente determinada. Assim, quando um perfil é criado numa mídia social, cria-se também a representação do sujeito “seguidor”, uma vez que perfis são construções identitárias, e o sujeito, ao assumir uma identidade através de um perfil (seja de anônimos, celebridades, jornalistas, políticos, empresas, instituições), apropria-se de um lugar discursivo, um lugar de dizer.

Portanto, interessa-nos, nesta seção, pensar como funciona o espaço virtual, enquanto espaço de poder, cujas relações são pautadas a partir de dispositivos de controle sobre o outro. Para isso, iniciamos a discussão a partir do surgimento da Internet, momento em que fazemos uma descrição sobre a plataforma *Twitter*. Na sequência, tecemos algumas considerações sobre os efeitos de sentido no discurso sobre a “democratização” do acesso à internet no Brasil, questionando a naturalização dos sentidos pelo efeito de evidência de que vivemos em um mundo globalizado onde todos estão conectados à rede. Ainda, nesta seção, suscitamos algumas reflexões sobre o conceito de espaço virtual a partir do olhar da Análise do Discurso. Por fim, discutimos o conceito ontológico de liberdade a partir de Lukács numa relação com os “cristalizados” discursos de liberdade na rede.

4.1 Internet: a história de uma “aventura” humana²⁸

Fruto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas na segunda metade do século XX, a internet impactou de modo significativo na forma como as pessoas passaram a consumir informação, cultura, serviços, produtos, entretenimento e conhecimento. No que diz respeito às maneiras de funcionamento do discurso na sociedade, é possível dizer que a internet produziu um acontecimento na medida em que apresenta novas maneiras de interação, interlocução e novas materialidades discursivas a partir de Formações Discursivas dominantes já existentes na sociedade (GALLO, 2011).

Nascida de um projeto de pesquisa militar do governo estadunidense, durante o período da Guerra Fria, a internet – socialmente definida como um sistema global de redes de computadores – tinha como desafio conectar os mais importantes centros universitários de pesquisas dos EUA, com o Pentágono, a fim de permitir não só a troca de informações rápidas e protegidas, mas também para instrumentalizar o país com uma tecnologia que possibilitasse a sobrevivência de canais de informação no caso de uma guerra nuclear.

Sobre o surgimento da internet, Castells (2003, p. 13) afirma:

As origens da Internet podem ser encontradas na Arpanet, uma rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA) em setembro de 1969. A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957.

O avanço tecnológico da antiga União Soviética despertou, nos militares e no governo estadunidense, preocupação com a possibilidade de uma destruição total ou parcial dos dados armazenados, principalmente a partir do conflito vivenciado entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria (1945-1991). A solução encontrada foi, de acordo com Castells (2003), a criação de uma rede eletrônica de dados, os quais deveriam ser armazenados em diversos computadores de lugares diferentes. Dessa forma, a Universidade da Califórnia em Los Angeles, o SRI (*Starford Research*

²⁸ Termo utilizado por Castells em sua obra “A galáxia da Internet” publicada em 2003.

Institute), a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah foram os primeiros centros universitários a testar os nós²⁹ da rede em 1969.

Após tornar possível a conexão entre essas Universidades, os pesquisadores dedicaram-se a tornar possível a conexão da Arpanet com outras redes de computadores, a começar pelas redes de comunicação que a ARPA estava administrando, a PRNET e a SATNET. Isso, de acordo com Castells (2003, p. 14), “[...] acabou por introduzir um novo conceito: uma rede de redes”. Para o pesquisador, a união de três processos independentes tornou possível uma “sociedade de rede”, ou seja, uma nova forma de sociedade e uma nova economia.

Sobre isso, Castells (2003, p.14) afirma:

No final do século XX, três processos independentes se uniram, inaugurando uma nova estrutura social predominantemente baseada em redes: as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica. Sob essas condições, a Internet, uma tecnologia obscura sem muita aplicação além dos mundos isolados dos cientistas computacionais, dos hackers e das comunidades contraculturais, tornou-se a alavanca na transição para uma nova forma de sociedade — a sociedade de rede —, e com ela para uma nova economia.

Concordamos com Castells (2003) ao afirmar que as exigências do mercado, as demandas sociais, principalmente as da classe dominante, e os avanços tecnológicos e científicos foram responsáveis por tornar o que a internet é hoje. Contudo, não podemos entender que tal acontecimento propiciou uma nova forma de sociedade ou ainda uma nova economia, uma vez que a base material da sociedade (relações de produção e forças produtivas) continua pautada nas relações de exploração do trabalho.

Nesse sentido, é preciso (re)visitar Marx para não sermos conduzidos pelos efeitos de evidência de que existe uma nova ordem mundial, a qual seria responsável por eliminar os conflitos de classe, transformando as relações antagônicas entre capital e trabalho em relações horizontais, pois, como afirmou Marx (2014, p. 43), “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais”.

²⁹ Um nodo ou nó representa cada ponto de interconexão com uma estrutura ou rede, independente da função do equipamento representado por ele.

Revolucionar, nesse caso, não significa romper com o sistema econômico vigente, com as relações de poder sociohistoricamente constituídas e sedimentadas. É sempre bom lembrar que a internet se desenvolveu dentro de uma perspectiva capitalista e imperialista e, embora tenha produzido repercussões sociais importantes, é um dispositivo de poder e, como tal, possui um modo específico de funcionamento ideológico cujas forças atuam sobre os discursos que circulam por esse espaço.

Diante disso, Silva Sobrinho (2011, p. 43) afirma que

Ser sujeito enquanto “ponto/nó” nessa rede de sentidos, implica tomar posição ideológica nos discursos, visto que a internet, ao enfatizar insistentemente a “comunicação”, a “informação” e a “inovação” acaba dissimulando os pensamentos antagonistas fundados nas contradições das determinações sócio-históricas de sua produção no sistema capitalista.

Dessa maneira, convém explicarmos que a Internet não é, de acordo com Silva Sobrinho (2011), apenas o resultado do desenvolvimento ‘técnico’, “[...] ela resulta e está fundamentada na práxis social dos sujeitos em uma conjuntura histórica determinada” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 25). Por isso, não é possível afirmar que ela promoveu uma mudança estrutural de forma a inaugurar uma “nova sociedade” livre das práticas sociais até então existentes; é preciso dizer que no ciberespaço³⁰ há luta, poder, divisão de classe, exploração, contradição, enfim, todos os elementos que influenciam a constituição dos sentidos nas diferentes esferas sociais.

É importante pontuar ainda que a internet não representa uma evolução tecnológica desenvolvida de si para si mesma. Ela é produção social dos sujeitos e como tal funciona para a reprodução das relações de produção que, segundo Marx (2014), são relações de exploração. Assim sendo, um olhar menos ingênuo para o conceito de internet e para as suas condições de produção é medida que se impõe ao analista, uma vez que tal ferramenta é resultado de mecanismos ideológicos de poder.

Como nos ensinou Pêcheux, é preciso desconfiar do óbvio, nesse caso, desconfiar da existência de uma “[...] nova sociedade (da informação, da tecnologia, da inovação, da democracia, do cidadão-consumidor-usuário-internauta) onde ‘não existem’ classes sociais, nem lutas, nem antagonismo, porque ‘não existe’ exploração entre patrão e empregado, mas relações ‘horizontais’ de ‘colaboração/parceria’ entre capital e trabalho”

³⁰ O ciberespaço, como propõe Lévy, é um espaço de comunicação possibilitado pela interconexão mundial dos computadores e no qual as informações comunicadas são de natureza digital.

(SILVA SOBRINHO, 2011, p. 28). Por esse motivo, embora a literatura existente sobre a internet mostre uma linearidade de fatos, é necessário dizer que a historicidade não é linear e que os sentidos que nela se produzem não são transparentes.

É na perspectiva de *internet* enquanto efeito do processo sociohistórico, atuando na processualidade histórica em sua contraditoriedade (SILVA SOBRINHO, 2011), que conduzimos este trabalho de pesquisa. Não partimos, assim, da “Galáxia” para entendermos o funcionamento dos discursos que designam nordestinos na rede digital, nosso olhar se volta para a história. História construída por sujeitos em suas práticas sociais. É o chão da história que nos interessa. Dessa forma, concordamos com Silva Sobrinho (2009, p. 148), quando afirma:

O chão da história é o sustentáculo do discurso e da produção de sentidos; desse modo, seus andaimes, embora algumas e/ou muitas vezes distante da concretude histórica, jamais escapam dos alicerces do real, a não ser enquanto efeito ideológico. O efeito *Münchhausen*, no qual o sujeito se eleva nos ares puxando-se pelos cabelos, jamais se efetiva concretamente senão como simulação de evidência, pois o discurso tem seus pés fincados nas relações histórico-sociais.

Defendemos, assim, que é preciso evitar o risco do reducionismo técnico e do lugar comum que definem a internet como uma rede de comunicação e informação. Essa definição apaga e silencia sentidos e impede que questionamentos outros sejam produzidos porque, em última instância, cabe perguntar: o que ela comunica? A quem informa e com qual objetivo? Tais questionamentos parecem difíceis de serem formulados, tendo em vista que, pelo efeito da evidência, todos sabem o que é a internet e o que ela faz: comunicar, informar, aproximar, divertir as pessoas e facilitar suas vidas. Tal naturalização dos sentidos impede que outros sentidos sejam construídos e que os sujeitos tomem posição pelo questionamento.

Propomos, neste trabalho, ampliar as lentes para o horizonte da rede digital, girá-las em torno de sua dimensão discursiva, histórica e ideológica, descortinando sentidos e questionando os efeitos de evidência de que o espaço virtual, dito democrático, abriga a pluralidade de ideias, dando a “todos” o direito de falar e de ser ouvido porque, supostamente, nesse espaço, não há conflitos, contradições, nem lutas de classes.

4.2 Internet: um meio de comunicação de muitos com muitos, mas não de todos com todos

Comumente, atribui-se à internet o sentido de aldeia global em que todos estão conectados a um espaço democrático do dizer, local em que todos têm o mesmo direito de acesso e liberdade para manifestar-se discursivamente. Tal efeito de evidência e unidade produz um processo de naturalização dos sentidos que, apagando sua historicidade, vai se instalando na sociedade como único e verdadeiro, o que nos faz lembrar que a ideologia não é X, mas o processo de produzir X, como explica Pêcheux (2009).

Dessa forma, a afirmação de que no mundo “virtual” todos são iguais produz um efeito de verdade, de igualdade social e de justiça que silencia a existência de sujeitos excluídos desse espaço, sujeitos que, devido ao lugar social que ocupam, vivem à margem da sociedade “real” e também “virtual”. Isso porque, conforme Orlandi (2011, p. 7), em uma sociedade de formação social capitalista:

[...] são as relações de trabalho, as relações econômicas e sociais que estão em causa. Se os indivíduos não têm condições materiais de base favoráveis não há “destino” que se cumpra. Também desconfio da expressão “escala planetária” principalmente se referem à “difusão” de saberes, tecnologias, modos de vida. Tudo isso depende de condições concretas e estas como sabemos estão longe de serem “partilhadas”.

Nesse aspecto, é possível afirmar que a rede “mundial” é seletiva, nela não estão incluídos os que não podem pagar pelo acesso, os que não são alfabetizados, os que não dominam a tecnologia, os que vivem em países com restrições ao uso.

De acordo com Romão (2004, p. 43),

A rede é muito seletiva, segrega os que não são alfabetizados, aqueles que não dispõem de conhecimentos mínimos de informática, os que não têm energia elétrica nas suas moradias, os que não moram em endereço fixo, os que não falam língua estrangeira, os que habitam regiões de permanente calamidade, aqueles que não podem pagar por uma linha telefônica ou por horas de acesso, por fim, aqueles que desconhecem a realidade fora da barriga da miséria.

A reflexão apontada por Romão (2004) direciona o olhar para sujeitos que, por viverem à margem do poder político e econômico no espaço *off-line*, também se encontram afastados dos espaços possibilitados pelo “advento” da internet. Em um

processo de paráfrase com o poema “Não há vagas” de Ferreira Gullar, é possível dizer que, na urdidura das fibras óticas, os sujeitos pobres, não alfabetizados, desempregados e sem teto não cabem no mundo “globalizado” produzido pelos avanços tecnológicos.

Pêcheux (1990, p. 12) nos ensina que “[...] o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenvolver-se em um mundo que não acaba nunca de dividir-se em dois”. Dessa forma, é ingênuo acreditar que essa mesma burguesia desenvolveria formas de eliminar as desigualdades sociais, ainda que “virtualmente”, pois isso poderia produzir implicações também no mundo “real”.

Sobre isso, Vieira Pinto (2005, p. 233) afirma que

Sob a capa das promessas messiânicas de transformações sociais, decorrentes do progresso da tecnologia humanizada, a difusão desse artefato tecnológico favorece a conservação do estado de coisas existentes. Na verdade, os propagandistas dessas ideias não esperam e nem desejam que haja qualquer modificação real no sistema de produção social para eles inteiramente vantajoso.

Entendemos, a partir da afirmação de Vieira Pinto (2003), que a *internet*, assim como todo dispositivo tecnológico, é um instrumento de poder e de dominação, servindo aos interesses de uma dada classe social. Pelo efeito de estabilização dos sentidos, a internet foi tomada como solução para os conflitos de classe, como o artefato possível para aproximar culturas, encurtar fronteiras, universalizar conhecimentos, informações e inovações.

Defendemos, dessa maneira, uma visão menos otimista daquela apresentada por Lévy (2000, p. 119-120) quando afirma:

Por meio dos computadores e das redes, as pessoas mais diversas podem entrar em contato, dar as mãos ao redor do mundo. Em vez de se construir com base na identidade do sentido, o novo universal se realiza por imersão. Estamos todos no mesmo banho, no mesmo dilúvio de comunicação [...] Esse universal dá acesso a um gozo do mundial, à inteligência coletiva enquanto ato da espécie. Faz com que participemos mais intensamente da humanidade viva, mas sem que isso seja contraditório [...].

Embora haja um esforço do autor em sua proposta de um “novo” sentido para universal³¹, é possível depreender que em sua visão bastante otimista há uma

³¹ Para Lévy, a cibercultura propiciou um novo tipo de universal: o universal sem totalidade. O autor defende a ideia de que o ciberespaço não engendra uma cultura do universal, porque está em toda parte, mas porque sua forma ou ideia implicam de direito o conjunto dos seres humanos.

homogeneização de todos os que estão expostos à rede e aos seus efeitos, os quais parecem ser afetados da mesma forma no ciberespaço. Tal proposta ratifica a ideia de que todos são iguais no espaço *online*, como se as diferenças pudessem ser apagadas ao compartilhamento de um *link*, ao abrir de uma tela, ao acesso de um *site*, lembrando que há *sites* pagos, páginas que precisam de senhas para acessar, informações que estão disponíveis a apenas uma classe social: a dominante.

Nesse sentido, corroboramos Romão (2004), quando afirma que há uma generalização com a “nova lei da pós-modernidade”, a qual possibilitaria a igualdade entre todos no espaço virtual.

Assim, as diferenças (todas elas) seriam peças em desuso, meros detalhes que se apagariam em um piscar de olhos quando a tela é ligada, pois, em tese, o acesso aos mesmos *sites* estaria disponível a qualquer um, bem como a possibilidade de deslocamento. Vale a ressalva de que a exclusão digital faz-se mais do que presente nos países pobres, em que o acesso à energia elétrica ainda não é socializado e milhões de moradores não contam com mínimas condições de sobrevivência. Enfiados em cavernas de privações, os pobres da periferia não têm nada a dizer sobre computador e internet. Dessa forma, acho leviano afirmar que todos os cidadãos do mundo estão submetidos igualmente ao mesmo banho de tecnologia; que eles têm as mesmas chances de instalação na rede e tomam a mesma ducha de virtualidade. (ROMÃO, 2004, p. 74)

Consideramos que os pobres da periferia, citados por Romão (2004), principalmente os idosos, se ouvidos, teriam algo a dizer, sim, sobre os computadores, pois, se por um lado essas máquinas facilitaram a vida de muitos, por outro dificultaram a vida daqueles que são excluídos do meio digital. Nesse viés, as novas tecnologias, mediadas pelo computador e pela internet, não apenas promoveram avanços nas formas de controle social, mas produziram uma nova forma de exclusão: a digital, a qual atinge a todos aqueles que não têm acesso ao equipamento e/ou letramentos para fazer funcionar computadores, centrais eletrônicas, caixas de bancos, celulares.

Um dos segmentos mais atingidos pela exclusão digital é o velho/idoso pobre, independentemente se este é do Sudeste ou do Nordeste do país. Isso porque o acesso à informática em países com alta desigualdade social como o Brasil parece ser, nos dias atuais, um obstáculo intransponível para o velho/idoso pobre e analfabeto digital. Recordo-me da fala de um senhor na fila do banco que entre outras coisas dizia: “*nos dias de hoje, quem não sabe mexer com computador tá morto*”. O homem havia chegado muito cedo ao banco para retirar o dinheiro da aposentadoria e, como nenhum funcionário

do banco havia sido designado para o atendimento no caixa eletrônico, ele cedia o seu lugar aos outros que estavam na fila, fato que aconteceu repetidas vezes.

A cena descrita me levou a refletir sobre a situação não só dos pobres não alfabetizados em um “mundo globalizado”, mas, principalmente, na situação do velho/idoso que, além de conviver com todas as “(in)visibilidades” que essa sociedade “global” capitalista impõe, ainda se depara com a ausência de políticas públicas com vistas a desenvolver, nesse público e em todos os outros grupos excluídos digitalmente, as habilidades básicas para atender a demandas impostas pela “nova ordem” da pós-modernidade.

A metáfora³² da morte, produzida pelo senhor na fila do banco para aqueles que não dominam o computador e a internet, parece indicar não apenas o quão à margem da sociedade se sentem aqueles que não estão inseridos nessa “nova sociedade”, mas nos permite, em um processo de paráfrase, dizer que aqueles que estão apartados do *ciberespaço* são “mortos-vivos”. Embora a afirmação possa parecer forte, ela mostra como as relações entre desigualdades sociais e digitais estão interconectadas, além de fazer circular sentidos que mexem/desestabilizam/reorganizam o lugar da cena de representação dos sentidos de universalização da internet.

Para Castells (2003), a exclusão é um dos principais desafios que a internet não conseguiu responder:

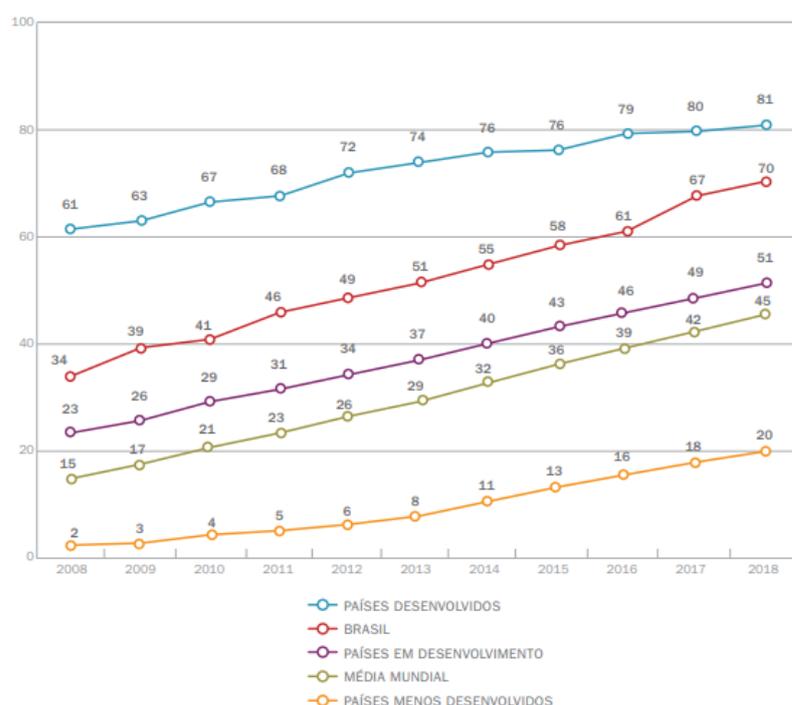
Numa economia global, e numa sociedade de rede em que a maioria das coisas que importam depende dessas redes baseadas na Internet, ser excluído é ser condenado à marginalidade — ou forçado a encontrar um princípio alternativo de centralidade. Essa exclusão pode se produzir por diferentes mecanismos: falta de infraestrutura tecnológica; obstáculos econômicos ou institucionais ao acesso às redes; capacidade educacional e cultural limitada para usar a Internet de maneira autônoma; desvantagem na produção do conteúdo comunicado através das redes. Os efeitos cumulativos desses mecanismos de exclusão separam as pessoas por todo o planeta; não mais ao longo da divisão Norte/Sul, mas dividindo aquelas conectadas às redes globais geradoras de valor — por nós que pontilham o mundo desigualmente — e aquelas excluídas dessas redes. (CASTELLS, 2003, p. 280)

³² Pêcheux trata a metáfora como efeito de sentido instaurado por meio da posição do sujeito (social, cultural, histórico), da relação com a ideologia, com a memória discursiva e a rede de sentidos tecida pelo interdiscurso. O conceito de efeito metafórico relaciona-se com o imaginário do sujeito do discurso que, por ser social, encontra-se ancorado na formação discursiva em que se inscreve como sujeito. A concepção de metáfora em Pêcheux não corresponde a um imaginário individualizado, como proposto pela retórica e por alguns linguistas. Para o filósofo, é a possibilidade do efeito metafórico, que permite que um efeito semântico possa ser substituído contextualmente por outro, sem que dele se desvincule totalmente.

Na esteira do que afirmam Romão (2004) e Castells (2003), pesquisas realizadas sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC domicílios – pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, ratificam o desafio da inclusão e nos leva a questionar os efeitos de evidência produzidos pelos discursos de globalização e universalização da internet.

Gráfico 1 - Usuários de Internet em países desenvolvidos e em desenvolvimento (2008 -2018)

Total da população em (%)

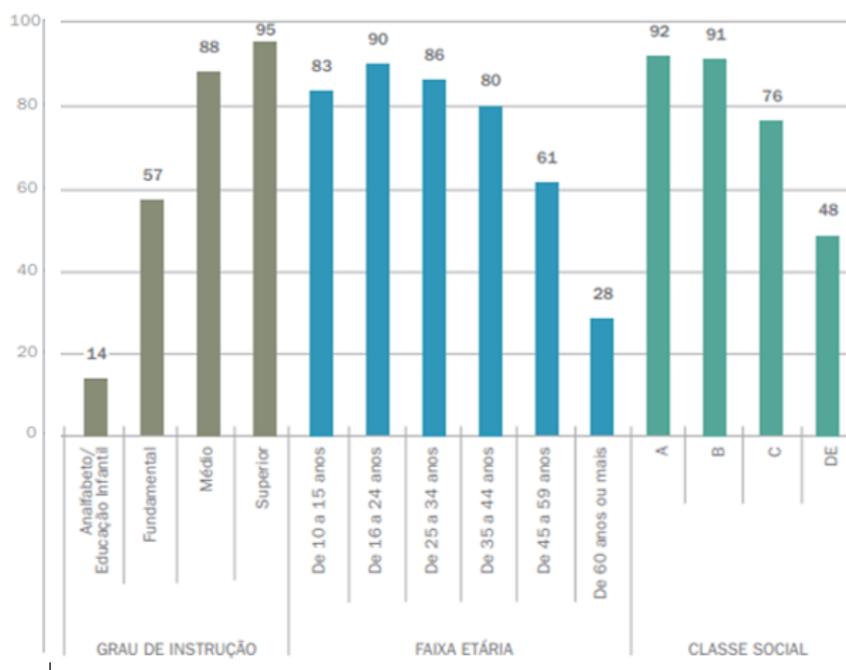


Fonte: União Internacional de Telecomunicações – UIT

A pesquisa revela que, se observados os anos de 2008 a 2018, a internet teve um aumento significativo no alcance de usuários, saindo de 15% para 45% se considerarmos a média dos países. Contudo, os números nos dão uma dimensão do número de excluídos do ciberespaço: 55% da população mundial não têm acesso à internet. Se olharmos apenas para o Brasil, poderíamos pensar que nos encontramos em uma situação confortável no que diz respeito a inclusão, mas esse número, como demonstra o gráfico a seguir, revela que a desigualdade social que existe no mundo “*off-line*” reverbera também para os espaços “*online*”.

Gráfico 2 - Usuários de Internet por Grau de Instrução, Faixa Etária e Classe Social (2008 - 2018)

Total da População (%)



Cetic.br/NIC.br (dados do Brasil)

O gráfico demonstra que o uso da rede no Brasil é desigual, se observados alguns aspectos, entre eles o de escolaridade: enquanto entre o grupo de universitários o acesso é quase universal; entre os não escolarizados ou de baixa escolaridade é inferior a 50%. Já quanto à faixa etária, a pesquisa corrobora o que já havíamos mencionado, o número de usuários velhos/idosos é muito inferior, se comparado às outras faixas de idade. Em termos socioeconômicos, os resultados da TIC Domicílios 2018 mostraram que, entre os indivíduos das classes³³ A (92%) e B (91%), o uso de Internet é quase absoluto, se comparado entre os indivíduos das classes D e E. A parcela de usuários de Internet com menor poder aquisitivo ainda era inferior, em 2018, a 50%.

³³ Esses dados obedecem aos critérios de divisão de classes fornecidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses órgãos, segundo a renda familiar, dividem a sociedade em cinco classes: A (acima de 20 salários mínimos); B (de 10 a 20 salários mínimos); C (de 4 a 10 salários mínimos); D (de 2 a 4 salários mínimos); E (recebe até 2 salários mínimos). Esse conceito, no entanto, não é tomado por nós nessa pesquisa. Nosso entendimento parte de uma perspectiva marxiana, a qual defende que em uma sociedade de base capitalista existem apenas dois grupos sociais: o dominante (burguesia dona dos meios de produção) e o dominado (proletariado que só tem a sua força de trabalho para vender e sobreviver).

A pesquisa destacou ainda que o acesso à Internet entre a população das classes D e E cresceu significativamente nos últimos anos, passando de 30%, em 2015, para 48%, em 2018, representando um acréscimo de 24,6 milhões de usuários de Internet nessa classe no período de três anos. Contudo, é preciso dizer que, conforme a pesquisa mostrou, os usuários das classes D e E tendem a ter apenas o telefone celular como dispositivo de acesso à rede e dependem do *WiFi* para se conectar. Esse conjunto de indicadores sugere que, apesar do crescimento do uso da Internet por essa parcela da população, as características desse uso ainda guardam disparidades importantes em relação às classes A, B e C.

As disparidades apontadas na pesquisa apresentam-se também entre as regiões do Brasil. O maior percentual de domicílios com acesso à internet (73%) encontra-se no Sudeste, enquanto o Nordeste apresentou o menor percentual (57%). Esses dados revelam que as expectativas de uma “Nova Era”, ou de uma “grande transformação social” mediada pela internet, foram produzidas ideologicamente pelo discurso “[...] ‘do ápice do avanço tecnológico’” como superação das impossibilidades humanas” (DIAS, 2018, p. 25).

Assim, segundo Romão (2004, p.72), “[...] ao mesmo tempo em que os pontos e os nós compõem a geometria do trançado, há espaços de brechas, desvios e buracos que criam poros abertos, por onde escorregam vazios, escapam silêncios, escorrem os não ditos e interditos”. Consideramos importante reiterar que a passagem dos discursos no ambiente virtual não se dá sem determinação dos lugares sociais, das relações de poder constituídas e sedimentadas, uma vez que o sujeito do discurso, como explica Romão (2006, p. 307), movimenta-se “[...] na rede do já-dado, já-dito e já-traçado por um outro sujeito embrenhados em nós que já foram atados por outrem”.

Dessa forma, como explana Orlandi (1994, p. 57),

[...] há uma “simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Essa determinação histórica faz com que os sentidos sejam interpretados numa determinada direção (“em seus mecanismos imaginários”) e não em outra.

Sendo a ideologia interpretação de sentidos em certa direção, como explica Orlandi (1994), somos levados, pelos efeitos ideológicos do discurso, a pensar que, pelo

fato de acessarmos a internet e “navegarmos” no ciberespaço, somos sujeitos livres e que tudo podemos “virtualmente”. Assim, o discurso amplamente disseminado sobre a tal “sociedade de informação” ou “sociedade em rede”, nomeada por Castells (2003), produz efeitos de evidência de que a internet é um meio de comunicação de livre acesso e que está ao alcance de todos.

Contudo, observamos que essa ferramenta se constitui como um meio de comunicação privatizado, em que seu acesso está limitado a quem pode pagar por um servidor e seus serviços, a quem possui conhecimentos básicos para manusear aparelhos eletrônicos como celular, computador e *tablet* ou, ainda, a quem pode pagar por esses aparelhos eletrônicos.

Entendemos, portanto, que a discussão sobre “os sentidos de universal” e de “todos têm acesso” reflete a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito que (re)forçam o imaginário social e abrem brechas discursivas para o deslocamento de sentidos que circulam produzindo seus efeitos de evidência e impedindo que os sujeitos usuários/internautas questionem os efeitos ideológicos de seu funcionamento.

4.3 Navegam livre(mente), sujeitos e discursos, no espaço virtual

Consideramos importante apresentar, nesta seção, uma discussão sobre espaço virtual, lugar onde se materializam os discursos que designam nordestinos. Segundo Lévy (1996, p. 15), “[...] o virtual não se opõe ao real, mas ao atual”. Por isso, faz-se necessário desfazer equívocos quanto a uma possível ausência de realidade muito utilizada pelo senso comum quando se refere ao meio digital.

O autor explica que “[...] a virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto” (LÉVY, 1996, p.18). Para Lévy (1996), o virtual constitui-se sempre num processo dialético que ao mesmo tempo em que carrega traços de concretude também os produz. Interessante pensar que muitos fatos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, uma vez que interferem na realidade. Jungblut (2004, p. 102) assinala que os fatos “virtuais” “[...] não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência ‘virtual’”.

À proposição de Jungblut (2004), acrescentamos que o arquivo digital pode ser apagado, deletado, modificado, alterado, assim como os dizeres digitalizados podem desaparecer com um simples *clik*, mas “[...] os efeitos concretos destas falas não desaparecem da mente dos interlocutores que as mantiveram, nem as decisões no mundo off-line que possam ser tomadas em função delas” (JUNGBLUT, 2004, p. 102). Vemos, dessa maneira, que são tênues as linhas que separam o espaço “virtual” do espaço concreto, dada a forma como esses espaços se imbricam, se enlaçam e entrelaçam nos fios da história, modificando, estabilizando ou transformando as práticas sociais. Partindo dessa discussão, fixamos os olhos nos sentidos de espaço virtual a partir da Análise do Discurso, uma vez que entendemos que os sentidos discursivizados, no espaço virtual ou fora dele, sofrem a determinação dos lugares, das relações de poder sociohistoricamente constituídas e sedimentadas.

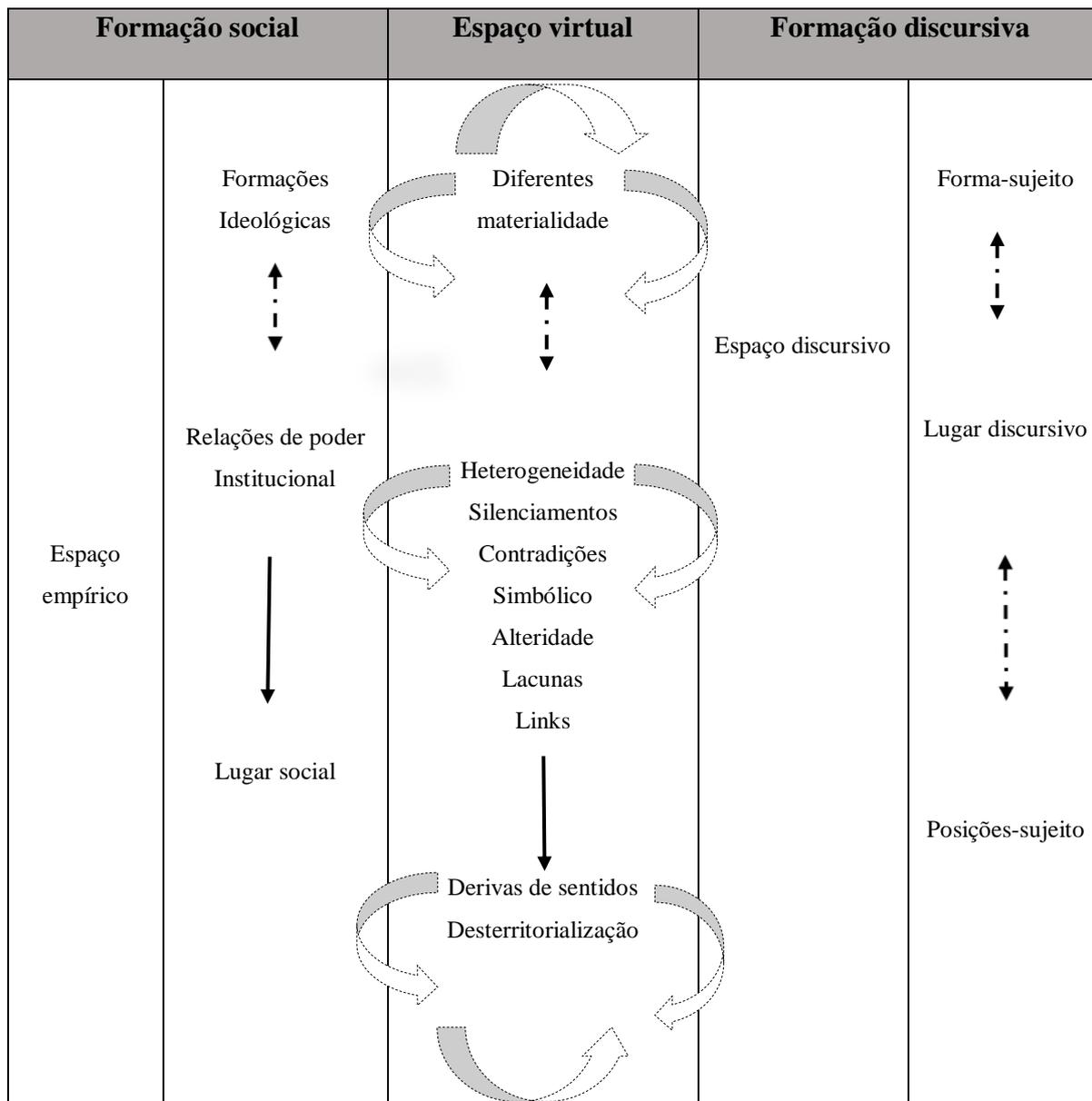
Nesse viés teórico, Grigoletto (2011) diz que é interessante desvincular o espaço virtual do espaço empírico e discursivo, e também discorda que ele seja um terceiro espaço, uma vez que o virtual, representado sobretudo pelo surgimento da internet, “[...] emerge no seio de uma determinada formação social, historicamente situada, produzindo efeitos imediatos não só nas práticas discursivas, mas também nas práticas sociais” (GRIGOLETTO, 2011, p. 51). Para a autora, o espaço virtual constitui-se no entremeio do empírico e discursivo, apresentando traços tanto do primeiro quanto do segundo.

Assim explica Grigoletto (2011, p. 52):

No processo de virtualização, do modo como aqui estou tomando, a passagem do empírico ao discursivo não ocorre de forma neutra, e está atravessada por um novo modelo de discursivizar, de se inscrever no discurso, qual seja: as determinações sócio-históricas e ideológicas decorrentes da emersão de rede na nossa sociedade. Por isso, volto a afirmar que o virtual não se constitui num terceiro espaço, mas num espaço próprio que se inscreve no entremeio do discursivo e do empírico de forma própria.

Dadas as conclusões apresentadas, Grigoletto (2011, p. 54) constrói um quadro com vistas a caracterizar esse espaço outro, o virtual, que, para ela, se constitui como um espaço intervalar.

Quadro 2 – características do espaço virtual como um espaço intervalar



Autor: Grigoletto (2011)

Observamos, a partir do quadro exposto, um contínuo movimento no espaço virtual representado por flechas que não se fecham e que são reguladas tanto pelas características do espaço empírico quanto pelas características do espaço discursivo. Assim, o virtual é constituído em seu interior por elementos que apontam para a deriva de sentidos e desterritorialização dos espaços-tempo. Dessa forma, conclui Grigoletto (2011, p. 54), “[...] tais sentidos, no entanto, só são possíveis de serem analisados se considerarmos a determinação tanto do empírico quanto do discursivo, já que o virtual se constitui desses dois espaços”.

Constituído a partir do entremeio, o espaço virtual tem, segundo Grigoletto (2011), provocado efeitos nas práticas sociais e discursivas, formando uma teia discursiva

não-linear, saturada de *links*, nós, lacunas que podem provocar a deriva de sentidos para qualquer direção, abrindo outras possibilidades de leitura e de sentidos. O espaço virtual, constitui-se, dessa maneira, “[...] num espaço simbólico, marcado por contradições, por silenciamentos, por múltiplas vozes (algumas anônimas, outras não) que se (con)fundem numa trama de sentidos” (GRIGOLETTO, 2011, p. 53).

As reflexões apontadas por Grigoletto (2011) ajudam-nos a entender como as redes sociais digitais significam nesse espaço de virtualidade, uma vez que são capazes de influenciar no fluxo de (re)formulação e circulação de “novos” dizeres através de novos espaços discursivos que são sustentados por um imaginário de interação e acessibilidade infinita. Dessa maneira, o sujeito, sob o efeito da ilusão da liberdade, acredita traçar suas rotas de dizer cozendo e (re)emendando velhos em “novos” sentidos compartilhados e compartilhantes.

Como dissemos anteriormente, nosso olhar fixa-se no processo sociohistórico das redes de sentido, interessando-nos, pois, olhar os “buracos,” os nós dessa rede enquanto produtores de sentidos que se entrelaçam num emaranhado de novos e velhos fios que tecem redes de discursos e de sentidos num processo contínuo do dizer que nunca finda, pois se renova, atualiza, modifica, constitui-se como outro e no outro.

Nesse ínterim, Leandro Ferreira (2003, p. 44) avalia que

Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos, os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentidos, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representa o todo; só que esse todo comporta em si o não todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável.

A metáfora de rede, produzida por Leandro Ferreira (2003), nos é muito significativa, pois é assim que também entendemos a rede digital, com seus nós, suas configurações e conexões entre os sujeitos. As redes de informação, explica Romão (2004), assim como os suportes impressos, também “[...] arquitetam nós de vozes em cadeias que se cruzam e espelham informações” (ROMÃO, 2004, p. 72). A pesquisadora acrescenta, ainda, que ao mesmo tempo em que os pontos e os nós compõem a geometria

do trançado “[...] há espaços de brechas, desvãos e buracos, que criam poros abertos, por onde escorregam vazios, escapam silêncios, escorrem os não-ditos e interditos” (ROMÃO, 2004, p. 72).

Moreira e Romão (2011) refletem que os sujeitos no espaço virtual são afetados tanto pelo fluxo quanto pela produção de informação. Acrescento à exposição das pesquisadoras a questão, também, da qualidade da informação que muitas vezes é *linkada*, *(re)tuitada*, comentada, sem com isso haver uma checagem sobre o procedimento da informação. Dessa forma, falar em discursos em rede eletrônica, espaço virtual, rede social digital, “[...] implica considerar as condições de produção de uma discursividade afetada e mediada pela tecnologia, sustentada por um imaginário de interação e acessibilidade infinita calcada pela convergência das mídias e constituída pela voz do sujeito-navegador” (MOREIRA; ROMÃO, 2011, p. 78).

Dadas as fronteiras flexíveis e porosas das palavras, elas estão sempre suscetíveis a tornarem-se outras, passíveis de serem ressignificadas, dependendo, para isso, das condições históricas e das posições sujeito. Quando falamos em posição sujeito, não nos referimos ao sujeito empírico ou biológico, mas a sua posição no discurso sempre inserida em um dado contexto sociohistórico.

Consideramos, dessa forma, que o meio digital não apenas abriga diferentes discursividades, mas também se constitui num espaço de discursividades determinado pela prática social dos sujeitos “navegadores”. Isso significa dizer que o espaço virtual não é apenas o ambiente em que determinados acontecimentos se dão: ele é parte do “acontecimento”, está condicionado pelo acontecimento. Por isso, é preciso considerar que a memória, condição do dizer, engloba os já-ditos, os já-esquecidos, os impossíveis de serem ditos e por isso silenciados em dados contextos históricos.

Romão (2006) sugere que devemos ampliar o horizonte em torno da formação e constituição da rede em sua dimensão ideológica, histórica e discursiva, evitando, dessa forma, o risco do reducionismo técnico, tão comum entre aqueles que processam programas ou manuseiam execuções de *softwares*. Entendemos, a partir de Romão (2006) que, no espaço virtual, afetado pelas condições de produção, o sujeito se posiciona discursivamente a partir dos movimentos de sua navegação a cada clique, a cada curtida, a cada *(re)tuitada*, comentário, postagem, compartilhamento. O espaço virtual se constitui, dessa forma, a partir de um complexo de gestos de interpretação no encontro de diferentes posições-sujeito. É um “espaço dividido pelas possibilidades de certos gestos

circularem e outros não, dependendo do modo como se regionalizam o jogo, a luta e o encontro de posições sujeito” (ADORNO, 2015, p. 27).

No tocante ao discurso em meio digital, Orlandi (2001) considera que os momentos da constituição e da formulação do discurso são pensados através da circulação, sendo a circulação o ângulo de entrada no processo de produção dos sentidos e, portanto, indissociável da circunstância da enunciação. É o aqui e o agora da enunciação que, no caso das mídias sociais, pode ser *retuitado*, “*linkado*”, comentado, compartilhado, viralizado, etc. Entendemos, assim, que a depender das condições de circulação e do meio em que esses discursos vão circular, certos sentidos serão produzidos/evidenciados enquanto outros serão apagados/silenciados.

Sobre isso, Dias (2012) tece considerações importantes sobre o que se convencionou chamar de espaço virtual:

O espaço virtual que tem sido ‘habitado’ por todos os setores da sociedade e no qual há um intenso investimento no que se refere à criação de empresas, grupos de discussão, blogs, salas de bate-papo, ambientes de ensino, mundos 3D, enfim, uma série de relações, entre pessoas e entre objetos, que passam a fazer parte das práticas sociais cotidianas. Em função desse espaço virtual, o sujeito contemporâneo mudou hábitos. Ele compra, vende, faz negócios, utiliza serviços públicos, conhece pessoas, produz conhecimento, faz pesquisas, estuda, ensina, seduz, troca correspondência, tudo através da Internet, de ambientes virtuais. As práticas cotidianas se virtualizaram sem que, no entanto, o sujeito saiba o que é o virtual e que efeitos ele produz na sua constituição enquanto sujeito político. (DIAS, 2012, p. 114)

Ao refletir que as práticas cotidianas se virtualizaram sem que, no entanto, os sujeitos soubessem o que é o virtual e que efeitos ele produz na sua constituição, enquanto sujeito político, Dias (2012) nos fornece elementos para pensarmos em como os discursos que designam os nordestinos como burros, preguiçosos, ignorantes, analfabetos, nas redes sociais, são amplamente compartilhados, constituindo-se num jogo permanente de repetições e deslocamentos.

Entendemos que o movimento do dizer no espaço digital está em um fluxo constante de idas e vindas e isso produz efeitos no meio social. No caso do *Twitter*, mídia digital que discutiremos na próxima seção, inaugura uma trama de particularidades, uma vez que a popularidade de pessoas não famosas associa-se muito mais à manifestação de suas representações, ideias, posicionamentos políticos, do que às relações de conhecimento pessoal, ou seja, a audiência que conquistam (*curtidas*, *twittadas*,

comentários, *retwittadas*) depende do que dizem, dos debates que travam, das defesas que produzem e, principalmente, com quem se estabelece interlocução.

4.4 E por falar em liberdade(?) na rede...

Refletir sobre o conceito de liberdade é de suma importância neste trabalho. Isso porque, a partir da popularização da internet, em especial das redes sociais digitais, foram construídos efeitos de sentidos para a liberdade, como se esta estivesse acessível a todos e pudesse ser alcançada através do uso das novas tecnologias. Nesse contexto, questionamos como esses sujeitos/usuários/internautas/navegadores têm utilizado sua “ilimitada” liberdade de expressão na rede? Ou ainda, que sentidos outros de liberdade são possíveis de serem discursivizados na sociedade atual, marcadamente tecnológica?

A formulação “liberdade de expressão”³⁴ não nasce a partir da popularização da internet e das redes sociais, basta lembrar, para isso, que durante o julgamento de Sócrates, filósofo ateniense do século V a.C., sua defesa baseou-se no argumento do uso da “fala espontânea e palavras sinceras”. Não obstante, o filósofo era constantemente perseguido por aquilo que expressava e, contraditoriamente, a democrática Atenas, que declarava garantir o igual e livre direito de expressão a todos os cidadãos, condenou Sócrates à morte pelo uso da plena liberdade da palavra que ela tanto defendia (PLATÃO, 1999).

Em sua autodefesa, Sócrates denuncia, segundo Platão (1999), que na sociedade ateniense só se é livre para expressar aquilo que é “apreciável”, entendendo por apreciável aquilo que é justo e verdadeiro. Ou seja, na Grécia Antiga, a liberdade de expressão se apresentava como um direito natural e espontâneo, mas, na mesma medida, só se tinha liberdade de dizer ao referir-se àquilo que pode e deve ser dito (OLIVEIRA, 2019, p. 12).

O caso exposto aponta para uma sutil articulação entre liberdade e limite; por isso, iniciamos essas reflexões buscando localizar o conceito de liberdade em condições históricas e sociais específicas que se materializam em práticas sociais de sujeitos que, por viverem em uma sociedade dita democrática, se percebem livres para expressar-se nos espaços “reais” e, principalmente, no espaço “virtual”.

³⁴ Para Lima (2010), liberdade de expressão nasce com o indivíduo e está relacionada ao direito humano fundamental de usar a palavra, direito que, teoricamente, é garantido a todos os sujeitos.

Etimologicamente, a palavra liberdade vem do latim *libertas*, a qual era utilizada pelos romanos para diferenciar escravos e prisioneiros de cidadãos “livres”. Nesse sentido, o dicionário básico de filosofia apresenta o significado de liberdade como: “Condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo, autodeterminação, independência, autonomia” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1991, p.163). Assim, de acordo com os significados apresentados pelo dicionário, livres são os indivíduos cuja vontade não depende de outro, estando a liberdade pessoal condicionada “apenas” ao desejo do indivíduo, podendo ser alcançada independentemente de condições políticas, sociais e econômicas.

No entanto, para além das acepções trazidas pelo dicionário, Lukács (2013), aponta que, do ponto de vista metodológico, é particularmente difícil conceituar a categoria liberdade, tendo em vista que “[...] ela se constitui num dos fenômenos mais multiformes, multilaterais e cambiantes do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p. 137). Isso porque o termo liberdade adquire sentidos distintos a depender do campo teórico: político, jurídico, religioso, científico, filosófico, etc.

No tocante aos conceitos filosóficos de liberdade, Chauí (2000) discorre sobre três grandes concepções filosóficas de liberdade. A primeira assenta-se na concepção aristotélica, a qual afirma ser livre “[...] aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir, isto é, aquele que é causa interna de sua ação ou da decisão de não agir” (CHAUÍ, 2000, p. 463). A liberdade, nesse sentido, é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesma ou para ser autodeterminada, ou seja, questões históricas e sociais não interferem na realização do sujeito. A liberdade, nesse campo teórico, não encontra obstáculos para se realizar, depende “apenas” da “[...] espontaneidade plena do agente, que dá a si mesmo os motivos e os fins de sua ação, sem ser constrangido ou forçado por nada e por ninguém” (CHAUÍ, 2000, p. 464).

A segunda grande concepção de liberdade apontada por Chauí (2000) diz respeito à escola de Filosofia do período helenístico, o estoicismo, que ressurgiu no século XVII, a partir dos postulados de Espinosa e, no século XIX, com Hegel e Marx. Sobre esses filósofos, Chauí (2000, p. 465) escreve:

Eles conservam a ideia aristotélica de que a liberdade é a autodeterminação ou ser causa de si. Conservam também a ideia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém e, portanto, age movido espontaneamente por uma força interna própria. No entanto, diferentemente de Aristóteles e de Sartre,

não colocam a liberdade no ato de escolha realizado pela vontade individual, mas na atividade do todo, do qual os indivíduos são partes.

Embora tanto Espinosa quanto Hegel e Marx conservem alguns pressupostos defendidos por Aristóteles, estes autores divergem profundamente no tocante à questão da liberdade como um poder individual e incondicional para escolher. Chauí explica que, de acordo com essa segunda grande concepção, os sujeitos não são livres para escolher tudo, mas o são para fazer tudo quanto esteja de acordo com o seu ser e a sua capacidade de agir, a partir do conhecimento das circunstâncias dadas.

Sobre a capacidade de escolha, Marx, em “18 Brumário de Louis Bonaparte”, afirma que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2003, p. 7). A liberdade não é, segundo Marx, um ato egoísta-individual do homem isolado, atomizado, mas uma prática dentro de um contexto histórico e social. Nesse viés teórico, a liberdade é coletiva e não pode ser entendida como um simples ato do espírito humano de se afirmar livre perante o mundo, pois ela precisa ter condições objetivas para poder se efetivar.

A terceira grande concepção de liberdade representada por pensadores marxistas como Lukács e Goldman une elementos das duas anteriores. Reafirma a concepção defendida pelo primeiro grupo segundo a qual a liberdade é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis, não se tratando da liberdade de querer alguma coisa e sim de fazer alguma coisa. E concordam com a segunda concepção no que diz respeito a não termos um poder incondicional de escolha de quaisquer possíveis, mas que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos, isto é, pela totalidade natural e histórica em que estamos situados.

Sobre essa concepção de liberdade, Chauí (2000, p. 466) diz que ela

[...] introduz a noção de possibilidade objetiva. O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e sobretudo alguma coisa inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido.

O possível, nesse contexto, corresponde àquilo criado pela ação humana. A liberdade estaria, de acordo com os autores dessa concepção, no plano da consciência das

circunstâncias existentes e das ações que, motivadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las. Assim, as escolhas que fazemos têm sempre lugar sobre a base de situações dadas e possibilidades abertas gerando tensão entre a liberdade e as condições históricas e sociais que determinam o sujeito.

Dadas as diversas concepções e os diferentes sentidos que a palavra liberdade adquire a partir de campos teóricos distintos, tomamos, neste trabalho, os pressupostos defendidos por Lukács (2013), que é enfático ao afirmar que o fenômeno da liberdade só é possível de ser rastreado se considerada sua gênese ontológica. Assim, se a questão da escolha for posta em um nível de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda a sua realidade e se torna uma especulação vazia. Isso porque seu fundamento consiste em uma “[...] decisão concreta, entre diversas possibilidades concretas” (LUKÁCS, 2013, p. 138).

Nas trilhas do pensador húngaro, a liberdade não é entendida como algo dado pela natureza, muito menos um dom de origem divina misteriosa. “É o produto da própria atividade humana, a qual termina por ter consequências que ampliam, de modo objetivo e contínuo, o espaço no qual a liberdade se torna possível” (LUKÁCS, 2013, p. 138). Nesse sentido, a liberdade é essencialmente social, o sujeito escolhe, mas não o que quer, sua escolha relaciona-se intimamente com as alternativas postas. A liberdade guarda, dessa maneira, uma estreita relação com as condições materiais reais de existência, o que significa dizer que são as relações sociais que dão origem a formas específicas de sociabilidade, cujo resultado é sempre uma forma concreta de liberdade.

Importante pensar que, embora seja possível alcançar a liberdade, não podemos entendê-la como absoluta, definitivamente acabada ou irrestrita, uma vez que o próprio ser social vive em um processo interminável de autoconstrução. Segundo Tonet (2013), a liberdade não pode ser entendida simplesmente como uma construção interior, “[...] ela é, ao mesmo tempo, a construção de si mesmo e do mundo. O escravo não é escravo simplesmente porque tá privado da liberdade exterior, mas porque está impedido de autodeterminar-se a si mesmo e ao seu mundo” (TONET, 2013, p. 18).

Em última instância, explica Lukács (2013, p. 138),

[...] liberdade é um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla.

Nessa perspectiva, a liberdade possui um caráter histórico e social, ou seja, é sempre consequência concreta da realidade, constituindo-se de diferentes modos em distintos momentos históricos. Sobre isso, Lukács (2013, p. 140) afirma:

Quanto mais apropriado é o conhecimento que o sujeito adquiriu dos nexos naturais em cada momento, tanto maior será o seu livre movimento na matéria. Dito de outra forma: quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que aqui pode alcançar.

Tomamos a reflexão de que liberdade tem a ver com o ser social livre das opressões, buscando transformar a realidade e criar um mundo justo e igualitário, apresentada por Lukács (2013), para produzir gestos de interpretação a respeito de como tem se constituído a liberdade de expressão nas redes sociais digitais, espaço em que os sujeitos, em dadas condições de produção, usam seu direito de dizer para (re)produzir “verdades” sobre si e sobre outros sujeitos.

Como dissemos no início desta seção, a formulação “liberdade de expressão” não é nova, contudo, ganha maior relevância a partir do século XVIII, período que marca as Revoluções Liberais e passa a integrar as constituições liberais como direito fundamental. Assim, os diversos tipos de liberdade: expressão³⁵, imprensa,³⁶ religião, política, etc., tiveram seu conceito forjado sob o manto da dignidade humana nos moldes liberais burgueses.

Dessa forma, citamos as revoluções liberais, entre elas a Revolução Francesa, como um marco histórico que possibilitou a (re)formulação de um conjunto de discursos sobre a liberdade a partir da elaboração de um ordenamento jurídico com vistas a regular, além dos direitos políticos, os direitos supostamente universais “do Homem”, conforme afirma Guilhaumou (2015, p.158):

³⁵ Para Indursky (2011), as duas formas de liberdade (expressão e midiática) aparecem tão imbricadas na atualidade que carece que sejam estabelecidas algumas distinções: liberdade de expressão, segundo Indursky, refere-se historicamente à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. Já a liberdade de imprensa parece remeter à liberdade da mídia de publicar o que considere “informação jornalística”, como está demonstrado no Parágrafo 1º do Artigo 220 da Constituição: “liberdade de informação jornalística”.

³⁶ Não se constitui interesse da pesquisa nem seria possível discutir todos os tipos de liberdade: imprensa, religiosa, política... Nosso recorte teórico diz respeito à liberdade de expressão de sujeitos/usuários/navegadores/internautas nas redes sociais.

[...] a experiência revolucionária no cotidiano tornou-se possível pela instauração, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de um novo laço social, que corresponde à ‘abertura de um universo ilimitado’ pela mediação da lei. Uma razão ao mesmo tempo constituinte e deliberante faz sua aparição sobre a cena política: ela é a matriz de todas as falas legítimas da nova cidadania.

Sobre o que afirma Guilhaumou (2015), chama-nos atenção a possibilidade do surgimento de uma “nova cidadania” e “novo laço social” sem com isso haver uma mexida nas relações de produção e forças produtivas ou, como nos diz Marx e Engels (2001, p. 46), “[...] sem eliminar os antagonismos entre as classes”. Ao simular a existência de uma sociedade igual e livre, o discurso liberal, cingidamente³⁷, apaga as desigualdades para (re)forçar as práticas de dominação.

Seguindo essa lógica, a “moderna” sociedade, surgida a partir das revoluções liberais, constituiu-se a partir de dois pontos que nos parecem centrais: a garantia dos interesses da classe burguesa e a defesa dos ideais burgueses de liberdade³⁸. Assim, de acordo com Huberman (1976, p. 159), “A burguesia uniu-se à revolta do povo, mas seus projetos não eram os mesmos. O primeiro lutava por um Laissez-faire³⁹ no comércio e na indústria e, o segundo lutava por liberdade e justiça social”.

A partir do exposto, observamos o funcionamento dos efeitos ideológicos do discurso sobre o direito à liberdade que foram difundidos historicamente e circulam na atualidade produzindo efeitos de evidências de que tais direitos, forjados pelos liberais do século XVIII, estão garantidos a todos os sujeitos sociais, independentemente de sua classe. Nesse contexto, no Brasil, espaço político e geográfico dessa pesquisa, a liberdade de expressão do pensamento é assegurada na Constituição Federal de 1988 em suas mais variadas acepções: a liberdade de pensamento, de expressão, ideológica, artística, de imprensa, religiosa, de informação, de locomoção, bem como se veda expressamente toda e qualquer espécie de censura ou licença. Dessa maneira, o direito à fala pública, antes restrito a assembleias, tribunas, tribunais, ganhou outros espaços sociais, principalmente a partir da popularização da internet e redes sociais digitais.

Temos, dessa forma, na contemporaneidade, um novo espaço de disputa por sentidos que supostamente teria o poder de mexer com a ordem hegemônica estabelecida.

³⁷ O funcionamento cínico da ideologia é abordado por Žižek (1996), para o pesquisador, o sujeito cínico tem ciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara. .

³⁸ Os ideais burgueses de liberdade convocam sentidos de uma suposta liberdade individual autossuficiente que simula as diferenças e transfere para o indivíduo o resultado de sua liberdade de escolha.

³⁹ Liberalismo.

Contudo, percebemos que, nos moldes da moderna sociedade burguesa, a liberdade de expressão tende a admitir o discurso do ódio a mulheres, negros, LGBTQIA+, nordestinos, entre outros grupos sociais, com o propósito de fazer calar grupos minoritários e, pela imposição autoritária de ideias preconceituosas, manter o *status quo* de poder e dominação na mão da elite econômica.

Cumprido explicar que os grupos minoritários também encontram espaço nas mídias virtuais para a resistência e o contradiscurso, espaço esse infinitamente maior que aquele possibilitado pela mídia tradicional. Entretanto, mesmo que a rede abrigue uma diversidade de pontos de vistas, para Romão (2006), isso não é suficiente para que haja uma democratização dos discursos. Não basta as ideias estarem lá depositadas, “[...] é preciso que elas circulem, que tomem corpo, que elas reverberem. Isto é, que elas entrem na ordem do discurso e não fiquem apenas à deriva na superfície das águas.” (ROMÃO, 2006, p. 315)

Ficar à deriva significa dizer que o fato de haver um espaço para “depositar as ideias” não implica, necessariamente, que essas ideias serão ouvidas/lidas, terão repercussão, poderão suscitar uma mexida na ordem de poder estabelecida. Para o imaginário social, a internet inovou ao possibilitar que “qualquer” um tivesse o direito à fala, esses sentidos se estabilizaram de forma a gerar a sensação de que vivemos um “[...] novo apogeu, nunca antes vivido, do expressar-se em democracias” (OLIVEIRA, 2019, p. 119).

Sobre esse possível apogeu, Piovezani (2009) lembra que o advento das tecnologias pode não corresponder diretamente a uma imediata mutação das práticas e das representações sociais. Isso porque é possível que, ao serem constituídos como “autores plenos” de sua expressão, os sujeitos submetam-se ao apagamento dos processos históricos que definem as possibilidades e as impossibilidades do seu dizer.

Torna-se necessário, dessa maneira, pensarmos sobre as condições de produção dos discursos que designam os nordestinos na rede, uma vez que, para Pêcheux (2009), um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas, as quais sobredeterminam as ações dos sujeitos, mediante relações de força existentes entre os elementos antagonistas e as relações de sentido nas quais é produzido.

A formação discursiva das redes digitais, sob a égide da suposta liberdade de expressão, diz que nesse espaço todos são livres e, portanto, podem expressar-se. No entanto, defendemos que tal liberdade não é irrestrita, sendo, pois, controlada e limitada por jogos de poder, saber ou técnicas sobre si e sobre o outro, segundo as condições

sociais e históricas a que estes sujeitos/usuários/navegadores/internautas estão submetidos.

Destacamos que, com a emergência dessas mídias virtuais, houve uma multiplicação dos espaços de expressão e um substancial aumento das possibilidades de fala tidas como “(im)possíveis” tanto na mídia tradicional quanto na esfera pública “face a face”, em relações interpessoais. Contudo, a partir de Romão (2006), perguntamo-nos até que ponto o sujeito-navegador fala/lê ou ouve/produz sentidos na rede, ou seja, rompe com a cadeia parafrástica da fala/leitura/escrita? Ou ainda, até que ponto o sentido de liberdade que defendemos se materializa nos discursos produzidos/compartilhados/*tuitados* na rede?

A internet pressupõe uma liberdade nunca vivenciada pelo sujeito/usuário/internauta, “[...] como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo” (DIAS, 2004, p. 25). Sob o efeito do “só depende de você”, os sentidos de liberdade nas redes digitais caminham na direção da liberdade pessoal, centrada em um indivíduo que tudo “pode”, em um espaço que “tudo” permite.

Romão (2005) explica que o ambiente virtual cria o efeito de que, nesse espaço, os sujeitos agem como se fossem livres para inscreverem discursivamente suas fantasias, vestirem o personagem que desejarem, falar sem compromisso com a realidade concreta, mudar de identidade. E o “[...] ambiente virtual cria condições para que o sujeito construa a sua discursividade na fugacidade, também marcada pela possibilidade de dizer e escrever, na tela, a fantasia que lhe é interdita na realidade” (ROMÃO, 2005, p. 7).

Sobre o que afirma Romão (2005), observamos que essa ideia de liberdade é bastante recorrente no *Twitter*. Muitas são as postagens de sujeitos que se colocam como livres nesse espaço para dizer aquilo que não é “permitido” em outros espaços do dizer. Assim, o *Twitter* parte desse ambiente virtual descrito por Romão, se constitui, também, a partir das fantasias vestidas por “sujeitos personagens” que sob o manto de uma suposta liberdade de expressão se arvoram no direito de ofender, discriminar, excluir aqueles que não estão de acordo com o discurso dominante.

Post 1:



Post 2:**Post 3:**

Tomando as falas nos *posts*, percebemos que é recorrente o sentido de liberdade “plena” nas mídias digitais, especialmente no *Twitter*; os sujeitos se colocam como livres para fazer o que quiserem, para falar, xingar (*post 3*), expor ideias que no mundo “real” seriam censuradas, interditadas (*post 2*), ser alguém diferente do que se é no mundo “concreto”, e, por isso, a necessidade de um mundo “alternativo” (*post 1*). Assim, os sujeitos/usuários/navegadores se colocam como potenciais “donos da verdade” no seu perfil na mídia social, “verdade” essa que só é possível de ser expressada no ambiente “virtual”, construindo-se, dessa maneira, um imaginário de uma liberdade que não pode ser reprimida nem constrangida, uma vez que, supostamente, nesse mundo “virtual ideal” não há crimes nem punições.

Defendemos que essa pseudoliberalidade desnuda a existência de sujeitos que, sob um pretenso anonimato, agridem e humilham publicamente em redes sociais *on-line* grupos economicamente desiguais produzindo efeitos e consequências que ultrapassam a fronteira do espaço “virtual” e atingem a “vida real” de sujeitos que, dadas as suas posições políticas/econômicas/sociais/ideológicas, são desqualificados e inferiorizados. Refiro-me não somente aos nordestinos, mas a todos os grupos afetados por discursos de grupos que, por se sentirem “livres na rede”, incitam à discriminação racial, social, religiosa, regional, sexual.

(Re)afirmamos que tais discursos não surgem a partir da popularização da internet e das redes sociais. Eles sempre existiram na sociedade, porque, em última instância, se assentam na luta de classes, luta essa que sempre esteve na base da formação da

sociedade. Todavia, as redes sociais, por sua capacidade de disseminação de forma viral, transformam as diferenças em abusos, os quais são tomados, pelos sujeitos internautas, como liberdade de expressão, pensamento, opinião.

Não negamos, com isso, a existência de grupos que resistem a tais discursos (pré)determinados pela ideologia dominante. Entretanto, como discutimos no início dessa seção e corroborando Mitmann (2011, p. 119), “[...] muitos desses sujeitos ocupam, na sociedade, lugares à margem do poder político e econômico, também os espaços que ocupam no ciberespaço são lugares à margem daqueles das grandes corporações”. Acrescentamos à assertiva de Mitmann (2011), o fato de esses sujeitos não ocuparem, também, *status* de visibilidade na rede. Embora, economicamente, tenham acesso à rede, sua capacidade de alcance é pequena, suas vozes não atingem os lugares necessários para o contradiscurso.

Pontuamos que as redes sociais digitais, como todo campo social, é um espaço em que a liberdade está em disputa e, embora sua configuração veicule uma ideologia de liberdade desregulada, na prática, ela é subsumida por arquiteturas e protocolos que mantêm a cultura de opressão e discriminação. Desse modo, o conceito de liberdade destoa daquele defendido por Lukács que assegura ser a transformação social fruto da liberdade humana. A liberdade alcançada pelo advento da internet, principalmente das redes sociais *on-line*, tem funcionado preponderantemente para manter o sistema de poder e opressão. Assim, a luta de classes não desaparece no ciberespaço, pois ganha novas configurações.

4.5 O Twitter e o que está acontecendo no mundo⁴⁰

Criado por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass e lançado em 2006, o *Twitter* é uma mídia digital que permite aos usuários enviar e receber atualizações em textos de até 280 caracteres conhecidos como *tweets*. Por ser uma plataforma aberta, os conteúdos postados/*tuitados*/*retuidados* viralizam de forma mais rápida que em uma plataforma “tradicional”, o que faz do *Twitter* um *site* em expressivo crescimento.

⁴⁰ Em referência à afirmação feita na página inicial do *Twitter* que o define como o lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo no mundo e sobre o que as pessoas estão falando agora. Ver em: <https://about.twitter.com/pt.html>

Em uma pesquisa⁴¹ realizada em 2019, constatou-se que o Brasil está entre os dez países líderes em usuários ativos no *Twitter*. O Brasil ocupa o 6º lugar no ranking com 8,28 milhões de pessoas usando a rede. Em primeiro e segundo lugar ficaram os Estados Unidos (com 48,65 milhões de usuários) e o Japão (com 36,7 milhões), respectivamente. De acordo com essa pesquisa, o *Twitter* é o terceiro *site* de mídia digital acessado no mundo todo, ficando atrás somente do *Facebook* e do *WhatsApp*. Segundo o relatório financeiro do último trimestre de 2018 divulgado pelo *Twitter*, cerca de 126 milhões de pessoas acessam a plataforma regularmente, o que representa um aumento de 9% de visitas em comparação ao ano anterior. A plataforma também lucrou 791 milhões de dólares em publicidade apenas nos primeiros três meses de 2019, enquanto em 2018 o lucro foi de mais de 2,6 bilhões de dólares – cerca de meio bilhão a mais que em 2017.

Uma discussão interessante que propomos neste trabalho, sem nenhuma pretensão de exaurir o assunto, corresponde à definição de *Twitter*, uma vez que o senso comum o define como rede social *on-line*, colocando-o ao lado de outras plataformas como *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, *Youtube*, etc. Isto é, todo *site* que permite a interconexão e a comunicação entre as pessoas é considerado uma rede social digital por parte da maioria dos usuários da internet.

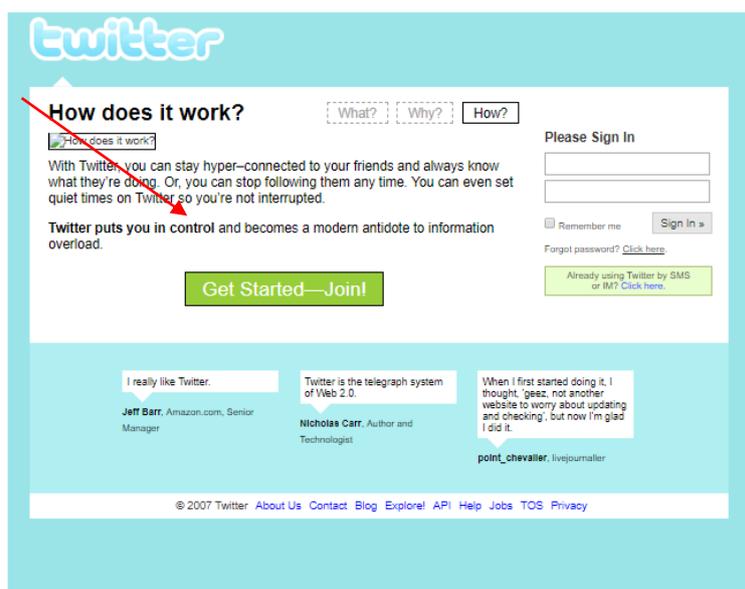
Contudo, tal definição não nos parece plausível, se consideradas as diferenças existentes entre uma mídia e outra. Por isso, embora seja interessante observar o funcionamento dos discursos que designam os nordestinos em redes como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsap*, *Youtube*, nós não o faremos aqui. Nosso objetivo de pesquisa reside em analisar os efeitos de sentido nos discursos que (re)produzem evidências sobre o Nordeste e os nordestinos exclusivamente no *Twitter*. Assim sendo, delimitamos nosso espaço de pesquisa em uma plataforma que, a nosso ver, está em um processo de ebulição. Sua definição, quatorze anos após sua criação, ainda não está posta, isso porque, dada a complexidade das características de interação nesse espaço, talvez não seja mais suficiente chamá-lo de rede social digital como preferem alguns ou de *microblogging* como preferem outros.

Entendemos que, antes de ser rotulada, conceituada ou definida, uma plataforma digital precisa ser pensada em suas dimensões não apenas técnicas, mas também sociais e

⁴¹ Como a plataforma *Twitter* não divulga regularmente seu número de usuários, há muitas divergências quanto ao seu quadro de usuários. Utilizamos, neste trabalho, o resultado da pesquisa desenvolvida por Statista, plataforma de estatísticas, em conjunto com a Cuponation, empresa integrante da alemã Global Savings Group, que levou em consideração apenas o número de usuários ativos (aqueles que acessam a plataforma no mínimo uma vez por semana), se considerado o número de cadastrados, o resultado seria bem maior: <https://www.cuponation.com.br/insights/twitter-2019> Acesso em 10 de janeiro de 2020.

políticas, uma vez que suas características de funcionamento discursivo sofrem os efeitos do movimento da história e da sociedade. Nesse sentido, é possível dizer que desde sua criação, em março de 2006, o *Twitter* passou por diversas transformações visuais e técnicas, modificando suas formas de uso e suas funcionalidades. Um exemplo é a página inicial do *Twitter* em 2007, na qual é possível ver que, aparentemente, o propósito era o de servir como uma plataforma de conexão entre amigos em que é possível parar de seguir ou definir horários para não ser interrompido tudo sob o efeito do controle: *Twitter puts you in control and becomes a modern antidote to information overload*. Ao prometer o “controle” aos sujeitos usuários, a mídia digital *Twitter* cria a ilusão de que, diferentemente de outras plataformas de conexão entre pessoas, o usuário pode controlar a “sobrecarga” de informação, como podemos ver na figura que segue:

Figura 1 – Layout da página inicial do Twitter em 2007



Fonte: <https://www.b9.com.br/46686/twitter-comemora-seus-8-anos-com-um-tunel-tempo-para-o-seu-primeiro-tweet/>

Essa aparente possibilidade de controle da informação interpela os sujeitos a se informar “de forma controlada”. Sob essa lógica, cria-se a ilusão de que o sujeito é detentor desse poder, ou seja, o sujeito controla a mídia digital e, nesse panorama, a informação que essa sociedade funciona sob o efeito da estabilidade passa a ser, também, controlável pelo sujeito usuário do *Twitter*. Vemos, dessa forma, uma forte (re)organização de um jogo de forças em torno da ideia de informação que, sob o efeito de “controle nas mãos do usuário”, a mídia digital busca ampliar seu número de usuários e por consequência seu valor de mercado.

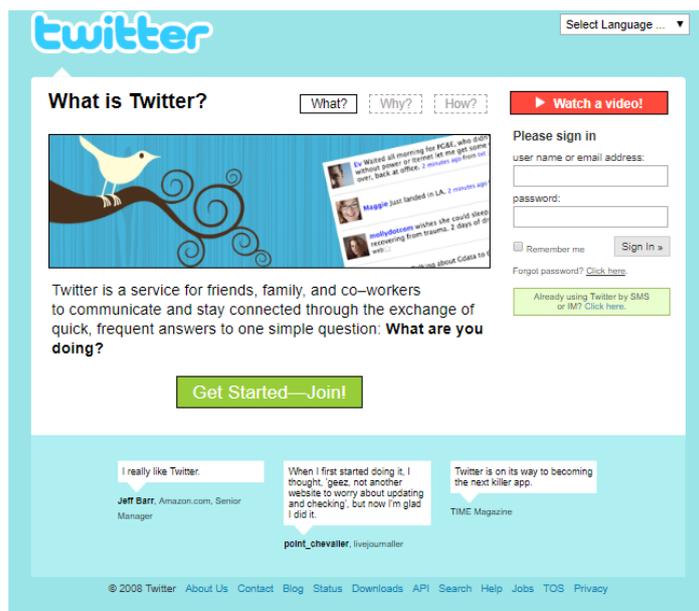
Nesse contexto, a noção de informação aparece de forma cristalizada como uma sempre-já (re)significada numa relação entre excesso e falta. Sobre isso, Nunes (2012, p. 32) afirma:

Num enunciado como “temos que nos informar!” ressoa o discurso do excesso materializado na diversidade de domínios a ela relacionados, tais como: era da informação, história da informação, ciência da informação, teoria da informação, sociedade da informação e nas diversas formas que a caracterizam, como: redes de informação, medidas de informação, recuperação de informação, capacidade de informação, escassez de informação, economia de informação, excesso de informação, desinformação, etc. O excesso de determinativos para a noção de informação instaura a sua forma mutante, ou seja, o excesso irrompe no discurso da falta, num funcionamento equívoco. Como dissemos, esse funcionamento equívoco é constituído na relação excesso-falta e sustenta-se na circularidade, pois o excesso de informações para todos os sujeitos seria necessário visto que a informação faltaria a ele. Pensado de outra forma, sendo a falta (de informações) constitutiva do sujeito seria necessária a produção de informação em larga escala, de diferentes maneiras para “suturar” a falta que constitui o sujeito.

Na esteira do que afirma Nunes (2012), lembramos que os grandes órgãos de imprensa sempre foram os detentores da informação, responsáveis por sua produção e distribuição sempre sob o aparente manto da transparência, objetividade e imparcialidade. Com a chegada da internet, criou-se o efeito de que todos agora podem se informar sem depender exclusivamente da mídia tradicional, porque, supostamente, a internet democratizou o acesso à informação e ao conhecimento. Contudo, parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que vivemos em uma sociedade da informação e que esta é acessível a todos, porque, em última instância, cabe questionar os efeitos desse discurso para o desenvolvimento dessa mesma sociedade.

Sob essa lógica de que há, por parte dos sujeitos sociais, interesse em tudo “saber”, em 2008, mais uma vez, seus idealizadores mudaram a aparência visual do *Twitter* e o descreveram como um serviço para amigos, familiares e colegas de trabalho conectados através da troca de respostas rápidas e frequentes a uma pergunta: o que você está fazendo?

Figura 2 – Layout da página inicial do Twitter em 2008



Fonte: <https://creative.colorado.edu/~emlo3462/web/hypertext-narrative/2006.html>

É importante pontuar que a dinâmica da plataforma, desde sua criação, baseia-se na ideia de que os sujeitos, usuários do *Twitter*, devem “seguir” e serem “seguidos” por outros perfis, contudo, a reciprocidade, diferentemente de redes sociais digitais como o *Facebook*, não é obrigatória, o que significa dizer que um perfil pode seguir outros e ver suas publicações, independentemente do fato de serem amigos ou conhecidos. Quando o usuário se inscreve no *Twitter*, explica Spyer (2009, p. 36), “[...] o sistema o ajuda a encontrar pessoas,” e, caso haja conta de *email* do Gmail ou do Yahoo, é possível autorizar que o serviço verifique se os seus conhecidos já têm conta no *Twitter*. Outra forma de descobrir nomes para seguir no *Twitter* é escolher entre as organizações e pessoas recomendadas pela equipe do *site*. Interessante pensar que o sistema “aleatoriamente” apresenta pessoas, ou melhor, recomenda pessoas e organizações a serem seguidas de acordo com os “gostos” de cada perfil, produzindo, dessa maneira, o efeito de um ambiente de interação social homogêneo em termos de opiniões, posições e gosto.

Seguindo o percurso da dinâmica das tecnologias digitais que, em última instância, corresponde à própria dinâmica da sociedade inscrita na história, a partir de 2010, o *Twitter* teve seus propósitos ampliados, outros sentidos, funções e possibilidades de interação foram agregados. Assim, diferente do que acontecia desde 2006, o *site*

possibilitou a postagem e compartilhamento de vídeos e fotos, transformando a plataforma em um ambiente mais propício para a interação e consumo de informação.

Figura 3 – Layout da página inicial do Twitter em 2007



Fonte: <https://tecnoblog.net/19156/twitter-ganha-nova-pagina-inicial/>

Dessa forma, diferente do projeto inicial de seus idealizadores, permitir o compartilhamento de informações pessoais a amigos, o *Twitter* se transformou em um *site* com intensa exposição de informações sobre questões e temas diversos. Nesse contexto, Aggio (2015, p. 55) explica que

[...] fatos, acontecimentos e notícias sobre política, arte, personalidades públicas, cinema, literatura, acidentes, catástrofes, programas televisivos, escândalos, música, eleições, temas comportamentais, são alguns dos tópicos que fazem a roda da comunicação do *Twitter* girar.

Ao ampliar o espaço de discussão para outros setores, o *site* fomentou a presença de diferentes sujeitos (celebridades, empresários, jornalistas, militantes, agentes políticos, líderes de Estado, intelectuais), instituições públicas e privadas, grupos organizados, veículos de notícias, partidos políticos, ONGs, movimentos sociais, etc. Transformando-se, assim, segundo Aggio (2015), em um produto social de outra espécie, “[...] abrigando fluxos de informação, discussão e debates caros à formação da opinião pública” (AGGIO, 2015, p. 55). Isso, em certa medida, impulsionou os administradores do *site* a mudar a pergunta inicial de “*O que você está fazendo?*” para “*O que está acontecendo?*” numa demonstração clara de que o objetivo do *site*, dado o interesse de seus usuários, era fomentar um ambiente de informação.

Para Spyer (2009), o alto escalão do *Twitter*, naquele ano, ainda estava em busca da identidade do serviço, “[...] definir para que ele serve e como deve ser percebido” (SPYER, 2009, p. 35). A reflexão apontada por Spyer (2009) ainda encontra eco na atualidade, uma vez que tal mídia digital continua a passar por um processo de ebulição que não para de modificar-se, ampliar-se, transformar-se.

Por sua característica informacional, muitos analistas de redes sociais digitais como Kwak (2010), Zhao e Rosson (2009) e Java (2007) defendem que o *Twitter*, dado seu interesse em divulgação de informação e opinião a partir de mensagens curtas, pode ser compreendido como um *microblogging*.⁴² A própria rede em sua página de 2012 se definia como “[...] uma rede de informação e o meio mais rápido e fácil de se manter perto de tudo o que interessa”. Spyer (2009) também observa esse movimento na rede e pontua que o *Twitter* se torna “[...] uma extensão do blog por compartilhar novidades, educar o consumidor em relação a informações erradas e responder na hora tirando proveito da possibilidade de falar em tempo real” (SPYER, 2009, p. 45). Vemos, dessa forma, que o *Twitter* se afasta, em alguma medida, do conceito inicial de rede social *on-line*, uma vez que sua funcionalidade baseia-se, principalmente, no compartilhamento de conteúdo, informação e ideias sobre os eventos que acontecem no mundo.

Além disso, esses analistas discorrem que, no *Twitter*, não há amigos, mas seguidores. Os vínculos podem se estabelecer de forma unilateral entre os participantes, podendo existir duas listas de contatos, uma com a relação dos seguidores (*followers*) e outra com a relação de seguidos (*following*). Segundo Aggio (2015, p. 61), “Os sujeitos atraem ‘seguidores’ muito mais pelo que dizem ou por qual status político e social possuem do que por terem laços sociais pré-existentes com eles”.

Outros analistas, no entanto, percebem que, embora o *Twitter* guarde algumas diferenças em relação a redes sociais *on-line* como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsap*, pode ser entendido como uma rede social digital, tendo em vista sua capacidade de interatividade entre as pessoas. Os pesquisadores Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997, *apud* RECUERO, 2009, p. 15) já afirmavam que o fato de uma rede de computadores conectar uma rede de pessoas e organizações já se constitui como uma rede social digital.

⁴² Java et al. (2007) explicam que os serviços de *microblogging* permitem que os blogueiros divulguem suas opiniões através de *blogs*, o que faz com que haja uma diminuição do tempo e de esforço na criação de uma publicação tradicional, passando a gerar diversas pequenas publicações diariamente.

Na esteira do que afirmara os autores, Santaella e Lemos (2010) defendem que mesmo sendo o *Twitter* uma plataforma com características diferentes, consideram-no uma rede social *on-line*. Para as autoras, a diferença consiste em perceber que,

[...] enquanto nas outras redes sociais como o Facebook, Orkut etc., o foco da interação social está nos contatos pessoais entre usuários, no Twitter o foco encontra-se na qualidade e no tipo de conteúdo veiculado por um usuário específico. [...] Nele, deparamo-nos com uma ecologia complexa de divulgação de ideias (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 67).

Recuero (2019) lembra que o termo “rede social” começou a ser utilizado há mais de um século pela sociologia e pela antropologia social para designar as relações complexas entre os membros de uma sociedade. A partir da década de 1990, com o surgimento da mídia digital e a transformação das interações sociais em dados, novas formas de estudar esses grupos sociais foram desenvolvidas, e áreas que, tradicionalmente, não se dedicavam a dados sociais, passaram a se interessar, assim como, notadamente, novas “subáreas” surgiram, como, por exemplo, a Ciência Social Computacional.

Para a pesquisadora, as redes sociais digitais diferenciam-se das redes sociais no espaço *off-line*, por possibilitar: uma conexão mais “individual” e ilimitada, se consideradas as questões geográficas, conexões em grande escala, permitindo que as pessoas tenham centenas ou milhares de “amigos”, participação em conversações globais e de acesso a conteúdos que não estariam disponíveis na mídia “tradicional;” além da possibilidade de criar vários perfis com “identidades” distintas e, assim, dizer coisas que não “poderiam ou deveriam” ser ditas no mundo “real”.

Entre as características comuns aos *sites* de redes sociais digitais e que também são observadas no *Twitter*, encontram-se a construção de um perfil público e a interação por meio dele. Boyd e Ellison (2007) explicam que os *sites* de redes sociais digitais são espaços *on-line* que permitem a seus usuários criar e exibir suas conexões, tendo como principal característica o fato de tornar pública essas conexões, além de possibilitar a realização das trocas comunicativas.

Sobre isso, Recuero e Zago (2012, p. 71) são categóricas ao afirmarem que

Ainda que a ferramenta tenha constantemente sido apropriada para a difusão de informações, o caráter de rede social encontra-se presente, na medida em que essas informações são distribuídas para os seguidores,

os quais podem se apropriar dessas informações e respondê-las ou “retwitá-las”, repassando-as para suas redes. Além de tornar públicas as conexões entre os usuários, portanto, o Twitter ainda permite que as trocas de informações entre os usuários possam ser acompanhadas, o que torna esse *site* de rede social propício para o estudo da difusão de informações.

Embora a tarefa de definir não seja tarefa fácil em meio a tantos pontos de vistas divergentes, entendemos ser necessário nos posicionar, pois entendemos que a ausência de posicionamento poderá trazer implicações para refinar o processo analítico dos discursos que designam os nordestinos nesse ambiente. Assim sendo, concordamos com Recuero (2009) que as características principais para que uma rede social *on-line* seja assim conceituada é a presença de sujeitos (atores sociais) e suas conexões que são interações ou laços sociais, características essas presentes no *Twitter*. Não descartamos, contudo, que o *Twitter* possa também ser entendido como um *microblogging*, haja vista seu foco na informação, no nosso entender, ao unir características das duas esferas, o *site* amplia ainda mais o seu potencial de produção, propagação e circulação de discursos.

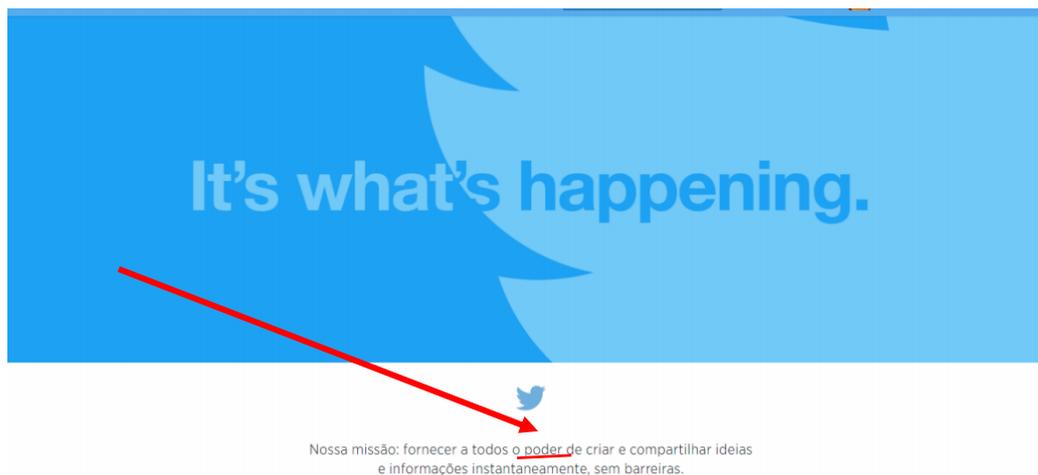
Entre as características atuais do *Twitter* destacamos, ainda, a possibilidade de publicação de mensagens de até 280 caracteres (até 2017 eram apenas 140 caracteres), nas quais as pessoas podem compartilhar suas “histórias, ideias, opiniões e notícias” em tempo real, de maneira pública ou apenas para um grupo selecionado de pessoas; a indexação de mensagens com uso de *hashtag*⁴³(#) que possibilita a construção de uma rede temática como: indicação do tema do *tweet*⁴⁴, do *link*, da imagem ou vídeo compartilhado.

O *Twitter*, em seu percurso histórico (14 anos), tem oferecido a seus usuários “poder sem barreiras”, “controle” e “informação”, o que o coloca como uma plataforma de comunicação livre e horizontal e cria um efeito de “liberdade plena” que só pode ser conquistada nesse espaço discursivo, espaço esse em que não há impedimentos para compartilhar ideias e informações. Dessa forma, a plataforma cria a ilusão de que o poder, proporcionado pela informação está ao alcance de todos, independentemente de classe social.

⁴³ *Hashtag* é qualquer palavra ou frase imediatamente precedida pelo símbolo #. Quando você clica ou toca em uma *hashtag*, vê outros *tweets* contendo a mesma palavra-chave ou tópico (TWITTER, 2020).

⁴⁴ Os *tweets* são exibidos nas *timelines* do *Twitter* ou inseridos em *websites* e *blogs*. Um *Tweet* (até 280 caracteres) pode conter fotos, GIFs, vídeos e textos (TWITTER, 2020).

Figura 4 – Layout da página inicial do Twitter em que informa sua missão



Orlandi (2012) nos lembra que o sentido é sempre dividido, cuja direção se especifica na história pelo mecanismo ideológico de sua constituição, “há simbolização das relações de força, de poder, que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista”. Assim, ao apresentar a “missão” da empresa, “fornecer a todos o poder”, o *Twitter* (re)produz efeitos de sentido de onipotência, completude e onipresença do discurso da tecnologia em que, a partir dela, o sujeito pode tudo. Tal discurso faz circular determinadas ideologias com vistas à garantia das relações de poder da própria mídia digital sobre os sujeitos usuários. As estratégias da empresa caminham para a disseminação de práticas e de discursos que dão sustentação aos desejos dos sujeitos de adquirir um tipo de poder ilimitado, “sem barreiras”.

Segundo Zandwais (2019, p. 71),

[...] é preciso observar que os modos de produção discursiva da sociedade, em cada época, refletem não somente suas relações de produção econômicas e sociais, mas também as formas por meio das quais ela simboliza seus valores através dos discursos que circulam entre as diferentes classes. Deste modo, ao identificar-se com uma determinada comunidade sócio-politicamente organizada, o falante orienta-se também para determinados valores que os signos assumem no contexto sócio-histórico em que se situa e se reconhece.

Entendemos, a partir de Zandwais (2019), que o *Twitter* busca exercer poder sobre o usuário, atribuindo-lhe um pretense poder. Tal discurso faz com que o usuário se identifique com a proposta da empresa e crie aí o seu perfil. Observa-se que a empresa, embora dependa economicamente do sujeito usuário, coloca-se em uma posição superior,

é ela quem detém o poder de realizar-lhe o desejo, e ela o fará “gratuitamente”, pois essa é sua missão.

Vemos que, entre ditos e silenciamentos, a rede social busca apagar certos dizeres que desmistificariam o mito da gratuidade do acesso à plataforma; não há, nas páginas da empresa, por exemplo, o seu faturamento líquido⁴⁵ de US\$ 1,47 bilhão no ano de 2019. Assim como também não está dito que cada vez que o usuário registrado visita a *Twitter*, atualiza sua *timeline* ou faz buscas enquanto está conectado, o *Twitter* fatura cerca de US\$ 2,17 a cada mil *views*. Outra informação que não está posta pela plataforma é que os dados do usuário que “voluntariamente” são colocados na rede são enviados a empresas de comércio e serviços que pagam por eles. Tal fato nos mostra que o silêncio tem como objetivo afastar aqueles sentidos indesejados que precisam e devem ser evitados (ORLANDI, 2007). Por isso, importante se faz preservar, pelo silêncio, a imagem da rede social como aquela que propicia *status*, liberdade, informação e poder.

Mas não basta apenas ter poder, é preciso ter também o controle. É isso que a página inicial da rede social *Twitter* (2019) oferece ao usuário, como mostra a figura a seguir:

Figura 5 – página sobre segurança no Twitter



Fonte://about.twitter.com/pt/company.html

O *Twitter* (2019) produz em sua página inicial um discurso que interpela o sujeito usuário a estar no controle, como se isso fosse possível ao simples acesso de uma mídia social e como se essa própria mídia já não tivesse sua própria forma de controle sobre o que o outro faz circular na rede. Nesse contexto, os recortes produzidos em períodos

⁴⁵ Informação tirada do Jornal ValorInvest.

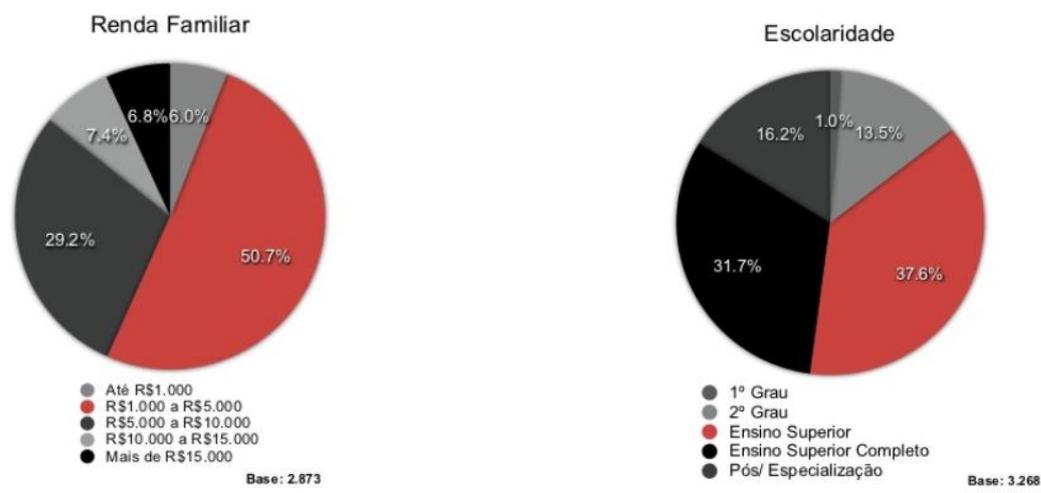
<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/02/06/lucro-liquido-do-twitter-cai-535percent-no-4o-trimestre-para-us-1188-milhoes.ghtml>

distintos da história da rede social nos mostram que as contradições próprias a qualquer discurso também se fazem presentes nos discursos do *Twitter*, que, apesar de prometer “liberdade”, “poder”, “controle” e “informação”, mantém algumas políticas de restrição para o uso do *site*, o que indica que não são “todas” as pessoas que podem utilizar esse espaço, mas só aquelas que concordarem com os termos de acesso. O controle, dessa forma, está nas mãos da empresa que dita as regras para se tornar um usuário da plataforma.

Uma vez aceitas as regras por parte dos usuários, o “fornecimento” do serviço do *Twitter* e a capacidade de comunicação e conexão com outras pessoas também não ficam isentas de limitações, pois o *site* limita o tipo de conteúdo que pode ser publicado, desvelando que nem todas as ideias, informações, discussões podem ser estabelecidas/publicadas no *site*, mas somente aquelas que estejam de acordo com o pré-estabelecido.

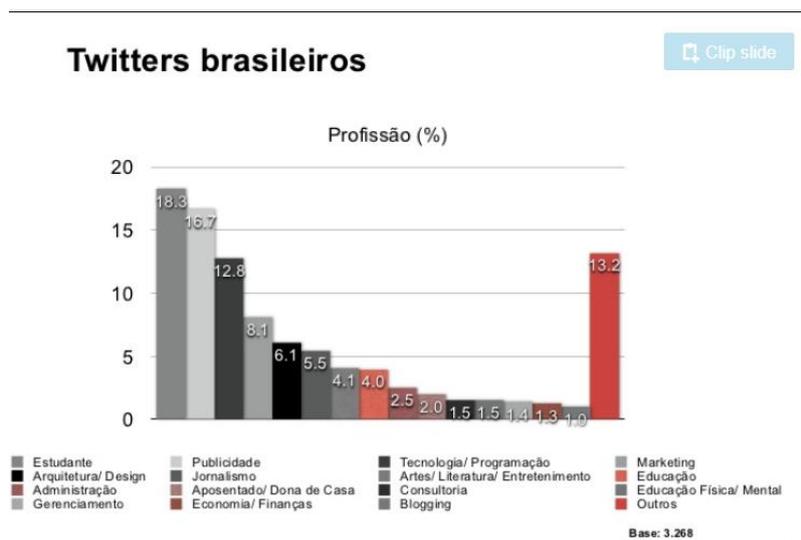
Buscando compreender o perfil do usuário do *Twitter*, nesse caso, aqueles que celebram o tal contrato vinculante com a plataforma no Brasil, o departamento de presença digital da *Bullet* realizou, em 2009, uma pesquisa com 3.268 brasileiros. Os dados coletados revelaram que a maioria dos usuários é do sexo masculino (58%) e feminino 42%, com uma predominância de idade entre 21 e 30 anos, solteiros e localizados, predominantemente, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. A maioria dos usuários (69%) já havia concluído o ensino superior ou estava cursando, considerava-se formadora de opinião e possuía, em 2009, uma renda predominante entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00, conforme demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico 3 – Renda familiar de usuários do *Twitter* / Gráfico 4 – Renda familiar de usuários do *Twitter*



Um outro gráfico que nos pareceu importante e por isso o recortamos diz respeito às profissões desempenhadas pelos usuários da plataforma. A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados lida diretamente com a informação. São estudantes, jornalistas, publicitários, economistas, consultores, programadores, entre outros, que usam essa plataforma como meio para se informar e propagar informações.

Gráfico 5 – Profissões desempenhadas por usuários do *Twitter*



Fonte: <http://bullet.com.br/#home>

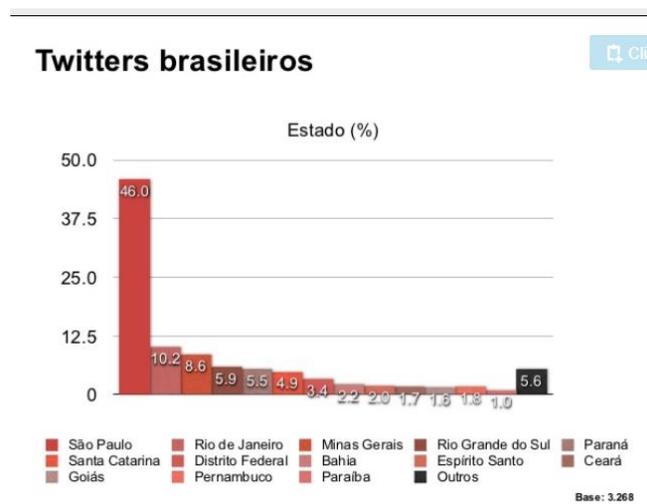
Do total desses profissionais entrevistados, 92% afirmaram utilizar a ferramenta para se manter atualizados, enquanto apenas 50,1% alegaram usar a plataforma com o objetivo de manter contato com os amigos. Sobre o compartilhamento, 79% disseram compartilhar informações e *links* “interessantes” e 70,1% declararam utilizar o *Twitter*

como uma forma de compartilhar opinião e criticar. Um dado interessante diz respeito ao fato de 87% dos sujeitos usuários afirmarem confiar nas opiniões compartilhadas no *Twitter*, mesmo muitas vezes não conhecendo a fonte.

Os dados⁴⁶ descritos confirmam o fato de a plataforma ser usada muito mais como uma mídia de informação do que propriamente como uma rede social digital (cuja conexão se estabelece a partir de laços sociais que existem no mundo “real”). Spyer (2009) reflete sobre essa necessidade de informação dos usuários do *Twitter* e afirma que estes tendem a ser “[...] pessoas informadas porque existe uma preocupação entre os participantes do serviço - que beira a neurose - de saber tudo o que está acontecendo agora” (SPYER, 2009, p. 40). Acrescentamos à observação de Spyer (2009) o fato de, muitas vezes, essa “informação” (re)produzida e viralizada na plataforma funcionar como uma desinformação. Ao assumirem que sequer checam a fonte da informação, os usuários mostram-se propícios a propagarem *Fake News*, o que se torna contraditório, se nos lembrarmos de que, de acordo com a pesquisa, esses usuários têm um nível de formação elevado.

Chama-nos atenção, ainda, o fato desses usuários estarem distribuídos predominantemente nas regiões Sudeste e Sul como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Localização geográfica dos usuários do *Twitter*



Fonte: <http://bullet.com.br/#home>

⁴⁶Pontuamos que o *Twitter* tem como política não divulgar os dados ou números de usuários de sua plataforma, por isso, não há pesquisas recentes que demonstrem a evolução do perfil acima descrito, nem o número de usuários atualizado, os números apresentados partem de empresas de pesquisas que se dizem independentes.

Observando o gráfico da localização geográfica dos usuários do *Twitter*, vemos que os usuários entrevistados, em sua maioria, pertencem às regiões Sudeste e Sul do Brasil, o que, em alguma medida, indica-nos por que os discursos discriminatórios contra os nordestinos têm maior repercussão e viralização nessa mídia digital. Se o ato de escolha não é aleatório – pois já carrega em si marcas da ideologia –, a escolha de um *site* para a propagação de ideias xenofóbicas, racistas e discriminatórias também não acontece de forma diferente.

Spyer (2009) conta que, nos Estados Unidos, houve disputa entre *MySpace* e *Facebook* para saber qual era o *site* de rede social com o maior número de usuários. Tal disputa acabou por revelar outra questão: a divisão social entre os usuários. O MySpace foi escolhido pelos que estão na base da sociedade, os de classe trabalhadora “dominados”, enquanto seu concorrente, surgido a partir do experimento de um aluno da Universidade de Harvard, foi adotado pelos “mais aptos”, os da elite dominante. Segundo Spyer (2009, p. 94), “[...] a pesquisadora americana de redes sociais, Danah boyd, explica que quando se escolhe um ou outro, você não pode mandar mensagens para as pessoas do outro lado. Existe um muro cultural entre os usuários”.

Nesse contexto, entendemos que escolher uma mídia digital, um perfil a ser seguido, uma mensagem a ser compartilhada, produz um gesto social já carregado de significações políticas e discursivas. Assim, a escolha de uma plataforma com a qual se tem mais afinidade por abrigar um dado grupo social produz como resultado a percepção do mundo a partir da perspectiva da comunidade que usa esse serviço e fomenta ainda mais a divisão e a luta de classes na sociedade.

Com efeito, a suposta democratização da sociedade trazida pela internet não se concretizou. Nos espaços virtuais, os muros que separam e dividem a sociedade continuam a produzir efeitos às vezes de forma velada, às vezes de forma explícita. Como os demais *sites* para redes sociais, o *Twitter* nasce no seio de uma sociedade de formação capitalista, buscando atender aos anseios dessa mesma sociedade, logo, é ingênuo pensar que essa mesma ferramenta possa estar, do mesmo modo, a serviço de patrões e empregados, ricos e pobres, dominantes e dominados, burguesia e proletariado.

A partir do exposto, concluímos que é preciso, como nos ensinou Pêcheux (2011), escapar da visão “voluntarista” e (re)aprendermos, na prática,

[...] que a luta de classes não é simétrica e que a contra-identificação estratégica do adversário é um engano, particularmente nas condições

novas do capitalismo do tipo “americano”. O Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas. (PÊCHEUX, 2011, p. 91)

Dito isto, promoveremos na seção 5 uma discussão sobre a mídia social *Twitter*, sua participação nas campanhas eleitorais de 2010, 2014 e 2018 para presidente do Brasil e, à guisa da análise do discurso, produziremos gestos de interpretação sobre o funcionamento discursivo que designam o Nordeste e os nordestinos na mídia digital *Twitter*.

SEÇÃO 5

5. O NORDESTE NA REDE: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM COMENTÁRIOS NO *TWITTER*

Com a expansão da Internet e o surgimento da Web 2.0, a “opinião” e ações de pessoas conhecidas, bem como a informação, antes restrita a um “seleto” grupo, deixaram de estar limitadas à mídia tradicional (televisão e rádio) ou a amigos “físicos” e passaram a incluir, também, sujeitos “internautas” que “navegam” na Internet.

Essa nova forma de expor opiniões e divulgar informação possibilitou o surgimento de um “novo” comportamento: os sujeitos internautas passaram a se expor mais e a falar com “mais liberdade”. Portanto, o que antes era restrito a pequenos grupos passou a ser disseminado de forma viral na rede, principalmente a partir do funcionamento dos *blogs*, das redes sociais digitais e *microblogging*.

Partindo desse contexto, estruturamos esta seção discutindo os discursos que designam os nordestinos no *Twitter* após o resultado das eleições de 2010, bem como o uso político dessa plataforma em períodos eleitorais. Na sequência analisamos os discursos *retuitados* pelo perfil @culpadordeste, espaço criado para denunciar os discursos de ódio e preconceito contra os nordestinos após a vitória de Dilma Rousseff em 2014. Um terceiro ponto discutido trata das eleições de 2018 e os dizeres sobre os Nordestinos após os resultados do 1º e 2º turnos. Por fim, analisamos os discursos de resistência na rede social *Twitter* tomando os recortes históricos de 2010, 2014, 2018 como base de observação.

5.1 As eleições presidenciais de 2010 no Brasil e os discursos das “Mayaras” no *Twitter*

O *Twitter* é, entre as mídias digitais, uma das mais importantes ferramentas usadas em campanhas de cunho político na atualidade. Em parte, isso se deve à campanha de Barack Obama nas eleições americanas de 2008, que utilizou massivamente os *sites* de redes sociais para mobilizar militantes, conectar-se aos eleitores, divulgar ideias e arrecadar fundos.

Pelo perfil profissional e social dos usuários do *Twitter* e pelas próprias características do *site* na divulgação de informação e discussão de ideias, essa rede social

se mostrou uma área bastante fértil para a recepção de temas políticos e mobilização de grupos engajados em campanhas eleitorais. Pela própria dinâmica da plataforma, entre elas, a capacidade com que as publicações são viralizadas pelos sujeitos “famosos” e ordinários⁴⁷ e o amplo espaço de disputa pela interpretação dos eventos políticos, o *Twitter* alavancou no primeiro turno das eleições de 2010 no Brasil, de acordo com Roos (2010 *apud* SILVEIRA, 2015), mais de um bilhão de discussões sobre o evento político.

Para analistas como Lemos e Lévy (1997), a internet favorece o debate público e a construção da opinião pública, funcionando como uma espécie de mediador entre os grupos políticos e a sociedade. Contudo, as coisas no ciberespaço não são tão democráticas como faz crer os defensores desse “novo” espaço público. É preciso dizer que, nesse espaço, existem bolhas sociais que determinam quais conteúdos devem circular e quais devem ser interditados.

Sobre isso, Recuero, Zago e Soares (2017, p. 17) afirmam que essas bolhas

[...] tendem a isolar os atores dentro de grupos onde apenas alguns tipos de informação circulam, criando uma percepção falsa de espaço público (onde "todos" falam) e de opinião pública (onde a "maioria" concorda). Ao mesmo tempo, pesquisas têm demonstrado que a mídia social é hoje um dos principais canais informativos do grande público. Com isso, o silenciamento do contraditório pode ter efeitos no posicionamento político e nas próprias instituições democráticas. Esses elementos são particularmente importantes em contextos políticos de crise, como o do Brasil atualmente.

A reflexão apresentada pelos autores trata de um processo complexo, pois, embora a rede social *Twitter* ofereça a todos os usuários as mesmas possibilidades de acesso, as redes a que os usuários são expostos acabam sendo afetadas por fatores como afinidade na escolha de quem seguir, algoritmos de seleção fornecidos pelos próprios *sites* e filtragem de conteúdos por outros usuários. Esses fatores contribuem de forma significativa para isolar os usuários em filtros-bolha e em bolhas ideológicas próprias.

Em 31 de outubro de 2010, após a divulgação do resultado final da eleição presidencial do Brasil, disputada pelos candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), um fato ganhou repercussão nacional: a jovem estudante de Direito Mayara Petruso, de 21 anos, postou publicamente em sua página no *Twitter* mensagens que incitavam o

⁴⁷ Silveira (2015) chama de sujeitos ordinários os perfis dos sujeitos anônimos, de pessoas comuns, os perfis *fakes* e todos os demais que não estão relacionados a nenhuma figura pública reconhecida e que somam no conjunto anônimo de vozes que circulam na “rede”.

ódio contra nordestinos. Tal postagem foi exaustivamente compartilhada nas redes sociais digitais, *blogs*, *sites* de notícias, como também em mídias tradicionais como rádio e tv. O assunto extrapolou os muros do mundo “virtual” e penetrou os gabinetes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da Justiça de São Paulo.

A jovem citada, inconformada com a vitória de Dilma Rousseff (PT), atribuiu a responsabilidade do resultado das eleições presidenciais ao Nordeste do Brasil. Na sua página no *Twitter*, Mayara Petruso postou⁴⁸:



Denunciada pela OAB de Pernambuco, a estudante foi condenada a 1 ano, cinco meses e 15 dias de reclusão pela Justiça de São Paulo por ter postado mensagens preconceituosas e incitado a violência contra nordestinos em sua página no *Twitter*. A pena, no entanto, foi convertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa e indenização de R\$ 500,00. Durante o processo, Mayara admitiu ter publicado as mensagens como uma reação ao resultado da eleição presidencial, quando a candidata do PT, Dilma Rousseff, venceu em todos os nove estados nordestinos. Em sua defesa, a estudante alegou não ter a intenção de ofender os nordestinos e negou a acusação de preconceito.

Em sua decisão, a juíza Mônica Camargo disse que a acusada não tinha previsão quanto à repercussão que sua mensagem poderia ter. Todavia, tal fato não excluía o dolo, “[...] a jovem pode não ser preconceituosa; aliás, acredita-se que não o seja. O problema é que fez

⁴⁸ Mensagem *twittada* que desenrolou a necessidade de dizer de outros sujeitos. Data: 31/10/10 - <http://twitter.com/>.

um comentário preconceituoso”. Naquele momento, continua a juíza, “[...] a acusada imputou o insucesso eleitoral (sob a ótica do seu voto) a pessoas de uma determinada origem. A palavra tem grande poder, externando um pensamento ou um sentimento e produz muito efeito, como se vê no caso em tela, em que milhares de mensagens ecoaram a frase da acusada”, completou a juíza.

Chama-nos atenção a fala da juíza ao emitir a sentença, “fazer comentário preconceituoso não significa que a pessoa seja preconceituosa”. Contudo, não nos deteremos a analisar o processo, o qual, por si só, já fornece material para outro trabalho de análise. Queremos focar no discurso do *post* da jovem estudante, o qual acabou por encorajar outros usuários do *Twitter* a também manifestarem seu descontentamento com os resultados das eleições de 2010 e, principalmente, com o papel desenvolvido pelos nordestinos nesse pleito.

Reafirmamos que as escolhas lexicais, como discutimos na seção 2, não são aleatórias, “há sempre alguma coisa por trás” (PÊCHEUX, 2009, p. 230) que reclama interpretação e por isso precisa ser questionada. Isso porque a língua comporta o equívoco por meio do qual os sujeitos, determinados pela exterioridade sociohistórica e ideológica, produzem os efeitos de sentidos. De fato, a língua se inscreve na história; é o que observamos na tão famosa materialidade produzida pela estudante Mayara Petruso que, de tão “óbvia”, parece não reclamar nenhuma análise, os dizeres de ódio e discriminação pelo Nordeste e nordestino parecem tão naturalizados que até a menos letrada das criaturas humanas seria capaz de entender/sentir o peso de suas palavras. Então, se tudo está dado, para que empreender esforço para produzir um gesto de interpretação? Afinal, ao que parece, nada mais precisa ser acrescentado.

No entanto, do lugar teórico de onde analisamos os discursos, não existe sentido evidente, uma vez que o sentido sempre pode ser outro. Nos termos de Pêcheux (2015, p. 53), “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”. Para tornar-se outro, é necessário observar as relações contraditórias que os processos discursivos mantêm entre si na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe. E sendo a língua condição básica do discurso, conforme afirmou Pêcheux (2009), é preciso ligá-la à exterioridade e à ideologia. Isso porque o discurso deve ser entendido como práxis social em que o político, o cultural, o econômico, o social e o ideológico se significam na e pela linguagem, produzindo como efeito a incompletude do dizer e desvelando as posições ideológicas dos sujeitos que enunciam e os conflitos e interesses de classes em cada momento histórico.

Tomamos a formulação de Mayra Petruso, “*Nordestista*⁴⁹ não é gente, faça um favor a Sp, mate um nordestino afogado!”, como sequência discursiva de referência (SDR), uma vez que observamos certas regularidades na dispersão dos enunciados que constituem o nosso *corpus* discursivo, sejam elas por relações de repetição, retomada ou sustentação (COURTINE, 2014). Para empreender os gestos analíticos a que esse trabalho se propõe, perpassaremos duas questões que se entrecruzam: a historicidade dos discursos e o ódio que se materializa. Para fins de organização da análise, propomos, inicialmente, dividir a SDR em três partes que sintaticamente se constituem de forma independente conforme demonstramos a seguir:



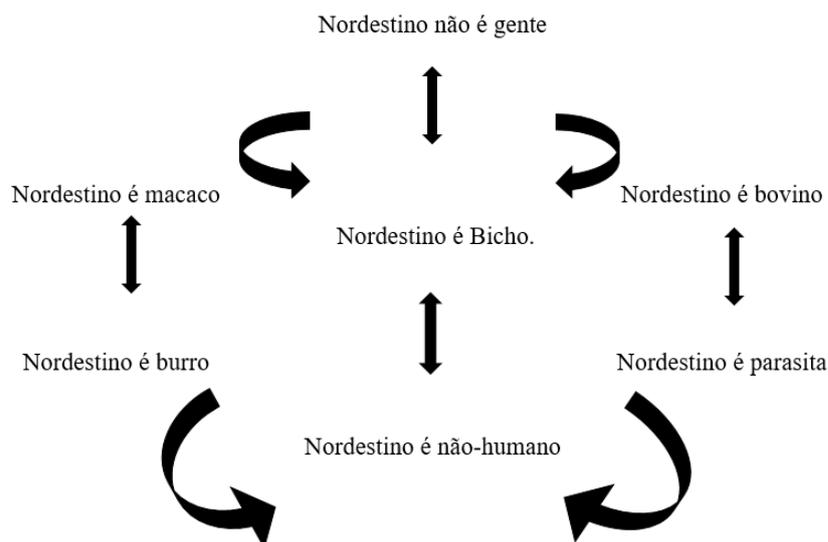
Fonte: a autora (2020)

Sob o ponto de vista estritamente linguístico, é possível dizer que sintaticamente não há problema com a estrutura do enunciado. Temos um período composto por coordenação assindética que, independentemente da posição que a oração ocupe no período, o seu sentido se mantém completo, como é possível ver na ilustração. Porém, como dizem Florêncio et al. (2009, p. 24), “[...] o sentido de uma palavra, de uma frase não é assegurado pelo arranjo sintático de seus elementos”. Isso porque é no ponto de contato entre o linguístico e o ideológico que se dá o efeito discursivo, que segundo Pêcheux (2016, p. 136), “[...] representa no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica, e inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”.

⁴⁹ Nordestista equivale a Nordestino, a autora explica nos autos do processo que, no calor da emoção, equivocou-se na escrita da palavra.

Nesse contexto, dizemos que a primeira parte da SDR: “*Nordestino não é gente*”, embora possa ser entendida sintaticamente como independente, semanticamente seu sentido está atrelado à 3ª parte, “*mate um nordestino afogado*”, produzindo uma relação de causa e efeito. Dessa forma, as orações deixam de ser coordenadas e passam a ser subordinadas, sendo possível classificar a oração “*nordestino não é gente*” como uma oração subordinada causal, em que o fato de “não ser gente” funciona como causa que produz como efeito: a “morte”. Ao significar os nordestinos como não-humanos, atribui-se a esses a incapacidade de mudança, uma vez que são desprovidos daquilo que distingue os humanos dos demais animais: capacidade de pensar, agir e transformar o meio social.

No caso em análise, podemos dizer que tudo o que já se disse sobre o Nordeste e o nordestino, ou seja, os saberes anteriores que significaram em diferentes épocas, estão de certa forma significando na postagem de Mayara Petruso, a partir de um já-dito que funciona no discurso numa relação com o sujeito e a ideologia. Com isso, queremos dizer que o enunciado “*nordestino não é gente*” produz sentido, na atualidade do dizer, por meio do funcionamento da memória discursiva, mostrando-nos, pois, que esse enunciado filia-se a uma rede de sentidos inscrita na história e determinada pela ideologia.



Fonte: a autora (2020)

A zoomofização presente no discurso de Mayara não se configura como uma “inofensiva figura de linguagem”, é representativa das relações humanas: seletiva e excludente. Ao zoomofizar o nordestino, a autora do *post* busca feri-lo, envergonhá-lo em sua condição de ser pensante, torná-lo inferior ao grupo que ela representa, “o grupo gente/humano pensante”. Poderíamos supor que a zoomofização do nordestino, presente

no discurso de Mayara, deve-se ao fato de que estes apresentaram um comportamento (votar na candidata do PT) fora dos padrões impostos pelo grupo “gente pensante” e, por isso, a exclusão e a marginalização.

Entretanto, é preciso fugir do óbvio, como discutimos na seção 3. As imagens e clichês produzidos sobre o Nordeste e o nordestino se constituem historicamente seja no discurso político, seja no discurso da imprensa, dos intelectuais, do direito e da própria literatura brasileira. Não são recentes nem raras as imagens e aproximações produzidas entre animal (brutalidade, instinto, ausência de inteligência) e nordestino. Os romances “O sertanejo” de José de Alencar e o “Cabeleira” de Franklin Távora são exemplos de como foi se constituindo o imaginário paulista sobre o Nordeste. Nas citadas obras, o sertanejo é tomado em tão alto grau de animalidade que é designado como fera que devora seus próprios filhos em cenas aterrorizantes de antropofagia.

Não podemos deixar de falar também do tão naturalizado “*o sertanejo é antes de tudo um forte*” de Euclides da Cunha, em os Sertões. Tomado como um mantra, a publicidade se apropriou desse discurso de forma a fazê-lo funcionar em propagandas de supermercado, empresas dos mais variados seguimentos, *slogans* de camisetas, etc., sem, contudo, possibilitar o questionamento do que estaria no espaço lacunar entre “o sertanejo” e sua qualificação “forte”. O que significa esse “tudo” nas impressões do jornalista do sudeste sobre os habitantes da região Nordeste?

É possível argumentar que os exemplos citados fazem parte de um passado distante e que, na contemporaneidade, tais discursos não são mais possíveis, tanto é que Mayra Petruso foi processada, julgada e condenada. Porém, o fato de ter havido uma condenação não é indicativo de que o preconceito contra o nordestino, o preto, o pobre, o índio deixou de existir ou está em processo de extinção. Basta lembrar que, em 2014, como mostramos na seção 3, o jornalista Diogo Mainard usou da sua “liberdade de expressão” em um canal de televisão para chamar o eleitor nordestino de “bovino”. O que significa novamente atualizar a carga semântica de nordestino como não gente, não pensante, não eleitor “consciente”, situando-se no plano daquele que segue a “boiada” sem questionar.

Tais exemplos nos mostram que os discursos se atualizam historicamente, manifestando-se de forma mais intensa no campo da luta ideológica e política das classes (PÊCHEUX, 2016). Assim, os imaginários sociais difundidos pelo saber científico de

outras épocas, como o da eugenia⁵⁰, por exemplo, ainda encontram eco no discurso do senso comum e continuam a circular e a explicar uma suposta superioridade de alguns povos face a outros, de algumas regiões em detrimento de outras, de alguns grupos humanos em relação a outros grupos.

Dessa forma, o sujeito discursivo enuncia a partir de um lugar social, de uma posição sujeito que estabelece como padrão de “gente” a si e ao seu possível interlocutor no *post*, aquele pertencente à região Sul e Sudeste. O (eu) do enunciador se constitui a partir da negação do outro, é preciso dizer que o outro não é (não é gente) para se afirmar enquanto gente. Isso nos lembra de que os sujeitos se veem de acordo com as imagens construídas pela interpelação que define um “eu” e o “outro”. Um jogo de perguntas e respostas que nos ajuda a pensar na constituição das formações imaginárias entre o sujeito enunciador e o sujeito nordestino: quem sou eu para que eu lhe fale assim? (sujeito-gente, de São Paulo, inteligente, que sabe votar, que quer o bem de São Paulo). Quem ele é para que eu lhe fale assim? (sujeito não-gente, nordestino, pobre, ignorante, que não pensa no bem de São Paulo). Esse processo de desqualificação demarca as diferenças entre o sujeito que enuncia e o outro estabelecendo uma relação de superioridade *versus* inferioridade.

Quanto a isso, Souza (2018, p. 933) diz que

O discurso de ódio, ao sustentar-se na dicotomia superior/inferior, trabalha impondo e/ou lembrando o lugar de cada um na estrutura social, baseia-se na naturalização dessa relação dicotômica e dessa determinação de lugares. Atua perpetuando relações sócio-históricas de desigualdade-subordinação a partir da face mais intolerante que a dominação ideológica pode assumir.

A segunda parte da SDR, “*faça um favor a Sp*”, constitui-se como um imperativo, uma ordem, “*faça*”! Não está explícito a quem é dirigida essa ordem, possivelmente ao interlocutor seguidor da jovem estudante, sujeito não-nordestino que votou em José Serra e que faz parte da elite dominante paulista que, inconformada com a vitória de Dilma, também concorda que o nordestino deve ser extirpado do Brasil.

Tal formulação, pelo efeito da metonímia, toma a parte (São Paulo) pelo todo (Brasil). Nesse caso, matar um nordestino significa livrar São Paulo desse povo, prestar um serviço a São Paulo, assumindo então o sentido de país, de Brasil. Pelo efeito

⁵⁰ Abordamos essa teoria na seção 3.

metafórico⁵¹, retoma-se uma memória discursiva de que “Brasil é São Paulo,” fazendo ressoar outros ditos em processos parafrásticos de que “*São Paulo é o coração do Brasil*”, “*sem São Paulo, o Brasil para*”, “*sem São Paulo não existe Brasil*”.

Esses discursos aparecem na fala de políticos, empresários, jornalistas, escritores e tantos outros sujeitos que interpelados por esse discurso o tomam como verdade, nos fazendo lembrar da forma “cômica” como a “mulher do senador” na obra “o país do carnaval⁵²”, repetia: “*mesmo porque o Brasil é São Paulo.*” Pensando a metáfora como a substituição de uma palavra por outra, a partir da qual o sentido se estilhaça (PÊCHEUX, 2009), podemos dizer que, ao substituir Brasil por São Paulo, o sujeito do discurso apaga, exclui o Nordeste e, conseqüentemente, o nordestino da nação brasileira, reforçando o imaginário de que o nordestino não é gente ou, ao menos, não é gente brasileira.

O imperativo presente em “faça um favor” parece implicar gentileza, polimento nas trocas languageiras. Entretanto, ultrapassando a superfície plana das palavras, observamos algo da ordem do cinismo e da ironia em tal formulação. Como explica Žižek (1996, p. 314), “[...] a razão cínica, com todo seu desprendimento irônico, deixa intacto o nível da fantasia ideológica, o nível em que a ideologia estrutura a própria realidade social”. Para o autor, esse nível da ilusão ideológica que escapa ao sujeito cínico não se situa no saber, mas nas práticas sociais a partir de um conjunto de forças sócio-históricas-ideológicas. Baldini (2009) defende a ideia de que o cinismo é a ideologia em estado destilado. Por isso, mesmo que se tente manter uma distância irônica, continua-se a fazê-lo.

No discurso em tela, o sujeito enunciador, mesmo sabendo que está sob o olhar de um público (seguidores, internautas, o próprio *Twitter* com suas regras), mostra-se indiferente em face dos efeitos do seu discurso na rede social, o que pode ser explicado por ŽIŽEK (1996, p. 316) quando afirma que “[...] embora se saiba como as coisas são, continua-se a agir como se não soubessem. Dessa forma, a ilusão ideológica não reside mais no saber, mas no fazer”.

A 3ª parte da SDR “*mate um nordestino afogado!*” é mais uma imperativa que sintetiza o desejo do sujeito enunciador “morte ao outro” diferente de um “nós”. As formulações anteriores parecem existir apenas para justificar por que é preciso matar:

⁵¹ Pêcheux (2010) chama de efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y. Logo, é na relação do não dito com o dito, do *non-sense* com o sentido, que surge o sentido percebido pelo “eu”.

⁵² Primeira grande obra escrita por Jorge Amado em 1930.

“não é gente” e “é um favor a Sp”. Personifica-se São Paulo ao passo que animaliza/coisifica o nordestino em que matar não é crime, mas um favor.

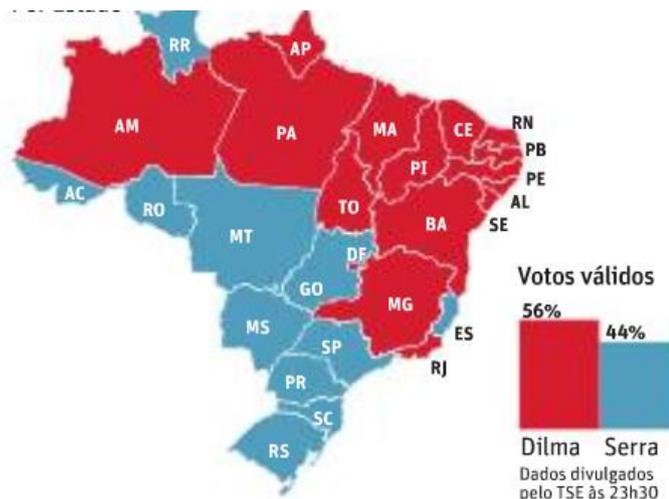
Chama atenção a causa da morte: “afogamento”. Matar o nordestino com aquilo que supostamente lhe faltou durante a vida toda: “água”. A designação de “água é vida”, utilizada no discurso da ciência, passa a significar “água é morte” na FD antinordestino. A água passa, assim, a ser causa da morte e instrumento utilizado no extermínio. Pelo acesso à memória discursiva, o sujeito enunciator atualiza o sentido da seca, que se construiu sociohistoricamente como causa “natural” para a morte de nordestinos, para, em seu discurso de ódio, oferecer-lhe na morte, aquilo que lhe faltou em vida. Nesse sentido, podemos dizer que essa atualização da memória da seca se dá pelo viés do cinismo, uma vez que o sujeito do discurso sabe muito bem que a região nordestina historicamente sofre com a seca. Mas, mesmo assim, propõe o afogamento como meio para a extinção do nordestino.

Tal construção passa a funcionar como uma espécie de “beco sem saída” para o nordestino e traz à cena discursiva a teoria do determinismo discutida na seção 3 deste trabalho. O que significa dizer que tais discursos deterministas sempre serviram como estratégia da elite para explicar por que o Nordeste é o que é em contraponto ao que o Sul e Sudeste são. Haveria nessa lógica uma relação de causa e efeito em que todos os acontecimentos são regidos por leis externas e naturais que se repetem em determinadas circunstâncias, assim como se repetem também os seus resultados.

No caso do *post* da estudante de direito, a morte do nordestino não se dá por causas “naturais”, mas por uma antecipação violenta e cruel. É preciso matá-lo antes que destrua São Paulo. Na luta de forças, os verbos no imperativo “mate” e “faça” terceirizam a morte do outro, a ação não é produzida pelo sujeito enunciator, mas por uma segunda pessoa que é instigada a concretizar a ação. Observa-se, também, o processo de homogeneização do nordestino: não é para matar apenas o eleitor da candidata do PT, é para matar todos. Isso faz funcionar efeitos metafóricos e metonímicos: transforma-se uma parte em todo o eleitorado que deu a Dilma Rousseff a vitória nas urnas e constrói-se o bordão: “Dilma só ganhou por causa dos eleitores do Nordeste”.

Parte dessa crença foi estimulada pela imprensa brasileira que, ao noticiar o resultado das eleições de 2010, explicou de forma bem “didática” como cada estado e região votaram para presidente através de um mapa do Brasil, pintado nas cores de cada partido, o que produziu um efeito de homogeneização conforme mostra a figura na sequência:

Figura 6 – Mapa de votação para presidente por estado no 2º turno



Fonte: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2010/10/31/mapa-eleitoral-da-vitoria-de-dilma/>

Através do mapa, vê-se que estados pertencentes às regiões Norte e Nordeste votaram de forma expressiva na candidata do PT, mas não só essas regiões, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, 2º e 3º maiores colégios eleitorais do país, também seguiram o mesmo caminho político das regiões Norte e Nordeste, o que foi silenciado ou pouco explorado pela mídia brasileira. Assim como não foi explicado, de forma enfática, pela mídia brasileira, que, mesmo com a ausência de todos os nordestinos no referido pleito, a candidata petista teria sido eleita no somatório das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste com 839.695 votos a mais que o candidato do PSDB.

Ao analisarmos o discurso de Mayara Petruso no *Twitter*, observamos que o seu impacto se deu, sobretudo, pelo alcance que as redes sociais digitais proporcionam. Nesse sentido, a verbalização pública de pensamentos preconceituosos, por parte do sujeito enunciador, repercutiu de forma a buscar consonâncias com o que está posto sobre o nordestino, a partir da qual foi possível reconhecer a unidade na dispersão de outros sujeitos enunciadorees na rede. Para melhor exemplificar, traçamos um quadro que corrobora o exposto por Mayara numa demonstração de que a voz dela era apenas uma entre muitas outras a repetir o mesmo dito:

SDR: Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado.



SD2	<p>MORRAM DE SEDE E DE FOME NORDESTINOS BURROS DO %\$^#%@\$% #Impeachment</p> <p>31 Oct via web ☆ Favorite ↻ Retweet ↩ Reply</p>
SD3	<p>nordestinos queridos, façam um favor para o país, MORRAM</p> <p>31 Oct via web ☆ Favorite ↻ Retweet ↩ Reply</p>
SD4	<p>Faça um favor para o nosso país: mate um nordestino!</p> <p>1 Nov via web ☆ Favorite ↻ Retweet ↩ Reply</p>
SD5:	<p>Na Moral. Maranhão, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Paraíba, PERNAMBUCO, Piauí TEM QUE CAIR UMA BOMBA EM CADA UM DESSES ESTADOS E MATAR TODOS</p> <p>6:34 PM Oct 31st via web Retweeted por 17 pessoas</p> <p>Responder Retweets</p>
SD6:	<p>GENTE VAMOS FAZER CORRENTE DA ENCHENTE NO NORDESTE. VAI SENHORA CHUVA E MATE TODOS, ARRASTE AS URNAS ! NAO DEIXE ESSE POVO VOTAR.</p> <p>31 Oct via web ☆ Favorite ↻ Retweet ↩ Reply</p>
SD7:	<p>"so hitler acaba com a raça dos petistas.. construindo camara de gas no nordeste matando geral.."</p> <p>31 Oct via TweetDeck ☆ Favorite ↻ Retweet ↩ Reply</p>

Vemos, nas sequências em análise, que o efeito de morte/extermínio do nordestino é recorrente nos *posts* em análise. O desejo de morte continua a funcionar no fio do discurso como um imperativo, uma ordem para que algo ou alguém mate os nordestinos ou que esses mesmos nordestinos morram de causas “naturais” (seca, enchente). Em relação à SDR, o imperativo de morte continua a ser discursivizado, repetido e replicado em outros modos do dizer, alteram-se as causas e os instrumentos como em: SD1 “*morrer na merda*”, SD2 “*morrer de fome e sede*”, SD5 “*morrer dos efeitos de uma bomba*”, SD6 “*morrer de enchente*” e SD7 “*morrer em uma câmara de gás*”. Mas o funcionamento do interdiscurso através da relação entre paráfrase e polissemia continua a produzir sentidos, uma vez que, nos termos de Orlandi (2001, p. 36), “[...] é nesse jogo entre paráfrase e

polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, se significam”.

Enquanto a paráfrase reitera o “mesmo” pela formulação morrer, a memória, o dizível, a polissemia abre-se para o “outro”, provocando deslocamento dos sentidos e rupturas nos processos de significação. Não se trata “apenas” de “*morrer afogado*” (SDR), mas de propor formas ainda mais cruéis e desumanas de deixar/fazer morrer (morrer na merda/ de fome e sede). A proposta, nesse caso, é de uma morte lenta que provoque sofrimento contínuo, o que nos remete a uma cadeia de significantes de que os sujeitos do Nordeste devem ser esquecidos e abandonados à própria sorte, não sendo responsabilidade do Estado investir em políticas que visem ao desenvolvimento social e econômico dessa região, porque, em última instância, a culpa por tal situação de desprezo social, abandono e ausência do Estado é tida como do próprio nordestino que vota em candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Outra forma possível de morte aos nordestinos, de acordo com a SD7, deve se dar de forma rápida e em massa, ao pedir a morte dos nordestinos por meio de “câmara de gás⁵³”. O sujeito enunciador atualiza a memória do Holocausto em que câmaras de gás de grande escala foram projetadas para assassinatos em massa dos judeus, negros e homossexuais durante a Alemanha nazista como parte de seu programa de genocídio. A bomba, sugestão proposta na SD5, matou milhares de habitantes japoneses além de outras espécies de vida, a temperatura nessa região atingiu níveis altíssimos, o suficiente para fundir matérias como o ferro. Sob o efeito de tal temperatura, muitos seres humanos tiveram seus corpos carbonizados em milésimos de segundos, animais e vegetações também foram igualmente destruídos.

Ao trazer esses acontecimentos à cena discursiva, os enunciadores demonstram conhecimento da história e dos métodos utilizados pelos alemães e estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial, bem como dos efeitos disso para a humanidade. Entretanto, parecem não se importar, fazendo prevalecer a máxima de que em uma guerra tudo é justificável. Nesse sentido, as eleições no Brasil funcionaram metaforicamente como uma guerra em que é necessário destruir, aniquilar o suposto “inimigo”, aquele que, identificado ideologicamente com o candidato de esquerda, desafia os interesses de parte da elite do Sul e Sudeste.

⁵³ Câmaras de gás foram utilizadas também nos Estados Unidos e França para executar criminosos ou, no caso da França, acabar com rebeliões de escravos no Haiti e Guadalupe.

A morte constitui-se, nesse contexto, como único meio de solução para o antagonismo discursivizado. Não há outra forma de punição para aqueles que desafiam a ordem hegemônica, “é preciso salvar o Brasil” e, para isso, é preciso matar os nordestinos ou deixá-los morrer. Nessa FD, que estamos chamando de antinordestino, o único meio de evitar que o funcionamento democrático (dando a todos o direito ao voto) prejudique a vitória dos representantes dessa FD é extinguindo o Nordeste, por meio de enchentes que levem “urnas e eleitores” (SD6) ou acabando com a “raça dos petistas” que, para essa formação imaginária, estariam todos concentrados no Nordeste. Nos recortes discursivos, o imperativo de morte ao nordestino dá-se ora pela ausência representada pelos significantes “fome e sede” e “merda”, ora pelo excesso, “enchente”. É como se para o nordestino não houvesse escapatória, não houvesse saída, ele já nasceu “um não gente” e assim morrerá.

Para o senso comum, “morrer na merda” (SD1) significa morrer na miséria, desprovido de bens materiais, no entanto, é preciso lembrar que os sentidos vão além da transparência. “Morrer na merda” para além de morrer em meio a dejetos, excrementos humanos ou animais, significa também ausência de tudo que garante a dignidade humana como condições básicas de existência. Em um processo de paráfrase é possível pensar na formulação “viver na merda”, o que significa dizer que lhes foram negados, pelo Estado, direitos fundamentais como moradia, assistência médica, educação, saneamento básico, água potável. Nada disso parece incomodar o sujeito enunciador, a partir de seu lugar discursivo, o nordestino é responsável pela situação em que vive, por isso merece “morrer na merda”.

Na FD antinordestino, morrer ou viver na merda é decorrência da própria vontade/culpa/intenção do sujeito do Nordeste. Assim, sustentados pela lógica (neo)liberal, as explicações para sucesso ou fracasso dos indivíduos em sociedade decorrem do que se considera ser seu esforço para manter ou transformar a sua própria situação. Ao votar pela manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder, para o sujeito enunciador, o nordestino opta por continuar em sua situação de miséria e, dessa forma, todo tipo de abandono social passa a ser justificável.

Observa-se, ainda, na formulação “nordestino do inferno” (SD1), um atravessamento do discurso religioso, em que, ser do inferno, em um país de forte tradição cristã, legitima a perseguição ao outro, colocando-a como necessária para o bem dos ditos cristãos e por isso justificável. Na FD religiosa cristã, o inferno é utilizado como símbolo do medo, local governado pelo diabo, onde não há a presença de Deus. Se o Nordeste

funciona como um polo antagônico ao Sul, nessa dicotomia religiosa, o Nordeste seria a representação imaginária do inferno (lugar da condenação eterna), enquanto o Sul simbolizaria o Céu (lugar de vida eterna). No discurso antagônico, os significantes céu/inferno, bem/mal se concretizam na denominação do Sul/Sudeste como o bem, aquele que se preocupa com o bem comum, enquanto o nordestino representa o inimigo, em que sua demonização constitui-se como elemento necessário para corroborar a ideia de que nordestino não é gente.

Pelas formações imaginárias, o significante inferno associa-se a um ambiente punitivo e grotesco em que as almas dos que praticam o mal na terra são punidas por homens que sofreram um processo de metamorfose e se transformaram em bichos/monstros. Nesse contexto, o nordestino passa a ser entendido como essa metamorfose do homem/bicho, homem/monstro e o Nordeste como este lugar/inferno. O discurso religioso mostra-se importante para a FD antinordestino, porque atualiza o discurso da existência do “inimigo irreconciliável” da Igreja, aquele que representa uma ameaça à ordem social, moral e religiosa: o comunismo. Tal representação cria efeitos de sentido de rejeição e também de ódio ao comunismo, ao socialismo, ao PT, à esquerda e ao eleitor dessa esquerda.

Ainda na FD religiosa cristã, a SD6 sugere fazer uma “corrente da chuva à senhora da chuva,” o que remete às correntes de orações propostas por segmentos religiosos, principalmente o Catolicismo romano. Contudo, o sujeito enunciador o faz a partir do efeito de ironia. É a ironia, segundo Orlandi (1983), que expõe a incompletude e a indeterminação da linguagem, porque afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase) e vice-versa.

Para a autora, a ironia não corresponde a um desvio de sentido ou a um jogo de oposição (utilizar palavras que devem ser entendidas no sentido oposto do que apresentam transmitir), nem um sentido figurado que se sobrepõe a um sentido literal. Ironia, no dizer de Orlandi (1983), é uma prática de linguagem, com um funcionamento discursivo historicamente legitimado enquanto atividade ou práxis estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um ouvinte determinado, com finalidades específicas.

O funcionamento discursivo da ironia, na SD6, opera a partir da antecipação (representação do que o outro se apresenta) que lhe é própria, partindo do instituído, o sujeito enunciador atribui ao outro um estado de mundo já cristalizado produzido pelas formações imaginárias e a posição dos sujeitos no discurso. Nesse entendimento, o sujeito

nordestino, também conhecido como um povo religioso, é alguém que faz corrente de oração por chuva, já que a seca, na FD antinordestino, continua sendo a tônica da região. A oração, no entanto, não é para Deus ou um “santo” do Catolicismo, mas para uma divindade, “a senhora chuva”. Diferentemente de outras correntes de oração, esta produz uma inversão, ou até mesmo um rompimento, já que a corrente não é para a vida, mas para a morte.

Vale lembrar que o cinismo é, na formação social atual, um modo de funcionamento da ideologia presente nas relações sociais. Nesse percurso, entendemos que as formulações “nordestinos queridos” (SD3) e “Faça um favor” (SD4) pertencem à ordem do cinismo, uma vez que, como afirma (ZIZEK, 2009, p. 313), “[...] a razão cínica já não é ingênua, mas é o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela”. É possível dizer que o enunciado “*nordestino querido*” e “*faça um favor*” não representa a determinação ideológica daquele que enuncia, o sujeito parece criar uma imagem forjada de si pelo tom afetoso com que se dirige aos nordestinos “queridos”, pelo polimento da linguagem “por favor”, para, de alguma forma, alegrar-se com a morte do outro.

Tais relações de afeto e polimento constituem-se discursivamente como uma mentira com aparência de verdade, um discurso que disfarçadamente se engendra sem se comprometer histórica e socialmente com o que está sendo dito, produzindo uma considerável distância entre a máscara ideológica e a realidade social. Indursky (2017), ao analisar os votos a favor do *impeachment* de Dilma na câmara de deputados, avalia a existência de uma certa autonomia do sujeito no deslizamento do esquecimento⁵⁴ 1 para o esquecimento 2, o que em nosso entendimento significa dizer que há um certo deslizamento do sujeito que não sabe o que faz (esquecimento 1) para o sujeito que relativamente sabe, mas, mesmo assim, o faz (esquecimento 2).

Nos discursos em tela, observa-se que o efeito nazista de extermínio em massa está no fio do discurso, seja por meio de secas, bombas, enchentes, câmara de gás, seja por meio de correntes de orações, o imperativo é o mesmo: extermínio em massa. Tais possibilidades discursivas aludem a cenas conhecidas historicamente como a exterminação dos judeus. Vale lembrar que Hitler, sujeito evocado na SD7, defendia a necessidade de unidade nacional, garantida por um Estado governado por um único

⁵⁴ Fizemos essa discussão na seção 2

partido, o nazista, cuja população também única e pura seria capaz de produzir um Estado forte e sem “anomalias” sociais.

O nazismo, pelo efeito ideológico do discurso, destacava a “superioridade biológica da raça ariana” e, conseqüentemente, a necessidade de subjugar as “raças inferiores” (judeus, eslavos, ciganos, negros). Os considerados "doentes incuráveis" (homossexuais, epiléticos, esquizofrênicos, retardados, alcoólatras, etc.) também eram considerados uma ameaça que precisava ser extinta. Com a ascensão de Hitler ao poder, a ideologia nazista passou a influenciar também a ciência do país, que se dedicou a construir teorias supostamente biológicas para naturalizar o racismo e o antisemitismo.

Em relação aos ditos sobre os nordestinos, Moreira e Romão (2011, p. 93) pontuam que

[...] os sentidos escorregam de outro lugar em que já foram ditos, falados e socialmente inscritos, movem-se para produzir rearranjos de outros fios de dizer, no caso, colocando os nordestinos nesse mesmo lugar imaginário. Nesse recorte, o efeito nazista de exterminar o outro em massa está posto, endereçando aos “petistas” e depois aos nordestinos com mesma forma de simbolização, que outrora fora empregada em relação aos judeus.

A exemplo da SDR, a morte do outro também é terceirizada, o desejo de morte é comum aos sujeitos da enunciação; contudo, não são eles os responsáveis pela ação de matar. Para isso, invocam-se aspectos entendidos, pelos sujeitos enunciadores, como “naturais” ou artefatos capazes de produzir morte em massa; apenas na SD7 é que se define Hitler como um sujeito capaz de executar a ação, configurando-se como um possível herói capaz de combater o outro, o indesejado, aquele que impede a concretização dos desejos dos sujeitos enunciadores. No recorte em análise, o efeito de extermínio se dirige inicialmente aos “petistas” que em um processo metonímico parecem estar todos localizados no Nordeste, mais uma vez evidenciando a parte pelo todo como forma de homogeneizar os nordestinos.

Tal processo produz movências e rearranjos de outros dizeres que escorregam de outros lugares em que já foram ditos e inscritos socialmente. Assim, cabe questionar os efeitos que a associação “petistas-nordeste” produz no cenário político brasileiro, quando esta se apresenta nos discursos como uma equação fechada, sem furos, ou margens a outros gestos de leitura dificultando a reflexão sobre a presença de petistas em São Paulo ou eleitores de outras siglas partidárias no Nordeste.

Como dissemos na seção 2, não basta apenas entender/explicar que os discursos na rede social *Twitter* se repetem. Mas discutir os efeitos dessas práticas discursivas que se repetem historicamente, uma vez trazida a figura de Hitler para a cena discursiva, o sujeito enunciador e seu grupo de apoiadores tendem a buscar em outros sujeitos da política nacional aquilo que eles, pelo efeito ideológico, admiram no ditador nazista, principalmente no que diz respeito a instigar o ultranacionalismo e o ódio ao outro tido como diferente.

Essa forma de relação com o outro se produz a partir de um regime de repetibilidade de saberes que significam o outro como inferior, e pela repetição de morte/extermínio ao nordestino “não-gente”, produz-se a relativa estabilização das relações sociais de dominação, fazendo funcionar a ideologia dominante em um espaço com grande potencial de repercussão e amplificação de discursos.

5.2 Eleições presidenciais de 2014 e os discursos no perfil @culpadordeste

As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas por um intenso debate de posições político-partidárias nas plataformas digitais, especialmente no *Twitter*, rede social que já havia se popularizado no Brasil. É fato que, em regimes ditos democráticos, a comunicação com a sociedade é um elemento chave, principalmente em períodos de campanhas eleitorais, em que os potenciais eleitores sofrem influências de diversos meios de informação a que têm acesso para formar “sua opinião” e decidir seu voto. Por isso, os onze (11) candidatos que disputaram a presidência em 2014 utilizaram-se de plataformas digitais para informar, incentivar, recrutar e mobilizar os brasileiros e, assim, ampliar o alcance das mensagens e discussões entre eleitores com diferentes níveis de engajamento no processo eleitoral.

Nesse contexto, as disputas eleitorais de 2014 sofreram forte influência das redes sociais digitais. Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), vencedores do 1º turno, protagonizaram uma das mais acirradas disputas eleitorais desde a redemocratização do Brasil e, entre as muitas estratégias utilizadas nas campanhas, o uso do *Twitter* como espaço público de debate entre militantes, jornalistas e sujeitos ordinários ganhou significativa relevância.

Vale lembrar que a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, que concorria à reeleição, embora estivesse amparada pelo sucesso de programas sociais como PROUNI, SISU, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e Bolsa Família,

programas importantes que gozavam de aprovação entre setores da sociedade, sofria duras críticas pelo baixo crescimento da economia e dos números de empregos formais. Além disso, vários escândalos de corrupção envolvendo figuras políticas do PT contribuíam significativamente para a perda de reputação da candidata e consequentemente para a perda de eleitores.

Em março de 2014, iniciou-se uma “megaoperação” da Polícia Federal apoiada pelo Ministério Público Federal para investigar crimes financeiros realizados por doleiros. A prisão do doleiro Alberto Youssef mudou o foco da operação que passou a investigar desvios de dinheiro público na maior estatal brasileira, a Petrobras. A partir de algumas prisões, delações premiadas e condenações, a Lava Jato⁵⁵, como foi batizada a operação, revelou o envolvimento de diversos empreiteiros, burocratas e agentes políticos em sua maioria ligados ao PT ou a partidos aliados.

A operação, que se iniciou a partir da investigação do uso de postos de gasolina como forma de lavar dinheiro, acabou por desvelar um forte esquema de corrupção dentro da estatal brasileira em que empreiteiras pagavam propinas a agentes do Estado para receber vantagens em processos licitatórios de obras públicas. Tal fato foi extremamente explorado não só pela mídia tradicional (rádio e televisão), mas também pelas redes sociais digitais, *blogs*, jornais *on-line* e *sites* de informação. A mídia, de forma geral, deu à Lava Jato uma grande visibilidade, inclusive, pautando as notícias a partir daquilo que os investigadores, procuradores e juízes da operação defendiam como direito à “informação”.

O bordão “o povo tem o direito de saber o que fazem os agentes públicos” foi exaustivamente empregado pela mídia e principalmente pelos responsáveis pela Operação, o que acabou produzindo o efeito de verdade a partir daquilo que os investigadores vazavam para a mídia ou declaravam em entrevistas. Tal efeito criou dificuldades para que outras versões sobre os fatos investigados fossem possíveis de serem ditas e questionamentos outros fossem produzidos, pois, quando mídia e investigadores se colocaram como “guardiões da verdade” na defesa do direito de “informar ao povo” e dizer a “verdade aos cidadãos”, outros efeitos de verdade foram silenciados, e indagações como: essa verdade é sobre o quê? Sobre quem? Está sendo dita sob quais condições de produção? Qual a posição sujeito dos que informam? Em que

⁵⁵ O nome dessa operação tem origem no uso de uma rede de postos de combustíveis e de lavanderias utilizadas por organizações criminosas para movimentar recursos públicos de forma ilícita. A Lava Jato é, até hoje, a maior investigação sobre corrupção no Brasil.

formação discursiva e ideológica eles estão inseridos? Foram interditas tanto pela mídia tradicional quanto pelos procuradores da Lava Jato.

Embora os agentes políticos, alvos da investigação, negassem a participação nos atos que estavam sendo delatados e acusassem os investigadores da Lava Jato de agirem de forma seletiva, a Operação produziu abalos importantes na estrutura do Partido dos Trabalhadores, atingindo em cheio a campanha à reeleição de Dilma Rousseff e, principalmente, a popularidade do ex-presidente Lula que passou a ser atacado como líder da suposta organização criminosa. Durante o ano de 2014, a Lava Jato avançou de forma significativa na direção da criminalização do PT e dos seus integrantes, buscando colar a marca da corrupção nesse partido por meio de vazamentos criminosos para a imprensa e da partidarização das investigações. A oposição liderada por Aécio Neves (PSDB), nas eleições de 2014, aproveitou-se daquilo que os investigadores produziam como evidência para criminalizar não só o PT pela corrupção existente no país, mas também aos eleitores, que em meio às “evidências”, ainda seguiam apoiando a candidata Dilma Rousseff.

Vale lembrar que, diferentemente do que ocorria com o legislativo e o executivo, o poder judiciário gozava, à época, de grande confiabilidade entre os brasileiros, era, numa relação entre os três poderes, o que detinha uma certa credibilidade no sentido de estar a serviço da justiça e do bem comum. Nesse cenário, o poder simbólico do tido como “justo juiz” Sérgio Moro, Juiz da Operação, contribuiu para as negociações discursivas que deram visibilidade aos investigadores e, principalmente, imputou a Sérgio Moro o papel de guardião da justiça e da defesa do sofrido povo brasileiro que já não mais suportava viver em meio a tanta corrupção.

Nesse cenário, o candidato oposicionista usou a corrupção investigada pela Lava Jato para “colar”, no imaginário dos eleitores, a ideia de que os problemas enfrentados pelo povo brasileiro, como: fome, desemprego, falta de moradia, mobilidade urbana, saneamento básico, educação, saúde e segurança pública teriam origem nos governos petistas. Para atingir tal objetivo, o candidato contou com o apoio de diversos jornalistas e de grande parte dos veículos de comunicação que, de forma generalizada, categorizou os políticos petistas como corruptos e responsáveis pela crise econômica do país. Isso potencializou ainda mais o antagonismo partidário/ideológico entre os brasileiros, dividindo o país entre direita e esquerda, sujeitos honestos e corruptos, trabalhadores e preguiçosos, contrários e favoráveis à corrupção, democráticos/liberais e comunistas/ditadores.

Além dos problemas relacionados à corrupção revelada pela Lava Jato, a campanha do candidato do PSDB explorou exaustivamente o tema do comunismo que, apesar de não ser assunto novo no Brasil, em períodos eleitorais ganha ampla visibilidade e novo fôlego. Nesse contexto, o comunismo, considerado como um inimigo perigoso, foi retratado, naquele ano, como o sistema em que sujeitos, inimigos de valores democráticos, da família e da religião cristã, queriam se perpetuar no poder para destituir da sociedade seus valores éticos e morais. Numa perspectiva maniqueísta, o tema do comunismo foi tratado como a personificação do mal, cabendo à sociedade decidir, nas urnas, entre os que representavam o “bem” e os que representavam a destruição dos “valores sociais”.

Ao estimular o medo ao comunismo, o candidato de direita aproveitou-se de uma discussão comum nos debates das redes sociais *on-line* com vistas a (re)produzir inúmeras teorias conspiratórias, entre elas a de que os médicos cubanos, contratados pelo Programa Mais Médicos, os investimentos em plataformas de petróleo no país comunista, além das relações econômicas e de cooperação estabelecidas entre Brasil e Cuba, consistiriam em um projeto de poder da esquerda, cujo objetivo era tornar o país “uma nova Cuba”, ou seja, instalar no Brasil o sistema de governo comunista.

Ao insistir na possibilidade de instalação de um sistema comunista no Brasil, caso o PT vencesse mais um pleito eleitoral, grupos ultraconservadores da política nacional e grupos de direita atualizaram os ditos sobre o comunismo: perda da propriedade privada, da família e da religião para o Estado. Ao fazer circular, no imaginário social, a ideia de uma “ameaça comunista”, o candidato opositor buscou emplacar o seu projeto político que tinha como suposto objetivo resgatar os “verdadeiros valores” da sociedade, livrando-a do seu inimigo maior: o comunismo.

Um terceiro fator que foi explorado em 2014 pelo candidato opositor foram os problemas econômicos. Diariamente os órgãos de imprensa e especialistas em economia anunciavam que o Brasil estava em uma “recessão técnica” e isso foi usado como mote para que o candidato do PSDB explorasse o assunto em rede nacional, em debates, em programas eleitorais, nas redes sociais digitais. O Brasil havia apresentado, naquele ano, um crescimento de 1,6%, muito longe das taxas de crescimento que o país havia vivenciado durante os anos do governo Lula. No discurso da direita, a conjuntura internacional não afetava a economia interna, os problemas econômicos enfrentados por Dilma Rousseff durante o mandato de 2010 a 2014 deviam-se em grande medida ao

modelo iniciado por Lula em 2003 que havia se esgotado e, por isso, era necessário mudar o modelo econômico para um projeto mais liberal.

Pode-se dizer que o discurso da direita, durante as eleições de 2014, apoiou-se em três pilares: os escândalos de corrupção envolvendo diretamente o PT, sua cúpula política e seus partidos aliados; a ampliação da crise econômica e seus efeitos no aumento do desemprego no Brasil e uma possível revolução comunista no país. Contudo, apesar dos problemas econômicos e políticos enfrentados pela candidata da esquerda, o resultado do primeiro turno conduziu PT e PSDB ao segundo turno pela sexta vez consecutiva e, em mais um pleito acirrado, a candidata à reeleição venceu com 51,64% dos votos contra 48,36% dos votos conferidos a Aécio. Os votos brancos totalizaram 1,71%, e 4,63% dos eleitores anularam seu voto.

Após a divulgação do resultado eleitoral pelo TSE e a confirmação da reeleição da candidata Dilma Rousseff (PT) à presidência da República, (res)surgiu, principalmente nas redes sociais digitais, uma série de ataques e comentários preconceituosos contra nordestinos na *web*. Ao exemplo do que ocorreu em 2010, internautas usaram o *Twitter* para mostrar sua indignação contra o resultado e, principalmente, contra os “culpados” pelo resultado: os nordestinos. Se, em 2010, os ataques surpreenderam pela força das palavras que pediam/exigiam a morte de todos do Nordeste, em 2014, os ataques surpreenderam pela quantidade. Não foram “apenas” ataques de um usuário do *Twitter* que foram compartilhados e endossados por seus seguidores, mas ataques em série. Vale lembrar que, diferentemente de 2010, as redes sociais digitais como *Facebook* e *Twitter* já haviam se consolidado no Brasil e alcançado um alto número de usuários.

Nesse cenário, é possível dizer que outubro de 2014 foi um dos momentos mais intensos da política nacional e contou de forma significativa com a participação “popular” por meio de ferramentas como *Twitter* e *Facebook*. Tais plataformas se transformaram em “trincheiras” de uma guerra discursiva em que Nordeste e nordestinos foram terrivelmente atacados por órgãos da imprensa, jornalistas, ativistas, assessores de imprensa de candidatos, artistas e sujeitos ordinários. Nesse contexto, selecionamos o perfil @culpadordeste que, como dissemos na 1ª seção, chegou ao topo da lista dos assuntos mais discutidos no *Twitter* em todo o mundo, atingiu mais de cem mil compartilhamentos e foi divulgado por vários órgãos de imprensa.

O perfil @culpadordeste foi criado por um estudante de Arapiraca/AL com o objetivo de denunciar, por meio de *retuítes*, crimes de xenofobia e preconceito cometidos contra o povo do Nordeste brasileiro. Como o próprio nome do perfil denuncia, o

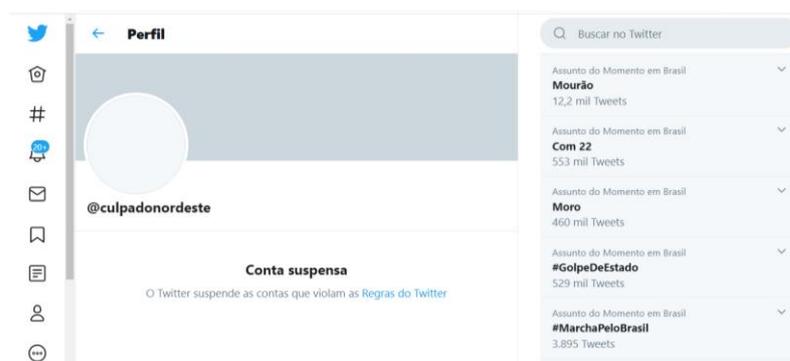
Nordeste foi apontado como culpado pela derrota do candidato peessedebista Aécio Neves e pela vitória da candidata petista. Os usuários do *Twitter* não perdoaram mais esse “erro” do povo do Nordeste que foi amplamente atacado por supostamente não ser capaz de escolher o melhor para o país.

Nesse cenário, Mayara Petruso não foi a única a manifestar preconceito e ódio aos nordestinos nas redes sociais digitais, tampouco a punição que lhe foi imposta serviu como medida para evitar que outros ataques acontecessem. É possível afirmar que, provavelmente, ela foi uma das primeiras usuárias das redes sociais *on-line* a irromper uma barreira “invisível” que mantinham silenciadas as manifestações xenofóbicas de ódio ou de desejo de morte na esfera do espaço virtual. Sua postagem, como discutimos anteriormente, atualizou dizeres para um discurso de ódio já existente na sociedade brasileira e que historicamente se fez presente em eufemismos, metáforas, ironias e até mesmo no silêncio produzido pelas adversativas.

Como já dissemos, não é possível atribuir a Mayara a autoria de tais discursos que há muito já circulavam no Brasil. Por outro lado, acreditamos que o fato ocorrido em 2010 reverberou de forma a encorajar outros sujeitos que se identificaram com aquele discurso a destilarem ódio e desejo de morte às pessoas com posições políticas e ideológicas distintas, principalmente quando essas são de origem nordestina. Nesse contexto, a enxurrada de mensagens ofensivas e xenófobas que novamente invadiu as redes *on-line* em 2014 produziu grande impacto dentro e fora do espaço virtual.

Dada a capacidade de interatividade e grande poder de difusão do *Twitter*, em apenas um mês (outubro de 2014), o perfil @culpadordeste reuniu mais de 5000 comentários de ódio contra o Nordeste e os nordestinos; por dar visibilidade a esses discursos, o perfil teve sua conta suspensa em 2017, conforme demonstra a figura a seguir:

Figura 7 – perfil da página @culpadordeste.



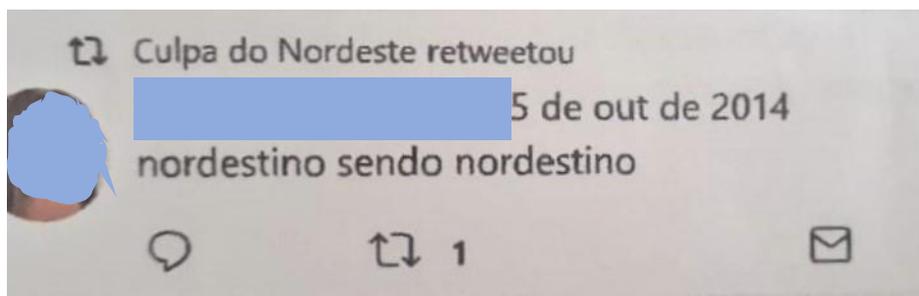
Fonte: <https://twitter.com/culpadordeste>

Como dissemos anteriormente, embora a *Twitter* ofereça liberdade e poder a todos os usuários, a plataforma tem suas regras, e quem as descumpra tem sua página suspensa temporariamente ou indefinidamente. No caso do perfil @culpadordeste, havia um objetivo definido: denunciar discursos de ódio contra nordestinos. No entanto, isso, de acordo com o *site*, também propagava ou incitava o ódio entre os usuários e impedia o estabelecimento do diálogo.

Posto isso, explicamos que antes da página ser suspensa já havíamos coletado nosso *corpus* discursivo e que, portanto, tal suspensão não impactou em nossa pesquisa. Quanto aos procedimentos de análise, coletamos aproximadamente 230 comentários que foram postados durante o mês de outubro de 2014 e, observando a recorrência das designações para Nordeste e nordestino, montamos um quadro síntese para que melhor pudessemos analisar os discursos proferidos contra nordestinos durante aquele período. Sobre o ato de designar, Guimarães (2003) diz que designar constitui-se uma prática social materialmente determinada pelas condições históricas e marcadamente ideológicas, não podendo ser entendida, dessa forma, como algo abstrato, mas linguístico, histórico e ideológico.

É nesse campo de saber que situamos nossas análises, entendendo que o nome Nordeste sofre os efeitos de relações históricas e ideológicas que o determina. Sendo assim, tomamos essas duas grandes questões para pensarmos os efeitos da designação do nome nordestino a partir dos dizeres de sujeitos/internautas/usuários do *Twitter* após o resultado das eleições presidenciais de 2014. Para realizar esses propósitos de pesquisa, deter-nos-emos nas sequências discursivas que seguem, as quais, durante o processo de análise, serão metodologicamente retomadas.

SD8



Na SD8, “*nordestino sendo nordestino*”, temos uma construção morfossintática simples; trata-se de uma oração formada por um único período, cujo predicado nominal qualifica o nome, sujeito gramatical. À primeira vista, sob o ponto de vista estritamente

gramatical, parece tratar-se de um enunciado organizado sintaticamente por um nome (nordestino) e um adjetivo (nordestino) que se ligam pelo verbo ser no gerúndio (sendo).

Contudo, é preciso sair da superfície linguística para produzir gestos de interpretação do espaço lacunar existente entre a nomeação “nordestino” e a sua designação “nordestino”. A materialidade que tomamos para iniciar essa discussão nos parece bastante emblemática. Isso porque se constrói a partir de um jogo de palavras que, ao mesmo tempo em que generaliza o ser nordestino enquanto sujeito social homogêneo, abre brechas para se pensar nos sentidos produzidos pelo processo de designação.

Segundo Guimaraes (2005), designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, não enquanto algo abstrato, mas algo próprio das relações de linguagem, enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada pela história. Nesse viés teórico, na SD8 “*nordestino sendo nordestino*”, o termo nordestino, enquanto efeito de sentido, assume dupla função: ser predicado dele mesmo. O verbo “ser” indica, gramaticalmente, um estado permanente. Como verbo de ligação, sua função é ligar o sujeito a suas características (predicativo), no entanto, na materialidade em análise, o verbo “sendo”, gerúndio do verbo “ser”, parece indicar uma ação; é como se o próprio nordestino praticasse a ação de ser nordestino, uma ação prolongada no tempo que discursivamente retoma e trabalha outros dizeres, criando, assim, a imagem de um contínuo que não sofre alteração.

Nesse contexto, o uso do gerúndio produz efeitos de sentidos que escorregam de outros lugares, movem-se para produzir rearranjos de outros fios de dizer que juntos formam uma teia discursiva que enreda os nordestinos com vistas a fazê-los permanecer no mesmo lugar imaginário em que foram colocados historicamente. O verbo “sendo” é fundamental para gerar o efeito de evidência sobre o que é ser nordestino e mobiliza implícitos dentro da cadeia de significante da estereotipia que designa negativamente o nordestino a partir do seu processo de nomeação.

Conforme Pêcheux (2009), o discurso materializado na linguagem possibilita a produção/reprodução de sentidos entre os sujeitos. Ao produzir sentidos entre os sujeitos, o discurso está produzindo os próprios sujeitos. Nessa perspectiva, o nordestino, o preto, o pobre, o trabalhador são etiquetados pelo efeito de evidência e unidade que vincula e dissimula as desigualdades sociais. Ao significar o nordestino, apagando a história, o sujeito/internauta/usuário do *Twitter* ancora-se no já-dito sobre o que é ser nordestino e, assim, os sentidos vão se instalando na sociedade e vão sendo percebidos e apropriados no intradiscurso como naturais. Segundo Orlandi (1995, p. 10), “[...] é na simulação em

que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas”. Essa determinação histórica faz com que os sentidos sejam interpretados numa determinada direção em seus mecanismos imaginários e não em outra.

Em face dessas questões e tentando pensar sobre os efeitos de sentido do discurso sobre o nordestino, direcionamos nossos questionamentos para o que significa ser nordestino ou estar sendo nordestino no discurso da SD8? Quais sentidos são mobilizados nessa formulação? Quais pré-construídos na designação “nordestino” são atualizados pelo viés da memória discursiva? Lembramos que, de acordo com a concepção teórica em que estamos ancorados, a memória discursiva corresponde ao “[...] saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31).

Retomamos, aqui, a SD8: “nordestino sendo nordestino” para, a partir das postagens de outubro de 2014 no *Twitter*, sermos capazes de dar respostas aos questionamentos produzidos. Explicamos que, semelhante ao que aconteceu em 2010, os discursos de morte por fome e sede, extermínio por bombas, bem como declarações de que “nordestino não é gente” foram bastante recorrentes em 2014. Por já termos produzido essa discussão, optamos por abordar os sentidos na designação nordestino.

Entendemos que os discursos dos sujeitos/internautas/usuários do *Twitter* são permeados por discursos-outros que, via memória discursiva, materializam-se como pré-construídos e são dispostos no intradiscurso. Esses pré-construídos são produzidos no exterior da FD antinordestino e incorporados por ela em função das posições políticas assumidas pelos sujeitos comentaristas que, em última instância, são posições ideológicas de classe.

A partir do exposto, traçamos um primeiro bloco de postagens que designam o nordestino a partir de adjetivos como preguiçoso, vagabundo, vadio e bolsa família. Tais designações são as mais recorrentes e explicam, em certa medida, os efeitos de sentido na formulação “*nordestino sendo nordestino*” (SD8).

SD	Nordestino sendo nordestino é ... preguiçoso ↔ vagabundo ↔ vadio ↔ bolsa família	Data do post
-----------	---	-------------------------

SD9	Nossa véi, Nordeste deveria ser outro país, viver dos auxílios do governo, trabalhar ngm quer né?!	05/10/2014
SD10	Cambada amanhã levantem cedo pois tem que trabalhar pra sustentar o norte nordeste.	05/10/2014
SD11	É a porra do nordeste que fode VÃO TRABALHAR NORDESTINOS VAGABUNDOS CHEGA DE BOLSA FAMILIA!!!!!!!!!!	05/10/2014
SD12	Nordeste tem vadio que votou na dilma p ganhar bolsa família e não querem trabalhar	05/10/2014
SD13	Pra esses preguiçosos do nordeste que vive da bolsa miséria: SÓ LAMENTO!	05/10/2014
SD14	“Dilma liderando no Nordeste” Nordestinos burros, se vendem por bolsa família	05/10/2014
SD15	Me da uma raiva e essas mina que namora c bandido aí fica grávida c 15 anos, nos 19 ta no terceiro filho, aí ganha bolsa tudo.	05/10/2014
SD16	Quem vota na Dilma é os nordestino que tem 3283891 filho e trabalha na roça aí ganha bolsa família	05/10/2014
SD17	E o bolsa miséria prevalece no nordeste! GENTE, ACORDA, BORA SAIR DESSA VIDA!!!	05/10/2014
SD18	Nordeste todo votou na Dilma kkkkk bolsa família do caralho	05/10/2014
SD19	n adianta Nordestinos e vagabundos do bolsa esmola , Aécio vai detonar vcs com a força do Sul, Sudeste e Centro-oeste	05/10/2014
SD20	Meu deus nordestino de merdaaaaaaaaaaaaa não votem na dilma seus vagabundos vai trabalhar para de querer bolsa família	05/10/2014
SD21	Vendem redes e em vez de venderem, acabam dormindo nas redes pois lembram que tem bolsa família.	05/10/2014
SD22	Foda que o os nordestinos tudo vota no pt porque eles tem 50 filhos e cada filho ganha uma bolsa família.	05/10/2014
SD23	Essa vitória da Dilma no Nordeste só mostra que enquanto o eles querem viver de bolsa o restante do país quer trabalhar	06/10/2014
SD24	É legal ver a grande parte do norte/nordeste preferindo ficar vagabundeando com bolsa família do que trabalhar	06/10/2014
SD25	Quase todo dia no nordeste tem empresa fechando. Motivo? Não tem mão de obra. Trabalhar pra que? Todo mês tem R\$ na minha conta	06/10/2014
SD26	Manda esse povo do nordeste TRABALHAR RPAZ só quer saber de bolsa família	07/10/2014
SD27	Os nordestino vota no PT com medo de perder a bolsa família , foi um projeto de FHC	07/10/2014
SD28	Na minha casa, na minha família, na minha rede de amigos ninguém vota na Dilma! Só o nordeste preguiçoso!	08/10/2014
SD29	Trabalhar pq não moro no nordeste	08/10/2014
SD30	E tome bolsa na cabeça dos nordestinos! Acorda nordeste preguiçoso!	08/10/2014
SD31	Queria morar no Nordeste.... é a melhor região do Brasil....lá você não precisa trabalhar	08/10/2014

SD32	Ir trabalhar que eu não sou nordestino pra viver de bolsa família	08/10/2014
SD33	Ninguem tem culpa o Nordeste faz 300 filhos para ser sustentado do bolsa família	09/10/2014
SD34	Agora eu sei pq nordestino é preguiçoso , esse calor que faz na terra deles deixa td mundo tchongo	13/10/2014
SD35	mano eu falo q esses nordestinos só votam na dilma pq o cú tá cheio de bolsa	16/10/2014
SD36	SEPARA ESSES NORDESTINO PREGUIÇOSOS FILHOS DA PUTA, DO RESTO DO BRASIL. TACA UMA BOMBA E JÁ ERA. FODA-SE	26/10/2014
SD37	Esses cabeça chata do Nordeste onde a maioria vive de bolsa família vai mudar governo pra que? Ganham pra ficar deitados na rede.	26/10/2014

Como vemos, a partir das SDs em destaque, havia, em 2014, uma grande rejeição, por parte dos eleitores da FD antinordestino, aos programas sociais de transferência de renda dos governos do PT. A maior crítica era ao bolsa família, o que, para essa FD, constituía-se como uma forma do Partido dos Trabalhadores se perpetuar no poder. As críticas, como vemos no recorte discursivo, são muitas e parecem partir do mesmo princípio: “os nordestinos preguiçosos e vagabundos encontraram no PT, através do programa Bolsa Família, uma forma de não trabalhar”, ou ainda, “o Bolsa Família produz preguiçosos e vagabundos no Nordeste”.

Contudo, é preciso desafiar a transparência da linguagem, pois, ao desqualificar os nordestinos, os sujeitos enunciadore demarcam as diferenças entre eles e o outro, estabelecendo uma relação de superior *versus* inferior. Nesse contexto, os eleitores não-nordestinos seriam sujeitos conscientes, inteligentes e trabalhadores. Portanto, merecedores do direito ao voto, diferente dos nordestinos que, sendo preguiçosos e vagabundos, votam para manterem as “benesses” patrocinadas pelo governo do PT com o dinheiro dos que trabalham.

Segundo Souza (2018), essa relação de superioridade *versus* inferioridade

[...] colabora para a construção do antagonismo entre essas posições sujeito. Um efeito de sentido que começa com qualificações negativas, avança, intensificando-se, saturando-se, até tornar-se um efeito de exclusão e de segregação, consolidando um discurso de ódio. (SOUZA, 2018, p. 928)

Essas qualificações negativas que acabam por produzir o ódio entre os brasileiros não nascem em 2014 ou 2010, como já dissemos, constrói-se historicamente na sociedade

brasileira, os sentidos da memória discursiva estão inscritos nas práticas discursivas numa dialética entre repetição e regularização, as quais surgem como acontecimento e configuram-se como um ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade.

Para entender os discursos que colocam os nordestinos como preguiçosos e vagabundos, é preciso produzir gestos de interpretação que considerem os efeitos de sentido das representações sociais de trabalhador X não-trabalhador nas sequências discursivas em análise, entendendo que essas representações atendem a interesses e projetos das elites econômicas do Brasil. Assim, desde a substituição do índio pelo escravo, do escravo pelo negro liberto, do negro liberto pelo trabalhador assalariado/explorado, as designações sobre os “não-trabalhadores”, construídas historicamente, refletem a importância do trabalho para a manutenção dos privilégios dos donos dos meios de produção.

Nessa cadeia de sentidos, os nordestinos foram sendo discursivizados como vadios, vagabundos, indolentes, preguiçosos, avessos ao trabalho, etc., tais designações dão sustentação à reprodução das relações de poder que, para manutenção do *status quo* de uma elite social, subjuga e desclassifica o outro perpetuando e legitimando discursos que marcam a transição do trabalho escravo para o trabalho “livre” e reforça as desigualdades, o que coloca o sujeito nordestino como não merecedor de direitos, entre eles o direito de votar.

Nesse sentido, as representações em torno do trabalho, dos trabalhadores e dos não-trabalhadores funcionam como componentes ideológicos para a manutenção da dicotomização entre aqueles que trabalham (sujeitos do Sul e Sudeste, eleitores da direita) e aqueles que “não-trabalham” (sujeitos do Norte e Nordeste, eleitores do PT), os responsáveis pelo crescimento do país e os “vadios” que produzem filhos “infinitamente” (SD16, SD33), e não geram riquezas.

As representações do nordestino enquanto vagabundo e vadio que vive a “vagabundear” (SD11, SD12, SD20, SD25) foram bastante recorrentes nos comentários no *Twitter* durante o mês de outubro de 2014, e nos remontam às primeiras “impressões” que os europeus tiveram dos índios quando aqui chegaram. Em “O povo brasileiro”, Ribeiro (1995, p.45) explica que, mesmo os índios tendo trabalhado ativamente na extração do pau-brasil, aos olhos dos portugueses os indígenas não passavam de vadios, inúteis que nada produziam.

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança.

Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver”

Se no passado, o índio, principal trabalhador na extração do pau-brasil, foi designado como vadio, inútil, improdutivo e fútil pelo português, no transcorrer da história do Brasil, essas designações continuaram a produzir sentidos e serviram para construir as representações sociais força de trabalho escrava durante o período escravista. Nascimento (2001, p. 43-44) explica que “o negro era vagabundo para o senhor de escravos se não produzisse o quanto este desejava, sendo que no odioso regime de escravidão, principalmente na plantação, uma das formas de resistência era, obviamente, procurar se trabalhar o menos possível, ou mesmo não trabalhar, quando a vigilância e a repressão arrefecessem por quaisquer motivos”.

Importante dizer que a representação do negro “preguiçoso, vadio, sujo, insubordinado e afeito a festas” passou a ser forjada como um componente ideológico indispensável para as mudanças nas relações de trabalho no Brasil, mudanças essas que substituíram os serviços dos trabalhadores negros por trabalhadores europeus assalariados quando o sistema de escravidão entrou em crise, ou seja, quando o tripé econômico da época (monocultura, latifúndio e escravidão) entrou em colapso, os fazendeiros que tanto haviam lucrado com o trabalho escravo africano, passaram a denunciar o “peso” do negro para o país.

Vale lembrar que os sentidos de “vadio”, no Brasil, sempre estiveram ligados a transgressões das leis, e, até a Constituição de 1988, quem fosse pego “vadiando” por mais de 24 horas poderia ser preso. Embora, na atualidade, não se observem mais prisões por esse motivo, os sentidos continuam vivos e cada vez mais sendo atualizados no bojo da luta de classes. As representações utilizadas para o índio, para os negros escravizados, para os nordestinos, são as mesmas que designam os trabalhadores pobres a partir de um jogo político, econômico e ideológico que busca justificar a superioridade da elite “trabalhadora” e a inferioridade dos trabalhadores do Nordeste que, de acordo com a formação discursiva dos sujeitos usuários do *Twitter*, são pobres porque querem, porque são preguiçosos e preferem receber uma bolsa miséria, uma bolsa esmola.

Nesse cenário, a representação de nordestinos como vadios, preguiçosos e vagabundos funciona em relação de contraponto aos “homens bons⁵⁶” que, por reunirem os atributos de trabalhadores e produtores de riquezas, devem ter o direito ao voto e

⁵⁶ Falamos sobre isso na seção 3

consequentemente a viver em uma democracia. Os discursos em análise apagam as diferenças sociais, a luta de classes e o papel do Estado, fazendo parecer que as relações de causalidades são naturais, fruto das escolhas políticas dos nordestinos.

É preciso dizer que a sociedade brasileira, como toda sociedade capitalista, é hierarquizada. Além de uma divisão em classes sociais, há também uma suposta divisão regional do trabalho, cabendo ao Sul e Sudeste o trabalho intelectual e ao Norte e Nordeste o trabalho braçal, trabalho esse que, pelo efeito da ideologia, tem sua importância social e econômica apagada. Apagam, dessa forma, a importante participação dos nordestinos na produção das riquezas do país para dar visibilidade às representações sociais produzidas dentro da lógica do trabalho numa perspectiva capitalista.

As designações utilizadas com referência ao Programa Bolsa Família⁵⁷, “bolsa tudo” (SD15), “bolsa miséria” (SD18), “bolsa esmola” (SD20), reforçam a ideia de “parasitismo” e “preguiça” dos sujeitos nordestinos que vivem a “mendigar esmolas do governo”. Os sujeitos enunciadores contrapõem os beneficiários do programa aos “brasileiros que trabalham”, expressão que aparece em dizeres como: “levantar cedo pra sustentar norte e nordeste” (SD10), “o restante do país quer trabalhar” (SD24), “trabalhar pq não moro no nordeste” (SD30) e evidenciam, pelo efeito ideológico do discurso, um reducionismo sobre quem são os “beneficiários” do programa.

Para a FD dos sujeitos enunciadores do *Twitter*, Norte e Nordeste são as únicas regiões “beneficiadas” pelo Programa Bolsa Família e, a partir desse efeito de sentido, constroem discursivamente os nordestinos como não cidadãos, seres que vivem à margem de um padrão moral, portanto, inaptos a participarem da vida política do país. Assim, amparados pelo discurso (neo)liberal, os sujeitos enunciadores impõem ao indivíduo a responsabilidade pela pobreza ou riqueza, pelo sucesso ou fracasso, considerando apenas o esforço individual para manter ou transformar a própria realidade. É o que demonstra as sequências discursivas a seguir:

SD38	O nordeste podia se separar do brasil, vtnc,os caras curtem passar fome fei	05/10/2014
------	---	------------

⁵⁷ O programa Bolsa Família (BFP), criado pela Lei nº 10.836/2004, foi adotado como política pública do Governo Lula para proporcionar inclusão social e redistribuição de renda para as famílias brasileiras mais pobres. Para isso, o Estado assumiu um papel estruturante no fomento às questões econômicas e sociais, no sentido de se articular a transferência de renda e proporcionar acesso aos serviços básicos de cidadania, sobretudo educação e saúde públicas.

SD39	É que tem brasileiro que é muito tonto “vamos votar na DILMA porque ela ajuda o nordestino pobre com bolsa família” é pobre porque quer!	05/10/2014
------	---	------------

Albuquerque Júnior (2011) relata que, nas disputas pelo poder, os povos são separados por meio do binarismo atraso/progresso, nesse binarismo⁵⁸, os nordestinos e nortistas são colocados como culpados pelo atraso, enquanto os sulistas ou sudestinos são responsáveis pelo progresso do país, entendendo país como Sul e Sudeste. Nesse sentido, a produção e a reprodução de representações sobre o Norte/Nordeste encerram relações de poder: quem produz e quem não produz, quem merece e quem não merece viver, quem é digno de direitos e quem não é.

Entendemos que os discursos em tela legitimam a exclusão social do nordestino. Para que o discurso de ódio sobreviva, é necessário culpabilizar o outro por não se enquadrar no padrão estabelecido pela ordem hegemônica, nesse caso, é preciso culpar o próprio nordestino pela sua exclusão. Para o discurso (neo)liberal, propagado nos *posts* pós-resultado das eleições presidenciais, o culpado não é um sistema baseado em relações de desigualdade e exclusão que tem produzido milhões de pobres e miseráveis. Na Formação Discursiva e Ideológica do (neo)liberalismo não existe espaço para programas de redução da miséria e da pobreza, não há preocupação com as classes menos favorecidas. Por isso, o sujeito não é visto como sujeito social de classe, mas como indivíduo, isto é, alguém que é responsável por si, pelo seu próprio êxito ou pelo seu fracasso. Premia-se, dessa forma, quem vence e exclui o “vencido”, aquele tido como que não se esforçou o suficiente, não trabalhou o suficiente, não estudou o suficiente, etc.

Tais dizeres, pertencentes à FD do (neo)liberalismo, silenciam o problema central da desigualdade entre ricos e pobres, patrões e empregados, burguês e proletário. Os sujeitos enunciadores tomam para si o fardo de “sustentar economicamente” o Nordeste, sob o argumento de que há uma recusa ao trabalho por parte dos nordestinos, ignorando, dessa forma, as características do capitalismo: produzir um maior contingente de pobres, de gente sem acesso à educação superior, ao mercado de trabalho formal, à formação profissional. É preciso dizer que a pobreza não é culpa ou responsabilidade dos pobres, mas do funcionamento do capitalismo que estrutura o sistema econômico mundial.

⁵⁸ Chama atenção o fato dos sujeitos da região Centro-Oeste sequer serem mencionados nos discursos da rede. A polarização entre as regiões Sul/Sudeste X Norte/Nordeste silencia, no fio do discurso, a região Centro-Oeste, é como se essa região não existisse na cena política e econômica do país. No binarismo do Nós X Eles há que se indagar de que “lado” estão os sujeitos dessa região e por que eles são apagados.

Ao responsabilizar os nordestinos por suas escolhas: “curte passar fome” (SD38), “é pobre porque quer” (SD39), os sujeitos usuários do *Twitter* silenciam os aspectos políticos, econômicos e ideológicos da pobreza e eliminam o papel do Estado e da complexa política pública que historicamente relegaram ao Nordeste a condição de invisibilidade social, tratando a região como espaço natural de pobreza e seus habitantes como brasileiros de 2ª categoria. Portanto, não merecedores dos investimentos governamentais.

Os pré-construídos sobre a região e seus moradores representam elementos da exterioridade que estão presentes no discurso atual. O que significa dizer que, quando o sujeito se apropria de pré-construídos para produzir “seu” discurso, ele insere elementos da exterioridade, como discursos produzidos por outros, em outro espaço e momento sob outras condições ou contexto sociohistórico. É nessa apropriação daquilo que já foi dito que se estabelece a relação entre pré-construído (discursos de outros e anteriores) e discurso atual. É o que podemos observar nas Sequências Discursivas 40 e 41.

SD40	SO NORDESTE VOTA NA DILMA PQ NORDESTE É FAVELA	05/10/2014
SD41	Nordeste = África do Brasil	05/10/2014

As SD40 e 41 são, do ponto de vista discursivo, bastante emblemáticas, uma vez que os sujeitos enunciadore se utilizam de efeitos metafóricos para definir o Nordeste, “o Nordeste é favela”, “o Nordeste = África do Brasil”. Isso, a nosso ver, funciona como uma síntese dos discursos que (des)qualificam a região nas postagens de outubro de 2014. Favela e África, na SD40 e na SD41, são tomados como lugares de evidência dos sentidos, em que, pelo funcionamento da ideologia, produz-se o efeito de completude e fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é a favela, o que é a África, o que é o Nordeste; todo mundo sabe o que é um favelado, um africano, um nordestino.

Há nas SD 40 e 41, uma estabilização de pré-construídos sobre o Nordeste, cujos sentidos se articulam em processos metafóricos que tomam o Nordeste como a favela do Brasil ou como a África do Brasil, a partir de formações imaginárias simplistas e unilaterais. Assim, o sujeito enunciador atualiza pré-construídos como:

Nordeste, favela e África são espaços de:

Miséria;

Sujeira;

Violência;
 Doenças;
 Marginalidade;
 Habitações anti-higiênicas;
 Pessoas preguiçosas;
 Vagabundos;
 Drogados;
 Traficantes;
Negros e
Pobres.

A imagem evocada pelo efeito ideológico e já cristalizada no senso comum continua a produzir sentidos no imaginário social e ecoa cada vez que favela/África/Nordeste são designados, interrogados ou silenciados. Assim, chamar o nordeste de favela/África é, para a FD antinordestino, uma forma de insultar os moradores da região que supostamente vivem em espaços semelhantes e condições iguais. Mas, para além disso, o “insulto” produzido pelo sujeito enunciador apresenta, em sua opacidade, elementos significantes que reverberam a hierarquização humana e as relações entre as regiões do Brasil.

A metáfora sugerida pelas SD em tela produz um efeito metonímico em que o Brasil se divide em duas partes: bairro nobre (onde fica a elite branca do país e, por isso, produtora de riquezas) e a favela/África (espaços ocupados por negros e pobres). A FD parece desconsiderar os aspectos políticos, econômicos e ideológicos da divisão do Brasil, tratando tal evento como algo natural da seleção das espécies. Nesse contexto, os habitantes também aparecem divididos em dois grupos, os que “trabalham” e, por isso, progridem (brasileiros brancos) e os que “não trabalham” e, portanto, passam fome (os favelados, africanos, nordestinos).

Como nos ensina Henry (1997, p. 47), “[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. Assim, antes de questionarmos a metáfora “Nordeste é favela” (SD40) ou “Nordeste = África do Brasil” (SD41), faz-se necessário pensar na íntima relação entre favela e África, favela e negro e, principalmente, favela e pobre.

Em seu artigo “A gênese da Favela”, Valladares (2000) explica que a favela é uma das heranças do período escravista do Brasil, constituindo-se a partir do final do século

XIX como uma das poucas alternativas de habitação em áreas urbanas, não só para os ex-escravos negros, mas também para toda uma população de trabalhadores pobres e “livres”. O autor afirma que a favela representava, de acordo com o discurso burguês da época, o *locus* da pobreza, espaço onde residiam ex-escravos, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”. Essa representação estereotipada de favela era alimentada pela imprensa que ao longo do tempo tratou de naturalizar, no imaginário social, esse espaço como um local não civilizado, sujo, perigoso, em que vagabundos e criminosos se escondem (VALLADARES, 2000).

Do século XIX ao século XXI, vemos que pouca coisa mudou com relação aos dizeres sobre a favela e os negros trazidos da África. O fato é que, após a contraditória libertação dos escravos no Brasil, estes continuaram sem acesso a oportunidades que tornassem possível uma situação diferente daquela vivida nas senzalas. Com o decorrer do tempo, as favelas que se iniciaram “timidamente” converteram-se em extensos bairros marcados pelo desvio de olhar do poder público, resultando numa quase inexistência de saneamento básico, água potável, segurança pública, saúde, educação e emprego.

Podemos dizer que esse desvio de olhar do poder público para o surgimento das favelas, em alguma medida, se assemelha à mesma indiferença governamental em relação ao Nordeste. Ao designar “Nordeste = África do Brasil”, “Nordeste é favela”, o sujeito enunciador parece revelar seu ódio contra os nordestinos. Mas, mais que isso, o ódio a trabalhadores negros e pobres. Assim, entendemos que, quando determinados discursos se cristalizam na sociedade, deixam de ser questionados, de tão repetitivos, passam a produzir efeitos de verdade. Dessa forma, o processo de designação do índio, do negro, do favelado, do nordestino pelo olhar do colonizador/burguês, em relação de poder, resulta na construção de estereótipos, cujo princípio consiste em desvalorizar e excluir para manter o domínio sobre tais grupos.

A partir do exposto, defendemos que a negação/exclusão do nordestino não decorre de aspectos geográficos, tampouco o ódio expressado contra esse grupo é decorrência de um resultado eleitoral. Entendemos, a partir de Marx (2014), que a história de toda sociedade repousa no antagonismo entre classes de opressores e classes de oprimidos, cuja luta é, em última instância, uma luta política e econômica.

5.3 Eleições presidenciais de 2018: os dizeres continuam a produzir sentidos

Passados quase 2 anos das eleições presidenciais de 2018, é ainda extremamente difícil discutir esse pleito⁵⁹: primeiro porque as informações que surgem a cada dia sobre aquela que seria uma das eleições mais controversas da história recente do país, se não a mais, continua a desafiar autoridades, jornalistas, analistas, cientistas políticos; segundo, porque independente das respostas que sejam dadas, a luta pela diminuição da desigualdade, por respeito às diferenças e por justiça social tornou-se ainda mais desafiadora, uma vez que o aumento da opressão pelo conservadorismo e interesses do capital ganhou mais força.

Muitos foram os eventos que concorreram para isso. Ao término da eleição de 2014, o candidato do PSDB, Aécio Neves, inconformado com a derrota, declarou “guerra” à candidata vitoriosa do pleito, Dilma Rousseff. Apoiado por seu partido, Aécio e seus aliados protocolaram junto à Câmara dos deputados mais de 37 pedidos de *impeachment* da presidenta reeleita. Ajudado pela Operação Lava Jato, pela crise econômica, pela perda de apoio popular e de aliados políticos, aquilo que parecia ser impossível para a recente democracia brasileira, concretizou-se: Dilma foi afastada do cargo e a democracia duramente golpeada. O que veio após isso culminou no resultado eleitoral de 2018 e Jair Messias Bolsonaro elegeu-se presidente do Brasil.

Como já dissemos em outro ponto dessa pesquisa, o envolvimento do sujeito pesquisador com o objeto de pesquisa constitui-se como um complicador, não apenas no que diz respeito aos discursos que (des)qualificam os nordestinos na rede, mas também, por ter que, nesse momento da pesquisa, rememorar outubro de 2018. Se, como afirmou Orlandi (2007, p. 11), “[...] há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido”, talvez silenciar esse acontecimento já se constituísse como o ponto forte de significação desta tese, o que Orlandi chama de recuo significante.

Contudo, também consideramos que é preciso romper o silêncio para que este não seja interpretado como resignação. As “palavras transpiram silêncio” numa relação entre o dizer e o não-dizer, nos ensina Orlandi (2007, p.11), e nesse movimento de sentidos que é o discurso, tomamos “partido pelo fogo de um trabalho crítico” (PÊCHEUX, 2009, p. 270), ainda que tomar partido signifique voltar a questões difíceis de lidar. Entendemos que o enfrentamento dessas questões nos levará à compreensão de que, para fazer análise do discurso de orientação pecheuxiana, “[...] é preciso ousar se revoltar”, e “[...] suportar o que venha a ser pensado” porque “[...] “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX,

⁵⁹ A escrita desta seção se deu em julho de 2020, momento também marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

2009, p. 270). E, nesse caso, é preciso resistir para produzir um novo modo de dizer que rompa com a ordem da continuidade.

Para pensar os discursos contra os nordestinos durante o mês de outubro de 2018, faz-se necessário refletir sobre o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, a ascensão de Michel Temer à presidência, os efeitos da Lava Jato, a prisão do ex-presidente Lula e a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro. Discutir sobre esses eventos anteriores às eleições de 2018 é bastante significativo porque em alguma medida explica o resultado das urnas e o aumento da polarização entre os eleitores do Sul/Sudeste e Norte/Nordeste.

Após a divulgação do resultado eleitoral de 2014, como já dissemos, uma ampla aliança entre políticos e grupos empresariais do Brasil e do exterior, órgãos de imprensa e parte do judiciário brasileiro formou-se em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Embora não houvesse base constitucional para o pedido, em retaliação ao PT, Eduardo Cunha, presidente da Câmara na época, aceitou o pedido apresentado pelos advogados Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale no dia 02 de dezembro de 2015.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, presidenta reeleita democraticamente pela maioria dos brasileiros, foi destituída do cargo e, em seu lugar, assumiu o vice-presidente Michel Temer, o qual tratou de implementar um projeto de poder com vistas a congelamento de investimento público em políticas sociais (aprovado ainda em 2016) e desmanche dos direitos trabalhistas (sancionado no início de 2017). Importa dizer que, mesmo tendo enfrentado uma série de protestos em 2017, devido a seu envolvimento com um grande esquema de corrupção com a JBS⁶⁰, Temer resistiu às pressões populares, articulou uma base de proteção no Congresso e concluiu o mandato da chapa Dilma/Temer em 2018.

Como já era esperado, o golpe de 2016 acirrou ainda mais a polarização no Brasil. O país, que já havia se dividido brutalmente durante as eleições de 2014, não foi capaz de se recompor em torno de um projeto comum, sequer os partidos de esquerda conseguiram isso. As medidas liberais implementadas por Michel Temer agradaram o “apetite” do mercado, mas não foram capazes de mobilizar a classe trabalhadora na luta por direitos que estavam sendo retirados.

A Operação Lava Jato, que havia iniciado em 2014, estava em ebulição. Diariamente os telejornais expunham com exclusividade escândalos de corrupção

⁶⁰ JBS S.A. é uma empresa brasileira de alimentos que opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros.

envolvendo políticos do PT e de partidos aliados. Concomitante a isso, o Brasil vivenciava números gritantes de crimes violentos, desemprego, tráfico de drogas, assaltos, além de problemas na saúde pública e na educação. Tais ingredientes fortaleceram uma narrativa de que era preciso e possível mudar esse quadro no Brasil através do voto, bastando, para isso, que os brasileiros escolhessem a pessoa certa, um pretense “salvador da pátria”.

Nesse contexto, o resultado das eleições presidenciais de 2018, que confirmou Bolsonaro como “preferência” da maioria do eleitorado brasileiro, também revelou que parte dos brasileiros acreditou na possibilidade de um “herói nacional” encarnado na figura de um indivíduo autoritário que prometeu mudanças bruscas, sem explicar como fazê-las. O discurso antissistema, que mesclou autoritarismo e uma suposta renovação política, funcionou para Bolsonaro em 2018 da mesma forma que funcionou para Collor em 1989 (com sua caça aos marajás) e Jânio Quadros em 1960 (com sua vassoura para varrer a corrupção).

Sobre a eleição de 2018 é preciso dizer ainda que o ex-presidente Lula, líder nas pesquisas de intenções de votos, foi impossibilitado de concorrer ao pleito em virtude de sua condenação pelo juiz da Operação Lava Jato, Sérgio Moro. Condenação essa considerada por muitos juristas como improcedente. Isso porque as provas apresentadas pela acusação eram frágeis, os procuradores se basearam muito mais em suas “convicções” do que em provas concretas que justificassem a prisão de Lula, o que ficou claro demonstrado após divulgações do *The Intercept*⁶¹ Brasil.

Assim, em 5 de abril de 2018, a prisão do ex-presidente Lula foi decretada pelo então juiz Sérgio Moro sob a alegação de crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva referente à compra de um triplex no Guarujá-SP. No campo jurídico, há alegações de que o juiz e procuradores da Lava Jato cometeram uma série de irregularidades: conduções coercitivas sem prévia intimação, vazamentos seletivos e ilegais, delações direcionadas, prisão sem provas concretas, além do juiz do caso ter atuado também como acusador junto aos investigadores, conforme divulgou o *The Intercept* Brasil. Diante

⁶¹ O *The Intercept* Brasil é um periódico virtual, cujo âncora, no Brasil, é o jornalista estadunidense Glenn Greenwald. Ganhador de vários prêmios de jornalismo, Glenn Greenwald revelou conversas realizadas através do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol, além de outros integrantes da Operação Lava Jato. As revelações mostraram que Moro, enquanto juiz da Operação, atuava de modo parcial cedendo informações privilegiadas à acusação, além de orientar e sugerir à promotoria agilidade e modificações nas fases da operação.

desse cenário, formou-se uma frente de grupos pró-Lula, denunciando uma possível perseguição política, por parte da justiça brasileira, mas se formaram também grupos contrários a Lula e ao PT que “pressionaram” o judiciário para que essa prisão fosse decretada antes das eleições de 2018.

É neste contexto de agitação política, intensa polarização, embate ideológico nas redes sociais digitais, protestos, escândalos de corrupção, acusações de seletividade no judiciário e perda de direitos, por parte dos/das trabalhadores/as, que se inscreve o evento eleições presidenciais de 2018. No 1º turno, treze candidatos disputaram a eleição: Fernando Haddad (PT) que substituiu Lula em virtude do seu impedimento pelo TSE, Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede), Guilherme Boulos (PSOL), Alvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Henrique Meirelles (MDB), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL), José Maria Eymael (PSDC), e Vera Lúcia (PSTU). Apesar do grande número de presidenciáveis, apenas três apresentavam chances reais de disputar o 2º turno: Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Fernando Haddad (PT). Porém, um atentado, à faca, contra Jair Bolsonaro em Minas Gerais, no dia 6 de setembro de 2018, funcionou como um impulsionador da campanha do candidato que, mesmo sem participar de debates, ou fazer campanha “corpo a corpo”, conseguiu chegar ao 2º turno.

O fato ocorrido, até então inusitado em campanhas presidenciais, acirrou ainda mais as discussões entre grupos nas redes sociais digitais, mobilizou a militância pró-Bolsonaro e fez com que as intenções de pesquisas disparassem em torno de seu nome. Quase um mês depois, deu-se o primeiro turno das eleições (7 de outubro de 2018) e Jair Bolsonaro (PSL) obteve 46,03% dos votos válidos (49.276.990 votos) contra o 2º colocado, Fernando Haddad (PT), que obteve 29,28% dos votos válidos (31.342.005 votos). O segundo turno das eleições foi ainda mais “eletrizante”, a polarização atingiu índices inimagináveis e a população brasileira dividiu-se ferozmente em dois grandes blocos: petistas e antipetistas/bolsonaristas.

Em 28 de novembro, deu-se o 2º turno e Jair Bolsonaro obteve 55% dos votos válidos, saindo vitorioso do pleito. Seu primeiro discurso como presidente eleito foi através de uma *live* no *Facebook* para seus seguidores, marcando a grande importância que as redes sociais digitais tiveram durante a campanha e também após a campanha, uma vez que é por meio dessas redes, principalmente o *Twitter*, que o presidente se dirige aos brasileiros e, especialmente, à sua “bolha” ideológica.

Importante frisar que essas mídias serviram como canais de discussão política/ideológica, mas, principalmente, como meio de propagação de *fake news*, desinformação, imagens manipuladas, pesquisas falsas, áudios conspiratórios e tendenciosos, preconceito escancarado contra mulher, índio, negro, pobre, nordestino e gay. Além disso, parte dos brasileiros assistiu estarecida a ataques sistemáticos à educação, à ciência, à escola, à Universidade, ao professor e ao conhecimento.

É possível afirmar que o uso dessas redes *on-line* foi crucial para a campanha eleitoral de 2018. Decerto, inúmeras pessoas decidiram seu voto com base em histórias e dados sem comprovação, informações falsas e imagens alteradas digitalmente, colocadas em um contexto errado, com vistas a confundir o eleitor e tumultuar o processo eleitoral. Contudo, não podemos entender que todos os eleitores que optaram por uma chapa negacionista que claramente impulsionava ataques às minorias, à democracia, à ciência e ao trabalhador e à trabalhadora foram “enganados” por notícias falsas.

Para nós, o discurso violento, racista, homofóbico, misógino e pró-ditadura expressado pelo candidato do PSL que deu “carta branca” para a polícia matar negros e pobres nas favelas, seduziu uma parcela significativa da elite (inconformada com os programas de diminuição da desigualdade social implementados pelo PT) e atraiu parte da classe trabalhadora exausta com a corrupção, violência e exploração cotidiana, evidenciando, assim, a contradição no interior da luta de classes.

Nesse sentido, o resultado das eleições de 2018 confirmou, no Brasil, o que já estávamos vendo acontecer em diversos países do mundo: uma “viralização” de uma ideologia conservadora, (neo)liberal e religiosa ultraconservadora, somada a uma pseudorevolta contra um sistema corrupto. Convém analisarmos que esses discursos não começam com o golpe de 2016, é anterior. Nas eleições de 2010, já escutávamos ecos de discursos racistas e xenofóbicos nas redes sociais *on-line*. Em 2014, esses discursos se intensificaram e, em 2018, atingiram níveis inimagináveis, impulsionados, principalmente, por uma chapa presidencial que fez do discurso de ódio, preconceito e discriminação, plataforma política para captação de votos.

Segundo levantamento da ONG SaferNet⁶², o período entre 7 e 28 de outubro de 2018 registrou um aumento significativo no número de denúncias de discurso de ódio ou

⁶² A SaferNet atua desde 2006 na promoção e defesa dos direitos humanos na internet, recebe de maneira anônima e por meio de uma plataforma digital denúncias de atividades cibernéticas que violem esses princípios. Opera em regime de cooperação com o Ministério Público Federal, o qual tem acesso a todas as denúncias feitas na plataforma da ONG e a partir desse banco de dados faz suas investigações.

intolerância na internet. Os dados mostram que nesse período as denúncias com teor de xenofobia cresceram 2.369,5%, de apologia e incitação à violência 630,52%, discurso neonazista, 548,4%, homofobia, 350,2%, e racismo 218,2%. De acordo com a ONG, o salto ocorreu, principalmente, após os resultados do 1º turno, quando os votos do Nordeste, em sua maioria pró-Fernando Haddad (PT), impediram a vitória de Jair Bolsonaro naquele turno.

Vemos, dessa forma, que o discurso de ódio quando externado por figuras públicas produz efeitos ainda mais nocivos, principalmente quando essa figura disputa o cargo de representante máximo de um povo. Os discursos de ódio e intolerância do presidente Jair Bolsonaro sempre permearam sua vida política. Em 2003, em uma discussão na Câmara dos Deputados com a deputada Maria do Rosário (PT), o então deputado afirmou que ela não merecia ser estuprada porque era feia. Já em 2008, em uma audiência pública para discutir demarcação indígena no Brasil, disse que o índio Jacinaldo Barbosa deveria comer capim para voltar às suas origens. Em 2011, em uma entrevista à *playboy*, Jair Bolsonaro afirmou que preferia ver um filho morto em uma acidente a vê-lo com um “bigodudo”. Em 2014, numa entrevista à rede TV, respondeu que não empregaria homens e mulheres com o mesmo salário, embora reconhecesse que algumas mulheres são competentes. Em 2016, reiterou, no programa *Pânico da Jovem Pan*, o que já havia afirmado em 2008: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”.

Esses são alguns exemplos de discursos anteriores às eleições de 2018. Durante a campanha, esses discursos foram (re)afirmados, atualizados, ampliados, compartilhados, chancelados por Jair Bolsonaro. O que explica, em alguma medida, o grande aumento de denúncias em 2018 que, segundo a ONG SaferNet, mais que dobraram. Se em 2014, a ONG registrou 14.653 denúncias de crimes de xenofobia na internet, em 2018 esse número foi de 39.316 denúncias. Considerando que nem todas as vítimas denunciam, podemos supor que esse número seja ainda maior.

O presidente eleito, em período anterior à campanha eleitoral, não poupou os nordestinos de seus insultos e discursos preconceituosos, acusou-os de serem preguiçosos, de dependerem do Programa Bolsa Família, remeteu-os ao pau-de-arara, chamou-os de paraíba, fez piada com a aparência física, como cabeça chata e cabeça grande, além de afirmar que as adolescentes nordestinas engravidam com o intuito de ganhar o Bolsa Família e auxílio maternidade.

Decerto, os discursos de ódio, intolerância e xenofobia estão em toda parte e são proferidos pelos mais diferentes sujeitos sociais. Contudo, não podemos permitir a naturalização de tais discursos sob o argumento de que foi “só uma brincadeira”, “uma piada”, “uma forma de falar”. Tampouco podemos ignorar ou subestimar o que os “internautas” falam na rede, porque, ao passo que a internet e, principalmente, as redes sociais digitais oferecem um maior acesso à informação, também reverbera discursos fascistas e extremistas, colocando em risco a vida humana. Isso porque, quanto maior o poder de disseminação de um discurso, maior o dano que ele pode causar àqueles que são vítimas dele.

Com efeito, a última eleição para a presidência da República no Brasil evidenciou a polarização política, que já se mostrava presente no cenário brasileiro desde as eleições de 2014. Uma disputa ideológica entre “esquerda e direita” desvelou um suposto conservadorismo que víamos crescer junto a um antipetismo impulsionado pela Operação Lava Jato. Se tomarmos as cinco últimas eleições presidenciais do Brasil (2002 a 2018), vemos que os estados do Nordeste apoiaram os candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), o que colaborou para a associação da região com o chamado petismo.

Após divulgarem o resultado do 1º turno das eleições, comentários preconceituosos contra os nordestinos voltaram a circular nas redes sociais digitais. Os Nordestinos foram acusados, mais uma vez, de impedir a realização dos desejos políticos do Sul e Sudeste do Brasil. Semelhante às eleições anteriores, discursos entusiasmados de extermínio, fome, seca e miséria aos nordestinos estiveram presentes, bem como discursos contra o Bolsa Família, programas sociais e sobre uma suposta falta de produtividade do Nordeste.

Contudo, diferentemente de eleições anteriores, o candidato menos votado nessa região, Jair Bolsonaro, pediu aos seus apoiadores, através de seus perfis em redes sociais *on-line*, para “respeitar os irmãos nordestinos” e, assim, conseguir mais votos desses eleitores. Após o pedido do “capitão”, alguns dos seus apoiadores “mudaram” o discurso e adotaram um tom de preconceito mais velado, enquanto outros sequer conseguiram, discursivamente, falsear o sentimento de repulsa pelo povo do Nordeste.

Diante disso, separamos nosso *corpus* discursivo em dois blocos, aqueles que não seguiram o pedido do “capitão” e destilaram abertamente seus discursos de ódio, xenofobia e preconceito (bloco 1) e aqueles que entenderam o jogo discursivo no apelo do candidato e passaram a adotar um discurso mais moderado, com formas mais veladas para dizer aquilo que historicamente está posto sobre os nordestinos (bloco 2).

Feito este preâmbulo sobre as eleições de 2018, discutiremos, na sequência, os ataques feitos aos nordestinos nas redes sociais digitais a partir de um *post* que entendemos funcionar como síntese do sentimento desses sujeitos sobre o povo do Nordeste brasileiro.



Esperar o quê

SD42

Em resposta a [@Mark_Senk](#)

Esperar o quê, desta sub-raça de nordestinos?

Sob o ponto de vista puramente sintático, a SD42 constitui-se como um período simples, formado por uma oração interrogativa, que, como prescreve a norma⁶³, “traduz o desejo do falante de obter informação ou de formular um questionamento”. No entanto, ao observarmos a formulação: “*Esperar o quê, desta sub-raça de nordestinos?*”, não vemos, na interrogação do sujeito enunciador, o desejo de obter uma informação ou de formular um questionamento com vistas a obter respostas. A pergunta é retórica, o enunciador já sabe da resposta (ou pelo menos da resposta com a qual ele se identifica ideologicamente), seu interesse consiste em reforçar a ideia de que, por suas características raciais ou “sub-raciais”, não se deve esperar que os nordestinos compartilhem o mesmo sentimento de mudança política do Sul e Sudeste, regiões supostamente habitadas por uma raça superior.

O sujeito enunciador, ao designar os nordestinos como uma sub-raça, parece basear-se na ideia da existência de espécies humanas biologicamente diferenciadas (século XIX), ou ainda, na retórica do mito racial que afirma ser a nação brasileira composta por três raças: branca, negra e amarela, sendo a “raça branca” preponderante em relação às demais. Tal ideia é responsável por legitimar uma das faces mais reacionárias e fascistas da história do Brasil, a de que os habitantes do Norte e Nordeste são biologicamente inferiores, e isso justifica a “pobreza” e o “atraso” da região.

É importante dizer que o Brasil foi tecido por fios de discursos raciais. Um espaço em que as “raças” coexistem, mas não se integram em torno de uma ideal de país, porque o direito a participar das decisões políticas e econômicas não está posto para todas as

⁶³ Nova gramática do português contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra.

“raças”. O mito da “nação miscigenada” serve apenas para encobrir que em países capitalistas como o Brasil, o dispositivo científico dos séculos XVII, XVIII, XIX foi montado para “provar” a supremacia de uma raça sobre a outra e, portanto, legitimar as desigualdades sociais.

Entendemos que as definições sobre raça são construções sociais fortemente ideológicas que visam estigmatizar o outro a partir de traços fenotípicos. Como construções sociais, o conceito de raça tem servido, por um lado, para naturalizar as desigualdades e, por outro, tem se transformado nas “lentes” pelas quais se olha o mundo e o outro. O sujeito enunciador, ao questionar seus interlocutores, busca justificar a posição política do Nordeste a partir de supostas características fenotípicas, as quais, sendo negativas (sub-raça), não poderiam produzir outro resultado.

Ao naturalizar, no imaginário social, a reprodução de hierarquias raciais, naturalizam-se os lugares e os papéis que esses sujeitos ocupam nas relações de poder com vistas a perpetuar as formas de opressão construídas através de processos sociais que tomam os nordestinos como subalternos (tanto no passado quanto no presente) e instaura um processo de subjetivação que, enquanto constrói a diferença, permite a (re)produção da dominação.

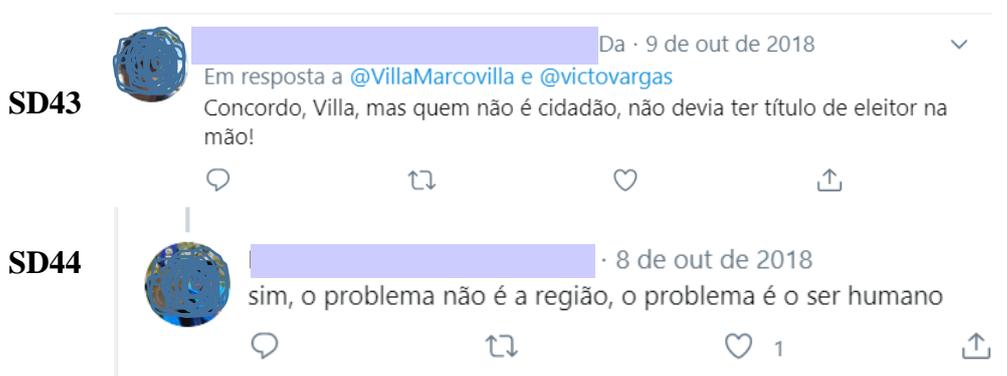
O prefixo “sub” em “*sub-raça*” é bastante revelador da forma como os nordestinos são tomados na SD42. De acordo com o dicionário⁶⁴, tal prefixo sugere, entre outras coisas, inferioridade, subalternidade, posição mais baixa na hierarquia. Dessa maneira, corroborando o racismo científico do século XIX, o sujeito enunciador prega um suposto *raking* entre as “raças” em que a elite branca do Sul e Sudeste ocupam o topo da “pirâmide”, enquanto as populações pretas, mestiças e indígenas do Nordeste ocupam a base, o lugar do “sub” nas relações sociais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, ao designar o nordestino como uma sub-raça, o sujeito enunciador se significa e significa o seu interlocutor como uma raça superior, e isso lhe autoriza a dizer o que diz, como diz e com quem diz. Instiga-se, dessa maneira, a intolerância e a discriminação contra um determinado grupo social, e dá visibilidade ao funcionamento do discurso de ódio que, em última instância, segrega e divide a sociedade em raças *versus* sub-raças / brancos *versus* negros e índios / ricos *versus* pobres / sulistas e sudestinos *versus* nortistas e nordestinos.

⁶⁴ Ver em <https://www.dicio.com.br>

Aceitar a pluralidade de vozes e presenças no Brasil nunca foi fácil para a elite brasileira, principalmente aquela localizada no Sul e Sudeste do país. Nesse sentido, é possível dizer que o discurso de ódio, expresso na materialidade, instaura-se pela repetição de dizeres, produzindo um efeito de evidência em que segregar o outro, tido como menos importante na pirâmide social, não é visto como um crime, mas sinal de “honestidade intelectual”, marca de uma suposta distinção entre ricos e pobres, patrão e empregado, burguês e proletário.

Assim, na esteira do que diz o sujeito enunciador da SD42, outros sujeitos/internautas/comentaristas também descarregaram seu ódio contra os nordestinos e contra a democracia que permite que sujeitos, como os nordestinos, participem das tomadas de decisões coletivas através do voto. Para a FD antinordestino, o direito de voto “dado” a todos é um equívoco da democracia porque “*quem não é cidadão, não deve ter o título de eleitor nas mãos*” (SD43). Ou ainda, o problema, de acordo com a SD44, “*não é a região, é o ser humano*”.



Infelizmente, aquele que enuncia na SD42 não está só. Como em todo discurso fascista, ele conta com o apoio de uma “massa” que também aprendeu a odiar pobre, negro, LGBTQI+, índio, nordestino. O discurso de ódio presente nas SD42, 43, 44 é muito mais do que o discurso de alguém que se opõe aos resultados das eleições, sua (re)produção, também, no *ciberespaço*, mostra que a luta de classes se manifesta em todos os espaços sociais, “[...] a partir dos embates entre a formação ideológica do social e a formação ideológica do capital” (MITTMANN, 2013, p. 234).

As sequências, em destaque, compõem um quadro de dizeres que dialogam entre si, são expressões como: “*esperar o quê*” (SD42), “*concordo*” (SD43), “*sim*” (SD44), que despontam no fio intradiscursivo apoiando-se em uma região do interdiscurso, como um sentido estabilizado, “natural”, “inquestionável”. Isoladamente, tais expressões parecem

não fazer sentido, mas historicamente (re)afirmam discursos de sujeitos que sempre se colocaram, em relação aos nordestinos, em uma posição superior, o que lhes permite constituir a si pelo excesso (de humanidade, cidadania, raça) e ao outro pela falta (não-humanidade, não-cidadania, não-raça).

A “não-cidadania” dos nordestinos irrompe na SD43 como pertencente ao campo das “obviedades”. Para o sujeito enunciador e seus interlocutores, parece óbvio que o nordestino não é cidadão, isso porque a ideologia “[...] faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de Formações Discursivas que funcionam com uma dominante” (ORLANDI, 1999, p. 46). Nesse viés, os efeitos de obviedade são resultado do encobrimento ideológico do discurso que é (re)produzido em sua evidência, atuando sobre as Formações Discursivas (ORLANDI, 1999).

No intuito de produzir um gesto de leitura da formulação: “*quem não é cidadão, não deve ter o título de eleitor nas mãos*” (SD43), faz-se necessário emprendermos uma discussão sobre os sentidos de cidadania e cidadão, uma vez que tais sentidos se assentam em pré-construídos que funcionam a partir de uma rede de memória. Sobre isso, Lagazzi (2010) discorre que comumente os sentidos de cidadania são tomados como parte de uma “idealização”, um direito de conquista dos indivíduos em que

[...] apagada na sua constituição jurídica, a cidadania naturaliza o cidadão como um sujeito livre, consciente e lutador. [...] O cidadão passa a ser alguém em quem depositar as esperanças de um país melhor, de uma sociedade mais promissora. Com isso, a formulação da cidadania torna-se a reafirmação constante da individualização nas sociedades de estado e passa a ser um produto democrático. (LAGAZZI, 2010, p. 82)

Vemos, a partir do que reflete Lagazzi (2010), que em sociedades capitalistas como a nossa o desenvolvimento da cidadania é indissolúvel das relações de poder e marcado pelas desigualdades sociais. Nesse sentido, aqueles que não ocupam o topo da pirâmide social são estigmatizados como “não-cidadãos” e, portanto, não devem gozar dos mesmos direitos que os ditos “cidadãos de bem”.

Na SD43, o sujeito enunciador, arvorado em seu sentimento de superioridade, nega ao nordestino o *status* de cidadão e, conseqüentemente, busca “cassar-lhe” os direitos políticos. A cidadania representa, nesse sentido, a extensão de direitos a parcelas da população que detém o capital e a propriedade privada e a negação de direitos à classe trabalhadora. Sua função seria, então, como afirma Holston (2013, p.22) “[...] administrar

as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e (re)produzem a desigualdade”.

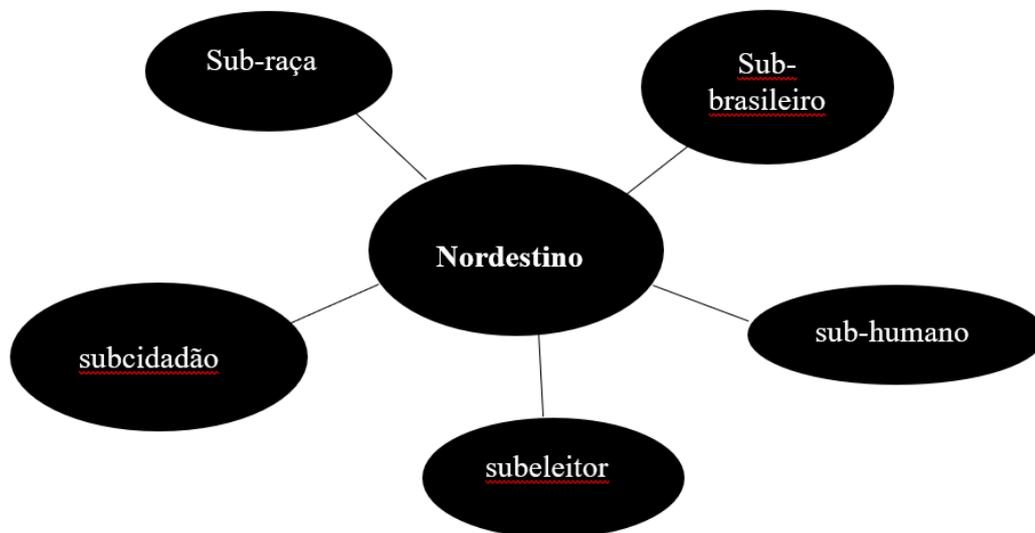
Holston (2013) destaca que, no contexto brasileiro, o conceito de cidadania diferenciou-se em relação a outros países. Para o autor, o Brasil vive uma cidadania que reforça os direitos como privilégios, compartimentando a sociedade entre cidadãos e não-cidadãos. Isso porque há, de acordo com Holston (2013), a combinação de uma cidadania formal, “[...] fundada em princípios de incorporação ao Estado nação”, e uma cidadania de “distribuição substantiva de direitos, significados, instituições e práticas envolvidos na filiação daqueles considerados cidadãos” (HOLSTON, 2013, p. 28). Nesse sentido, “Como os direitos geralmente significam tratamento especial, e como as pessoas querem ter direitos com base nisso, a própria cidadania acabou formulada como um meio de distribuir direitos a alguns cidadãos e negá-los a outros” (HOLSTON, 2013, p. 44).

O sujeito enunciador, ao afirmar que o nordestino não é cidadão (SD43), não questiona as causas das desigualdades entre as regiões do país, toma o que ele afirma ser um fato, como natural e que em última instância é produzido pelo próprio sujeito nordestino que “livremente” “escolheu” viver à margem da cidadania. Ao tratar as questões de cidadania no Brasil como algo natural, o sujeito enunciador silencia o fato de que o tratamento dado aos cidadãos é desigual, de que o próprio conceito de cidadania ainda está pautado em privilégios institucionalizados sem a devida contextualização crítica e problematização das relações de igualdade e diferença.

Sendo o nordestino uma sub-raça (SD42) e não cidadão (SD43), cabe então a conclusão apresentada em SD44: “*sim, o problema não é a região, é o ser humano*”. A conclusão apresentada em SD44 nos leva à seguinte questão: há, na natureza, outras espécies humanas? Somos nós, os nordestinos, constituídos de outra matéria?

Nota-se que na SD44, o sujeito isenta a região de alguma responsabilidade com as ações dos nordestinos: “*o problema não é a região*”, diz aquele que enuncia. Ao isentar a região, isenta-se também o Estado, pois o “problema” não é externo ao sujeito, o problema é ele, sua existência e o que ele representa. Consideradas as condições de produção, a SD44 traz em seus efeitos metafóricos a atualização dos sentidos a partir de uma rede de memória que divide os humanos brasileiros em dois grandes grupos: 1) aquele pertencente à elite econômica e supostamente intelectual do Sul e Sudeste: humanos, brancos, brasileiros, cidadãos, eleitores; 2) aquele pertencente à classe de trabalhadores/trabalhadoras do Nordeste: não-humanos, não-brancos, não-brasileiros, não-cidadãos, não-eleitores.

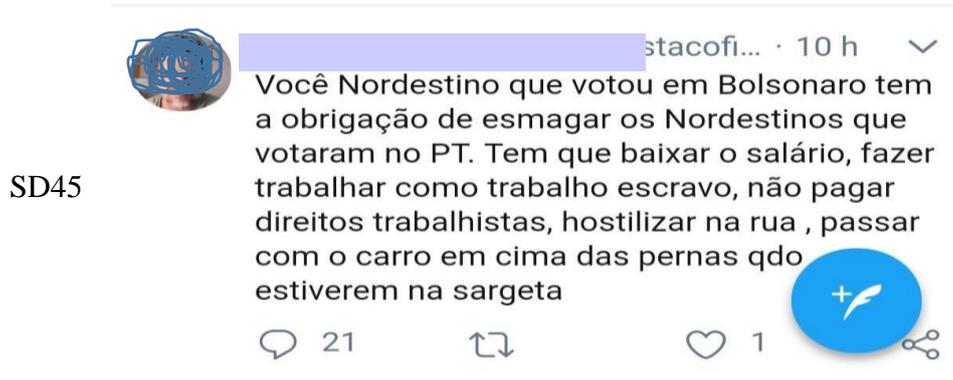
Nesse contexto, tomando as SD 42, 43, 44, é possível construir uma rede de dizeres em que, a partir de um processo de paráfrase, são construídos fios discursivos que tomam o nordestino metaforicamente como:



Fonte: a autora (2020)

A partir dessa teia de discursos que designam os nordestinos, lembramos que, no contexto dos Estados totalitários, o discurso de ódio foi fundamental para mobilizar uma massa em torno dos ideais nazistas. Foi por meio do processo de desumanização de minorias como negros, judeus, homossexuais, que Hitler buscou legitimar a perseguição perpetrada contra esses grupos. O processo de desumanização permitiu aos articuladores das perseguições a violação de direitos das minorias sob a alegação de que não se tratavam de seres humanos, mas de sub-humanos que precisavam ser extirpados para que os “verdadeiros humanos” pudessem viver em plena liberdade e prosperidade.

Guardadas as devidas proporções, é possível dizer que a lógica subjacente à FD antinordestino é a mesma: desumanizar o outro, torná-lo inexoravelmente diferente, para então (re)afirmar a supremacia de um grupo em relação ao outro e, assim, empreender um projeto de poder com vistas a dominar e subjugar aquele tido como não-gente e, portanto, merecedor de todo tipo de violência e descaso. É que o demonstra a SD45 a seguir:



Dentre os diversos contornos que a violência pode assumir, o discurso de ódio é umas das formas mais nocivas, pois dispõe de mecanismos de difusão de uma cultura de exclusão e marginalização social que, potencializado pela capacidade viral das redes sociais digitais, estimula a perpetuação de desigualdades e a violação de direitos, entre eles o direito à vida.

Nesse sentido, a SD45 causa perplexidade e repulsa pelo teor de violência, ódio e desprezo contra os nordestinos pobres. Como já dissemos, essa não é apenas uma questão de não concordância com a posição política do Nordeste. Discursos como esses vão além de qualquer disputa política, e isso só é possível de ser discursivizado porque se naturalizou no imaginário de uma parcela da sociedade brasileira, a “não-humanidade” do nordestino e, como tal, está sujeito a toda forma de violência e tortura, porque, em última instância, sua existência é um problema que precisa ser exterminado.

O que lemos em SD45 parece não ser diferente do que lemos na SDR “*nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado*”. Portanto, não deveria nos causar estranheza, afinal, estamos na 45ª materialidade em que os discursos de desumanização, morte, extermínio e tortura se “repetem”. Porém, entender que são os mesmos discursos e que estes apenas se repetem em disputas eleitorais nos afastaria da compreensão de que, como toda prática política, “[...] o discurso é lugar de debate, conflito e confronto de sentidos, surge de outros discursos, ao mesmo tempo que aponta para outros” (MITTMANN, 1999, p. 272).

Diferentemente de outras materialidades, o sujeito enunciador na SD45 não toma o nordestino como um grupo homogêneo. Seu enunciado expressa as condições efetivas de uma luta de classes dentro do próprio Nordeste, em que uma maioria opressora, supostamente burguesa (nordestinos eleitores de Bolsonaro) deve explorar, subjugar, escravizar, esmagar uma minoria trabalhadora (nordestinos eleitores do PT).

A partir da SD45, observamos o desnudar da sociedade capitalista brasileira em seu funcionamento de dominação e exploração humana. O sujeito enunciador não só entende como natural as relações de trabalho pautadas na exploração do/da trabalhador/a, como impõe ao seu interlocutor (nordestino que votou em Bolsonaro) que essa lógica “neoliberal” seja aplicada com requintes de crueldade aos trabalhadores e trabalhadoras nordestinos eleitores do PT.

No complexo jogo das relações sociais de produção, o sujeito nordestino sequer tem o direito às condições mínimas de existência, não basta receber baixos salários, é preciso remetê-lo à condição de escravo, pedinte que vive na “sarjeta”. Embora tal discurso possa ser entendido como um caso isolado, ou ainda como força de expressão, as eleições de 2018 ficaram marcadas também pelo uso do discurso de ódio e violência para dominar e subjugar a classe trabalhadora.

O empresário Luciano Hang, por exemplo, reuniu seus funcionários para, em um gesto que denominou de “momento cívico”, “informar” aos funcionários que, se o candidato da esquerda ganhasse as eleições, haveria mudanças nas regras de funcionamento da empresa, ou seja, haveria demissões e corte de salários, pois muitas lojas seriam fechadas.



Fonte:https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Ministerio_Publico_do_Trabalho_Funcionarios_da_Havan_coagidos_e_humilhados/

A imagem dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, no citado “momento cívico”, é reveladora de uma sociedade opressora que submete a todos, especialmente, os/as trabalhadores/as às vontades e interesses da elite. A imagem demonstra como os

trabalhadores/as, tanto no passado quanto no presente, estão sujeitos a atender aos interesses do patrão.

No citado “momento cívico”, vemos centenas de funcionários em pé, dispostos em fileiras e com os olhos fixos na mesma direção. Embora estejam um ao lado do outro, não há entre eles nenhum contato visual, seus corpos servem como propaganda política para o candidato do patrão, sendo-lhes negado o lugar de sujeito político. O corpo do/a trabalhador/a das lojas Havan, assim como o corpo do nordestino na SD45 é opacizado, escravizado, mutilado (passar com o carro por cima das pernas), tomado como corpo objeto, corpo mercadoria.

As eleições de 2018, no Brasil, escancararam algumas práticas eleitorais que acontecem no Brasil desde a era colonial. Tais práticas que, aos dias de hoje, parecem inadmissíveis, sempre existiram no Brasil, às vezes veladas/dissimuladas, às vezes escancaradas. Embora chocantes, a SD45 e o “momento cívico”, proporcionado por Luciano Hang, desvelam a prática de patrões “donos” de seus empregados e, conseqüentemente, de seus votos.

Os interesses políticos e econômicos da classe dominante nunca serão os mesmos interesses da classe trabalhadora, seja ela no Nordeste ou no Sul do Brasil, pois são posições antagônicas nas relações de produção. O discurso em SD45 que ordena a exploração do trabalhador/a nordestino até depois da exaustão (passar com o carro em cima das pernas quando estiverem na sarjeta) está também presente no discurso do dono da Havan, e em tantos outros discursos que, tomados como naturais, produzem efeitos reais no conflito de classes.

Dessa forma, as transformações do mundo do trabalho, como afirma Silva Sobrinho (2019, p. 146), “[...] são acompanhadas por estratégias de “cooptação” e “subjugação” da classe trabalhadora [...] haja vista que ainda é a classe trabalhadora que continua mais vulnerável à lógica destrutiva do capital, cada vez mais global”. Vemos, assim, que na lógica do lucro e fetiche da mercadoria, vender “apenas” a força de trabalho já não basta para o capitalista. É preciso que, para continuar vendendo a força de trabalho, o/a trabalhador/a demonstre concordância com o patrão em todos os sentidos, principalmente em sua “escolha” política.

Conforme discorreremos inicialmente, nosso *corpus* foi dividido em dois blocos. No primeiro, produzimos um gesto de interpretação dos discursos de ódio aos nordestinos, mas, como dissemos, após o resultado do 1º turno, o então candidato Jair

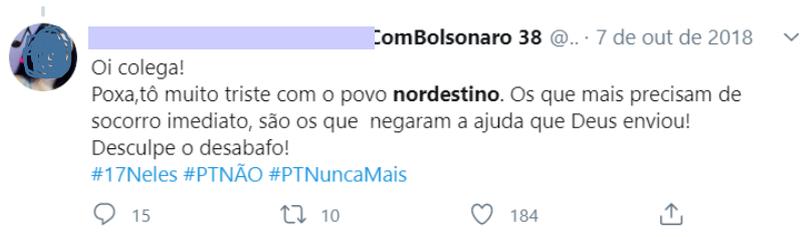
Bolsonaro pediu, em um vídeo publicado em suas redes sociais digitais, que seus eleitores respeitassem os “irmãos nordestinos” para que, unidos, vencessem no 2º turno.

O pedido do “capitão” foi atendido, e discursos de respeito ao nordestino, de união, reconhecimento de exploração na região pelo PT e “desejo” de lutar para ajudar o povo do Nordeste passaram a compor o *marketing* político do candidato nas redes sociais. No entanto, a língua enquanto ordem significativa é suscetível de equívoco, de deslize, de falha, passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos. Sendo assim, “[...] o equívoco irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 15).

Como todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe, os sujeitos identificados com a FD antinordestino, determinados por aquilo que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura histórica (PÊCHEUX, 2009), buscaram, no período entre o primeiro e segundo turno das eleições de 2018, abandonar o discurso de divisão e de preconceito contra os nordestinos e adotaram “outro” tom, o de que é preciso “libertar e salvar os nordestinos, seja da sua própria ignorância, seja da exploração imposta pelo PT”.

- SD46  · 7 de out de 2018
@EdGaarcia
Caro colega nordestino, não devemos desanimar e desistir de continuar lutando para conscientizar esse povo alienado pela esquerda e pelo encantador de jumentos condenado e preso há mais de 30 anos!!!
- SD47  @tekarib... · 7 de out de 2018
Infelizmente o PT usou muito dinheiro pra comprar os menos favorecidos. Vamos trabalhar pra eleger Bolsonaro e mudar essa realidade de dependencia de bolsas de tudo. Vamos ajudar o Nordeste. #B17
- SD48  · 7 de out de 2018
Entendo que são teleguiados e ficaram profundamente dependentes do Assistencialismo. Precisamos trabalhar para libertá-los.
- SD49  · 9 de out de 2018
Precisamos libertar o **nordestino** do domínio do coronelismo. É injusto culpar o voto do sertanejo, que é refém de um sistema coronelístico. O indivíduo não é cidadão quando está sob o domínio coronelístico, ... facebook.com/villamarcoanto...

SD50



Lutar, conscientizar, ajudar, libertar, socorrer, salvar são alguns dos verbos indicativos de ação utilizados pelos sujeitos da FD antinordestino em relação ao sujeito do Nordeste. Não diferente do discurso do colonizador, quando aqui chegou, por volta de 1500, os sujeitos enunciadorees se colocam na posição daqueles que, por um gesto de “bondade”, estão dispostos a lutar para “salvar” os nordestinos.

Dessa forma, discursos como: “não devemos desanimar e desistir de continuar lutando para conscientizar esse povo” (SD46), “vamos ajudar o Nordeste” (SD47), “precisamos trabalhar para libertá-los” (SD48), “precisamos libertar o nordestino do domínio coronelístico” (SD49), atualizam o discurso messiânico do colonizador português no Brasil que, em um processo de paráfrase, permite-nos a associação: salvar essa gente = salvar índios pagãos = salvar nordestinos comunistas/petistas.

Se, para os jesuítas, salvar os índios significava “domesticá-los” com vistas a obter o controle e domínio dos povos indígenas, para os sujeitos enunciadorees não é diferente. Conscientizar os nordestinos significa “discipliná-los”, controlá-los, impedir a resistência e, assim, conseguir adesão para o projeto político do Sul e Sudeste, ainda que, para isso, seja necessário “reformular” o discurso, simular as contradições e, principalmente, encobrir o fato de que as “[...] condições objetivas e subjetivas das classes sociais continuam sendo de exploração e que em sociedades capitalistas as posições são antagônicas e não de benevolência” (SILVA SOBRINHO, 2016. p. 101).

Importante frisar que a ajuda/libertação/socorro aos nordestinos está condicionada à vitória de Bolsonaro, ou seja, é preciso que esses sujeitos façam valer os interesses materiais e ideológicos das classes dominantes que ditam quem deve ganhar ou perder as eleições, em quem as classes oprimidas devem ou não votar para que a ajuda/libertação/socorro aconteça. Isso nos faz compreender que “[...] os sentidos que circunscrevem a política aparecem no discurso, mas não deixam transparecer facilmente o elo (caráter material) entre Estado e capitalismo, eleição e lógica do capital” (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 98).

No nível do intradiscorso, as divisões são textualizadas em dois grupos:

Os que podem salvar	Os que precisam ser salvos
Os que são conscientes	Os alienados
Os privilegiados	Os menos favorecidos
Os que não dependem de bolsas	Os dependentes de bolsas
Os que podem ajudar	Os que precisam de ajuda
Os livres	Os escravos
Os cidadãos	Os não-cidadãos

Observa-se que, nas materialidades em análise, não se questionam as divisões dos sujeitos em lugares e posições desiguais. No fio do discurso, os sujeitos enunciadores empreendem uma luta feroz para manter a divisão do “nós” X “eles”, instando efeitos de pré-construído que funcionam ideologicamente para marcar as “[...] contradições de classes (no conflito material e ideológico entre burguesia e proletariado) e, sobretudo, como o Estado representa as classes e os interesses do capital na conjuntura histórica” (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 97).

Nesse sentido, a SD50 é bastante emblemática, pois, ao afirmar que “*os que mais precisam de socorro imediato, são os que negaram a ajuda que Deus enviou*”, o enunciador alude ao discurso bíblico em que Deus enviaria um “Messias para salvar o povo da opressão”. Para essa FD, Jair Messias Bolsonaro seria esse enviado, que, numa relação simbólica com o sagrado, teria recebido essa “missão”.

Na SD50, o enunciado busca produzir um efeito de verdade: “Bolsonaro foi enviado por Deus”. Na assimetria com o discurso religioso, o discurso político legitima seu exercício de poder produzindo sentidos que ideologicamente interferem na prática do eleitor nordestino, pois, sendo o Nordeste uma região fortemente cristã, espera-se que ele se comprometa com esse candidato que supostamente veio para “salvá-lo”.

Como uma “luz”, em meio às “trevas” do comunismo produzidas pelo PT, Bolsonaro surge pela via do discurso religioso cristão como aquele capaz de “salvar” o povo brasileiro, começando pelos nordestinos que, hipoteticamente, seriam aqueles mais necessitados ou mais identificados com a pauta petista.

Guardadas as devidas diferenças e proporções, lembramos que semelhante a Bolsonaro, Hitler chegou ao poder como um herói messiânico em um período de crise econômica e política na Alemanha. Nesse contexto, o nazismo encontrou terreno propício para se estabelecer, ancorando-se na figura de um “líder” forte que se apresentava como

um herói por seu radicalismo e um “protegido” de Deus por sua suposta fé cristã. Tomemos como exemplo o livro “Minha Luta” em que Hitler afirma: “*E, assim, eu creio, como sempre, que o meu comportamento está de acordo com a vontade do Onipotente Criador. Enquanto me mantiver de pé, serei contra o Judeu, defendendo a obra do Senhor*”. Não estamos defendendo aqui a possibilidade de um “nazismo cristão”, principalmente porque há muitas controversas sobre no que, ou em quem Hitler acreditava. Contudo, é possível afirmar que o herói do nazismo sempre usou a fé cristã como estratégia de poder e dominação.

Reafirmamos que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe (PÊCHEUX, 2009), e, como tal, o equívoco, pela ordem do simbólico, opera como lugar de resistência. Os sujeitos enunciadore, embora tentem produzir discursos que não coloquem os nordestinos como culpados, mas vítimas de um sistema que segrega, oprime e exclui, não conseguem. Os nordestinos seguem sendo afetados pelos mesmos discursos de ódio, continuam sendo designados como alienados, teleguiados, dependentes de bolsas, não cidadão e jumentos teleguiados que precisam ser ajudados, libertados, socorridos. Os enunciadore “repetem”, assim, o que historicamente está posto sobre o sujeito do Nordeste. Simulam, no fio do discurso, um pseudorespeito com a região e seu povo como ação estratégica para manter os interesses do capital.

Observamos, dessa maneira, que a partir do percurso histórico tomado nessa pesquisa, os discursos de ódio, preconceito, xenofobia ao nordestino são estruturais no Brasil e operam de forma a desumanizar aqueles que, no interior da luta de classes, apresentam resistência. Tais discursos perpassam os mais diversos espaços institucionais, jornalísticos, midiáticos e familiares, multiplicam-se de forma viral na rede social digital engendrando, ideologicamente, justificativas à violação de direitos dos nordestinos, o que impacta diretamente nos sentidos de democracia e cidadania na sociedade brasileira.

Embora o discurso, como diz Pêcheux (2009), esteja sempre em um processo de repetição, substituição, paráfrase, sinonímia, não podemos tomá-lo como produtor dos mesmos sentidos, isso porque as condições materiais de produção não são as mesmas. Pensamos que o caráter extremo do discurso de ódio aos nordestinos não se constata nas palavras ou imagens utilizadas nas manifestações de intolerância no *Twitter* em períodos eleitorais, mas no seu objetivo: intimidar um grupo social, impedir sua participação política, desvalorizar sua existência neutralizar sua resistência e revolta e, assim, impedir a revolução.

Dessa forma, não poderíamos concluir este trabalho sem trazer a voz da resistência a esses discursos de exclusão e subordinação, porque, se por um lado, as redes sociais digitais propiciaram a viralização de discursos de ódio, preconceito e xenofobia, por outro, elas também possibilitaram o espaço do contradiscurso e da revolta. Nesse sentido, empreenderemos, na sequência, gestos de análises de discursos que se contrapõem ao discurso dominante produzindo outros dizeres sobre o Nordeste.

5.4 Do ódio à resistência: a possibilidade de outros dizeres sobre o Nordeste e o nordestino

Reafirmamos que onde há dominação, há também resistência, como nos ensina Pêcheux (2009). Sendo assim, propomos aqui algumas reflexões sobre os efeitos de resistência de discursos contra os nordestinos na rede social *Twitter*. Se por um lado é verdade que tais discursos foram amplificados em um comparativo de 2010 a 2018, por outro lado também é verdade que os discursos de resistência ganharam mais robustez. Isso porque “[...] o sujeito não resiste por ‘mágica’, ou por voluntarismo, mas por condições que abrem para ele um espaço politicamente significado em que os sentidos podem ser outros” (ORLANDI, 2015, p. 192).

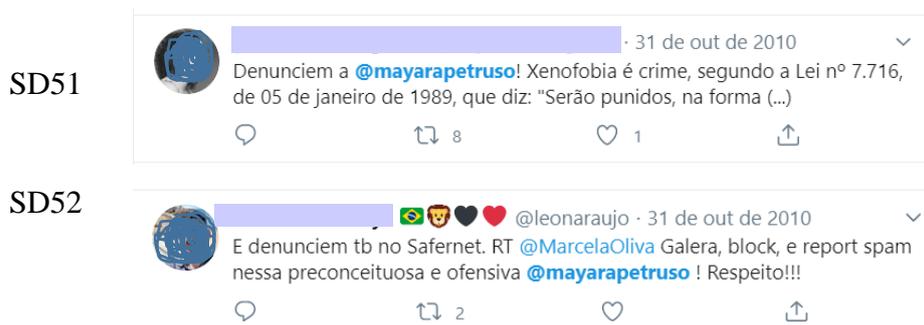
Embora as redes sociais digitais, em especial, o *Twitter*, atendam aos interesses elitistas, não podemos negar as falhas do ritual, buracos e brechas por onde é possível escapar, pois, como nos diz Orlandi (2015, p. 196),

[...] nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um resto, nas relações dissimétricas, que pode produzir a resistência, não de sujeitos pensados como heróis, mas na divergência desarrazoada de sujeitos que teimam em (r)existir.

É sobre essa “teimosia” que pretendemos discorrer, pois, entendendo com Marx que toda luta de classe é uma luta política, a luta do nordestino começa com a defesa de sua própria existência, direito que é anterior à vida, já que pressupõe condições propícias para o mínimo existencial, e isso engloba direitos sociais básicos, essenciais e indispensáveis a uma existência com dignidade.

Isso posto, apresentamos, a seguir, alguns comentários postados em outubro de 2010, 2014, 2018 que funcionam discursivamente como forma de resistência/revolta aos discursos de preconceito e xenofobia contra os nordestinos.

2010 – A resistência pela denúncia.



Como o título das sequências sugere, em 2010, a resistência veio pelo desejo de denúncia; pedidos para que os usuários denunciassem em diversos órgãos e de diversas maneiras foram bastante recorrentes. Na SD51, o sujeito enunciador informa aos seus interlocutores, possivelmente nordestinos, que a xenofobia é crime previsto na Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 e apresenta um pequeno trecho que trata da punição. Já na SD52, através do imperativo “*denunciem tb no Safernet*”, o enunciador conclama uma mobilização de denúncias em respeito aos nordestinos. Bloqueá-la e denunciá-la como *spam* são algumas ações propostas para punir a usuária Mayara Petruso em seu crime de ódio e violência.

Denunciar, seja na OAB, polícia federal, ministério público, Safernet (órgão que trabalha em cooperação com o Ministério Público), seja na plataforma *Twitter*, foram proposições colocadas pelos internautas naquele período que, no campo individual, surtiu algum efeito. A conta no *Twitter* foi suspensa, Mayara foi processada, pagou multa, perdeu o emprego onde trabalhava como estagiária de direito e, por algum tempo, perdeu a “liberdade *on-line*” oferecida pelas redes sociais.

Contudo, um dado que chama a atenção é que os discursos de ódio propagados nas redes sociais *on-line* em 2010 foram tomados pelos sujeitos não identificados com a FD antinordestino como “fatos isolados” ou como algo do campo individual. Ou seja, atos de indivíduos contrariados pelo resultado das eleições. Não se percebe, nesses e em outros discursos de resistência postados no período em tela, a compreensão de que, na fala de Mayara e de outros internautas, reside a luta de classes, a opressão e subordinação de um grupo por outro. Não se percebe ainda que o preconceito tem a dominante da ideologia capitalista que divide os sujeitos em classes, atribuindo-lhes valores sociais distintos.

O gesto de denunciar constituiu-se, em 2010, como um ato de resistência a discursos de ódio e extermínio aos nordestinos e produziu alguns resultados sim, mas não rompeu com o que historicamente está posto e naturalizado sobre o sujeito do Nordeste. Entendemos, assim, que a partir do que houve nas eleições subsequentes, punir um ou outro indivíduo com processos e multas ou com a suspensão de contas nas redes sociais digitais não são suficientes. Os ataques aos nordestinos que aconteceram em 2014 e 2018 demonstram que a falta de um marco regulatório que produza distinção entre liberdade de expressão e crimes de xenofobia, racismo, homofobia, etc., continuará ampliando as possibilidades para que discursos que incitam a violência contra determinados grupos continuem a produzir efeitos nefastos nas redes sociais digitais. Além do mais, a produção do espaço social de convivência (*ciberespaço*) precisa ser politicamente (re)significado de forma a afetar a ideologia da divisão e do fechamento que provoca a segregação do outro (ORLANDI, 2017).

Sendo assim, embora a resistência pela denúncia tenha, também, acontecido nos períodos subsequentes, em 2014, a ironia acabou sendo a forma de contraidentificação com os discursos de ódio mais recorrente. Ressaltamos, dessa maneira, que a forma de resistência pode (re)configurar-se diferentemente a partir de condições de produção distintas, propiciando diferentes modos de luta e revolução.

2014 – A resistência pela ironia.



SD54

SD55



SD56



Observa-se, tomando as sequências discursivas em análise, que o funcionamento do discurso irônico serve de espaço de diálogo e de tensão entre diferentes vozes/dizeres, evidenciando-se como um discurso de resistência dos sujeitos não identificados com a FD antinordestino. Isso porque, como assevera Orlandi (2012, p. 30), “A ironia coloca em causa um corte essencial em que jogam nosso universo linguístico, cultural, ideológico, através da relação crítica com o senso-comum (ou com a ordem legítima)”.

Ao compartilhar as imagens do sistema Cantareira⁶⁵ (SD54), mapa da fome (SD55) e do Recife (SD56), os sujeitos enunciadorees jogam com o senso comum, produzindo questionamentos sobre a relação do sujeito com a língua, não apenas como

⁶⁵ O Sistema Cantareira, composto por seis represas, é conhecido como um dos maiores sistemas de água da América Latina, destinado à captação e tratamento de água para a grande São Paulo, abastece cerca de 8,8 milhões de habitantes. Durante os anos de 2014 a 2016 o Sistema sofreu um colapso, em parte pela escassez de chuvas nas regiões que abastecem o Sistema e em parte pela falta de planejamento dos órgãos estatais.

efeito de quebra de expectativas e efeito de humor, mas também como elemento de crítica acerca dos já-ditos e do silenciado. Para ter efeito irônico, segundo Orlandi (2012, p. 30), “[...] o discurso deve instaurar alguma coisa de insólito, de incongruente, pressupondo a congruência e solidez do senso-comum. Essa incongruência pode ser observada em sua função de ruptura, de destruição”. Para a autora, a ironia trabalha com os domínios estereotipados, jogando com a relação entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado e outros estados de mundo.

O insólito, no caso das sequências discursivas em análise, surge como quebra de imagens estereotipadas sobre o Nordeste, contrariando o que está posto nos discursos de xenofobia e discriminação sobre a região e seus habitantes. Assim, ao apresentar o Sistema de abastecimento de água de São Paulo em seu menor nível de água desde sua construção (1960), junto com a inscrição: “*atenção, tucanos! Chorar lá na Cantareira*”, a SD54 inverte as imagens naturalizadas socialmente que sempre estiveram associadas ao Nordeste.

Através da ironia, o sujeito enunciador orienta os eleitores do candidato da direita nas eleições de 2014 para que chorem na Cantareira. Ou seja, as lágrimas de tais eleitores poderiam servir para resolver um problema vivido pelos habitantes do Sudeste naquele ano: a falta d’água. Vale lembrar que a imagem de terra seca e rachada com parca porção de água sempre apareceu de forma natural em imagens representativas do Nordeste. Ao associá-la ao Sudeste, quebram-se, de alguma forma, convicções e “suposições prévias” responsáveis pelo funcionamento do senso comum.

A imagem da fome associada historicamente ao Nordeste, como se a essa região coubesse o monopólio da pobreza e da miséria do país, é contestada na SD55. Pelo efeito irônico do discurso, contrapõem-se dois fatos historicamente atribuídos ao Nordeste e que, de acordo com o sujeito enunciador, já não compõem mais o quadro da região: fome e seca. Ao enunciar que “*em 12 anos de PT saímos do mapa da fome*”, o sujeito coloca em evidência os resultados produzidos pelo PT na região e, para isso, apresenta o mapa da fome no mundo divulgado pela ONU como argumento de autoridade.

A inscrição “*...e pela primeira vez na história o Brasil não está lá*” explica, em certa medida, a opção dos eleitores da região Nordeste pela continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e contraria discursos que explicam a vitória da candidata da esquerda, Dilma Rousseff, pelo viés da alienação, coação, burrice ou preguiça para o trabalho. O efeito irônico na SD55 constitui-se como uma prática discursiva de resistência ao outro, jogando com palavras e imagens, e criam-se efeitos de sentidos polissêmicos na

relação entre o verbal “*em 12 anos de PT saímos do mapa da fome. 20 anos de PSDB e SP no mapa da seca*” e o não-verbal (mapa da fome) estabelecendo, assim, discursos outros que operam entre o dito e o silenciado.

Atravessada pela ironia, observa-se na SD56, a insistência de um entrelugar, que absorve um discurso na medida em que também o ressignifica. As imagens de um Nordeste seco, composto por pequenos casebres de taipa sem água ou qualquer sinal de desenvolvimento é substituído por três imagens que parecem explicar/apresentar outro Nordeste. Em primeiro plano (imagem maior), temos uma das áreas mais valorizadas de Recife, com prédios imponentes, carros de luxo, casas e comércios luxuosos, tudo isso ao lado do mar, numa articulação entre belezas naturais e desenvolvimento.

Em todas as imagens, sobressai-se o mar, recobrimo uma grande área da paisagem. À direita, a imagem da parte histórica do Recife que se liga, por meio de pontes, à “modernidade” da capital de Pernambuco. Embora seja possível pensar que o enunciador toma, pelo efeito metonímico, a parte (Recife) pelo todo (Nordeste), é válido citar que isso foi bastante recorrente entre outros sujeitos enunciativos de vários estados da Região. Assim, imagens de Maceió (AL), Fortaleza (CE), Natal (RN) e demais capitais serviram de mote para que os sujeitos identificados com a FD do orgulho nordestino apresentassem outros dizeres (verbais e não-verbais) sobre o Nordeste.

A questão da água volta então à cena enunciativa em 2014 de forma bastante recorrente, seja por meio do verbal “*Desculpa a demora, estava ocupada tomando banho*”, seja pelo não-verbal (imagens de água em toda composição imagética). Vemos, assim, que os efeitos de progresso e de abundância de água passam a compor um quadro de sentidos que disputa espaço com as cenas de atraso, seca e miséria naturalizadas historicamente no imaginário social.

O pedido de desculpa em “*desculpa a demora*” configura-se como uma forma irônica de chamar a atenção do interlocutor para o fato de haver água no Nordeste “*estava tomando banho*”, enquanto o Sudeste atravessava um largo período de racionamento. A ironia, nesse caso, para além da produção de humor, possibilita a subversão da enunciação, abrindo espaço para a possibilidade da resistência-revolta-revolução dos sujeitos.

Caminhando nessa direção, entendemos a ironia nas sequências discursivas em análise, como prática discursiva de resistência ao outro, um recurso discursivo que joga com as palavras, de maneira a criar efeitos de sentidos polissêmicos na relação entre o verbal e o não-verbal estabelecendo, assim, discursos outros que operam entre o dito e o

não-dito. Nesse viés, pelo recurso da comparação PT/PSDB, Nordeste/Sudeste, seca/água, atraso/progresso, etc., os sentidos entram em disputa, pois os efeitos da comparação recuperam dizeres e questionam a dominação da formação imaginária do interlocutor. Ao desestabilizar a imagem de um Nordeste seco, atrasado e miserável (SD56) de um nordestino que morre de fome porque não gosta de trabalhar (SD55), expõe-se o discurso do outro à incoerência, buscando eliminar seu efeito de verdade e instaurar um novo discurso.

Sendo assim, a ironia presente em *“atenção, tucanos! Chorar lá na Cantareira”* (SD54), *“12 anos de PT e saímos do mapa da fome. 20 anos de PSDB e SP no mapa da seca”* (SD55), *desculpa a demora, estava ocupada tomando banho e observando a beleza do meu Recife* (SD56), articulada às imagens, produz efeito de resistência que inseridos no processo discursivo mobilizam o simbólico, o ideológico e o histórico (ORLANDI, 2012). Para além de provocar risos, o humor presente no discurso irônico se constitui na relação crítica do sujeito com o mundo e com os sentidos e cria possibilidades dos sujeitos, por meio da palavra, alterar a ordem de discursos estabilizados e instaurar outros dizeres sobre sujeitos que insistem em (r)existir.

Como reflete Lagazzi (1998), resistir é verbo transitivo indireto, o que significa que, quem resiste sempre resiste a algo ou a alguém, uma vez que, o dito sempre está em relação com textos e com sujeitos. Nesse sentido, apresentamos alguns dos discursos de resistência aos discursos de xenofobia, preconceito e discriminação sofridos pelo povo do Nordeste após os resultados das eleições de 2018.

2018 - A resistência pela revolta	
SD57	 <div style="background-color: #e0e0ff; padding: 2px; display: inline-block; width: 150px; height: 15px;"></div> · 28 de out de 2018 ▼ O Nordeste é resistência. Parabéns povo nordestino 🙏
SD58	 <div style="background-color: #e0e0ff; padding: 2px; display: inline-block; width: 150px; height: 15px;"></div> · 7 de out de 2018 ▼ Eu cresci sofrendo bullying, cês acham mesmo que vão me desestabilizar com a xenofobia de vocês? Sou nordestino e toda eleição fica óbvio: SABEMOS ESCOLHER PRESIDENTE. Se você não gosta, me dá unfollow. Eu não preciso de gente preconceituosa perto.

SD59	 <p>██████████ · 7 de out de 2018</p> <p>e seremos a resistência! é tanto preconceito sofrido por nosso povo que já estamos calejados e aprendemos a não nos calarmos. vocês irão ouvir o nordestino gritando e sendo resistência em todo país. vocês não irão nos oprimir.</p>
SD60	 <p>██████████ 5 de out de 2018</p> <p>vc mulher, preto, lgbtq+, pobre, nordestino: as eleições é apenas uma luta, um capítulo de nossas vidas. existir continua sendo nosso maior ato de resistência. vamos nos proteger e resistir juntinho. ❤️</p> <p>🗨️ ↻ 15 ❤️ 25 ↗</p>

Embora tenhamos afirmado que as redes sociais digitais se configuram como espaços produzidos pelo capitalismo e para o capitalismo, não podemos deixar de reconhecer que esses espaços têm sido usados também como lugar de luta-resistência-revolta contra os mais variados discursos de opressão, intimidação e negação do outro. Foi assim em 2010, quando a plataforma estava se popularizando no Brasil, foi assim em 2014 e, principalmente, em 2018, quando sujeitos nordestinos e não-nordestinos forçaram passagem pelas falhas e brechas do ritual ideológico na tentativa de produzir rupturas (PÊCHEUX, 2009).

A ruptura pensada pelo filósofo representa o espaço de deriva e, portanto, a existência de uma política da resistência do sujeito à ideologia que o domina. Entender que não há dominação sem resistência, foi colocado por Pêcheux (2009) como o primeiro prático da luta de classes e, nesse sentido, é preciso ousar se revoltar. A revolta, como estamos pensando neste trabalho, nos obriga a andar na contramão da ideologia dominante, tomar partido; e, como diz Silva Sobrinho (2014, p. 38), “[...] assumir uma posição contra o sistema capitalista”.

Andar na contramão da ideologia dominante significa entender que, como afirmou Pêcheux (2014, p. 15),

[...] as ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto “em que aí nada se pode fazer”, porque “isso é assim”.

Partindo dessa concepção, voltamos nosso olhar para a SD57, a qual afirma que “o nordeste é resistência”. Entendemos que, na luta de classes, os interesses em jogo

atravessam os ditos e os silenciamentos, cabendo-nos, então, em nosso gesto de interpretação, questionar a que ou a quem o Nordeste é resistência e por quê? Tais questionamentos podem nos levar a entender que, como afirmou Marx (2010, p. 151), o “poder material tem de ser derrubado pelo poder material”, que “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” e que “ser radical é agarrar a coisa pela raiz”, porque, em última instância, “a raiz, para o homem, é o próprio homem”.

É esse homem/sujeito que na SD58 se reconhece como vítima de *bullying* “*Eu cresci sofrendo bullying*”, que se inscreve como sujeito revolucionário “*cês acham mesmo que vão me desestabilizar com a xenofobia de vocês?*” Que (re)afirma sua identidade “*sou nordestino*” e nega o estabilizado sobre o nordestino “*sabemos escolher presidente*” que pode produzir rupturas e abrir caminho para outras discursivizações sobre o Nordeste.

Consideramos, pelo viés teórico que assumimos, que os sujeitos são históricos. Portanto, o enunciador que cresce sofrendo *bullying* (SD58) pelo fato de ser nordestino não pertence ao campo individual, mas ao grupo de sujeitos que, antes mesmos de nascer, já estavam construídos socialmente como “incapazes, preguiçosos, malandros, vadios, etc.” E isso nos mostra que a resistência em seus efeitos não consiste apenas em o sujeito negar-se ou afirmar-se, “[...] mas de tomar o ponto de reconhecimento de si como um entre outros” (SOUZA, 2003, p. 41). Isso implica (re)conhecer que os discursos estão sempre imbricados com os interesses, posições e luta de classes.

Resistir, nesse caso, não significa deter-se em si como origem de subjetividade, mas enveredar para outros modos de subjetivação (SOUZA, 2003). Os sujeitos enunciadore em: SD57, SD58, SD59, SD60 assumem, dessa maneira, uma posição de resistência aos discursos contra os nordestinos e de uma identificação com a FD do orgulho de ser nordestino que se manifesta via memória. O orgulho, nesse caso, não é pelo esquecimento do processo histórico de construção do Nordeste, mas pela memória do que representa, conforme a SD60, ser nordestino, pobre, mulher, preto, LGBTQ+.

De acordo com a SD59, a resistência é um estado permanente do nordestino. Por isso, “*seremos resistência*” no futuro, mas também no presente, porque assim o fomos no passado. Há na fala do sujeito enunciadore um enfrentamento ao que possivelmente está por vir: repressão, autoritarismo, censura. Diante disso, o sujeito enunciadore adverte seu interlocutor: “*aprendemos a não nos calarmos*” e “*vocês não irão nos oprimir*”. Tais discursividades só são possíveis de serem construídas porque existe, segundo Pêcheux (2009), a possibilidade de resistência e revolta dentro do processo de assujeitamento, uma vez que a ideologia só se realiza na contradição, sob a modalidade da divisão.

Segundo Orlandi (2007), todo dizer remete a um não dizer e, sendo assim, é possível inferirmos em nosso gesto de análise que as negativas em destaque realizam, na enunciação, uma dupla função, afirmar a existência da opressão sofrida pelos nordestinos que “aprenderam a não se calar” e negar o assujeitamento à ideologia dominante que oprime o outro e tira o seu direito de fala “vocês não irão nos oprimir”. Dessa maneira, o ato de falar/calar do nordestino, de acordo com a SD59, inscreve-se em um processo histórico de interditos e silenciamentos.

Considerando os elementos das condições de produção do discurso, há nas sequências discursivas em tela, a presença constante de um nós (nordestinos, classe oprimida e explorada) e um vocês (opressores, exploradores) que reclama, no fio do discurso, questionamentos sobre a divisão dos sujeitos em lugares e posições desiguais. O que, de acordo com Silva Sobrinho (2016), só é possível de ser compreendido, se antes investigarmos “[...] como os interesses e as lutas de classes determinam contraditoriamente, a riqueza e a miséria, a existência de uma elite exploradora e o grande contingente humano explorado” (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 103).

Nesse percurso, como pontuou Pêcheux (2009), os processos de interpelação ideológica que constituem o sujeito do discurso na sua relação com as práticas de dominação e resistência (re)significam-se nas relações sociais e, dessa forma, a existência da manutenção da divisão de um “nós x vocês”, evidenciada na SD58, SD59, SD60, assume, nessas materialidades, contornos distintos daqueles observados nos discursos da FD antinordestino, pois, agora, o discurso não é mais sobre o sujeito do Nordeste, mas o discurso do próprio sujeito que se percebe, em seu processo histórico, como aquele que teve negado seu lugar de fala, sua participação política e direitos sociais. Nesse processo de subjugação, o sujeito nordestino teve de aprender a não se calar e a lutar contra a continuidade da opressão, o que significa, em certa medida, lutar pelo direito de continuar existindo enquanto força social.

Parafraseando Marx e Engels em sua obra “Manifesto comunista”, diremos que um espectro fascista ronda o Brasil desde seu “descobrimento”. Como todo fantasma, o fascismo se alimenta do medo das pessoas para existir e assim perpetrar seu projeto de poder e de destruição daquele considerado inferior e sub-humano. Nesse sentido, chamamos atenção, em nosso gesto de análise, para a SD60, a qual nos parece a síntese do que temos refletido durante nosso processo de escrita: *“vc mulher, preto, lgbtq+, pobre, nordestino, as eleições é apenas uma luta, um capítulo de nossas vidas. Existir continua sendo nosso maior ato de resistência. Vamos nos proteger e resistir juntinho”*.

O sujeito enunciador em SD60 observa que os discursos de preconceito contra o nordestino não se dão por sua localização geográfica, mas por pertencimento a um grupo que é estigmatizado, oprimido e explorado (mulher, preto, pobre, lgbtq+). Nesse sentido, faz-se necessário entender que as eleições se constituem como mais uma luta a ser travada, mas não é a única nem a principal.

Na raiz da formulação “*Existir continua sendo nosso maior ato de resistência*” reside a compreensão do sujeito de classe sobre os efeitos inconciliáveis do antagonismo que não “apenas” separa “ricos” e “miseráveis”, mas opera na continuidade da exploração do/a trabalhador/a que, em última instância, determina o lugar social dos sujeitos. Há, na fala do enunciador, uma voz a clamar por união entre os grupos oprimidos/explorados da sociedade brasileira. “Nos proteger e resistir juntinho” impedirá o recobrimento da prática política revolucionária, a qual, conforme Silva Sobrinho (2016, p. 103), “[...] não pode ser significada como algo da ordem do impossível”, pois isso implicaria perder de vista a possibilidade de transformação social o que, como sabemos, traria consequências impiedosas.

Entendemos, desse modo, que a resistência é capaz de produzir a desestruturação de um discurso de ideologia dominante, atuando na conjuntura da repressão com vistas a possibilitar a estruturação de um discurso outro. A resistência, nesse sentido, é importante, pois pode produzir no interior da luta de classes uma luta de oposição à ideologia dominante que oprime e subjuga o outro considerado diferente e, por isso mesmo, tido como inferior na sociedade.

Para eliminar a dominação e exploração a que determinados grupos são submetidos, é preciso, como nos ensina Orlandi (2017, p. 97), “[...] mudar as condições em que se produz, ou seja, é preciso que as práticas de significação não separem o homem do outro, mas ao contrário, constitua-os em uma relação de solidariedade, de convivência, de uma diferença não verticalizada, mas co-extensiva”. Tal mudança só será possível, a nosso ver, com uma ruptura radical das relações de exploração e, para que isso aconteça, a união da classe trabalhadora em torno de ideais que se voltem à transformação social e à emancipação humana é urgente e necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua obra *Grande Sertão Veredas*, Guimarães Rosa nos ensina que o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. Assim, à guisa de um efeito de conclusão, chegamos à finalização de nosso estudo sobre os discursos que designam Nordeste e nordestino na rede social *Twitter* com a percepção de termos trilhado um caminho possível na linha de pesquisa em Análise do Discurso.

Nessa inquietante travessia, deparamo-nos com discursos cruéis e paisagens desconfortantes, mas também com discursos corajosos de resistência e revolta de sujeitos teimosos, ensimesmados e ardentes (PÊCHEUX, 2009). Se escrever é tomar partido, tomamos partido por uma teoria crítica do discurso, entendido aqui como práxis social em que o político, o cultural, o econômico, o social e o ideológico se significam na e pela linguagem.

A partir dessa compreensão, tivemos por objetivo analisar os efeitos de sentidos nos discursos que (re)produzem determinadas evidências sobre o Nordeste brasileiro e os nordestinos na rede social *Twitter*, particularmente, nas eleições presidenciais de 2010, 2014, 2018. Para atingir tal propósito, assumimos como perspectiva teórico-analítica os fundamentos da Análise do Discurso na linha de Michel Pêcheux, tendo em vista sua articulação entre a Linguística e o materialismo histórico e dialético.

Em um primeiro momento de nossa pesquisa, discutimos categorias importantes da AD como língua, sujeito, discurso, ideologia e condições de produção. Ao considerar tais categorias, recorreremos, dentro da análise do discurso, a Marx e Lukács no intuito de entender as relações conflituosas estabelecidas entre os sujeitos na sociedade capitalista, bem como para defender que o discurso tem um nexos inalienável com a processualidade histórica.

Em um segundo momento, observamos como os discursos de negação do sujeito nordestino vão sendo historicamente tecidos pela elite brasileira. Nesse trajeto, interrogamos o contexto sociohistórico-ideológico de discursos que tomam o sujeito do Nordeste brasileiro, tanto no *ciberespaço* quanto fora dele como um estranho, um outro, um incômodo, um fora de lugar que não cabe na cena política e econômica do Brasil.

Quanto ao recorte das sequências discursivas, construímos um arquivo composto de materialidades que circularam no *Twitter* nos anos em tela, mas também trouxemos materialidades vindas de lugares diferentes, particularmente de portais de notícias, *sites*

jornalísticos, peças processuais, dicionários e textos literários por entendermos com Courtine (2006) que o *corpus* discursivo corresponde a um conjunto aberto de articulações, cuja construção é efetuada na medida em que o objeto reclama o atravessamento de outros discursos.

Como assinala Orlandi (1996), a história é história porque os fatos reclamam sentidos face a um sujeito que está instado a interpretar (significar). Sendo assim, procuramos empreender gestos de interpretação que dessem conta de explicar o constructo histórico-ideológico presente nos discursos que designam o Nordeste brasileiro e os nordestinos. Para isso, fez-se necessário mobilizar as amplas condições de produção desses discursos para entendermos como determinadas imagens sobre esse lugar e esses sujeitos foram historicamente construídas e, principalmente, por que esses sujeitos foram discursivizados como não-gente, não-humano, não-cidadão, não-eleitor.

De acordo com Orlandi (2015), sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Partindo desse entendimento, refletimos sobre as formações imaginárias que colocam os problemas sociais do Nordeste como naturais e, por isso, imutáveis, silenciando, no interior da luta de classes, as relações de poder e os procedimentos de controle que operam na manutenção do *status quo* de uma elite burguesa.

Nesse trajeto, reiteramos que o processo de (re)produção e circulação desses discursos no *Twitter* funcionam ideologicamente de forma a produzir “evidências” de sentidos que “justificam” e “legitimam” pedidos de mudanças no sistema democrático brasileiro, principalmente no que diz respeito ao voto. São discursos como: “nordestino não é gente”, “nordestino é burro”, “nordestino não sabe votar”, “eleição deveria ser feita só no Sul e Sudeste”, que atualizam dizeres de uma época em que pobre, negro, analfabeto e mulher eram impedidos de participar da vida política do país por serem considerados inferiores.

Com efeito, os discursos que situam os nordestinos em um grupo diferente dos que podem e devem votar têm raízes nas lutas de classes, por isso, nossa proposta tomou as condições sociohistóricas e ideológicas de produção desses discursos como ponto de partida para empreender gestos de análises que dessem conta de explicar como as práticas discursivas que designam os nordestinos na rede social *Twitter* em períodos eleitorais são afetadas pelas relações de classes geradas pela lógica capitalista.

Vale dizer que as relações antagônicas discursivizadas pela FD antinordestino durante os períodos analisados apontam para um horizonte de significação que nega aos

nordestinos o direito a participar da vida política do país e, conseqüentemente, nega a esses sujeitos os princípios democráticos em que se assenta a Constituição brasileira de 1988. O que nos leva a concordar com Rancière (2014) quando diz que o ódio ao diferente, às minorias, às políticas afirmativas é, em grande medida, ódio à democracia porque em “tese” permitiria que esse outro tivesse acesso a alguns direitos, entre eles, o direito de votar.

No Brasil, esse ódio, potencializado durante os períodos eleitorais analisados, especialmente em 2018, materializou-se em discursos que pediam a intervenção militar, a volta do AI-5, o fim do direito de voto para nordestinos, pobres e analfabetos, o fim de programas sociais, de políticas de cotas, o fim da democracia. Nesse contexto, corroboramos Rancière (2014, p. 94) quando afirma que “[...] os males de que sofrem nossas ‘democracias’ estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável dos oligarcas”.

Partindo dessa reflexão, é possível dizer que, nas discursividades analisadas, esse “apetite” materializou-se pelo recurso da repetibilidade de determinados dizeres, o que nos possibilitou demonstrar que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o índio, inicialmente, depois o negro e, posteriormente, os nordestinos foram historicamente significados como preguiçosos, indolentes, incapazes e não-humanos com o objetivo de perpetuar o poder econômico, político e social nas mãos da elite.

Em nosso gesto analítico, observamos que as teorias naturalistas deterministas continuam a produzir sentidos e a explicar as desigualdades sociais pelo viés da raça, do meio e do momento histórico, tirando do Estado a responsabilidade face à exploração do trabalhador, exploração essa que se metamorfoseia sem eliminar o que lhe é essencial, a lógica capitalista.

Nesse percurso, compreendemos que o discurso de ódio contra o nordestino é estrutural no Brasil e opera de forma a desumanizar aqueles que, no interior da luta de classes, apresenta resistência e revolta. Assim, discursivamente, marginaliza-se o sujeito do Nordeste com vistas a impedir sua participação política e, conseqüentemente, criar obstáculos para transformar as relações de produção.

Pêcheux (2009) nos ensina que é preciso desmistificar a evidência das palavras, as quais significam não pelas suas relações com o mundo em si, mas pela forma como emergem das/nas relações sociais, isto é, pela maneira como significam, organizam e compartilham simbolicamente os imaginários de determinados grupos. Dessa forma, as designações do Nordeste e do sujeito nordestino nos períodos de 2010, 2014, 2018 apontam para construções discursivas que (re)produzem, no fio do discurso, efeitos de

desumanização desses sujeitos com vistas a aprofundar as marcas da opressão produzidas pelo (neo)liberalismo.

Enfatizamos que os discursos de ódio presentes nas materialidades analisadas ultrapassam as barreiras da distinção entre pessoa e coisa, sujeito e objeto e permitem a construção de outros arranjos discursivos que colocam os nordestinos para além de classificações ou categorizações, o que só é possível de ser explicado se considerarmos que, como afirmou Pêcheux (2009, p. 266),

Somos assim removidos para longe da transparência da distinção entre pessoa e coisa, sujeito e objeto, intenção e não-intenção, precisamente porque a história, isto é, a luta de classes, não é uma pessoa nem uma coisa; as contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem jamais serem claramente resolvidas.

Corroborando Pêcheux (2009), afirmamos, a partir das SD analisadas, não ser possível tomar o sujeito nordestino apenas sob o ponto de vista de coisa, “coisificá-lo”. As sequências discursivas nos apontam para a possibilidade de matá-lo (de fome, de sede, afogado, por meio de uma bomba), ou fazê-lo sofrer (passar com o carro por cima de suas pernas, obrigá-lo a trabalhar como escravo). Remetê-lo a categoria de animal (não-humano) nos pareceu mais uma possibilidade, contudo, é importante frisar que mesmo dentro desse processo de animalização, o nordestino não é visto como qualquer animal. Ele obedece a uma hierarquia que não permite aproximações com animais “desejáveis” do ponto de vista social.

A reflexão sobre tais discursos nos leva a pensar na possibilidade de um processo metafórico que designa o nordestino como um “bicho-coisa” / “bicho-homem” / “homem-mercadoria”. O que só pode ser explicado pelo viés da exploração, mortificação e desumanização do sujeito, em que torná-lo uma mercadoria constitui-se como princípio norteador para extração da mais-valia, como afirmou Marx (2014).

Dessa maneira, o descomunal massacre discursivo sofrido pelos nordestinos nos períodos pesquisados é representativo da investida do capital que, na ânsia por tornar-se mais forte, produz uma banalização da vida humana, uma naturalização de ações opressoras que segregam, excluem e matam. Não se trata, contudo, de uma morte rápida por bombas ou afogamentos como pediram os internautas em 2010, mas uma morte lenta e processual.

Possivelmente, o mais alto grau de verbalização do discurso do capital esteja representado na sequência discursiva 45: “*Você Nordestino que votou em Bolsonaro tem*

a obrigação de esmagar os Nordestinos que votaram no PT. Tem que baixar o salário, fazer trabalhar como trabalho escravo, não pagar direitos trabalhistas, hostilizar na rua, passar com o carro em cima das pernas quando estiverem na sarjeta". Quando afirmamos que essa sequência, entre tantas que analisamos, sintetiza, no fio do discurso, os interesses do capital, é porque, para além do ódio emocional, ela aponta certamente para um ódio programado, planejado, que "rouba" a dignidade humana, não só de sujeitos nordestinos que, como a própria materialidade aponta, há dois tipos: os que "dão" trabalho e os que trabalham, os que podem baixar os salários e retirar os direitos trabalhistas e os que trabalharão na condição de escravos, mas, e principalmente, de todos os sujeitos trabalhadores que lutam pelo direito de existir e existir com dignidade.

Embora essa perspectiva nos inquiete e possa parecer cruel e desconfortante, pontuamos que, se por um lado o processo de repetibilidade produz a regularização dos sentidos, por outro, como afirma Indursky (2011), pode funcionar na desregularização e transformação de sentidos. Isso porque a revolta é constitutiva do sujeito, o qual pode se conformar com a opressão ou se rebelar contra ela.

Chamamos atenção, nesse caso, para a afirmação de Pêcheux (2009) segundo a qual a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição; que não há ritual ideológico sem falhas; e que estas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas. Partindo dessa compreensão, é possível dizermos que, se nos anos em tela houve discurso de ódio contra o nordestino, também é verdade que houve resistência. Discursos como: *"aprendemos a não nos calarmos"*; *"vocês não irão nos oprimir"*; *"existir continua sendo nosso maior ato de resistência"*; *"vamos nos proteger e resistir juntinho"* representaram, no interior da luta de classe, um contradiscurso, uma tomada de posição acerca da dominação e da exploração praticadas pela elite burguesa.

Nesse viés, a resistência a discursos de ódio, que em última instância corresponde a um ódio de classe, criou possibilidades, no terreno da linguagem, de uma luta pelo sentido das palavras, expressões e frases, uma luta vital para cada uma das classes que se confrontam ao longo da história até o presente (PÊCHEUX, 2009).

Isso nos levou a entender que o sujeito também resiste na/pela língua e pode se revoltar. Tal entendimento mostra-se crucial para o enfrentamento da dominação burguesa que cada vez mais marcha violenta e impiedosamente contra o/a trabalhador/a. Os discursos de resistência presentes nas materialidades analisadas nos fizeram compreender que é preciso enxergar o sujeito nordestino, mas também o LGBTQI+, o pobre, o negro, o índio, a mulher, e principalmente a classe trabalhadora como força social

historicamente revolucionária e, portanto, capazes de produzir transformações nas relações de produção.

Compreendendo que todo discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas em uma situação concreta e historicamente determinada (PÊCHEUX, 2009), consideramos importante, nessa parte final do trabalho, dizer que ousamos escrever um trabalho, não só para cumprir uma exigência acadêmica, mas, e principalmente, para produzirmos um gesto de resistência a discursos que nos colocam enquanto sujeitos nordestinos/as, negros/as, trabalhadores/as no rol das impossibilidades.

Ousamos suportar o que viesse a ser pensado e também ousamos nos revoltar, para não esquecer de Pêcheux, e essa ousadia nos fez questionar o estabilizado para desafiar o período sombrio no qual se produz este trabalho. Falar do momento histórico em que se ambienta esta escrita nos ajuda a explicar por que produzimos esses gestos de interpretação e não outros, por que voltamos nosso olhar para essas questões e não outras, por que nos afastamos tão explicitamente da suposta neutralidade que o trabalho científico impõe para produzirmos um gesto analítico com força política.

Quando nos referimos a um período sombrio da história do Brasil, fazemos remissão a 2016, ano em que se consolidou a farsa do *impeachment* da presidência Dilma, um dos mais duros golpes sofridos pela classe trabalhadora do Brasil, a qual assistiu, não sem resistência, ao triunfo dos interesses capitalistas sobre a massa de trabalhadores/as. A resistência ao golpe disfarçado de *impeachment*, infelizmente, não possibilitou a tão urgente e necessária revolução da classe trabalhadora, nem mesmo resultou em uma ampla união dos operários, para citar Marx.

Em 2017, a reforma trabalhista que retirou direitos fundamentais dos trabalhadores/as foi mais um triste evento que tivemos que suportar enquanto escrevíamos este trabalho que, em sua essência, fala da exploração e segregação de sujeitos trabalhadores. 2018 também não foi um ano fácil, assistimos assombrados à prisão do ex-presidente Lula, seu impedimento para concorrer às eleições de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder não se deu sem resistência ou luta por parte de uma parcela da classe trabalhadora, mas não foi suficiente para impedir a ascensão do representante da extrema direita, o que resultou em ainda mais perdas para essa classe, principalmente, a partir da reforma da previdência, ocorrida em 2019, a qual retirou direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores/as do Brasil.

Nesse percurso histórico, chegamos a 2020 afetados pela COVID-19. Enquanto escrevíamos e enquanto escrevemos nesse momento, milhões de pessoas são contaminadas com o vírus no mundo e, no Brasil, até o momento, mais de 140 mil perderam suas vidas. Esse foi, em síntese, o mais difícil evento a ser suportado, pois, enquanto famílias perdem seus entes queridos, eu divido minhas preocupações entre o trabalho na educação, a busca por terminar a tese e a necessária atenção a minha família que cada vez mais reclama presenças, o que é compreensível, uma vez que não sabemos quem sobreviverá a uma pandemia descontrolada e negligenciada pelo Governo Federal.

Escrevemos, pois, em tempos sombrios, tempos em que lutamos para minimizar os retrocessos danosos produzidos por “um personagem medíocre e grotesco”, citando Marx, que foi alçado ao papel de “Mito” da nação. Compreendemos que é preciso lutar pelo direito de existir com dignidade e, para isso, é preciso resistir, ainda que essa resistência não produza frutos imediatos, ainda que essa resistência possa ser abafada pela (des)ordem do capital, porque a crítica, como conclui Marx (1977, p. 2), “[...] não arranca as flores imaginárias dos grilhões para que o homem suporte os grilhões sem fantasias e consolo, mas para que se livre delas e possam brotar as flores vivas”.

Concluimos este trabalho desejosos de que flores vivas brotem, que grilhões sejam rompidos para que não tenhamos mais que lutar pelo direito de existir. Isso que dissemos parece ser utópico, mas recuso-me a reforçar o conformismo, quer seja na teoria, quer seja na prática, e a tratar a história como se não houvesse possibilidades de transformações. Em meio às incertezas, fica o desejo de que as ousadas práticas de resistência-revolta-revolução reverberem e produzam a tão urgente transformação social e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. 2015. 170f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

AGGIO, Camilo Oliveira. **Campanhas políticas e sites para redes sociais: um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010**. 2015. 247f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia: Medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, J. E.; ARAUJO, J. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. Teoria e Evidência Econômica, **Passo Fundo**, v.23, n.12, p.97-128, 2004.

AMARAL FILHO, J. El papel de las transferências financieras al Nordeste brasileño. **Revista Comercio Exterior**, México, v.62, p.22-35, 2012.

ARAÚJO, T.B.; SANTOS, V.M. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T.P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

BALDINI, L. J. Cinismo, Discurso e Ideologia. In: **Anais do IV SEAD - Seminário De Estudos em Análise do Discurso** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Nordeste 2022: estudos prospectivos**. Fortaleza: BNB, 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Arrecadação**. Disponível em: <idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CAVALCANTE, M. do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CASTAÑEDA, L. A. **Eugenia e casamento**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, 10, 3, p. 901-30, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a câmara de Porto Alegre**. 2006. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2006.

COURTINE, J. J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, v. 1, n. 1, p. 14-35, jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EduFSCar, 2009.

_____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz. 2006.

_____. O discurso inatingível: marxismo e linguística. In **Cadernos de tradução**. UFRGS, Porto Alegre: nº 6, abril-junho, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DE NARDI, F. S.; NASCIMENTO, F. A. S. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise de discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **SIGNUM [LONDRINA]: ESTUDOS DE LINGUAGEM**, v. 19, p. 80-103, 2016.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

_____. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. **Da corpografia: ensaios sobre a língua/escrita na materialidade digital**. Santa Maria: UFSM, 2008.

_____. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FERREIRA, M. C. L. Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em **Letras** da Universidade de Passo Fundo. V.4 – n.2 – 241-249. Jul/dez – 2008.

_____. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (org) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: Uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

_____. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, n. 27, jul./dez. 2003a.

_____. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. In: Revista **Organon**, nº 35, Porto Alegre: UFRGS, 2003b, p. 189-200

_____. **Da ambiguidade ao equívoco:** a resistência da língua nos limites da sintaxe. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do Discurso:** fundamentos & prática. Maceió: EDUFAL, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível:** o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, Solange Leda. Da Escrita à Oralidade: um percurso em direção ao autor online. In: Branco et al (orgs.). **Análise de discurso no Brasil:** Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, Editora RG, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. AD: descrever – Interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (org.) **Estudos do texto e do discurso:** mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

GRIGOLETTO, E. O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. (Orgs.) **Discursos em rede:** práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária - UFPE, 2011, p.47-78.

GUILHAUMOU, J. Falas democráticas e poderes intermediários durante a Revolução francesa. In: COURTINE, J. J.; PIOVEZANI, C. **História da Fala Pública:** uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras** (UFSM). Santa Maria – RS, n. 26, p. 53-62, 2003.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In:_____. **Da diáspora.** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 247-264.

HENRY, P. A história não existe? In ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura.** Da história no discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Tradução de Waltensir Dutra. 12. ed., Rio de Janeiro: zahar Editores, 1976 (Col. Biblioteca de Ciências Sociais).

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPIFONTANA, M. G. (Orgs.). **Análise do discurso em rede:** cultura e mídia. vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 73-88.

_____. A memória na cena do discurso. In: _____.; Mittmann, S.; Ferreira, M.C.L. (orgs.) **Memória e História na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n.35, p. 101-121, 2003.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 163 – 241.

JUNGBLUT, Airton Luiz. **A heterogenia do mundo on-line**: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol.10, n.21, 2004.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Venício A. **Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa**: Direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Ontología del ser social**: el trabajo. Trad. Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2013b.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: _____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.225-245.

MAGALHÃES, Belmira Rita Costa. **Diálogo (im)possível entre as concepções de sujeito em Althusser, Pêcheux e Marx**. In: Lucília Maria Abrahão e Sousa; Dantielli Assumpção Garcia. (Org.). *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFSCar, 2017, v. 1, p. 17-29.

_____; SILVA SOBRINHO, Helson. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá** (UFF), v. 34, p. 95-112, 2013.

_____. **O sujeito do discurso**: um diálogo possível e necessário. In: VOESE, Ingo (org) – *Linguagem em Discurso*, volume 3, Número especial, Santa Catarina, Unisul, 2003.

_____. Sujeito e discurso: possibilidades e limites. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 2, n.2, p. 45-51, 2000.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. In: Orlandi (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Editora da Unicamp, 2014.

_____. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

_____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel: uma introdução. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo. n.2, p. 1-14, 1997

MITTMANN, Solange. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Freda Indursky, Maria Cristina Ferreira, Solange Mittmann (org). O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. Campinas, SP: Mercado de letras, 2013.

MOREIRA, V. L.; ROMAO, L. M. S. Weblog, a inscrição da heterogeneidade e do sujeito na rede. **Linguagem**. v.2, p. 1-15, 2008.

NASCIMENTO, F.A.S. **O negro: questões culturais e “raciais”**. Rondonópolis, MT: Departamento de História/CHS/RJUFMT, 2001.

NUNES, J.H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

NUNES, Silvia Regina. **A geometrização do dizer no discurso do infográfico**. 2012. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos da Linguagem, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

OLIVEIRA, Hulda GOMIDES. **Liberdade de expressão em democracias: Discursos e sujeitos em redes de comunicação**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015.

_____. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio” in: **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Guilherme Carroza. Mirian dos Santos e Telma Domingues da Silva (orgs), Campinas: RG, 2012.

_____. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In. DIAS, Cristiane. **E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital** [online]. 2011. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>

_____. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009a.

_____. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009b.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, 2005a, n.1, p. 9-13, jun.

_____. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Org.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. **A língua brasileira**. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 57, n. 2, jun. 2005c.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002a.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação de sentidos. Campinas, Pontes, 2001a.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª Ed., Campinas: Pontes, 2001b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1988a.

_____; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988b.

_____. **Destrução e construção do sentido**: um estudo da ironia. In: colóquio do departamento de linguística do IEL. Campinas, SP: Unicamp, 1983.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015b.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2014.

_____. As massas populares são um Objeto Inanimado? In: PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso: **Michel Pêcheux**: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de: Suzzi Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. Cap. 15. p. 251-273.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux Bethania S, Mariani et al. Tradução 4. ed. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. **Sobre a desconstrução das teorias linguísticas.** Línguas e Instrumentos linguísticos, n. 2. Campinas: Pontes, 1999, 7-32.

_____. **Análise Automática do Discurso.** In: GADET, F. e T. HAK (Org.) Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 61-161.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PIOVEZANI, C. **Verbo, Corpo e Voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates.** Edição Nova Cultural, tradução de Enrico Corvisieri. Coleção Os Pensadores. 1999.

RANCIERE, J. **O ódio a democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; Gruzd, A. Cascatas de “Fake News” Políticas: Um estudo de caso no Twitter. **GALÁXIA**, PUC-SP, v. 41, p. 31-47, 2019.

_____.; ZAGO, Gabriela da Silva; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, **COMPÓS**. 06-09 jun. Anais. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

_____.; Zago, G. (2010) “RT, por favor”: considerações sobre a difusão de informações no Twitter. **Revista Fronteiras**. Vol 12, n. 2, Maio-Agosto de 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMÃO, Lucília. Nós, desconhecidos, na grande rede. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 71-91, jul./dez. 2004. _____. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **REVISTA DELTA**, vol. 22, n. 2, p. 303-328, 2006.

_____. No país das maravilhas: uma metáfora sobre o dizer na rede. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, ano 02, n.03, p. 1 - 12. 2005.

_____. Na teia eletrônica fragmentos da memória. In: MORELLO, Rosângela (org.). **Giros na cidade.** Campinas: Labeurb/Neducri – Unicamp, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1995.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**”. In: MAIO, M. C. e Santos, R. V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.

SILVA SOBRINHO, Helson. Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso pode nos levar? In: *Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos*. (org.) Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante. Maceió: Edufal, 2017.

_____. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “É preciso ousar se revoltar”. In: **Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. (Orgs.) DE NARDI, F.S.; GRIGOLETTO. Campinas: Pontes, 2016. p. 89-103.

_____. O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de torner suas contradições. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 43, n.3, p.1118-1128, set-dez 2014.

_____.; MAGALHÃES, B. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá** (UFF), v. 1, p. 95-111, 2013.

_____. Imagens, dizeres e efeitos de sentido: a força material do discurso e a produção de evidências sobre o migrante nordestino. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. 1978), v. 41, p. 959-970, 2012.

_____. Análise do Discurso e a insuportável luta de classes na teoria e na prática. In TFOUNI, L. et al (Orgs.). **A Análise do Discurso e suas Interfaces**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

_____. Redes de sentidos e raciocínos antagonistas: a internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. (Orgs.) **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Ed. Universitária - UFPE, 2011, p.19-46.

_____. Os andaimes Suspensos do discurso nos alicerces do real. In INDUSKY, F. et al. **O discurso na contemporaneidade**. São Carlos: Claraluz, 2009.

_____. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: Edufal, 2007.

SOUZA, Mariana Jantsch de. **O discurso de ódio na democracia brasileira: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da presidenta Dilma Rousseff - Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2017.**

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em linguística aplicada**. Campinas, v. 57, n.2, p.922-953, ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/010318138651928366411>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

SPYER, Juliano et al. **Tudo o que você precisa saber sobre twitter**. Disponível em: <http://guiadotwitter.talk2.com.br/arquivos/Manual_Twitter_3_MB.pdf>. Acesso em: julho de 2019.

TONET, I. Educar para a cidadania ou para a Liberdade? In: **Perspectiva**, In: Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 15, nº 44, 2000.

VIEIRA PINTO, Á. O Conceito de Tecnologia. Rio de Janeiro: **Contraponto**, 2005.

ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França. Série **Cogitare**. Vol. 8. Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM. Santa Maria, 2009.

ZANDWAIS, Ana. Possíveis leituras de “Foi 'propaganda' mesmo que você disse? de Michel Pêcheux. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 69-79, jul.-dez. 2019. Acesso em 04/06/2020.

Disponível em <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/98121>

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.